



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EXPERIÊNCIAS VIVIDAS**

ESCRAVIDÃO E FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SÃO JOÃO DO CARIRI

1783 – 1843

**JOSÉ DE SOUSA PEQUENO FILHO**

CAMPINA GRANDE, PB

2014



**JOSÉ DE SOUSA PEQUENO FILHO**

**EXPERIÊNCIAS VIVIDAS: ESCRAVIDÃO E FORMAÇÃO HISTÓRICA EM SÃO  
JOÃO DO CARIRI. 1783-1843**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Cultura e Cidades.

CAMPINA GRANDE, PB – 2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

P425e Pequeno Filho, José de Sousa.

Escravidão e formação histórica de São João do Cariri 1783-1843 / José de Sousa Pequeno Filho. – Campina Grande, 2014.

305 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

Orientação: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima, Prof.<sup>a</sup> Juciene Ricart Apolinário;

Referências. 1. História Colonial. 2. Império. 3. Escravidão. 4. Resistência. I. Lima, Luciano Mendonça de. II. Apolinário, Juciene Ricart. III. Título.

CDU 94(81).02(04

JOSÉ DE SOUSA PEQUENO FILHO

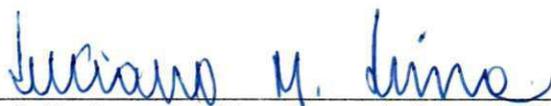
**EXPERIÊNCIAS VIVIDAS:**

**ESCRAVIDÃO E FORMAÇÃO HISTÓRICA EM SÃO JOÃO  
DO CARIRI, (1783 -1843)**

BANCA EXAMINADORA

Dissertação de Mestrado avaliada em 29 de agosto de 2014 com conceito:

APROVADO



---

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (PPGH – UFCG)  
Orientador

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Juciene Ricarte Apolinário (PPGH – UFCG)  
Examinadora interna



---

Prof. Dra. Solange Pereira Rocha (PPGH – UFPB)  
Examinadora externa

---

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (PPGH – UFCG)  
Suplente interno

Dedico esta dissertação ao meu parente, professor e amigo o **Dr. Fábio Gutenberg Bezerra de Sousa** (*in memoriam*) pela sua contribuição dada à História em nome de todos que fazem o PPGH da UFCG.

## AGRADECIMENTOS

A Força Maior, o meu Deus, quem me pôs de volta no caminho do conhecimento histórico sempre me guiando para o bem e trazendo para mim as melhores pessoas que estão fazendo parte desta primeira etapa que deu nessa dissertação de Mestrado.

Aos meus pais, José de Sousa Pequeno (vulgo Zé Galego) e Terezinha de Sousa Pequeno, que não tiveram a oportunidade de estudar e, portanto, não sabem ler nem escrever, mas que souberam criar a nós, seus filhos que são oito, todos alfabetizados. Obrigado de coração Papai e Mamãe por tudo que fizeram por nós dentro de um campo limitado de possibilidades, mas que souberam-nos manter sempre unidos e hoje estão com saúde e curtindo os seus muitos netos.

A minha esposa Lurdinha que muito me apoiou, mesmo ficando tanto tempo sozinha, foi compreensível e muito nos ajudou na correção e reparos feitos nesta dissertação que lhe tomou muitas noites precisas de sono, fazendo as correções devidas ao meu lado.

Aos meus filhos Milene, que compartilhou todos os momentos comigo na universidade e que apesar de pai e filha nos tornamos bons amigos, principalmente nas horas de *stress*, devido aos contrastes no campo dos estudos, pelo fato de ela estudar engenharia elétrica e eu apaixonado pela história social da escravidão, sobre a qual íamos desabafar nas caminhadas dos fins de tarde no Açude Velho; assim como estendo os agradecimentos ao meu filho Nicácio, por ter ficado na companhia da mãe e que agora também se inseriu no mundo acadêmico, assim como Milene pela UFCG.

Quero agradecer aos colegas mestrandos do PPGH e aos professores, que me deram toda a assistência possível, acolhendo-me em todos os momentos e, em especial, num momento em que eu joguei todas as minhas cartas e estava enfrentando algumas tribulações na minha vida. Eles me abrigaram e me guiaram pelas veredas da História do Cariri, sobre a orientação do Dr. Luciano Mendonça de Lima, a quem devo muito por seus bons conselhos, fossem estes na condição de orientador, fossem na condição amigo. Minha profunda gratidão a todos estes que em grande medida

fizeram com esta dissertação se tornasse produção intelectual, essencial aos que lerem a fim de compreender, em parte, a história do Cariri paraibano.

Na mesma medida, quero agradecer a Dra. Marly Vianna, professora conhecedora da causa da história econômica do município de Campina Grande-PB, que com muita presteza e solicitude, foi generosa ao aceitar de pronto nosso convite. Quero agradecer-lhe pelos conselhos e sugestões dadas para a qualificação desta pesquisa.

Ao Dr. Gervácio Batista Aranha com quem tenho uma forte afinidade, nascida a partir da academia e a quem devo também pela contribuição intelectual, e que se estende as propostas de retificações no campo da linguagem, mas também por ser um homem com cultura fincada no sertão paraibano.

À professora Dra. Juciene Ricarte Apolinário que faz parte desta nossa caminhada, como examinadora interna e có-orientadora, a ela que, permanentemente, esteve incentivando e dando sugestões, meus cordiais agradecimentos de coração a esta grande amiga que tem investido tanta energia para acumular conhecimento entre tantas coisas nas relações étnico raciais, resultando com isso no acúmulo de conhecimentos sobre as causas indígenas e de remanescentes de escravos.

À Dra. Solange Pereira da Rocha, professora da UFPB, que deu grande contribuição com seu conhecimento neste campo de pesquisa sobre escravidão e que faz parte da banca examinadora a qual leva os meus agradecimentos.

À professora doutora, Maria da Vitória Barbosa de Lima, da UFPB, pela sua importante contribuição, sobretudo, porque chegando ao final desta pesquisa, se propôs a fazer os últimos reparos e que foi fundamental porque, com muita paciência e precisão, deu mais firmeza à conclusão desse trabalho, ao elevar minha auto estima, para enfrentar os merecidos reparos que cabiam à pesquisa. Minha mais terna gratidão a Dr<sup>a</sup> Vitória, que é uma grande pesquisadora da causa dos excluídos, em especial sobre os escravos e indígenas e que está, por extensão, vinculada ao NEAB-í da UEPB.

Ao colega e professor do ensino básico, João Tavares da Silva Neto pela contribuição que deu no que diz respeito à correção gramatical deste trabalho acadêmico, minha inteira gratidão pelas noites que entre um e-mail e outro nos comunicávamos.

No decorrer destes mais de dois anos de estudos e pesquisas, muitas pessoas deram colaborações das mais preciosas formas. A título de exemplo cito de pronto, o professor de História Gersio Fabiano Aleixo, do município de Serra Branca, com o qual, começamos entrevistar algumas pessoas da comunidade, ainda em caráter informal, até que, diferentemente daquilo que imaginavam as pessoas, “não ter existido escravidão no Cariri”, a insistência advinda da contradição entre o que diziam e o que ouvimos nas preambulares e informais entrevistas, levou-nos a grandes e “muitas descobertas” sobre a escravidão pelo Cariri inteiro. Obrigado, “amigo de fé e irmão camarada!”

A João Xavier, sua esposa Alessandra e João Pedro pela acolhida e convivência em Campina Grande, pois sem esse apoio, tudo seria mais difícil. A este casal que foi compreensível com a minha causa e, por extensão, com a história do Cariri paraibano meu integral e irrestrito agradecimento.

À Dalvanira Barros Leão, que quando secretária de educação, me ajudou nesta caminhada com seu apoio, cabe-me oferecer-lhe minha maior gratidão por ter me concedido esta oportunidade que abracei de corpo e alma.

À atual secretária de Educação do município de Serra Branca, professora Maria José Bezerra, de carinhoso pseudônimo (Dudhá), pela compreensão e colaboração a fim de que o trabalho de conclusão da pesquisa respondesse à rigorosidade do espaço cronológico, exigido pela academia. Por seu trato humano e profissional com as causas da educação e da história do nosso município; por ter concedido mais tempo para continuarmos as pesquisas, nas fontes, no município vizinho de São João do Cariri e em outros lugares que compõem a região; pela consanguinidade que nos dá o parentesco de primos, estendendo a consanguinidade ao saudoso Dr. Fábio Gutemberg Bezerra de Sousa, um dos baluartes do PPGH da UFCG, a quem, carinhosamente, deixo aqui minha homenagem, em forma de escrita, numa página dedicada a ele, que não se encontra mais no nosso meio, mas que “Combateu o bom combate e guardou a fé”.

Não diferente também foi a contribuição dada à pesquisa pelo advogado o Dr. Francisco Antonino, pela sua competência e apoio que sempre me incentivou para que este trabalho se tornasse uma realidade no Cariri da Paraíba, e que em muitos

momentos difíceis na minha caminhada, ele se fez presente, dando-me força moral. Obrigado de coração amigo, você é humilde e um ser humano ímpar.

Ao Poder Judiciário de São João do Cariri, no Fórum Nivaldo de Farias Brito, representado nas pessoas de suas Excelências o Meritíssimo Senhor juiz, o Dr. Antônio Gonçalves Ribeiro Júnior e o Meritíssimo Senhor Promotor o Dr. José Bezerra Diniz, a gerente Daniele de Barros por terem atendido a nossa solicitação para esta pesquisa, no arquivo daquela instituição.

## RESUMO

A presente dissertação trata da história social da escravidão negra no Sertão do Cariri da Paraíba, mais especificamente na região dos Cariris velhos, que deu origem à atual cidade de São João do Cariri e suas áreas de influência, no período que vai de 1783-1843, com o olhar voltado para as relações entre senhores e escravos, conflitos e tensões ocorridos durante todo o período supracitado da escravidão. Para que esta pesquisa acontecesse, foi necessário desenvolvermos um estudo que mostrasse os pontos em que senhores e escravos conviveram pelo sertão do Cariri e suas formas de relacionamentos e resistências dos cativos, os quais deram grande contribuição para a economia e a história social nesta região do sudoeste do Estado da Paraíba, fazendo fronteira com o vizinho Estado de Pernambuco. Nesta pesquisa, faremos algumas indagações sobre a grande quantidade de escravos citados pelos pesquisadores da historiografia paraibana, como se davam as relações senhor escravo no meio rural, se o escravo era *status* e símbolo de fausto para os senhores, como circulavam os escravos na Villa Real de São João, durante o período estudado, quais profissões eles exerciam, a convivência entre as famílias escravas, a venda de seres humanos no cativo e as formas de arrematações, resistências, crimes etc. Estas e outras indagações, faremos, no decorrer desta pesquisa. Examinaremos os aspectos teóricos da história social, utilizando o método da história social inglesa thompiana e a micro história italiana, pesquisando uma documentação empírica variada, porém dando prioridade aos inventários e documentos cartoriais como os inventários, em especial, os processos crimes, testamentos e cartas de alforrias.

Palavras-chave: História colonial; Império; Escravidão; Resistência.

## RESUMEN

Esta tesis trata de la historia social de la esclavitud en las tierras del interior de Paraíba Cariri, más específicamente en la ciudad del trazado de rayos y sus áreas de influencia, el período de estudio de 1780-1843, con las relaciones que se enfrentan entre amos y mirar esclavos, los conflictos y las tensiones que se produjeron a lo largo del período de la esclavitud. Para esta investigación a suceder, era necesario desarrollar un estudio que muestra los puntos en los que los maestros y los esclavos vivían en Hinterland Cariri y sus relaciones y formas de resistencia a los cautivos , lo que dio un gran aporte a la economía y la historia social en esta región del suroeste Estado de Paraíba , en la frontera del vecino estado de Pernambuco. En esta investigación , vamos a hacer algunas preguntas acerca de la gran cantidad de esclavos citado por los investigadores Paraibana historiografía , ¿cómo fue la relación amo-esclavo en las zonas rurales , si el esclavo era un símbolo de estatus y de lujo para las mujeres como esclavas circulado en Villa Real San Juan del período de estudio , que las profesiones ejercidas , la convivencia de las familias de esclavos , la venta de seres humanos en la esclavitud y las formas de arrematações , resistencias, etc crímenes . Estas y otras preguntas van a hacer durante este estudio. Examinar los aspectos teóricos de la historia social, utilizando el método de thompsiana historia social Inglés y la investigación de una documentación empírica variado, pero dando prioridad a los inventarios y documentos notariales como los casos penales, cartas de manumisión, destacando también la cultura material que utiliza la población el Cariri Hinterland .

**Palabras clave:** História colonial, Imperio, La esclavitud , La resistencia .

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dados dos escravos do capitão – mor Domingos de Farias Castro declarados no inventário feito em 1742.....	59
QUADRO 2 – Proprietários de escravos e terras no Cariri e em Alagoa Nova 1783 – 1843.....	72
QUADRO 3 – Origem dos escravos africanos em São João do Cariri 1780 – 1843. Do total de 707.....	92
QUADRO 4 – Quantificação dos plantéis de escravos em São João do Cariri 1783-1843.....	94
QUADRO 5 – Variações de cores dos cativos nascidos em de São João do Cariri. 1783 – 1843.....	95
QUADRO 6 – Evolução da população escrava de São João do Cariri 1783 – 1843.....	96
QUADRO 7 – Porcentagem de escravos africanos e crioulos em São João do Cariri de 1783 – 1843. Deduzido um total de 707 no período.....	97
QUADRO 8 – Idade dos escravos em São João do Cariri de 1783 – 1805 .....	98
QUADRO 9 – Identificação da relação de gênero dos escravos em São João do Cariri 1783-1843.....	99
QUADRO 10 – Quantificação dos plantéis de escravos em São João do Cariri 1783-1805.....	100
QUADRO 11 – Dados sobre os escravos do capitão-mor Mateus Antonio Brandão e Maria José da Conceição 1783 .....	101
QUADRO 12 – Doenças que atingiam os escravos de 1783 – 1805.....	107

QUADRO 13 – Escravos Thomé Ribeiro Fernandes e Rosa Maria da Conceição.....	115
QUADRO 14 – Escravo de Francisco Alves Pequeno – 1793.....	125
QUADRO 15 – Tabela com o gado de Francisco Alves Pequeno e Maria Izidora – 1796.....	127
QUADRO 16 – Thereza Maria de Jesus e Francisco Fernandes de Oliveira – 1795 .....	129
QUADRO 17 – Escravos de Maria da Conceição Maciel e José Antonio Barbosa – 1806.....	132
QUADRO 18 – Dos escravos de Antonio da Costa Leitão e Josefa Mamede do Nascimento – 1807.....	134
QUADRO 19 – Dos escravos de Estevão da Cunha Porto e Quitéria Maria de Jesus – 1808.....	137
QUADRO 20 – José de Sousa Lima e Francisco José de Sousa – 1815.....	140
QUADRO 21 – Tereza Maria de Jesus e Antônio de Barros Leira – 1815.....	141
QUADRO 22 – Escravos de Manoel Fernandes e sua mulher – 1816.....	145
QUADRO 23 – Doenças que atingiam os escravos no período de 1805-1824.....	149
QUADRO 24 – Os escravos de Josefa Ferreira Xereta e Ana Felipa de Oliveira – 1824-1829.....	150
QUADRO 25 – Escravos de Thereza ária de Jesus e Antonio de Barros Leira – 1828.....	151
QUADRO 26 – Escravos de José de Sousa Cordeiros e Francisca Maria dos Santos – 1828.....	152

QUADRO 27 – Manoel de Sousa Cordeiros e Joanna Francisca de Jesus – 1828.....	157
QUADRO 28 – Dos escravos de João Francisco de Medeiros e Quitéria Maria da Conceição – 1832.....	158
QUADRO 29 – Escravos de Antonio Pereira de Castro e Antonio Pereira de Castro Filho – 1832.....	159
QUADRO 30 – Funeral de Francisco Correia de Queiroz – 1835.....	160
QUADRO 31 - Contas referente ao culto do defunto Francisco Correia de Queiroz e do seu enterramento – 1835.....	161
QUADRO 32 – Escravos de Antonio José da Silveira e Brites Thereza de Moura Rolim – 1838.....	162
QUADRO 33 – Escravos de Francisco Alves Pequeno e Ignácio de Farias da Silveira Caluete – 1938 .....	164
QUADRO 34 – Damasio Rodrigues de Barros e Antonio Rodrigues de Barros – 1841 –São Thomé – 1841.....	167
QUADRO 35 – Damasio Rodrigues de Barros e Antonio Rodrigues de Barros – 1841 Sumé – São Thomé – 1841.....	169
QUADRO 36 - Escravos de Joaquim Rodrigues Lima e Maria do Carmo Araújo 1842.....	172
QUADRO 37– Funeral de Francisca Plácida Bezerra – 1841 .....	177
QUADRO 38 – Escravos de Maria Magdalena e Thomé Ribeiro Fernandes - 1841.....	180
QUADRO 39 – Francisco Fernandes de Oliveira Filho e Thereza Maria do Espírito Santo – 1843.....	182
QUADRO 40 – Escravos de Francisco Fernandes de Oliveira Filho e Thereza Maria do Espírito Santo – 1843.....	183
QUADRO 41 – Doenças que atingiam os escravos de 1824-1842.....	184

QUADRO 42 – Escravos de Caetano Martins Pontes e Maria Egipciana de Jesus – 1817.....	190
QUADRO 43 – Divisão do dinheiro do escravo Paulo – 1843.....	202
QUADRO 44 – Abatimentos nas partilhas do escravo Paulo – 1843.....	203
QUADRO 45 – Antonio de farias Castro e Filipa de Farias - 1811.....	258

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ruínas da lateral de uma casa de taipa.....	38
Figura 2 – Casa de taipa reformada.....	38
Figura 3 – Mapa da divisão administrativa da Paraíba.....	44
Figura 4 – Casa grande do sítio Serra Branca.....	54
Figura 5 – Curral de pedra e cal no sítio Serra Branca.....	54
Figura 6 – Ruínas da fazenda Arara no município de S. J. Do Cariri.....	62
Figura 7 - Prensa.....	71
Figura 8 - Roldana para triturar mandioca.....	71
Figura 9 – Cerca de pedra no sítio Bom Sucesso.....	74
Figura 10 – Fusos usados na fabricação de linhas.....	78
Figura 11 – Cama de couro do século XIX.....	80
Figura 12 – Tinteiro, pena e bico – Museu histórico de São João do Cariri.....	81
Figura 13 – Cangas de madeira para carros de boi.....	84
Figura14 – Canga, cambito e armação.....	84
Figura 15 – Carro de boi.....	85
Figura 16 – Peças de ferro para trabalhar com animais.....	87
Figura 17 – Ruínas da fazenda Arara no século XIX.....	91
Figura 18– Casa de taipa no sítio Uruçu.....	91
Figura 19 – Casa Grande de Thomé Ribeiro Fernandes.....	109
Figura 20 – Couro de gado vacum.....	112
Figura 21 – Casa do senhor Bidão.....	122

Figura 22 – Casa do Dr. Trajano.....	123
Figura 23 – Casa do senhor Calixto.....	123
Figura 24 – Cerca de pedra no sítio Jaramataia.....	186
Figura 25 – Casa de Taipa no sítio São Gonçalo.....	216
Figura 26 – Cruz a beira da estrada no sítio Carneiro.....	219
Figura 27 – Símbolo do cativeiro.....	226
Figura 28 – Armas de espingarda.....	227
Figura 29 – Fazenda Mundo Novo.....	256
Figura 30 – Ruínas da casa grande na Fazenda Mundo Novo.....	256

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	16
2	<b>ESCRAVIDÃO E FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SÃO JOÃO DO CARIRI.</b>	33
2.1	O surgimento da Vila de São João do Cariri de Fora.....	33
2.2	Os escravos do Cariri na primeira metade do século XVIII.....	49
2.3	A mão de obra escrava.....	65
2.4	Da cultura material.....	79
3	<b>A ESCRAVIDÃO EM SÃO JOÃO DO CARIRI.....</b>	92
3.1	Os escravizados nos inventários de 1783 a 1805.....	100
3.1.1	Dos escravos de Thomé Ribeiro Fernandes.....	109
3.1.2	Dos escravos de Francisco Alves Pequeno no ano de 1796.....	124
3.2	Dos inventários do período de 1806 a 1824.....	130
3.3	Dos inventários de 1824 a 1842.....	149
4	<b>LEILÕES, CRIMES, RESISTENCIA DE ESCRAVOS EM S. J. DO CARIRI 188</b> .....	
4.1	Leilões de escravos na praça da Villa de São João do Cariri.....	189
4.2	Dos crimes praticados e sofridos por escravos.....	204
4.3	Das fugas de escravos no Cariri e o rapto do escravo Severino.....	232
4.4	Disputa em torno da liberdade: tentativa de ré-escravização da liberta Maria, liberta no ano de 1839.....	247
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	260
	<b>FONTES E REFERÊNCIAS .....</b>	266

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata da História social da escravidão negra no Sertão do Cariri da Paraíba, mais especificamente na região dos Cariris Velhos, a qual, deu origem a cidade de São João do Cariri e suas áreas de influência, no período estudado, de 1783-1843, com o olhar voltado para as relações entre senhores e escravos, conflitos e tensões, os quais ocorreram durante todo o período da escravidão. Para que esta pesquisa acontecesse, foi necessário fazermos um estudo que mostrasse os pontos em que senhores e escravos conviveram pelo sertão do Cariri e suas formas de relacionamentos e resistências dos cativos; os quais, deram grande contribuição para a economia e a história social nesta região do sudoeste do Estado da Paraíba.

A escolha do tema, “a História social da escravidão em São João do Cariri”, surgiu a partir da nossa experiência adquirida, atuando em salas de aula como professor polivalente e de História, durante mais de vinte anos, lidando com os mais variados tipos de alunos em comunidades rurais e distritos do município de Serra Branca, que estavam e estão integrados ao passado da Vila Real de São João. Para tanto foi necessário observar os costumes das pessoas e o processo de miscigenação da região do sertão do Cariri. Tivemos também, nestas mais de duas décadas de aulas, na condição de professor da rede pública estadual e municipal, experiências com escolas do antigo e já extinto Mobral, o qual eu fui aluno, como também na Educação de Jovens e Adultos, onde lecionei desde a alfabetização às séries do ensino médio.

A nossa experiência de sala de aula e as leituras sobre esta temática também influenciaram na escolha deste tema, que vem desde os anos de 1980 se definindo cada vez mais como um dos principais assuntos do momento e os debates continuam se acirrando em torno da história social da escravidão que, nos dias atuais, podemos olhar a partir de diferentes formas, e pesquisarmos fontes variadas mesmo com maiores dificuldades, quando, tratamos do alto período colonial, mas quando o pesquisador quer, é insistente e tem responsabilidade pela causa, ele é capaz de “tirar leite de pedras” para conseguir seu objetivo.

Assim, fizemos algumas indagações: Qual a representatividade de escravos no Cariri da Paraíba, no final do século XVIII e primeira metade do século XIX? Como se davam as relações entre senhor e escravo, no meio rural? O escravo era símbolo de *status* e de fausto para os senhores? Como circulavam os escravos na Villa Real de São João do Cariri no período estudado? Quais profissões, eles exerciam? Havia convivência entre as famílias escravas? Como se davam a venda e as formas de arrematações de escravos? Quais as formas de resistências? Como ocorriam as fugas? Quais os crimes praticados por escravos?

Essas indagações permitiram a elaboração do objetivo geral deste trabalho que consiste em analisar a história da Villa Real de São João do Cariri de Fora a partir das relações escravistas, na vida cotidiana e compreender as práticas de resistências dos escravizados, acontecidas nas diferentes formas de reagir e de conviver com seus senhores, no período de 1783 a 1843. Desta forma, é preciso compreender a vida das pessoas, na vila, frente às relações sociais, políticas e econômicas, nesse período; entender as relações de trabalho e a vida escrava, neste espaço rural e suas diversas formas de ofício, fazendo abordagens sobre as práticas de resistências dos cativos, nessa região do Cariri.

Este trabalho é fundamentado na história social inglesa thompsoniana. Os historiadores sociais ingleses se preocuparam em alargar as perspectivas da narrativa histórica e seus atores sociais. Dessa influência, a partir das últimas décadas do século XX, surgem o aumento gradativo das pesquisas, no campo da história social da escravidão nas mais diferentes formas de resistência e a prática de trabalho forçado dos escravizados.

A importância e o objetivo desta dissertação de mestrado é fazer um estudo sobre a história da cidade de São João do Cariri, de 1783 a 1843 como já citado. A delimitação deste espaço temporal, de acordo com o transcorrer desta pesquisa, está fundamentada nas fontes empíricas, documentação encontrada deste período na cidade de São João do Cariri, bem como os rastros deixados pelos cativos, feitos com sua força da mão-de-obra, desde, quando estava se iniciando um processo lento de povoamento do sertão do Cariri, como os trabalhos nas construções das primeiras casas de taiparias, dos primeiros currais de pau a pique, das cacimbas, das cercas de pedras, os materiais de construção das moradias que variavam: o tijolo, a telha, a madeira trabalhada no machado, a construção precária dos primeiros reservatórios de água, o pesado e árduo processo de fabricação da cal, etc., da historiografia local

e regional existente, que trata desta temática pesquisada, além dos relatos orais que, de certa forma, deram-nos indicativos importantes que contribuíram para chegarmos às fontes empíricas, tendo os inventários, processos crimes, testamentos e cartas de alforrias, como os principais documentos que encontramos, neste município, tendo, opcionalmente, os marcos temporais de estudo 1783 até o ano de 1843.

Fizemos esta delimitação, visando analisar melhor a documentação encontrada, e por ser um período de transição em que marca a história do Brasil da passagem da Colônia para o Império, um momento truncado, e que envolveu uma série de acontecimentos importantes para a nossa história, que também marcou a história do Sertão da Paraíba naquele momento, mais especificamente dos Cariris Velhos.

O marco inicial deste estudo ocorre logo após uma grande seca, a de 1777, que contribuiu para aumentar as dificuldades na vida sertaneja, deixando muitos prejuízos na economia local, onde os mais prejudicados por estas catástrofes naturais e temporárias, eram os mais pobres, escravos, livres e libertos, que se esforçavam e se revezavam em trabalhos duros e cansativos, para manterem com a força da sua mão de obra as fazendas espalhadas pela região.

No início do século XIX, ocorreram acontecimentos importantes no contexto internacional que afetou o Brasil. Em 1807, os ingleses, que por tanto tempo exploraram o trabalho escravo, passam a liderar os movimentos escravistas por motivos diversos entre eles o econômico e também humanitário, dando um ponto final a este sistema, em 1833 em todas as suas colônias, que, de certa forma, isso influenciou também no sistema de escravidão no Brasil, pois quando de sua independência e para ser reconhecida, foi obrigado a firmar um tratado de proibição do tráfico em três anos e que não foi cumprido efetivamente, mas os movimentos e protestos continuaram e a pressão para abolição do tráfico já vinha desde a fuga da Família Real de Portugal para o Brasil, em 1808.

Sob desconfianças, a lei criada em 1831, declarava livre os africanos que desembarcassem em portos brasileiros. Dessa forma, a lei de 1831 dizia em seu Artigo 1º que “Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”. Ainda seriam punidos aqueles que contrabandeavam escravos a partir daquela lei promulgada, sendo aí onde muitos escravos se rebelavam diante de seus senhores e as reivindicações dos direitos a partir daquela lei levou muitos

senhores aos tribunais e esta lei contribuiu para a criação de outras no decorrer do Império (MOZAR, 2011, p. 42).

Mesmo com a criação dessa lei, a importação de escravos não parou, a agricultura e a economia girava em torno dessa prática de trabalho, no cativeiro. Na região do Cariri da Paraíba, muitos desses cativos estavam desempenhando a função de vaqueiros, cuidando do gado na caatinga, trabalhando de cavouqueiros e nas cozinhas das casas grandes, levavam uma vida muito diferente daqueles que viviam na escravidão. Nas cidades, porém, suas condições de escravos não mudavam, permaneciam as mesmas, mesmo aqueles que conseguiam a liberdade, ainda assim poderiam ser ré escravizados mesmo que de forma ilegal, eram práticas que aconteciam por todos os lugares, onde fora efetivada a escravidão.

Neste período, ocorreram no Brasil, vários movimentos sociais: a Revolução de 1817; a Confederação do Equador, em 1824; a Revolta dos Malês, na Bahia, que ocorria desde o início do século XIX, e que culminou com um dos acontecimentos mais expressivos da resistência escrava no Brasil, intitulado de O levante de Carrancas, em Minas Gerais. Assim, com o processo de Independência do Brasil, intensificaram-se a criação das novas leis, tais como uma constituição, e a proibição do tráfico de africanos em 1831 como já discutido.

Ainda, neste período, tivemos vários movimentos sociais pelo Brasil, como na Província do Maranhão, a Balaiada; a Cabanagem, no Pará; a chegada ao poder do D. Pedro II, começando com este advento uma nova fase da história política do Brasil, conhecida como o Segundo Império, etc., e mais uma vez a Bahia aparece no cenário com a revolução que denominou-se Sabinada, que teve como objetivo dos revoltosos proclamar a República Baiense e foi liderada pelo médico Francisco Sabino Vieira<sup>1</sup>. Havia um clima de revolta por parte de um grupo de baianos que contestava o regime em 1837 e acabaram derrotados pelas tropas legalistas em 1838.

Achamos este período delimitado suficiente para discorrermos sobre a história da escravidão no Cariri. Sabemos das dificuldades de pesquisarmos a história colonial, no Brasil, devido à limitação das fontes e de poucos pesquisadores que se arriscam a estudar a história, neste período, mas, mesmo enfrentando alguns problemas, nestes termos, é possível fazermos um estudo que trará contribuições para a história da escravidão em níveis regional e local. Neste sentido, podemos colocar os escravos do Sertão do Cariri como agentes históricos que deram contribuição dentro de suas condições e possibilidades, que, de certa forma,

estabeleceram relações e fizeram negociações com seus senhores em suas convivências cotidianas, havendo, inclusive, registro de alguns chegaram a conquistar a liberdade mesmo num ambiente de condições desiguais.

A historiografia da escravidão, no Brasil, na linha da história social, no que é atinente ao quadro da resistência<sup>1</sup>, vem ganhando novas conotações sob o ponto de vista de como o escravo passou a ser estudado em macroestados, como na obra de Gorender, *O escravismo colonial* (1990), e passando a ser interpretada com outros olhares além da simples interpretação do ponto de vista da submissão e sendo estudado e visto como uma história social da escravidão com múltiplas possibilidades de estudo, e que os escravizados ocupavam um lugar de reação, de relações conflituosas, longe da tese freiriana que apontava para uma relação fraternal.

Dentre estas possibilidades, passou-se a estudar a história social da escravidão que envolve a mulher negra, a família escrava, as doenças escravas, os aspectos de resistências, as religiões africanas, a vida cotidiana dos cativos, crimes envolvendo escravos e as formas destes em seus relacionamentos no cativeiro, a vida dos cativos na casa grande e fora desta, incluindo o campo agropecuário dos sertões. Observamos, ainda, a vida dos cativos nos mais variados pontos de vista, contemplando aspectos como a moradia nas fazendas e nas casas espalhadas longe da casa grande, onde os escravos até podiam desenvolver outros tipos de relacionamentos na vida cotidiana, onde nem sempre seus senhores estavam vigiando.

Estudo sobre a submissão com passividade não mais é aceito. Não se pode mais pensar dessa forma, menos ainda sobre o escravo; nem mesmo aqueles cativos que trabalhavam com seus senhores, na casa grande. Em relação à resistência a escravidão, os escravos africanos ou crioulos, viviam em clima de tensão, que, em qualquer momento, poderiam reagir contra seus senhores. Mostramos, aqui, o exemplo que aconteceu na Fazenda do Carneiro, no sertão do Cariri, quando o comandante Florêncio, dono da mesma, estava envolvido num crime feito por um dos seus escravos de nome Manoel e logo em seguida, no ano de 1834, o mesmo senhor mandou o escravo de nome José pegar um boi no pasto para o abate, e o dito escravo mandou um outro seu companheiro de nome Damião pegar o cavalo, e cuja ordem do

---

<sup>1</sup> Para melhor entendimento sobre a historiografia recente no campo da História Social e resistência escrava ver LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da "Rainha da Borborema": uma história social da escravidão em Campina Grande – séc. XIX*. Editora Universitária UFPE, 2009.

mandante escravo acabou na morte dele, no caso José, feito pelo cativo Damião por não ter gostado de ter recebido ordem do seu companheiro, como veremos nesta pesquisa.

Este acontecimento da fazenda do Carneiro, será estudado nesta pesquisa para compreendermos como os conflitos, no seio do sistema de escravidão, estavam ativos entre senhores e escravos, assim como entre cativos nos mais diferentes episódios, mesmo naqueles pontos onde Freyre (1996), chegou a afirmar que: “No Brasil as relações sociais dos senhores com seus escravos teriam sido mais “dóceis” do que em outras regiões da América”. Isso, para as relações com os escravos domésticos, como amas de criar, mucamas, irmãos de criação de meninos brancos que se serviam deles como de um brinquedo especial, no qual podiam montar, comparando-os a cavalo, a fim de produzir deleites pessoais, indiferente às queixas, causadas pelas denominadas “brincadeiras”. Dessa forma, o mesmo autor, apesar de sua contribuição para a história da escravidão, não fala que de vez em quando, senhor e escravo estavam resolvendo conflitos diante dos tribunais, sendo denunciados pelos seus cativos.

Os cativos “domésticos” executavam os seus trabalhos obrigados, mas isso não significava que eram submissos e acomodados. Eles teciam, tramavam, planejavam atos de rebeldias, sendo este fogo ré-aceso sempre que as coisas chegavam aos limites extremos. E os cativos tinham que reagir das mais diferentes formas, dentre estas, assassinando seus senhores ou parentes destes, fugindo ou acobertando fugas, danificando o patrimônio dos seus senhores, tramando envenenamentos ou até mesmo praticando o suicídio de si próprios nos momentos mais extremos, como uma resposta de que não aceitavam as práticas escravistas.

Muitos debates e questionamentos foram travados em torno do que o sociólogo disse serem relações amenas entre brancos e negros, na sociedade, brasileira escravista, mas a importância de sua obra é inegável, pois a partir dela a contribuição africana à construção da sociedade brasileira passou a ser mais valorizada e também mais questionada sobre a posição que ocupavam os escravos na economia e sua integração com o “mundo dos brancos”. Freyre (1996) levou muitos historiadores a se questionarem quanto às possibilidades de estudarmos a história social da escravidão por outros vieses e a partir de fontes documentais ainda não estudadas, até o início dos anos de 1980, como os documentos eclesiásticos, cartoriais e outros.

O livro, “Casa Grande e Senzala”, repercutiu na historiografia ocidental e foram lançadas também as ideias seminais de que a escravidão teve “convivência harmoniosa” entre negros e brancos, prevalecendo uma relação “fraternizante” entre ambos. Freyre (1996) não negou as agruras do cativo e as mais diversas formas de violência praticadas dentro do sistema escravista, mas sempre minimizando-as em muitos aspectos, tendo seguidores que o admiravam e concordavam com sua tese, em especial nos Estados Unidos, o que repercutiu de forma positiva entre os admiradores e estudiosos da causa, contribuindo assim, para um aumento de suas leituras pela América<sup>2</sup>. Segundo Russell-Wood (2005, p.33), um dos méritos de Freyre é que “[...] a divulgação de seus estudos incentivou a novas pesquisas comparativas.”

Thompson (1987) estuda a classe operária inglesa e suas ações coletivas de resistência popular. O autor analisa as ações coletivas advindas das ações populares e das estratégias de resistências dos trabalhadores, dando contribuição para desenvolvermos outros temas na história, como o trabalho escravo, por exemplo. Desta feita, a escrita sobre a escravidão, no Sertão do Cariri, se utilizará do conceito de resistência e experiência de que se faz presente, na concepção thompsoniana.

Utilizamos também, nesta pesquisa, a micro história italiana, do historiador Carlos Ginzburg, uma das maiores autoridades intelectuais da atualidade no campo da história social, nesta perspectiva, e que visa descrever alguns aspectos na história ligados à descrição de crimes, detalhando os acontecimentos destes e mais alguns aspectos reveladores importantes que tratamos nesta pesquisa com os roubos de animais, as arrematações dos cativos em praças públicas, etc.

O trabalho com a micro – história, dentre várias possibilidades, sendo uma delas a que trabalhamos nesta pesquisa é a de redução no espaço de observação, no tocante a alguns acontecimentos como os crimes, nos quais podemos analisar aspectos mais detalhados dos acontecimentos, se não acompanhados com rigor das observações, passaria despercebidos.

Afirmamos, também, na utilização da teoria do paradigma indiciário, cuja tarefa é tratar das formas de saber tendencialmente mudas no sentido de que suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de

---

<sup>2</sup> ROCHA, Solange Pereira da. Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual. Ed. UNESP, 2009. P. 30/31.

conhecedor ou de diagnosticador, limitando-se a por em pratica regras preexistentes. Nesse sentido, a esse tipo de conhecimento agregam-se elementos imponderáveis: “faro, golpe de vista, intuição” Ginzburg, 1989, p.179. Segundo este historiador, o uso do paradigma indiciário, nas ciências humanas, consiste na interpretação dos fatos a partir de partes que o constituem, ou seja, interpreta os fatos com o auxílio de indícios ou sinais que permitem decifrar uma verdade quase sem percepção.

A história social vem dando importantes contribuições nos estudos sobre a população negra no Brasil, em especial a dos escravos, alargando as fronteiras do conhecimento sobre esta causa, agregando o estudo sobre outros grupos prioritariamente do ponto de vista da história dos de baixo, das classes trabalhadoras sendo postos como homens e mulheres que tiveram e têm participação especial e são os principais personagens que dão sustentação à vida cotidiana das populações.

Os estudos sobre a história social da escravidão no Brasil têm se manifestado de forma positiva e diversificada, sendo as regiões Sul e Sudeste, as que mais têm dado contribuição. No Nordeste, destacamos os estados da Bahia e Pernambuco. Mesmo assim, a história do cativo no Brasil, está fertilizada de diversidades; é sabido que por muito tempo prosperou a escravidão nos engenhos; aos poucos, ganhou significado especial nas cidades, como o Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, como os principais redutos de escravos na cidade nos estudos sobre escravidão no Brasil. (LIMA, 2009, p 42. ).

A contribuição dada no processo de desenvolvimento das cidades brasileiras, em várias delas, teve a predominância especial da força da mão-de-obra escrava. A coisa foi tão forte, que a primeira greve no Brasil, aconteceu, na Bahia, na capital, Salvador, em 1857<sup>3</sup>, e que marcou a nossa história e mostrou a força que aqueles trabalhadores cativos, carregadores de ganho, de alugueis, livres e libertos, conseguiram reunir em prol de suas causas próprias, fazendo várias reivindicações, e levando aquela cidade a um momento delicado e que exigiu um tratamento especial devido à paralização das atividades econômicas em especial nos portos promovendo, enfim, a falta dos carregadores motivada pela greve.

Lima (2009) chama atenção para o caráter diversificado da experiência da escravidão e dos cativos, lembrando a importância de fazermos pesquisas localizadas, adentrando às “periferias”, onde isto geraria um “jogo de espelhos.” Dessa

---

<sup>3</sup>REIS, João José. A Greve de 1857 na Bahia IN USP. 1993

forma, o autor cita a cidade de Campina Grande-PB, para estudar os padrões de resistência negra.

Em se tratando da historiografia paraibana sobre a vida escrava em São João do Cariri, destacamos a obra do jornalista e escritor, memorialista, o Senhor José Leal Ramos<sup>4</sup> que afirma em seus relatos: “os escravos angolanos eram bonzinhos, já os que vieram das bandas de Palmares eram malvados, assaltantes e aliciadores de outros cativos perturbadores da paz no sertão”. Ramos (1970) lamenta o extravio dos documentos da Vila de São João, e se apropria de outros historiadores tradicionais como Irineu Joffily<sup>5</sup> e de outros historiadores memorialistas campinenses em especial, para explicar a “pouca serventia dos cativos” na história da Vila.

Do meu ponto de vista, Ramos (1970) e Joffily (1977) cometem alguns equívocos ao fazerem afirmação que os escravos tiveram pouca participação na região do Cariri. Os documentos, como os inventários, comprovam uma boa quantidade de cativos nesta região, no período estudado. Pelo que Ramos (1970) afirma, nos deixa a impressão de que “o mito” dos escravos de palmares, mesmo depois de tanto tempo, parecia ainda ser bem lembrado na região.

Segundo Mozer (2011), em sua obra *Luiz Gama: o libertador de escravos e sua mão libertária Luíza Mahin*, com os escravos baianos também, depois do Levante dos Malês, estes não eram bem quistos em muitos lugares pelo Brasil, os próprios senhores quando adquiriam escravos baianos e depois descobriam sua procedência vinda da Bahia, tratavam de se desfazer logo do negócio, nem mesmo crianças escravas eram aceitas quando tinham procedência da Bahia.

Isto aconteceu com o escravo Luiz Gama<sup>6</sup>, baiano, vendido pelo próprio pai ainda criança que com muita astúcia e jogo de cintura, conseguiu sua liberdade tendo sido rejeitado por um senhor que o havia comprado para servir aos seus filhos, mas que logo descobriu que o dito cativo era baiano. Assim como este caso, muitos

---

<sup>4</sup> Ver RAMOS, José Leal. Este autor era jornalista, com visão positivista, filho natural de São João do Cariri, escreveu vários trabalhos sobre a sua terra natal como: Assim eram as coisas; Vale de Travessia; Itinerário histórico e outras obras. Inspirou-se em autores da historiografia de Campina Grande, em especial JOFFILY e Epaminondas Câmara, escrevendo poucas linhas sobre a história da escravidão. Suas obras são, quase todas dos anos de 1970.

<sup>5</sup> Ver JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Parhyba. Brasília: Thesaurus Editora, 1997. As teses da incompatibilidade entre escravidão e pecuária, e o caráter improdutivo do escravo africano nos sertões da América Portuguesa foram originalmente veiculadas por Capistrano de Abreu. Portanto, ver ABREU, Capistrano.

<sup>6</sup> BENEDITO, Mouzar. Luiz Gama: O libertador de escravos e sua mãe libertária, Luíza Mahin. 2ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

senhores que viam com desconfianças por conta das revoltas acontecidas constantemente em Salvador.

Em notas sobre a Paraíba, o escritor campinense, Yrineu Joffly, ao descrever sobre a viagem que fez, percorrendo o Cariri, no final do século XIX, observou que a presença de africanos nesta região foi bastante reduzida e que estava mais adaptada aos serviços da casa grande, ficando o trabalho do campo e dos vaqueiros sob a responsabilidade da mão-de-obra nativa:

O período estudado pelo autor foi o final do século XIX, época em que o “processo de crioulização” nesta região já estava bem avançado, vindo desde o final do século XVIII, como vamos perceber nos dados que levantamos nos inventários.

Segundo Parés (1995, p. 88), em sua pesquisa sobre *O processo de crioulização no Recôncavo baiano, 1750- 1800*, cabe distinguir e podemos observar o processo de crioulização pelo lado cultural, pelo (processo de transformação que estiveram sujeitas as culturas africanas no Brasil), e, por outro, o processo de crioulização demográfica, que estuda o crescimento da população crioula, tendo o crioulo aqui como o negro de ascendência africana nascido no Brasil.

Pelo que percebemos, havia uma certa falta de vontade de enxergar a escravidão como um sistema que foi marcado por tensões por todos os lugares, enquanto durou, vendo-a como uma instituição “secundária” no contexto maior da história da Paraíba, como ocorreu com o município de Campina Grande como afirma Luciano Mendonça de Lima, onde a história da escravidão quando muito, ficou nas notas de pé-de-página.

Segundo Epaminondas Câmara, que também estudou o Cariri, fez a seguinte observação em relação aquele lugar à época:

A Carta régia de 7 de fevereiro de 1711 autorizava a criação de juízes ordinários e de escrivães nos distritos do interior. Tal criação em distritos ou povoados que não gozavam do predicamento de vila, estavam em desacordo com as Ordenações do Reino. Poderiam apenas serem criados julgados com cartório, meirinhos e juízes pedâneos ou de vinteira. No povoado da Travessia ou dos Cariris (hoje São João do Cariri), houve um JULGADO criado por alvará de 17 de abril de 1776, mas não tinha juízes ordinários.

Quanto à história da escravidão, o autor quase nada deixou de contribuição para a historiografia paraibana. Os temas relacionados aos escravos foram esquecidos por estes historiadores tradicionais, Ramos, Joffily e Câmara, que

preferiam percorrer pelas histórias de genealogias e dos senhores de terras, espalhados pela região estudada. Até mesmo sobre as secas que assolavam a região com frequência, foram pouco lembradas ou estudadas.

Diana Galiza (1979), historiadora que escreveu a obra, “O domínio da escravidão na Paraíba”, dissertação de Mestrado, cujo objetivo era de analisar a vida escrava e seu papel na economia sertaneja. A autora analisa também em sua pesquisa o declínio da população de escravos na Paraíba, estudando o tráfico interprovincial, o processo de manumissão e os movimentos emancipacionistas e abolicionistas que penetraram na Paraíba.

Galiza faz um estudo, mostrando importância da escravidão na Paraíba e em especial no Sertão, observando a mão-de-obra dos cativos como principal fonte de riqueza, alargando sua pesquisa com a documentação de fontes diversas dos arquivos públicos cartoriais, incluindo, em sua pesquisa, o sertão de São João do Cariri, e afirma a marcante presença da escravidão neste lugar, que chegou a concentrar uma escravaria mais numerosa do que alguns municípios da zona canavieira.

A partir da última década do século XX, surgem novas abordagens sobre a temática da escravidão, na Paraíba, e aumenta o número de pesquisas sobre este assunto, como Maria do Céu Medeiros (1999), que deu grande contribuição ao organizar o mapeamento da história da escravidão na Paraíba no que tange ao trabalho no cativeiro. Desta feita também, historiadores e historiadoras, como Solange Pereira da Rocha (2009) ampliam o campo do conhecimento da história social da escravidão e passa a estudar o lado feminino neste ramo, no qual constam as mulheres cativas em sena, como sujeitas de disputas e que entram no contexto da resistência, ou seja, no caso aqui, sobre o sistema escravista.

A historiadora Maria da Vitória (2010) estuda os comportamentos e movimentos de ordens e desordens na senzala, vendo os códigos de posturas feitos pelas Câmaras nos municípios paraibanos, incluindo São João do Cariri, já na segunda metade do século XIX.

Luciano Mendonça de Lima (2009) que mostra a importância da participação dos escravos na revolta do Quebra Quilos, em Campina Grande e sua tese de doutorado *Os Cativos da “Rainha da Borborema”* que trata de diversidades de temas, envolvendo a escravidão e as mais diversas formas de resistência nas senzalas e fora delas.

Dessa feita, outros autores se inspiraram na história social da escravidão, na Paraíba, e vem crescendo constantemente o número de estudiosos desta causa, adentrando pelo Sertão e que, no decorrer desta pesquisa, faremos diálogos com os mesmos, e os autores já citados como exemplo dos mestres Eleonora Felix da Silva (2011), que estuda a Escravidão e resistência escrava na “cidade D’Arêa” oitocentista, onde a autora tematiza os escravizados, enquanto agentes históricos importantes na cidade, rompendo com essa ideia de que os escravos eram trabalhadores passivos, concluindo que os cativos tiveram grande relevância como atores sociais, naquela região dos brejos.

A autora fez um duplo exercício, a história dos escravizados e sua relação com a cidade de Areia, localizada no brejo paraibano, fazendo um recorte temático, dialogando com as fontes empíricas e as múltiplas experiências vividas pelos escravos na Areia da segunda metade do século XIX.

A historiadora Maria Izabel Pimentel de Castro (2009), decidiu trilhar pelas veredas da história da genealogia no Cariri. A autora trabalhou em sua pesquisa com fontes documentais empíricas com o tema Laços de famílias e costumes de fé nas terras de Cabaceiras, no Sertão do Cariri de (1735 – 1770). No seu trabalho de pesquisa, a autora problematiza a temática que envolveu família e religiosidade na Parahyba colonial, mais especificamente, na fazenda Cabaceiras.

A pesar da contribuição dada pela mesma autora, nesta linha de pesquisa, pouca coisa se falou sobre os cativos, mesmo ela estando num dos focos da escravidão que foi esta fazenda, ela não mencionou a importância da mão-de-obra nem da família escrava, mas que sua pesquisa tem um significado especial pela dificuldade de escrever sobre este período, por motivo da escassez de fontes e de poucos trabalhos escritos.

Ainda sobre o sertão do Cariri, o sociólogo Francisco de Assis Batista (2012), com a tese de doutorado “Nas trilhas da resistência cotidiana: O protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri Paraibano que trata da resistência camponesa pela região em especial no Município de Monteiro dos anos de 1900 a 1950 que contribuiu de forma positiva para o conhecimento da região.

O mestre historiador Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu (2011), trilhou pela história da escravidão no Sertão com o tema “Senhores e escravos do Sertão”. Espacialidades de poder, violência e resistência, dissertação de Mestrado apresentada e defendida no PPGH em 2011, também na segunda metade do século

XIX, utilizando uma documentação empírica, e apresentando uma discussão sobre as relações estabelecidas entre os senhores e escravos do alto sertão da Província da Paraíba, na região da Ribeira do Rio do Peixe, de 1850-1888, o autor trata em sua pesquisa, dentre tantos temas, o drama vivido por alguns escravos, no tocante à resistência, em especial a vida imprimida pelo escravo Miguel. O autor contribui para a história da escravidão no Sertão e com o debate historiográfico sobre o cotidiano escravista nas regiões interioranas do Brasil, visto a necessidade de considerar tanto as especificidades como as circunstâncias históricas, diferenciadas, conforme cada região.

“Em busca da liberdade”: os escravos no Sertão do Rio Piranhas, pesquisa feita entre os anos de 1700-750, corajosamente pela Mestra Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes (2009). A autora trata da história dos escravos no Sertão da Parahyba, na ribeira do Rio Piranhas e suas áreas de influência destacando a relação entre senhores e escravos, seus laços e interdependência e as possíveis tensões e arranjos entre senhores e escravos.

A historiadora Solange Pereira Rocha (2009)<sup>7</sup>, que faz uma análise das mudanças que vêm ocorrendo com a história social da escravidão, e em seu livro “*Gente negra na Paraíba oitocentista*”: população, família e parentesco espiritual, tem, como principal objetivo compreender como as pessoas negras – escravizadas e livres - (ré) organizaram suas vidas familiares, observando as diferentes conjunturas econômicas do oitocentos, que resultaram na diminuição da população cativa e no aumento dos “pretos livres”, e suas estratégias para o estabelecimento de vínculos parentais além de outros temas tratados pela autora.

O historiador Marcus Carvalho (1998), que estuda Recife, na primeira metade do século XIX, de 1822 a 1850, sobre as tantas abordagens, o autor trata da história da escravidão no Recife. Esta cidade possuía características comuns às demais cidades escravistas brasileiras a exemplo do Rio de Janeiro e Salvador com suas diversidades sociais e em especial, estuda a relação dos moradores desta cidade com as águas dos rios. Na referida cidade, os negócios realizados pelos negros, muitas vezes ocorriam nas ruas, onde cruzavam todos os tipos de vendedores, formando um

---

<sup>7</sup> Ver ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual* – São Paulo: Editora UNESP, 2009. A autora trata também dos casamentos entre os negros, de famílias monoparentais e dos batismos e compadrio no seio do cativo, das conquistas e mobilidade social no decorrer do período estudado e outros temas relacionados ao cativo.

verdadeiro caldeirão. Em Recife, não faltava gente escrava a ser alugada para trabalhos em variados ofícios.

Leila Algrante (1998), em sua pesquisa “*O feitor ausente*”: estudos sobre a escravidão, no Rio de Janeiro, 1808-1822, nos leva a perceber que o trabalho no campo, aos poucos, foi substituindo outras formas de trabalho, conquistando outros setores da economia. A autora ainda afirma que o trabalho escravo em sociedades escravistas como as que se desenvolveram na América a partir do século XVI, os escravos desempenharam um importante papel tanto no campo como nas cidades, o que ela classificou como sendo “da roça ao quintal”.

Desta forma, adquirimos experiências com os relatos de pessoas cujas memórias eram preservadas de geração em geração, chegando aos nossos dias. Tais depoimentos colhidos em distintos lugares do Cariri, ajudaram na consolidação dessa ideia, nos levando a procurar fontes que se adequassem às informações e ao conhecimento adquirido ao longo da minha experiência como docente, para tirar proveito dela, nesta pesquisa.

Os documentos usados para esta pesquisa estão guardados nos arquivos do Fórum Nivaldo de Farias Brito e outra parte se encontra no Museu Histórico de Campina Grande transcritos e usados em pesquisas anteriores pelo historiador Tarcísio Dinoá Medeiros e se encontram disponíveis naquela instituição em duas caixas. Entre eles, há um inventário do ano de 1742, pertencente ao inventariante, Capitão mor Domingos de Farias Castro do sertão do Cariri, feito por ocasião da morte de sua mulher Izabel Rodrigues de Oliveira e que servirá como ponto de referência e de análise para compararmos aquele período do século XVIII com os inventários seguintes da primeira metade do século XIX.

Também realizamos leituras de dissertações e teses de historiadores que nos influenciaram, e que trilham a corrente da história social da escravidão, os quais serão indispensáveis ao diálogo, no decorrer dos capítulos, em especial, tomando como referência os historiadores paraibanos que estudam esta temática sobre os sertões, sem deixar de trabalhar com os demais, que estudam escravidão nas cidades e nos engenhos, etc. Isso porque a história social no Brasil, e, em especial, a da escravidão, começou mesmo a se afirmar a partir dos anos de 1980, com a história dos movimentos sociais, das cidades e do trabalho escravo e vem crescendo constantemente, em especial na Paraíba.

A historiografia tradicional local descreve com fascínio o que sentia pela Vila Real de São João do Cariri, como um lugar de passado de “glórias, da abundância e do progresso” numa visão positivista, de alguns dos seus moradores. Mas, o seu “sucesso” deixou muitos personagens apagados no meio do caminho, como os escravos. Foram eles, os escravos, os nativos e os trabalhadores livres e libertos, homens e mulheres, pequenos proprietários, vaqueiros, e até alguns senhores donos de terras que deram contribuição na sua história, sendo que os verdadeiros responsáveis pelo seu “desenvolvimento”, foram os trabalhadores do cativo, juntamente com a população livre e de baixo.

O trabalho escravo, utilizado inicialmente no campo, substituiu outras formas de trabalho em setores diversificados e com a criação dos primeiros centros urbanos, de acordo com seus crescimentos, essa mão-de-obra também é expandida para a cidade, acabando por dominar as relações de produção e constituindo-se na estrutura fundamental das sociedades no Novo Mundo e, em especial, na brasileira.

Uma das maiores características no interior ou no Sertão era a proximidade constante do campo com os vilarejos e povoações, onde todos juntos não passavam de um mundo tipicamente rural, tal era a cidade de São João do Cariri nos períodos colonial e imperial até os anos de 1840. Porém, era neste quintal que chegavam as coisas da roça, essencial para a sustentação da povoação.

Era nesse espaço, na pequena povoação, onde as pessoas iam em busca de acordos, de compra e vendas de mercadorias com os negócios do comércio, cuja riqueza era tombada em lombos de animais; lugar este que servia de descanso para os almocreves e de negócios de compra e venda de seres humanos negros; era lugar dos transeuntes que passavam por aquelas casas de taiparias, dos primeiros casarões e sobrados que davam abrigo a quem por ali chegava para se arrancar, ou dos doentes que chegavam ali, morriam e naquele mesmo lugar eram silenciados para sempre. As frotas de mulas carregadas com seus pesados caçoás e caixões, chegavam e eram cuidadas pelos escravos e os animais alimentados, enquanto seus agenciadores tratavam dos negócios e também da alimentação e seguiam viagem desaparecendo pelas entranhas do Sertão.

Esses negros, escravos de senhores da Freguesia à época, também cuidavam dos animais de viagem, tanto dos almocreves quanto dos rebanhos de gado que por ali passavam rumo aos brejos da Paraíba e de Pernambuco, em maior número. Mas não era só isso, espalhados por um vasto território, os cativos também eram artesãos

e cuidavam de traçar o barro para o fabrico de panelas, tijolos e telhas, esta última tão valiosa que chegava a ser dividida e avaliada como parte nos inventários; quem tinha um ou dois milheiros de telhas parecia ter uma casa ou as tinha, pois a telha é um produto com maior dificuldade para ser fabricada à época e talvez por isso era tão valiosa.

Nesse sentido, a Villa Real de São João, aos poucos, no decorrer do século XIX, passou a ser um lugar de poder político, judicial, econômico religioso e de sociabilidades importantes; um lugar de trocas de conhecimentos, informação e de diversão; um lugar de cultos religiosos cuja fé misturava-se às práticas de violências à escravidão. Mas, prevalecia o culto à imagem da Santa de Nossa Senhora dos Milagres, que era cultuada também pela Irmandade dos Brancos, ou a do Santíssimo Sacramento como consta nos documentos de testamentos e inventários de senhores, prestando contas aos vigários para ficarem de consciência limpa ou quando morriam, os inventários registravam todos os compromissos que aquelas pessoas tinham e que eram acertados pelos herdeiros, geralmente o conjugue ou os filhos, ou o herdeiro mais aproximado do defunto. Foi assim com o senhor Francisco Fernandes de Oliveira Filho<sup>8</sup>, no ano de 1843, quando da sua morte, ele alegava dever à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Villa Real de São João a importância de 166\$000 reis.

No segundo capítulo, **ESCRavidão E FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SÃO JOÃO DO CARIRI**, fazemos uma análise historiográfica sobre a “cidade” de São João do Cariri nos períodos colonial e imperial, utilizando alguns inventários com dados anteriores a este período delimitado, que servirão para fazermos comparações e análises para melhor compreendermos o período estudado (1783-1843), baseado em historiadores que escreveram sobre este tema na região, não deixando escapar aqui a problemática das secas e a leitura geográfica deste lugar para melhor situar o leitor no tempo e no espaço estudado.

No terceiro capítulo, **ESCRavidão EM SÃO JOÃO DO CARIRI**, analisamos a mão-de-obra escrava a partir dos estudos feitos nos inventários. Damos importância ao valor que os escravos jovens tinham nas partilhas e seus preços subiam *comparados* aos outros cativos. Analisaremos o número de escravos encontrados nos inventários e em outros documentos no decorrer do período, estudando as suas

---

25- Ver inventário de Francisco Fernandes de Oliveira do ano de 1843 no arquivo do Fórum Nivaldo de Farias Brito.

relações com os senhores, espalhadas pelas fazendas da região, o que mostraremos em quadros e tabelas juntamente com alguns testamentos.

No quarto capítulo, **LEILÕES, LIBERDADE E RESISTÊNCIA ESCRAVA EM SÃO JOÃO DO CARIRI**, faremos análises e estudos sobre o papel do escravo na economia local, buscando compreender em quais condições o escravo exerceu seu trabalho e as atitudes destes para conseguir a liberdade, dialogando com outros historiadores, mostrando outros exemplos de vida cotidiana e as práticas de resistência e trataremos de alguns processos crimes, envolvendo senhores e escravos e os leilões que aconteciam, na praça pública da Vila.

## 2 ESCRAVIDÃO E FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SÃO JOÃO DO CARIRI

O Cariri teve como lugar de ponto de partida para sua origem, às margens de um rio denominado à época pelos viajantes e os primeiros moradores de rio Travessia. Isso começou na segunda metade do século XVII. Era um espaço habitado pela população dos índios Cariris, e naquele lugar, começou a aparecer os “visitantes” que andavam em busca de terras, e invadiram o dito lugar, que já tinha dono, e estava ocupado há muito tempo pelos ditos nativos.

Dessa forma, junto com os homens brancos, também veio a escravidão, para dar início ao processo de trabalho de criação dos primeiros rebanhos de gados e adentrar a região, causando desorganização e danos aos povos indígenas, que reagiram, havendo vários conflitos inevitáveis, mas que prevaleceu a força do colonizador. O trabalho escravo foi operado pela mão de obra indígena, no primeiro momento, e, em seguida, pelos africanos e seus descendentes.

A escravidão indígena e africana, ainda, nos dias atuais é pouco conhecida pela historiografia local e regional, necessitando fazer um estudo mais completo, para mostrar o quanto foi importante a história dos de baixo e sua contribuição no processo de colonização da dita região.

### 2.1 O surgimento da Vila de São João do Cariri

No século XVI e durante toda a primeira metade do século XVII, a região formada pelo que conhecemos, na atualidade, de Cariri, mesmo sendo vizinha a Capitania e depois Província de Pernambuco, permaneceu um lugar pouco atrativo para os colonizadores, que estavam centrados na região conhecida como Zona açucareira na faixa litorânea e matas onde existiam muitos rios perenes. Pouco ou quase nada era conhecido dos sertões, que estava bem habitado pelos legítimos donos da terra, os povos indígenas, que conheciam todo o território e estavam divididos em vários grupos étnicos espalhados pela região.

Segundo Joffily (1977 p.106), em *Notas sobre a Paraíba*, os habitantes dessa região da província da Paraíba, o significado da palavra cariry – ou kiriry, nome desses povos que habitavam a região, tem sua origem ignorada e são feitas apenas deduções de que eles poderiam ter vindo de outras regiões do Norte do continente e se

apropriaram de um vasto território entre os rios São Francisco e o rio Paraíba. Segundo, ainda, o autor, os índios que habitavam o platô da Borborema, no caso, onde se encontra o Cariri, eram chamados de Cariris-velhos, que o autor supõe ter sido por estes nativos catequisados, primeiro, antes dos Carris-novos, habitantes do atual território do estado do Ceará.

Dessa feita, a população indígena, no Cariri, parecia ser bastante significativa e habitava um vasto território que também era chamado de Bultrins. Havia os Arius ou Areás, os Icós, Curemas, Paycus e Caicós, a tribo dos Canidés, Tapuyos, Pegas, sendo que esses últimos, segundo ainda Joffily, resistiram aos bandeirantes. O autor faz observação sobre a origem do nome Cariri que pode ter sido batizado pelos portugueses que chegaram primeiro à região ou pode este nome se aplicar a uma tribo nativa, ficando aqui esta observação.

Almeida (1978) chama atenção para os nativos Cariris, e o estado de tensão por que estes viviam, causado pelas invasões das terras, levando à morte de muitos nativos e alguns senhores portugueses espalhados pela região dos conflitos. O estado de tensão era permanente. Os índios estavam espalhados pelos territórios do Rio Grande do Norte, Parahyba, Ceará e Pernambuco, chegando a uma população com mais de dez mil pessoas, de acordo com cálculos de cronistas antigos. Foi um momento marcado pela violência dos Oliveira Ledos no Cariri, de Diogo Jorge Velho, que vindo da região do São Francisco adentrou o Sertão com suas bandeiras e lá se fixou.

Ainda segundo Almeida (1978), a bandeira de Diogo Jorge Velho e a família Oliveria Ledo, eram verdadeiros carniceiros, dessa feita, esses últimos, devastaram os índios Arius, localizados na região de Campina Grande. Quanto a São João do Cariri, não temos estudos sobre os conflitos em sua jurisdição, mas, pelos pedidos de terras feitos pelos Oliveira Ledos, percebe-se que houve rigorosos combates em alguns lugares do Cariri como no Riacho do Padre, e em outras partes da região.

A aldeia indígena dos Kariri, que, posteriormente, foi denominado de Sítio São João, invadida pelo colonizador, na segunda metade do século XVII, dando início ao processo de colonização, teve um crescimento bastante considerável à época, influenciada pela contribuição de fatores naturais hidrográficos, em especial, com a presença dos rios Paraíba, Taperoá e muitos afluentes que serviam de vias de penetração para povoação e para seguir em direção ao alto Sertão. O transeunte que aqui chegava, encontrava hospedagem para o descanso do gado no curral da

povoação e aqui alimentá-lo ou ainda tirar repouso de cargas que por ventura levasse, sendo o trabalho prestado pela mão-de-obra nativa e escrava, que era fundamental até para atravessar o rio em períodos das enchentes.

O processo de colonização de São João do Cariri, assim como em outras regiões do Sertão, deu-se a partir de penetrações lentas e constantes por vários aventureiros, que partiram de lugares diferentes, no decorrer da segunda metade do século XVII e intensificando este processo na primeira metade do século XVIII. Como é sabido, a historiografia paraibana trata deste fato, ocorrido com a participação dos sertanistas paulistas ou pela Casa da Torre da Bahia e principalmente partindo da região canavieira e se expandindo para o interior, em especial, para os Cariris Velhos.

O que percebemos é que com da Casa da Torre vieram alguns aventureiros que se expandiram para o Sertão da Paraíba. A partir da segunda metade do século XVIII, constatamos nos inventários e testamentos, a chegada a essa região da Província da Paraíba de um grande número de pessoas vindas dos brejos, em especial da povoação de Alagoa Nova, de Campina Grande, de Fagundes e de outras partes dos brejos também de Pernambuco, como o Brejo da Madre de Deus, de Goiana e Olinda etc., mostrando que a população do Cariri é composta por uma “colcha de retalhos”, cujas pessoas que aqui chegavam ou que pediam terras através das cartas de sesmarias, sempre alegavam terem gados e queriam terras em determinados lugares para criarem seus rebanhos e fazerem edificações e estas pessoas traziam seus gados dos brejos e agreste, que estivessem com os espaços ocupados por diversas culturas tais como cana de açúcar, mandioca, milho, feijão e algodão; o gado exigia muitos espaços cuja saída era os sertões, embora estes novos senhores não conhecessem sua geografia e clima, começando-se em torno disso a descoberta das potencialidades para a atividade de criatório que a região do Cariri oferecia.

Também era lugar mais fácil viajantes encontrar lugar para se arrancar e trocar informações necessárias, num tempo em que o domínio territorial estava em mãos dos nativos e os perigos de mortes, roubos e ataques destes, sempre que se sentiam ameaçados pelos brancos eram constantes como já discorreremos. Desta

forma, se fazia necessário à companhia dos escravos nessas longas travessias. Epaminondas Câmara<sup>9</sup> discorre sobre este tema afirmando que:

Dentre às vias de comunicação para o interior da Paraíba os leitos dos rios tiveram grande significância e que a primeira estrada que ligou a Cidade de Parahyba ao vale do Piranhas teria acompanhado o rio Paraíba desde o Sanhauá até a foz do Taperoá para quem estava a caminho do Cariri.

Para aqueles que queriam ir além desses limites era preciso continuar uma longa viagem até o alto Sertão, mas todos teriam, obrigatoriamente, que passar pela povoação de São João (no século XVIII) ou seguir pela rota do rio Paraíba até Alagoa do Monteiro, na serra do Jabitacá e atravessar para o alto sertão da província da Paraíba ou adentrar a fronteira penetrando a do Pernambuco.

Wilson Seixas<sup>10</sup> tem dúvidas em relação aos caminhos dos aventureiros, não falando, portanto, sobre a importância dos rios e diz não encontrar indícios certos sobre estes caminhos. Mas, de acordo com as minhas leituras sobre a temática, é provável que os rios tenham sido a opção mais segura para o viajante, até por conta do consumo da água que era fundamental nas longas viagens e que não se podia ser transportada em grande quantidade na bagagem já que é um produto que exige boa armazenagem e dela também dependia os animais das tropas que percorriam os Sertões.

No primeiro momento da história, foram os índios, quem chegou aquele lugar à beira do rio e encontraram poços cheios de água e peixes suficientes para seu alimento. Lá permaneceram em paz durante muito tempo, até a chegada dos invasores brancos com seus escravos negros, que logo fizeram algumas canoas ou balsas de madeiras leves com troncos de madeira (mulungu e umburana) para se prevenirem e puderem atravessar, durante as enchentes do rio Taperoá, que de vez em quando se mostravam caudalosos com suas fortes enchentes, levando os negros a assumirem expressivo papel que era o de atravessar aqueles comboios e até

---

<sup>9</sup> CAMARA, Epaminondas. Municípios e freguesias da Paraíba (p.19), também traça um comentário sobre a importância das vias naturais que ele chama de primeiras estradas que ligou a cidade ao Vale do Piranhas nas páginas 19-20.

<sup>10</sup>SEIXAS, Wilson Nóbrega. O Velho Arraial de Piranhas. Segunda ed. Editora Grafiset, João Pessoa, 2007.

mesmo os animais, pois as enchentes, em anos bons de invernos, duravam dias para dar “travessia pros quatro cantos”, levando daí este nome àqueles negros que até hoje são apelidados de “travessa” e até virou sobrenome de seus descendentes, como afirma D. Helena<sup>11</sup>, 74 anos uma das parentas dos escravos que originaram a família Travessa por conta do próprio nome dado ao rio.

O rio Taperoá é o maior afluente do rio Paraíba e desagua em sua foz, no dito rio que corta o atual município de Cabaceiras, que era o provável caminho dos aventureiros viajantes no século XVIII, por onde faziam suas longas viagens rumo ao auto Sertão da Paraíba. Eles seguiam sempre próximos aos rios pela necessidade de abastecerem-se constantemente com água e alimentos para os animais, e, esta rota, facilitava na orientação, evitando que tomassem outro caminho, senão o que levava ao que assegurou povoamento a partir de currais em determinados pontos, geralmente denominados de curral do meio, de baixo, de cima, ou outras denominações como Rancho Fundo, Rancho do Negro, Tapera, etc., sempre às margens dos rios.

Uma das casas grandes ainda se encontra de pé, conservada, embora tenha sofrido alguns reparos, está localizada às margens do rio Taperoá, no município de São João, no Sítio Curral do Meio, conforme, podemos perceber nas fotografias que constam das mesmas (veja figura 1 e 2). Apesar de ter sido construída toda de taiparias, a frente foi reformada, mas, percebemos que as laterais estão em avançado estado de deterioração como afirmou uma das moradoras, ficando a casa a uma distância de um quilômetro do dito rio. Esta moradia é bastante alta e tem um padrão diferenciado das demais construções daquele período que continham alpendres e muitas janelas, diferentemente das casas de taipas mais simples que as vezes só tinham a entrada na frente e uma janela.

Muitas casas e casarões do século XVIII já não existem mais porque foram derrubadas e o material reaproveitado sendo feitas casas mais confortáveis, mas é possível encontrarmos ainda alguns locais, onde foram feitas as fundações das obras

---

<sup>11</sup> Dona Helena Travessa é uma senhora lúcida, de 74 anos e de boa conversa. Ela nos concedeu uma pequena entrevista e lembra em sua memória muitas coisas sobre as atrocidades do regime de escravidão que tantas pessoas negras foram vítimas assim como seus próprios descendentes que foram realmente os primeiros e primeiras a chegarem naquele povoado e que deram grande contribuição para o seguimento da vida trabalhando em vários setores com os atravessadores e barqueiros que atravessavam os aventureiros que por ali passavam nos períodos de enchentes no rio que foi denominado de Travessia e que deu origem aos negros escravos do sobrenome de travessa que descende sua família.

com cacos de telhas e restos de tijolos, que marcam o século supracitado e que mostram o quanto aquela região ribeirinha às margens do rio Taperoá era movimentada por tropas de almocreves, trabalhos escravos e construção de currais temporários para descanso de boiadas que atravessavam o sertão do Cariri.



**Figura 1** - Ruínas da lateral de uma casa de taipa no sítio Curral do Meio.  
Fonte: Arquivo do autor.



**Figura 2** - Casa de taipa com frente reformada no sítio Curral do Meio.  
Fonte: Arquivo do autor

Historiadores paraibanos afirmam que, durante boa parte do século XVIII, São João do Cariri (povoado de Travessia ou dos Cariris Velhos), era uma pequena povoação com uma capela, construída provavelmente pelos jesuítas, no início do século XVIII. A capela de Nossa Senhora dos Milagres e de algumas poucas casas

de taipa servem como exemplo, pois, apesar de pequenas, tinham uma importância estratégica para os seus moradores e viajantes que passavam pela região e que ali se hospedavam.

A população indígena Kariri e Tarairú que vivia às margens daquele rio, Travessia, e por toda a região, continuou construindo agências para permanecer e manter-se como indígenas. De acordo com a *Enciclopédia dos Municípios Paraibanos*, (1975), o lugar Travessia passou a ser o primeiro núcleo populacional da região dos Cariris Velhos, havendo o início do processo da mão de obra, primeiramente com os nativos como já discurremos, num clima de muitos conflitos mas não demorando muito a aumentar a população e a chegar pela região os primeiros escravos, ainda muito cedo pelo que identificamos em inventários que remontam a primeira metade do século XVIII.

O lugar Travessia, logo foi batizado de sítio São João, de acordo com o pedido feito daquele lugar, em uma carta de sesmaria do ano de 1702 pelo senhor Custódio Alves Martins. Com o passar do tempo, ainda no início do século XVIII, este lugar começou a se transformar e passou a ser um espaço de encontros dos viajantes, dos almocreves que deram contribuição para a formação deste vilarejo a partir da última década do século XVII, chegando e se instalando nesta parte da Província da Parahyba os primeiros colonizadores, como consta nos trabalhos de Irineu Joffly e João de Lyra Tavares sobre as sesmarias na região. Mas, na realidade, a mão de obra escrava também chegou junto, assim como as pessoas pobres brancas e negras livres ou escravas com ofícios variados, juntando-se aos poucos com os nativos, e assim deram continuidade ao crescimento da povoação e atendimento aos peregrinos e viajantes, vindos dos mais diversos lugares que por ali passavam.

Segundo a historiadora Marly Vianna<sup>12</sup>, os portugueses que chegaram ao Planalto da Borborema eram oriundos de grupos mais abastados da Europa, que traziam foros de nobreza adquiridos, geralmente, por serviços prestados ao rei em outras terras; chegaram também colonos portugueses de origem modesta, geralmente, vindos de Pernambuco ou de outras regiões vizinhas da Paraíba.

Devido à problemática do processo de colonização, na região do Cariri Velho, da Província da Paraíba, os núcleos urbanos foram se constituindo timidamente e de

---

<sup>12</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. A estrutura de distribuição de terras no município de Campina Grande (1840-1905). p. 32. Mestrado em Economia Rural. Campina Grande: UFPB, 1985.

forma muito lenta. Em Municípios e freguesias da Paraíba, Câmara (1997, p. 21), afirma que a povoação de São João passou a Julgado (divisão territorial sobre a qual tem jurisdição o juiz ordinário), no ano de 1776 pelo Alvará de 17 de abril daquele mesmo ano, mas não tinha juízes ordinários.

Segundo ainda o mesmo autor, em um relatório do capitão general José Cesar de Meneses, a época governador de Pernambuco, havia no ano de 1774, na Paraíba, uma cidade, três vilas e seis freguesias. A cidade era Parahyba, as vilas eram Pilar, Pombal e Areias, e as freguesias de Campina Grande, Cariri de Fora, Conde, Alhandra, Traição e Monte Mor. (p. 21)

Na Freguesia de São João do Cariri, já existia a capela de Nossa Senhora dos Milagres, fundada no ano de 1718, tendo sido fundada pelos jesuítas que se deslocavam da fazenda Mucuitu, provavelmente, construída com a mão de obra nativa e africana; pois, os mesmos tinha uma grande propriedade na região citada e com capelas menores também encontradas no sítio do Badalo, onde ainda hoje existe um confessionário e outra provável capela no sítio Poço do Rancho, às margens do rio Taperoá entre as cidades de São João do Cariri e Parari e a segunda maior capela era provável ser a de Cabaceiras, onde Izabel Oliveira Ledo foi sepultada, sendo a mesma doadora do terreno e construtora da mesma Capela que dizia ser dela como cita no seu testamento no ano de 1735.

Daí, percebemos que, embora, a freguesia fosse bastante movimentada, havia poucas casas de taipas, contabilizando-se, talvez, menos de 100 moradias, pelas contas feitas nas declarações dos inventários, mas que não é confiável tomarmos essa hipótese porque havia pessoas que morava, na dita freguesia e que não tinha inventário, viviam no comércio de pequenas coisas e na venda de alimentos para atender à necessidade dos passantes daquele lugar.

Identificamos diversas casas de taipa e o pedido feito pelo senhor que doou a área para fundação da Vila, o senhor José Francisco Alves Pequeno, para ser isento da cobrança do imposto de uma casa de taiparias que tinha na Rua da Capela de Nossa Senhora dos Milagres de nº 11. Saindo em busca de conferir este local, me deparei com a casa, situada próxima ao Museu História na mesma rua.

Dessa forma, percebemos que o centro de São João do Cariri no período de criação da freguesia do Cariri de Fora, segundo Joffily (1977), em *Notas sobre a Parahyba*, era formada por 2 capelas, 87 fazendas, 410 fogos e 1799 pessoas. Vale salientar que essa contagem devia ser geral, ou seja, compreendia toda a área de

abrangência da Freguesia e dar para deduzir que poucas pessoas habitavam aquele espaço, que servia mesmo era como ponto de encontro dos tangentes de boiadas, dos almocreves e aventureiros que por aquela travessia passavam.

De acordo com a descrição feita pelo mesmo autor, sobre as vilas e freguesias, não foram incluídos, aqui, nesta contagem, a população indígena nem os escravos africanos. Segundo ele, não foi possível saber o número de casas nesses arruados que deram origens às vilas e freguesias à época. Mas, os inventários mostram que alguns dos senhores tinham casas de taiparias que estavam localizadas em torno do espaço entre a Igreja, a cadeia e o Mercado Público (atual museu) e o sobrado que hoje é o atual Instituto Histórico e Geográfico do Cariri. Espaço este, em que se localizava também a praça, em frente, a Igreja, a qual, servia de palco para os espetáculos das arrematações e leilões dos cativos como discutimos neste estudo.

A população e a economia andavam a passos lentos, voltadas para atividades pastoris e ditados pelos preceitos religiosos, moldados no poder espiritual e secular pelas povoações distantes umas das outras, vivendo em pequenos sítios com condições de vidas precárias, como consta nos documentos. Os primeiros sítios estabelecidos no Cariri foram os sítios Serra Branca, Mucuitu, São Thomé, Alagoa do Monteiro, Santana do Congo, Caraúbas, Taperoá e Cabaceiras.

O Sítio São João só aparece pela primeira vez na história do Cariry no ano de 1702, quando Custódio Alves Martins se apropria desta região concedida em pedido de sesmaria. Enquanto isto, o sítio de Cabaceiras já tinha sido incluído no processo de colonização da região há um bom tempo, sendo à época pertencente ao (Cariri de Cornoyó) cuja maior parte das terras já estava em mãos dos Oliveira Ledo e de seus descendentes como está citado nas terras de Izabel, herdadas por dote, doados pelo Capitão Pascácio de Oliveira Ledo.

O processo de colonização, no Cariri, foi feito em meio a muitas lutas e assassinatos; os nativos sofreram com a invasão, mas nunca deixaram de resistir. O colonizador tinha em mãos o poder das armas de fogo, dos cavalos e seus escravos; tiveram de enfrentar as consequências das terríveis secas, como a de 1777, que dizimou a criação de gado e grande parte da população.

Aos três de abril de 1750, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres com a Igreja erguida, provavelmente, pelos jesuítas entre os anos de 1660 e 1700, período em que estes religiosos levantaram um grande latifúndio pela região, envolvendo um gigantesco território de acordo com um documento que encontramos

do ano de 1917, onde este território que estava totalmente invadido por muitos fazendeiros e sem terras pela região e que estas terras tinham como sede a fazenda Mucuitú, município de Santo André, indo se limitar com as terras do atual município de Soledade e o rio Espinharas em Patos como consta no documento, sendo as mesmas divididas para todos os posseiros que já estavam morando nelas há muito tempo, provavelmente, desde a expulsão daqueles religiosos de suas terras, e parte desta ficou para o governo e serve de base de estudo experimental para a agropecuária com é o caso da fazenda Pendência no município de Santo André.

O Julgado dessa localidade só se afirmou no ano de 1776, mas não tinha juízes ordinários e passou a ser chamado de Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Novo Julgado do Cariry de Fora, saindo assim do termo povoação de Travessia. Sua elevação à Vila só foi possível aos três de abril do ano de 1798, com o topônimo São Pedro. A Vila só foi oficialmente instalada aos 05 de maio de 1803, quando o sargento mor José Francisco Alves Pequeno fez a doação de todo o terreno para fundação da mesma, como já citado aqui, e mais uma grande área territorial, onde foi denominada Vila Real de São João, em homenagem ao príncipe regente D. João.

Na historiografia tradicional paraibana, encontramos descrições importantes que contribuem para a compreensão dos limites municipais nesse período. Neste caso, em se tratando do Cariri, Pilar, segundo Câmara, era a Vila mais próxima do Cariri Velho, (naquele tempo chamado Cariri de Fora), sendo provável que todo ele estivesse sob sua jurisdição. Baseados neste critério foram estabelecidos os seguintes limites imaginários com proximidades da linha verdadeira se é que ela existisse naquele tempo para o município: o Cariri de Fora e o sul da caatinga. Portanto, de acordo com o ponto de vista e estudos de alguns pesquisadores, “São João do Cariri teria ficado sob a jurisdição da Vila de Pilar como freguesia até 1803 quando se eleva a Vila Real de São João do Cariri de Fora.”

É importante destacar que não foi possível encontrar dados que falem das casas em cada uma das vilas, mas provavelmente havia poucas, e as condições da época, ainda na segunda metade do século XVIII comprovam que, não passavam de humildes agregados de vinte ou trinta moradias, em sua maioria de taiparias e muito simples, com a pequena capela feita com pedras e cal, como foi percebido por populares da cidade, quando da última reforma feita na mesma e que constatou-se muitos restos de corpos, pois este local serviu durante muito tempo de cemitério até

a segunda metade do século XIX, como consta no livro de registro de óbitos da Matriz para enterrar seus mortos.

O que fizeram os índios cariris e os colonizadores se agradarem deste lugar a ponto de torná-lo um espaço de ocupação e disputas entre nativos e invasores? Acreditamos, que foram os poços naturais perenes, com um volume de água considerável, que não secava, ainda que o período de estiagem se prolongasse. Eram próximos uns dos outros, no leito do rio Travessia (Taperoá), que com seus afluentes, facilitava o plantio de produtos básicos essenciais para alimentação humana, e animal como os canteiros de verduras, a batata doce, feijão e o milho, plantado no leito do rio, ou em suas margens, adubados com estrume do gado que juntava-se nos próprios currais; a abundância de peixes e a caça silvestre também tornava a alimentação na povoação mais fácil, com a mão-de-obra escrava e indígena, durante o período da colonização do Sertão do Cariri para os que viviam próximos aos rios, já que era impossível a vida longe destes.

Os cativos africanos e nativos cuidavam dos rebanhos nos grandes currais próximos aos casebres de taipa, onde o movimento de pessoas foi aumentando, elevando esta povoação à vila e tornando-se um importante centro de decisões políticas e econômicas para uma vasta região.

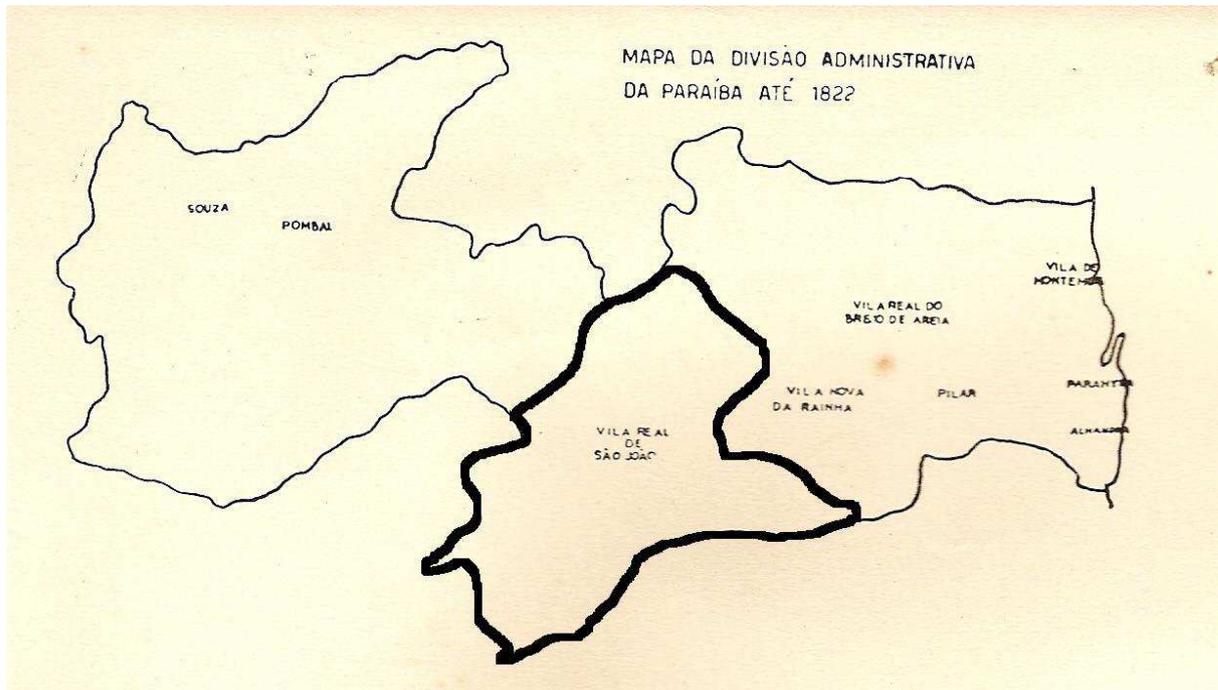
O crescimento deste lugar de Travessia (São João), entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do XIX o elevou a freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Novo Julgado do Cariri de Fora e logo no ano de 1803 é elevado à categoria de Vila Real de São João. No aspecto eclesiástico e jurídico, respondia por uma vasta região, tendo uma forte ligação com a Província de Pernambuco, como constatamos nos inventários.

Os limites municipais, ainda segundo Câmara, (1997 p. 20) coincidem com os das freguesias, havendo no final do século XVIII, onde a Vila Nova da Rainha, no campo eclesiástico, está junta ao Cariri de Fora. O mesmo autor chama atenção para a hipótese que *“ao final do século XVIII, Pombal seria a vila mais importante, seguida de Sousa, Pilar e Campina Grande. Porém, talvez nenhuma tivesse mais que cem casas”*. O autor não menciona São João do Cariri, que naquele momento estava se tornando vila, talvez pela necessidade de jurisdição para atender seu vasto território<sup>13</sup>. E na contramão de Epaminondas, Tarcísio Dinoá Medeiros assevera que:

---

<sup>13</sup> Ver BATISTA, idem. 2010.

Na segunda metade do século XVIII a povoação do Cariri de Fora da Senhora dos Milagres era o mais importante centro de toda a Borborema com destaque para a criação e o comércio de gado vacum e cavalar e cujos dados demográficos da mesma já eram bem expressivos para a época por contar com uma Igreja, oitenta e sete fazendas, quatrocentos e dez fogos (moradias) e mil setecentos e noventa e nove pessoas, sendo que a dita freguesia estava atrás apenas da cidade de Parahyba, e Pombal.



**Figura 3** – Mapa da divisão administrativa da Província da Paraíba no início do Século XIX destacando em negrito a região que fazia parte da Vila Real de São João do Cariri. Fonte: Atlas Geográfico da Paraíba (1965)

Em termos de produtos agrícolas, as áreas em torno da Povoação de Milagres produziam pouco do que consumia. A produção ocorria no leito do rio logo no primeiro momento do processo de colonização da região. A sua economia girava em torno da pecuária que era muito importante nos campos eclesiástico e jurídico, mas seus recursos estavam centrados nos lugares de pequenos povoados; e todos, com o passar dos tempos, se superaram e se tornaram emancipados como o desmembramento do lugar de Monteiro<sup>14</sup>, que deu origem a um grande ??? que

<sup>14</sup> - A produção de gado do Município de Monteiro apesar de satisfatória, está localizada na mesma zona atingida pela seca e os gados também estavam na mesma situação que nas outras áreas do Cariri, e que, constantemente sofriam sérios abalos e as dificuldades eram imensas para produzir. Na verdade, o Município de Monteiro só começa a se desenvolver de forma mais satisfatória a partir da segunda metade do século XIX, de acordo com o que temos constatado nos inventários e que não tratamos nesta pesquisa.

incorporou parte do território da faixa ocidental do Cariri que tinha ricas fazendas e satisfatória produção de gado leiteiro e outros produtos agrícolas, que se separou da sede ainda no século XIX e tardiamente outros municípios foram se emancipando, levando São João, aos poucos, a grandes perdas de seu território que contribuiu para sua estagnação econômica no decorrer do tempo, sem tirar o seu mérito de ser a cidade mais antiga do Cariri.

Segundo Irineu Pinto, “a Comarca da Capital, única no estado da Paraíba até 1831, foi dividida em três. A segunda ficou no Brejo de Areia, com os termos de Campina Grande e São João do Cariri. No caso, Areia era a segunda comarca e representava toda a região da Borborema”. A Vila de Cabaceiras<sup>15</sup> foi criada no ano de 1834, ficando separada da Villa Nova da Rainha, onde posteriormente, em termos jurídicos, ficou sob jurisdição da Villa Real de São João do Cariri. Neste período, o brejo de Areia já dominava um grande comércio, mantendo abundante feira de gêneros alimentícios, com mão-de-obra escrava e também já estava integrado, por estradas reais de grande tráfego de almocreves para várias partes da província, assim como para o Cariri.

O Cariri recebeu contribuição econômica da região do Brejo, em especial, de Alagoa Nova. Pois, encontramos vínculos que ligam estes dois espaços, que datam da primeira metade do século XVIII. Dos 124 inventários pesquisados, encontramos 43 de senhores donos de terras no Cariri com propriedades nos brejos, quase todos de Alagoa Nova, possuindo senzalas, casas de farinha, engenhocas de cana de açúcar, bolandeiras, casas de vivenda no campo e naquela povoação<sup>16</sup>. Embora necessita ser estudado, este número de donos de terras naquela localidade é bem maior e tende a aumentar no decorrer da segunda metade do século XIX.

---

<sup>15</sup> - Cabaceiras (Vila Federal de Cabaceiras), Criada pela resolução do Conselho Geral de Província em 24 de julho de 1834, confirmado pela Lei provincial Nº 11 de 4 de junho do ano seguinte tendo-se instalado no mesmo ano. Lembrando que a povoação de Cabaceiras é tão antiga quanto a Villa de São João.

<sup>16</sup> - Podemos perceber, lendo as cartas de sesmarias dos senhores que pediram terras para criar seus gados pela região do Cariri, que a maioria absoluta, alegava ter gados e por motivos diversos como a falta de terras para aumentar seus rebanhos, e por saberem que no Sertão do Cariri tinha terras devolutas os mesmos pediam para botar seus gados. Sendo que estas pessoas que invadiram o Cariri vinham em sua maioria absoluta das áreas que chamamos hoje de Brejos e que já possuíam terras lá, daí a explicação do número tão grande de escravos no Cariri. Podemos fazer um cruzamento das fontes (os inventários e as cartas de pedido de sesmaria para constatarmos esta afirmativa. Agora o motivo de quase todos os cativos estarem registrados em São João, ainda é desconhecido, mas há possibilidades de explicarmos com mais detalhes na próxima pesquisa.

Aos poucos novos espaços econômicos e geográficos estavam surgindo, com a contribuição do trabalho indígena e dos escravos que se faziam presentes neste meio, que, ao mesmo tempo, podiam fazer trabalhos diversos nas fazendas distribuídas pela região, na Vila e nas novas povoações que iam surgindo, sendo com a mão de obra dos cativos que vinha aumentando o espaço urbano com a construção de novos abrigos, em sua maioria de taipa, e no interior das casas, onde ainda são preservadas paredes, madeiras, portas, e outros objetos que marcaram os períodos colonial e imperial no Cariri do Sertão.

Porém, percebemos que aqueles senhores e senhoras donos de terras e residindo no campo, no decorrer dos tempos, passaram a adquirir casas, em sua maioria de taipas na povoação e não diferente àqueles que tinham terras na povoação de Alagoa Nova, o que nos faz levantar hipóteses e questionarmos sobre o trabalho dos escravos, pois estes mesmos inventários também mostram que havia cativos dos senhores do Cariri naquela povoação, em seus sítios e estavam como se fossem de São João do Cariri apesar de existir até senzalas naquela povoação antes mesmo de 1780, pertencendo a senhores de terras do Cariri, como no testamento de Izabel Oliveira, no qual foram constatados muitos escravos estrupidados, derrengados, quebrados, com bolhas nos pés e outros problemas de saúde entre os cativos que poderiam ter sido provocados por longas jornadas das viagens feitas entre esses dois lugares.

A data de fundação da Paróquia como tem sido verificado em documentos e em seu livro de tombo o qual não se sabe do seu paradeiro, data de 1750, porém, em 1746 já era mencionada a freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariry de Fora, regida pelo padre Luiz Cunha. A partir deste ano consolidou-se a denominação da localidade de Travessia de “Nossa Senhora dos Milagres”. O nome sítio São João, foi batizado pelo primeiro colonizador branco, ao chegar neste lugar, no ano de 1699, o sargento-mor Custódio Alves Martins que era parente dos Oliveira Ledo.

Medeiros (1990) afirma ainda que as famílias tinham casas na povoação para seu pouso, quando vinha à rua<sup>17</sup>, também por ocasião das pregações, das penitências

---

<sup>17</sup> - No interior dos sertões, o homem do campo, durante muito tempo, e até nos dias atuais, ainda utiliza-se do termo (rua) para designar a cidade que realmente não passava de um apanhado de casas construídas de forma desordenadas, mas era o que se tinha de mais “moderno” nas proximidades onde habitavam; ainda num espaço quase que totalmente rural. Portanto, a Rua era a cidade sim, para aqueles que tanto necessitavam de fazer seus negócios e o espaço onde resolviam seus problemas como um todo. Era a Rua versos campo ou Mato.

quaresmais e da Semana Santa, das festas da Padroeira e de batizados dos filhos, netos ou afilhados, de casamentos de filhos e parentes e dos espetáculos das arrematações dos escravos que poderiam levar duas ou mais semanas sendo feitos em praça pública, como veremos no terceiro capítulo.

Até meados do século XVIII, foram muitos os imigrantes que chegaram ao Sertão do Cariri, principalmente muita gente de poucos recursos, que sem oportunidade de conseguir terras, se colocavam nas grandes propriedades e viviam como moradores, ou arrendavam terras dos sesmeiros por determinado tempo. Foi assim com muitos portugueses pobres e escravos libertos que acabaram se firmando pela região e contribuindo para o aumento populacional no Cariri.

Segundo José Leal Ramos<sup>18</sup>, “o núcleo humano que se firmou em torno da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres evoluiu satisfatoriamente e seus limites abrangiam uma jurisdição muito extensa. Em 1769, desmembrou-se dela a Freguesia de Campina Grande da Senhora da Conceição, com vinte e uma léguas de largo para o sul e de comprimento 22 para o poente; a Freguesia dos Cariris de Fora de Senhora dos Milagres abrangia vinte e cinco léguas de largo para o Norte e confina com a Campina Grande; de comprimento, quarenta e cinco para o poente e confina com a Freguesia do Caicó. Estes dados, constam *Uma breve notícia da Capitania da Parahyba, do Capitão General José Cezar de Menezes*.

Segundo ainda Ramos (1970), os:

Elementos de maior projeção social e econômica, levando em consideração a densidade demográfica e o poder econômico dos seus cidadãos, promoveram meios para a criação da Vila, a fim de preencher o vazio judiciário e administrativo entre a capital e Pombal, que eram as únicas sedes da justiça e da administração nos sertões da então Capitania da Parahyba.

O gentio e o africano não estavam presentes nas leituras e escritas feitas pelo autor, mas percebemos nas cartas de sesmarias a contribuição dada pelo nativo, o

---

<sup>18</sup> - RAMOS parecia, pelas leituras que fizemos sobre o mesmo, que mesmo sendo jornalista e ensaiava algumas escritas no campo da história, não parecia estar bem informado sobre a história do Cariri ou talvez não tenha tomado conhecimento dos documentos que temos em mãos na atualidade e que estão sendo usados nesta pesquisa. Fizemos um estudo sobre este jornalista e constatamos que o mesmo exalta a São João do Cariri, mas nos parece que ele frequentava pouco este lugar, pois a maior parte de sua família se encontra na cidade de Areia e o autor, apesar de sua contribuição com seus escritos de memórias não contribui para a história dos de baixo, como os nativos e escravos que foram importantes protagonistas que contribuíram para a formação desta região.

conhecedor e verdadeiro dono da terra quando dos nomes dos acidentes geográficos onde geralmente eram dados pelo gentio que informava detalhes do solo e demais coisas do território que eram do seu conhecimento.

Como consta que foi o senhor Custódio Alves Martins, que chegou a esta aldeia onde habitava os índios cariris em 1699 e seu pedido da sesmaria foi concedido em 1702, seus descendentes deram continuidade a essa expansão de povoamento e exploração, quando, no ano de 1740, outra sesmaria foi concedida a Bartolomeu Alves Martins, alegando que o mesmo andava nos estudos, com pretensão de se ordenar sacerdote e queria fazer patrimônio, criando gados no Cariry, na região do Amparo ao lado de um riacho onde se dividia com a fazenda São Paulo e pedia em sesmaria a qual lhe foi concedida no dito ano no governo de Pedro Monteiro de Macedo<sup>19</sup>.

No final do século XVIII, as terras da vila e seu entorno, pertenciam ao sargento-mor e juiz dos órfãos de José Francisco Alves Pequeno. O mesmo fez uma doação para criação oficial da vila. Esse senhor fez algumas exigências em troca da dita doação, numa das quais consta pedindo para ser isento do imposto pago por uma casa de taipa que possuía na atribuída vila e estava localizada na rua da Igreja Matriz Nº 11 como já discutido aqui. O sargento mor não residia na referida povoação e sim na fazenda de sua propriedade, no Sítio Barro Vermelho, termo desta Vila, atual município de São Domingos do Cariri, segundo o advogado Dr. Clovis Ramos. Este mesmo sargento mor e juiz também tinha terras e escravos em Alagoa Nova e vivia mais naquele lugar dos brejos.

O irmão de José Francisco Alves Pequeno era outro sargento mor de nome Francisco Alves Pequeno, que, quando da sua morte, no seu inventário, no qual consta estar incluso a prestação de contas do seu enterro com todos os adereços exigidos em que as contas também incluíram as esmolas dadas aos acompanhantes do cortejo na trajetória do defunto num percurso longo, vindo provavelmente em carro de boi do sítio Barro Vermelho, até a Igreja Matriz de Milagres e sepultado das grades a cima, espaço que poderia “facilitar a salvação da alma do defunto”, enterrado juntamente com uma criança recém-nascida, seu filho de três meses que estava sendo sepultado junto com o seu pai no ano de 1796.

---

<sup>19</sup> - JOFFLY, Irineu em: Sinopses das sesmarias da Parahyba, 1824.

Mas nem sempre esses senhores eram sepultados na sede do município, e, às vezes, alguns morriam fora do próprio Cariri como constatamos nos testamentos e inventários pedidos para serem sepultados em Goiana, Olinda, na capital da Parahyba ou pelas capelas espalhadas pela jurisdição da Vila. Em muitos casos, era pelo motivo dos compromissos que tinham com as irmandades, das quais faziam parte ou pela aproximação com seus familiares, pois é sabido que a maioria da população do Cariri, à época, havia saído daquelas paragens e seus familiares tinham vínculos fortes principalmente com Pernambuco.

Este senhor, José Francisco Alves Pequeno<sup>20</sup>, doador do espaço territorial para afirmação da Vila de São João, fundada em 1803, de acordo com as leituras nos inventários e demais documentos, era membro de uma família portuguesa, chegada à região na primeira metade do XVIII e eram donos de muitos escravos e terras pela região. Grande parte dos mais abastados desta família, ou seja, Alves Pequeno, migrou para outros lugares; de acordo com Marly Vianna (1985), Luciano Mendonça de Lima (2009), é possível localizarmos descendentes dessa família em Campina Grande e outros lugares.

Ramos, (1970) afirma ainda, que São João do Cariri, apesar de município desde os primeiros anos do século XIX, não guardou o arquivo do seu antigo Julgado, visto que os papéis e livros de notas foram destruídos e se transformaram em cinzas sob o olhar indiferente de muitos ilustres escrivães. Segundo ainda o autor, a documentação, que revela a elevação da Paróquia à condição de curato do Cariri de Fora, juntamente com outros documentos paroquiais, foi extraviada.

## **2.2 Os escravos no Cariri na primeira metade do século XVIII**

Segundo Horácio de Almeida (1978), já estava conquistado o Sertão paraibano, quando Teodósio de Oliveira Ledo apareceu como o “desbravador” das fronteiras ocidentais. Este senhor foi o terceiro capitão-mor dos Sertões de Piranhas, Piancó e Cariri. O autor afirma que outros curraleiros, não pertencentes ao grupo Oliveira Ledo,

---

<sup>20</sup> Ver inventário caixa nº 2, 1796 pela morte do alferes Francisco Alves Pequeno, deixando como inventariante sua mulher, a viúva Maria Isidoro no mesmo ano, cujo tutor foi o próprio irmão do defunto, o doador das terras para a fundação da Vila Real de São João do Cariri, no ano de 1800.

obtiveram datas de terras nos sertões paraibanos, concedidas pelo governador geral do Brasil, na Bahia. Por isso mesmo, ficaram à margem das sesmarias da Província da Paraíba, divulgadas por João Lira Tavares (1982) e Irineu Jófilly (1977).

Em março de 1723, encontramos em João Lyra Tavares uma carta de Sesmaria de N<sup>o</sup> 191 do capitão-mor Theodósio de Oliveira Ledo e de Braz de Oliveira, moradores no sertão do – Cariry- fazendo a seguinte alegação:

[...] dizem que nas testadas da data do padre Sebastião da Costa, correndo de norte para o sul, havião uns campos, que o gentio chama – Pedras – Grandes, que com algum trabalho e despendio, fazendo se um poço de pedras e cal se pode conservar água todo anno, e os ditos campos estão devolutos e nunca se pedirão por não ter água para o gado no verão; e porque eles suplicantes os querião povoar com gados, pedião para cada um três legoas de terras em quadro, começando do logar donde o suplicante Theodósio de Oliveira Ledo deo batalha com os tapuias Pegas, com grande destruição e mortandade, no riacho que chamam do Padre que é o dito padre Sebastião da Costa, pelo mesmo riacho a cima da terra do dito padre, meia legoa para o dito lugar, aonde se deo a batalha dos tapuias Pegas. Faz-se a concessão de três legoas de comprimento e uma de largo a cada um, no governo de João de Abreu Castelo Branco. (TAVARES, 1982 p. 123)

Gonçalves (2007) faz uma importante observação quando ela afirma que: O cenário também é personagem. Aqui ela está se referindo ao Rio Paraíba, que desde o século XVI, aparecia nos relatos e na cartografia dos conquistadores europeus e que este rio é a paragem onde se vai decidir se a civilização tem de caminhar avante para o norte, ou de retirar-se corrida, como já começava a suceder, do grande teatro fronteiro à ilha de Itamaracá, que não se assegura sem a ocupação da Paraíba.

A autora ainda afirma que esses pedidos de sesmarias e a garantia da posse da terra dependia de um processo definido por duas frentes simultâneas, tratava-se, de um lado, de promover o despovoamento indígena e, de outro, de fazer florescer o povoamento branco. Sendo que o despovoamento indígena, em sentido alargado, processou-se através da guerra, em que parcela significativa dessa população foi destruída pela força das armas e pela desestruturação do seu modo de vida.

Teodósio e seu parceiro, assim como muitos dos senhores que faziam pedidos de terras pela região dos sertões, começavam seus argumentos para adquirir aprovação nas cartas de sesmarias, descrevendo o cenário que almejavam; passando para a citação dos limites da propriedade, sempre se apropriando das descrições

feitas pelos nativos que já as conheciam e tinham nomes, que repassavam com detalhes para os homens brancos. Isto significa dizer que havia o contato com estes, os nativos, e que, após citar os argumentos diziam os motivos de serem merecedores das terras, onde em muitas vezes, era pela própria guerra com os nativos que afirmavam o massacre feito contra os mesmos, como se fosse um troféu; justificativa para que acontecesse o reconhecimento e a troca de favor, mostrar que tinha o poder de uso, devia ocupar porque eram merecedores do título de sesmaria por “haver vencido” os verdadeiros donos, os nativos.

Estes reagiam às invasões, atacavam e eram atacados, acontecendo verdadeiras chacinas. O que nos chama atenção é que em quase todos os locais onde os sesmeiros faziam os pedidos de terras, eles descreviam com detalhes onde acontecia as (supostas batalhas). Nesses locais de combates, onde os nativos resistiam bravamente, entre as formas de resistência mais ousadas eram as emboscadas, onde os pontos estratégicos eram os que tinham água e condições de produção de alimentos e caça, sempre às margens de um rio ou um riacho como cita o pedinte na carta de sesmaria, colaborando com a assertiva de Gonçalves, sobre a leitura cartográfica dos lugares.

Wilson Nobrega Seixas (2004) afirma que:

No ano de 1731 Teodósio de Oliveira Ledo, capitão-mor de todo o Sertão da Paraíba estava cego e havia comparecido a povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, na casa e escritório do tabelião Francisco Xavier de Castro, a fim de constituir seus bastantes procuradores à gerência dos seus bens. O velho caçador de índios deixou no Sertão do Cariri de Fora o seu filho o capitão-mor Francisco de Oliveira Ledo ainda muito jovem.

O autor ainda afirma que com a morte de Teodósio, provavelmente, no ano de 1732, em sua casa de morada em Boqueirão, ali se achava também naquele momento o seu filho Antônio de Oliveira Ledo. Por ser o mais velho dos três filhos do velho Teodósio, foi nomeado tutor dos seus irmãos e certamente teria sido o fundador de Boqueirão de Cabaceiras e sobre suas ordens foram organizadas as bandeiras e entradas.

Adoecendo em 1752 de moléstia grave foi morar em Olinda e lá faleceu, deixando um traslado de testamento que se mandou juntar aos Autos de Inventário que trataremos no próximo capítulo (2004. P.181).

Pelas afirmações de Wilson Seixas, em busca de um roteiro para explicar a permanência de Teodósio de Oliveira Ledo, no Sertão de Piranhas, este Capitão-mor permaneceu por pouco tempo naquelas paragens, e, após ter fundado a dita povoação, voltou para o Cariri Velho.

O sertanista Teodósio veio da Bahia, lugar que parte o tronco da família Oliveira Ledo, juntamente com sua mulher Isabel Paes, chegando a Boqueirão de Cabaceiras por volta de 1695. De acordo com as pesquisas feitas por Seixas, este capitão teve três filhos do primeiro casamento com sua mulher Isabel Paes que são Antônio de Oliveira Ledo, Francisco de Oliveira Ledo e Adriana de Oliveira Ledo. Quando já velho, cego e viúvo, Teodósio se casou com Cosma Tavares Leitão havendo vários filhos, inclusive um com seu próprio nome Teodósio.

Após o falecimento de Teodósio de Oliveira Ledo, ocorrido no ano de 1732, em casa de morada no Boqueirão, onde ali se achava também o seu filho mais velho, Antônio de Oliveira Ledo, foi este nomeado tutor dos órfãos Theodósio, Maria e Nicolau. Segundo Seixas, certamente, teria sido Antônio de Oliveira Ledo o Fundador<sup>21</sup> do Boqueirão de Cabaceiras e não o velho seu pai Teodósio, que sob suas ordens se organizaram as bandeiras e entradas do sertão. (SEIXAS, 2004, p. 181)

No ano de 1752, Antônio de Oliveira Ledo, já velho e muito doente de moléstia grave, residindo na cidade de Olinda, escreveu seu translado de testamento que mandou juntar aos Autos de seu Inventário com os seus bens, testamento que Wilson Seixas publicou e que algumas coisas nos chamaram atenção:

[...] Declaro que sou natural do Rio São Francisco, filho legítimo do capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo e de sua mulher Isabel Paes. Declaro que em todo o monte há fazenda seguinte: Sitio da Serra Branca com três legoas de terras de comprido e duas de largo e seus logradouros feitos e por fazer o qual houve por legitima de minha mãe etc. Declaro que no Sítio da Serra Branca, poderá haver seiscentos vacum, pouco mais ou menos, entre machos e fêmeas, vinte e três cabeças de gado cavalari entre machos e fêmeas, etc. (SEIXAS, 2004, p.)

---

<sup>21</sup> - Se SEIXAS afirma que teria sido Antônio Oliveira Ledo e não o seu pai Teodósio o fundador de Boqueirão de Cornoio, e o mesmo Teodósio vivia no Cariri de Fora, onde então o velho morava com sua família? O próprio autor fala na fazenda do sítio da Serra Branca no Cariri e cita que Antônio Oliveira Ledo fez um translado no seu leito de morte falando dentre outras, esta fazenda da Serra Branca. Teria Teodósio erguido sua primeira moradia no Cariri no lugar da Serra Branca? Vamos ver o que Antônio de Oliveira Ledo fala neste translado como afirma SEIXAS que o mesmo documento está no arquivo do Fórum de Pombal.

Portanto, são fortes as evidências de que o lugar da fazenda da Serra Branca, termo da Villa de São João do Cariri de Fora, foi fundada pela Família Oliveira Ledo, que, com a morte do casal Teodósio e Isabel, passou a assumir a administração o filho mais velho e já capitão-mor Antônio de Oliveira Ledo, a partir de 1732 até sua morte em 1752, em Olinda.

Sobre a fazenda da Serra Branca, Antonio Oliveira Ledo, afirma em seu traslado de testamento que:

... Declaro que os escravos que há são os seguintes: um crioulo por nome André de idade de trinta anos pouco mais ou menos, Joaquim dos gentios da Guiné, de idade de cinquenta anos pouco mais ou menos, Manoel de Angolla de idade de dezesseis anos, pouco mais ou menos – tenho um mameluco por nome Francisco de idade doze anos, Isabel Angolla, de idade de dez anos, duas crioulinhas uma por nome Antônia e outra por nome Anna.

Portanto, de acordo com as leituras que fizemos sobre a região do Cariri, o município de Serra Branca, teve sua origem no começo da primeira metade do século XVIII e que no ano de 1752 já havia muito gado sob o trabalho da mão de obra escrava, e que ele, Antônio Oliveira Ledo, morou naquele período, final do século XVII, na dita fazenda, e com seus pais, tendo sido deles as terras e os primeiros currais de pau a pique, assim como as primeiras casas de taipa neste sítio da Serra Branca.

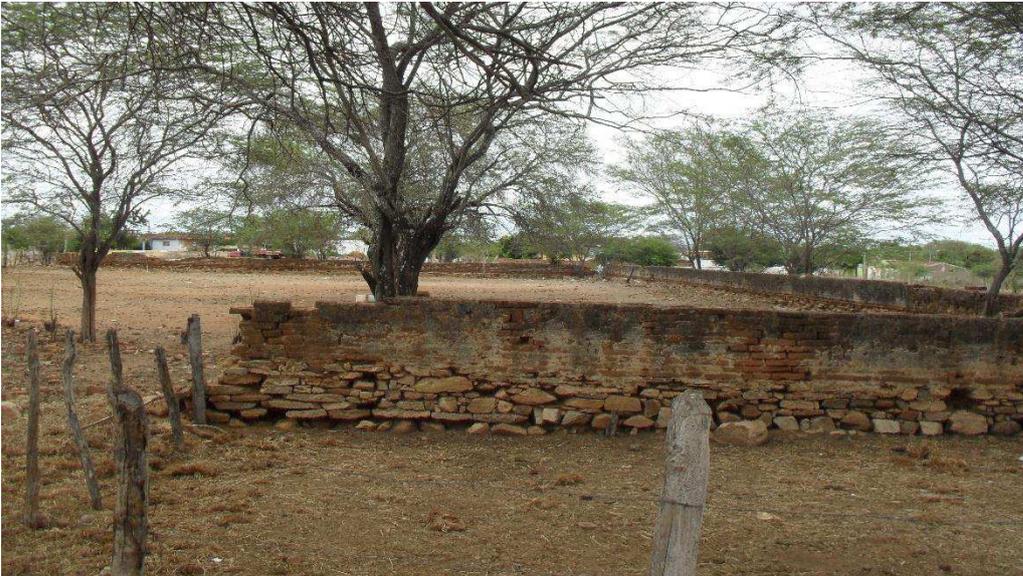
Seixas (2004, 193) afirma que naquela época, a fundação de uma fazenda ou sítio, não era fácil. Primeiro construía-se o curral, junto do qual se erguia uma casa de taipa, primeiro para moradia do vaqueiro, que ficava administrando as terras junto com o gado e começava no mínimo com três novilhas e um touro. Ver figura da antiga casa grande<sup>22</sup> e o seu curral, no sítio da Serra Branca:

---

<sup>22</sup> Esta casa grande já passou por muitas reformas assim como o curral que ainda resiste ao tempo e percebemos que ele era construído totalmente de pedras e recuperado pelos seus mais recentes donos da família Borba, mas que se encontra em completo abandono e corre o risco de desaparecer um dos últimos currais coloniais ainda de pé dentro da cidade de Serra Branca, no Cariri.



**Figura - 4** - Casa Grande do Sítio Serra Branca já na segunda metade do século XIX.  
**Fonte:** Arquivo do autor em junho de 2014.



**Figura - 5** - Curral de pedras e cal da fazenda Serra Branca.  
**Fonte:** Arquivo do autor, em junho de 2014.

Nos tempos da colonização, quando as fazendas iam tomando forma e se organizando, seus verdadeiros donos geralmente ficavam de longe, se afastavam e deixavam seus vaqueiros de confiança sob o comando da administração da fazenda com a ajuda dos escravos. Constatamos esta afirmativa nos inventários em que geralmente, pelas afirmações dos vaqueiros ou administradores, em muitos inventários, os senhores eram totalmente ausentes das fazendas e viviam nas cidades e vilas mais desenvolvidas como Olinda, Recife, Goiana, na cidade de Parahyba, etc.

No lugar da fazenda da Serra Branca no Sertão do Cariri, que estava em mãos do senhor João Gonçalves Domingos, morador no bairro de Santo Antônio no Recife, desde provavelmente a morte de Antônio Oliveira Ledo no ano de 1752. Este senhor faleceu no ano de 1809 e era casado com Teodósia da Cruz. Provável filha de Antonio Oliveira Ledo. No mesmo ano, sua filha Ana Rita do Rosário manda passar carta precatória e fazer o levantamento de todos os bens existentes na fazenda onde o processo caminhou até o ano de 1813.

Pelo menos na documentação encontrada, conseguimos fazer levantamento dos bens da fazenda Serra Branca, que tem uma posição geográfica de destaque com uma hidrografia bastante convidativa para quem criava gados, por estar localizada em um entroncamento de rios que se juntam na sede e proporcionam poços naturais e pastos por ter boas terras as quais encontramos os seguintes dados declarados pelo vaqueiro administrador José Gomes de Sousa entre os anos de 1806/1813:

De gado vacum 912 cabeças e não tinha mais devido às secas que havia matado muitos animais e outros morriam de velhos nas mesmas terras que eram formadas pela Fazenda Serra Branca, São José (Coxixola)? e Alagoa. Esta última não consegui sua localização exata<sup>23</sup>. De gado cavalari encontramos 101 cabeças, mas o vaqueiro alertou que muitos cavalos eram velhos e as mortes destes animais eram constantes.

Sobre os vaqueiros, nesta pesquisa, não foi possível identificá-los se eram escravos ou não porque os documentos não citam o vaqueiro na sua condição, se referem apenas ao papel que assume na fazenda, mas, que os indícios nos leva a desconfiar que sim, que muitos assumiam esta função e administravam seus próprios parceiros na profissão. Em suas declarações de prestação de contas dos gados, havia tirado muitos animais para pagamento do dízimo das terras e que estas estavam em empenho pela falta de pagamentos dos impostos e o vaqueiro constantemente fazia serviços de reparo na mesma com seus escravos, vendendo bens do senhor e também retirando a sorte dele e dos outros vaqueiros. As avaliações continuaram, só encontramos o escravo Cosme, pertencente a inventariante herdeira Anna Rita do

---

<sup>23</sup> Segundo o senhor Nivaldo Gomes, 84 anos, afirmou que este sítio de alagoa é a conhecida Lagoa da Jacumã, localizada hoje onde este senhor mora e é dono. Ele fala que a Família Gomes, da qual é descendente, é muito antiga na região e que seu pai era amigo do coronel Pequeno sendo o mesmo quem vendeu o sítio Jacumã para seus avós no século XIX.

Rosário filha do casal já falecido e que o mesmo estava devendo o dizimo da Fazenda desde 1806.

No testamento de Izabel Oliveira Ledo, feito no ano de 1735, quando ela estava pejada do nono filho, e, evidentemente, já preocupada com o que poderia lhe acontecer, declarou, entre tantos bens, os sítios Cabaceiras que lhe fora dado em dote com uma légua de terras chamado de Pasto das Bestas e mais terras pertencendo ao mesmo sítio a houvera por título de compra por escritura que dela fez o Capitão Pascácio de Oliveira Ledo pela quantia de quinhentos mil reis e o que lhe deu em dote acima declarado para pôr preço de duzentos e cinquenta mil reis que se ajunta e dá a quantia de setecentos e cinquenta mil reis, juntando as bem feitorias no mesmo sítio como uma casa de vivenda, uma casa de senzalas dos pretos, uma casa dos hospedes e mais uma casa de olaria coberta de telhas. Izabel faleceu no ano de 1739. No seu testamento, o que nos chama atenção é o plantel de escravos, vinte e dois ao todo e suas nacionalidades. Segundo a declarante,

O negro Francisco do gentio da Guiné, de idade de corenta anos era doente dos peitox avaliado por 50 mil reis. Vicente de idade de trinta anos avaliado por 120 mil reis, era aprendiz de ferreiro do gentio de Angolla. Hu molecam do gentio de Angolla Joze de dezoito anos avaliado por 45 mil reis e estava com hua perna quebrada e hum alejam nu brasso. O negro Angolla Pedro de 21 annos avaliado em 100 mil reis o negro Angolla Miguel no valor de 80 mil reis, Matheus do gentio Benguela de corenta annos no valor de 100 mil reis, hua molecam do gentio do Congo de nome Gracia de vinte anos e no valor de 80 mil reis, hum negro cazado Angolla de nome Manoel de cincoenta anos no valor de 45 mil reis, hua negra do gentio da Costa, Catharina cazada com o dito negro e de idade de 35 annos por valor de 90 mil reis, hum crioulo Marcos de des anos 50 mil reis, hum mistisso juam de idade de des anos por 50 mil reis, hum mulato Cosme de oito anos de valor que foi 55 mil reis, hum molatinho Manoel de idade de quatro anos por valor de 30 mil reis, hua negra do gentio Benguella de nome Maria de vinte e cinco anos avaliada em 75 mil reis, hua molata Maria de vinte e coatro anos por valor de 100 mil reis, hua crioula de nome Jozepha de onze anos por 50 mil reis, hua crioula Maria de des anos avaliada por 50 mil reis, hua molatinha por nome Luzia por presso de 45 mil reis de cinco anos de idade, hum moleque de nome Joam Angola de idade de vinte e seis anos quebrado de hua virilha no valor de corenta mil reis.

Este último escravo apareceu nos autos de contas e que alguns escravos estavam com problemas de saúde sérios, vitimados, provavelmente, por longas caminhadas feitas entre o sítio de Cabaceiras e Alagoa Nova e outras fazendas

espalhadas pela região. O plantel de cativos, descrito pela declarante, é bem jovem. encontramos alguns africanos, mas alguns mulatos e crioulos já se faziam presentes, se formando a partir deste período o processo de crioulistização, fenômeno que se estabeleceu, praticamente, em todos os lugares.

A fortuna deste casal, no ano de 1742<sup>24</sup> ultrapassava os dez contos de reis, dividido entre os herdeiros num total de nove, recebendo duzentas cabeças de gado já retirada a parte do herdeiro meeiro o viúvo Domingos de Farias Castro além de outros bens como de terras que tinha o casal, espalhados do rio São Francisco a região do município de Boqueirão, Cabaceiras, Timbaúba provavelmente seja o município de Gurjão, na atualidade, e terras de plantar nos brejos, mas só encontramos escravos na senzala do lugar Pasto de Bestas em Cabaceiras sertão do Cariri e uma senzala em Alagoa Nova, onde não constou a presença de escravos, levando-se a crer na possibilidade de os escravos serem os mesmos que transitavam pelas duas localidades.

Portanto, a região do Cariri começou a ser ocupada ainda na segunda metade do século XVII, juntamente com muitos escravos que no decorrer do século XVIII, já aprontavam e reagiam ao cativo como o caso do cativo Antônio e seus parceiros que nunca mais apareceram na senzala de Pasto de Bestas de onde fugiram, enquanto muitos outros estavam já quebrados se não fosse mais uma forma de disfarce para não trabalhar ou pegar serviços mais “leves” que também não faltavam, nas fazendas dos sertões, configurando-se, portanto, uma vida difícil.

Por ser um período de início de colonização do Cariri, é muito importante esta observação sobre a escravidão, na primeira metade do século XVIII, quando da identificação da existência de plantéis de cativos, na região de Serra Branca com cativos africanos e índios, constando em cabaceiras um número de 23 cativos, alguns com problemas de saúde como consta no inventário de Izabel Oliveira Ledo, também de fugidos, quando o capitão-mor Domingos de Farias Castro ao resolver fazer o inventário de sua finada, três anos após a sua morte declara que:

...Havia um escravo do gentio de Angolla por nome Antônio, corenta e cinco anos o qual anda fugido há muitos anos e sendo cazo que

---

<sup>24</sup> - Ver testamento de Izabel juntamente com seu inventário feito três anos após sua morte no ano de 1742, ficando viúvo, inventariante, o Capitão – mor Domingos de Farias Castro. Este documento se encontra transcrito, no Museu Histórico de Campina Grande e os originais, no cartório da cidade de Cabaceiras.

apareça o apresentara junto com outros declarados e que todo o tempo que aparecer o viria declarar para se lhe dar valor a partilha aos herdeiros.

O capitão declarou que havia outro escravo por nome José do gentio Congo vinte e cinco anos que estava “ausente”, junto com outros o qual se voltar ou for encontrado todo tempo será avaliado se aparecer. O outro escravo também desaparecido era chamado José do gentio de Ardes de vinte e poucos anos e mais João escravo de vinte anos Benguela também ausente e que se voltar pode estar nas contas da partilha.

A possibilidade desses escravos ditos “ausentes<sup>25</sup>” estarem aquilombados é grande, ou escondidos pelo vasto território do Cariri ou até mesmo fora desse espaço territorial em busca de suas “liberdades” pela fuga, que não era a melhor ideia, mas era melhor do que o trabalho no cativeiro e constituíam famílias, construindo ranchos longe dos olhos dos seus senhores, vivendo de pequenas rendas resultantes de trabalho artesanal, fabricando painéis e até telhas, cordas e correias de couros etc. O certo é que os escravos que este senhor declarou ausentes eram, certamente, fugidos, pelas afirmativas que ele faz: “se aparecessem seriam inclusos nos inventários”.

Muitos desses escravos fugidos pelo Sertão, vivendo em pequenas aglomerações, mas sem praticarem roubos ou furtos<sup>26</sup>, ou talvez até o fizesse, mas viviam de pequenos trabalhos artesanais e pequenas roças. Esta quantidade de cativos de diferentes nações africanas, contidas neste plantel de escravos, não era normal encontrar a partir das últimas décadas do século XVIII, momento em que aumentou a quantidade de crioulos e cabras escravos (brasileiros), assim como dos

---

<sup>25</sup> - O termo “ausente” dado em declaração pelo inventariante herdeiro, o capitão – mor Domingos de Farias Castro, fica bem claro que realmente aqueles cativos citados estavam fugidos porque ele afirma: “todo o tempo que aparecerem serão inclusos no montante dos bens para serem divididos.” Ver inventário do mesmo declarante no Museu Histórico de Campina Grande.

<sup>26</sup> - Não há como provarmos que os escravos fugidos do Sertão do Cariri provocassem desordens, apesar de que muitos se envolviam em roubos de animais, sendo alguns envolvidos com seus próprios senhores como foi constatado em alguns casos. Outros cativos com o objetivo de fugir, se organizavam para roubar cavalos, embora não fosse caso tão comum, conforme, encontramos um processo envolvendo roubos de animais cavalares, no ano de 1843, que veremos, no terceiro capítulo.

gentios de Angola. Veja que a procedência do escravo dada não é necessariamente sua origem, e sim do porto de onde embarcou.

Percebemos as diferenças de idade entre estes escravos e em especial as suas origens serem bastante variadas. A entrada de escravos pelo Sertão, à época, tinha procedências diversificadas<sup>27</sup> que serão de importância fundamental para observarmos as origens dos africanos a partir de 1780 e compararmos com este momento mais recuado do século XVIII, conforme mostrado, nos quadros abaixo:

**QUADRO 1 - Dados dos escravos do capitão-mor Domingos de Farias Castro declarados no inventário feito em 1742**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	OBS
Maria	Mestiça	20 anos	-	-
João	Mestiço	01 ano	-	-
Maria	-	19 anos	Gentio de guine	-
Catharina	-	25 anos	Gentio de guine	Casada
Manoel	-	30 anos	Gentio da Guiné	-
Joana	Crioula	5 anos	-	-
Josepha	Crioula	-	-	-
Marcos	Crioulo	-		
Maria	Crioula	-		-
Manoel	Crioulo	-		-
Matheus	-	35 anos	Gentio da Guiné	-
Francisco	-	25 anos	Gentio da guiné	-
Josehp	-	20 anos	Gentio da Guiné	-
Joseph		10 anos	Gentio da Guiné	-
João		-	Gentio da guiné	-
Vicente	-	-	Gentio da Guiné	-

<sup>27</sup> - Sobre o embarque dos africanos pelos portos, na costa da África, durante o período do tráfico negreiro, ver LIMA, 2009. O autor faz um breve comentário a respeito de como aconteciam os embarques e sobre a trajetória, percorrida pelos traficantes com suas presas até o embarque nos portos daquele continente, rumo às Américas.

Miguel	-	-	Gentio da Guiné	-
Pedro	-	-	Gentio da Guiné	-
Ignacia	crioulinha	-	Gentio da Guiné	-

**FONTE:** Inventário post-mortem de 1742, localizado no Museu Histórico de Campina Grande.

Obs: As interrogações significam que não foram encontrados dados.

A escrava mestiça de nome Maria, era mãe de um escravinho também mestiço de nome João de idade de um ano. Catharina, de idade 25 anos, escrava casada com o escravo Manoel de idade 30 anos e seus filhos Joanna de idade de 5 anos, Marcos, Maria e Emanuel, todos crioulos e filhos do dito casal de escravos. Os outros cativos estavam solteiros. Ela, a inventariante não fala nos escravos que estão doentes e nos fugidos como afirma seu marido, quando da partilha do inventário. No testamento de Izabel, ela declara escravos de várias nações africanas, como: Angola, Congo, Benguela, Guiné, e muitos escravos nascidos no Brasil, já naquele período em que ela fez seu testamento; enquanto que no inventário do seu marido, ele só declara escravos africanos de procedência da nação de Guiné.

O tenente Domingos de Farias Castro, residente nas suas terras, na fazenda de Cabaceiras, juntamente com sua mulher Izabel Oliveira Ledo, durante muito tempo, continuou pedindo terras de sesmarias em sociedade como mostra João de Lyra Tavares numa carta de N<sup>o</sup> 237 de 5 de Abril de 1734:

O tenente Domingos de Farias Castro e o capitão Antônio Ferreira Guimarães afirmam ser moradores no Carery desta capitania, sendo senhores e possuidores de hum sítio de crear gados, a que chamão Cabaceiras comprado ao capitão Pascácio de Oliveira Ledo e pede em sesmaria, as terras que ficam vizinhas a sua fazenda às quais tem lhe dado muito trabalho com escravos e dispêndio e pede três legoas de comprimento por uma de largo, começando pelo riacho da Cachoeira etc. Foi feita a concessão sobre as formas requeridas no governo de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão.

Mas, o tenente Domingos de Farias Castro, a partir do ano de 1740, foi contemplado com a patente de capitão-mor, ainda muito jovem, e já viúvo, pois Izabel já era defunta desde o ano de 1739, e feito seu testamento no ano de 1735 prevendo

exatamente o que lhe aconteceu, a morte. Foi nesse mesmo ano que o capitão saiu em busca de novas terras e dessa vez descobriu o lugar do olho d'água no pé da serra da Timbaúba, local onde ele fez o pedido de sesmaria e foi atendido no governo de Pedro Monteiro de Macêdo.

Na partilha do inventário de sua finada, o capitão alega que demorou a Fazê-la pelas dificuldades da distância entre o Sertão do Cariry e a capital, e que a seca também atrapalhou porque matou muito gado, e ele havia tido prejuízos e muitas dificuldades para administrar seus bens e dos herdeiros naquele período. Junto aos bens de raiz, ele começou dizendo que:

... possui uma parte de terras no Sertam do Carery no lugar do Brejo, por compra e dote, reservando a parte que dotou a suas duas filhas cujo sítio tem hum molinote coberto de telhas, каза de caldeira e de vivenda, como também a senzala dos negros; disse mais possuir a metade do sítio da cabaceira com as terras compradas a Pascacio de Oliveira Ledo por 750\$000 reis com каза de vivenda, casa de senzala dos pretos e mais cazas e a olaria todas cobertas de telhas etc.

Chamamos atenção aqui não para a riqueza dos bens acumulados por este senhor que são muitos, de raiz e semoventes que ele vinha adquirindo, mas para as duas senzalas que ele afirma ter, a do Brejo, e a outra na fazenda das Cabaceiras, e suas casas serem todas cobertas com telhas. Isto significa dizer que, provavelmente ele tinha artesãos que dominavam a técnica de fazer telhas, e que não é um trabalho fácil, mas que seu plantel de escravos, entre eles, poderia ter negros que desse nesse serviço que é muito pesado e exige experiência tanto para conhecimento da argila adequada que não é a mesma das paneleiras, quanto na sua fabricação que geralmente é artesanal, “feito nas coxas dos negros” para dar forma à telha e exige que cumpra a sequência: após fabricado o produto vai à sombra até ficar seco e levado ao sol depois ao forno que também era controlado por determinado tempo até sair acabado e pronto para o uso.

Do jeito e maneira em que os senhores e senhoras prestam contas nos inventários, a telha aparenta ser um dos bens de muita importância para a época e bastante caro, chegando a ser avaliado o milheiro por até 4\$000 mil e até de 8\$000 mil reis, o equivalente a doze cabras ou a um boi à época.

No inventário de Domingos de Farias Castro, encontramos uma olaria, provavelmente teria sido de telhas, pois as panelas eram feitas nos terreiros das casas

dos trabalhadores livres, libertos ou escravos, da região das fazendas dos seus senhores, ou nos pequenos quilombos existentes pela região. Já os tijolos eram feitos, como até hoje é, a céu aberto, nas épocas de estiagens, chamados de caieiras. Esse produto era feito às margens dos rios, onde se dispunha de barro (argila) e água dos poços, em quantidade suficiente, pois o trabalho do fabrico deste produto, assim como o das telhas, era exaustivo, pesado, de mão-de-obra dura, e exigia conhecimentos por parte do artesão e bastante água para molhar e traçar o barro.

Os escravos gostavam de deixar seus rastros, marcas registradas nos tijolos e nas telhas. Geralmente era um sinal feito à mão ou a mão inteira nos tijolos, como se encontra ainda hoje, nas ruínas da fazenda Araras, na antiga fazenda Mucuitu, pertencente ao município de São João do Cariri e outras, espalhadas, pela região. É provável que eles se sentiam orgulhosos ao verem aqueles produtos empregados nas casas com suas marcas, a prova do fruto do seu esforço, resultante do cativo. Ver fotos das marcas em tijolos e telhas do período da escravidão, conforme consta nesta imagem.



**Figura 6** - Ruínas da fazenda Arara, município de São João do Cariri, construída em meados do século XIX.  
**Fonte:** Arquivo do autor.

Os sinais deixados pelos escravos estão cravados nos tijolos desse escombro da casa grande da fazenda Araras. Esses símbolos são comuns nos tijolos e telhas. Era como se eles quisessem dizer alguma coisa. Essa prática é bastante usada até os dias de hoje e praticada por todos os trabalhadores artesanais, em especial às paneleiras dos sertões que exigiam a qualidade adequada da argila, a prática de traçar o barro para preparar a matéria prima, cuja mão de obra infantil era explorada para o trabalho de ajuntar as pilhas de tijolos para levantar as paredes da caieira.

Neste caso, o trabalho escravo infantil era de grande contribuição, principalmente, para esvaziar os terreiros onde o tijolo era feito em grades e as crianças também aprendiam cedo a fazer o produto como acontecia, até recentemente, por toda a região do Cariri. Sua fabricação e queima era um trabalho que exigia bastante técnica do trabalhador para que o produto saísse bem acabado e queimado para não se desmanchar, quando do contato com a água. Quando o barro não prestava, se desmanchava com a temperatura do fogo ao ser queimado e outro local que tivesse aquele mesmo produto, era experimentado; pois existem tipos de argilas que não aguenta altas temperaturas e se desmancham, enquanto que outras aguentam o fogo e até se solidifica ainda mais com a queima.

A argila utilizada sabiamente pelos artesãos escravos no trabalho para fabricação de seus produtos artesanais, variava de acordo com a peça a ser trabalhada, como por exemplo, ao se referir do trabalho das paneleiras, a argila é a de tabuleiro, de cor avermelhada ou amarelada e que tem resistência mais compactada, que dificulta a revesça, (a passagem da água pela sua parede, seja em potes, painéis ou quartinhas), e que as artesãs sabiam disso muito bem, enquanto que o barro (argila) para o fabrico de tijolos era menos persistente e de pouca liga, caso contrário, os trabalhadores não os tirariam das grades, pois os mesmos ficavam colados; daí a necessidade do uso de bastante água e de areia, quando era preciso para dar qualidade ao produto cujo barro, de preferência, era retirado nas várzeas, próximos aos rios, onde eram acumulados pelo processo de erosão.

O mesmo acontecia com o barro ou argila para o fabrico da telha, que era de fino preparo e a argila era mais consistente que os dois primeiros, e isso tudo exigia conhecimento adequado até mesmo para queimarem o produto nos pequenos fornos, exigindo lenha selecionada para esta atividade específica, capaz de produzir mais labaredas. Este tipo de atividade artesanal era bastante tradicional por toda a região

do Cariri e era feito geralmente por escravos e seus descendentes, cuja qualidade de vida ainda hoje é muito baixa nessas comunidades negras desta região.

Desta feita, só para que o leitor conheça como era construída uma olaria de telhas, o sítio do Feijão no município de Serra Branca, foi um dos lugares no Cariri em que não só tinha senzala desde a primeira metade do século XIX, como também seus escravos eram artesão e trabalhavam no fabrico de telhas, tijolos e panelas cujo fim era abastecer uma vasta região, em torno da Vila de São João. Sítio supracitado oferecia e ainda oferece até os dias de hoje, argilas de boa qualidade e que envolvia muitos trabalhadores artesanais.

Quanto às funções exercidas pelos escravos e declaradas nos inventários, apenas um aparece como aprendiz de ferreiro. Isso significa dizer que os escravos que lidavam com os serviços de telhas e tijolos não eram reconhecidos como trabalhadores de profissão, ou talvez fosse, mas não constaram nos inventários. Da mesma forma, encontramos dificuldades para identificar se muitos dos vaqueiros eram escravos ou não, provavelmente sim, já que era uma função que os escravos cumpriam nos sertões com mais possibilidades de conseguir algum pecúlio como a sorte tirada nos gados que cuidavam.

Com a diminuição dos índios ou a dominação desses, que se misturaram à população local, no processo de miscigenação, a “Casa Grande” começa a aparecer para desempenhar um poderoso foco de irradiação. Seixas (2004) afirma que “o papel que essa instituição desempenhou na história social do Nordeste foi das mais salientes. Foi em torno das fazendas que surgiram as povoações”. ( p. 194)

Para Capistrano de Abreu era a “civilização do couro.” Tornava-se aqui condição indispensável, para quem requeria sesmaria, que construísse um curral de gado em cada légua de terra, dentro do prazo de um ano. Quando se tratava, porém da fundação de um sítio, a coisa se tornava mais fácil ainda, porque se tinha de recorrer à escravidão, vermelha ou preta, para os serviços da fazenda (SEIXAS, 2004, p. 194).

Vemos esta afirmação de Seixas um pouco duvidosa, quando ele diz que era fácil a mão-de-obra escrava indígena ou africana, quando é sabido que os nativos não aceitavam fácil este estado de submissão e os conflitos eram inevitáveis com estes. Quanto à mão-de-obra africana, não era fácil conseguir cativos para os sertões pelo seu preço e os poucos lucros que a pecuária dava. Percebemos aí uma dupla função que muitos senhores faziam para manter os cativos ocupados, mudando estes de

território em determinados períodos do ano, tal qual foi o caso dos vínculos do Cariri com os brejos da Paraíba, em especial, com Alagoa Nova, pois era lá naquela localidade que o Cariri tinha mais contato no período estudado e em Pernambuco por ser um lugar de fronteira com o Cariri, conforme, já citamos.

Seixas (2004, p. 174) afirma que o cartório de Pombal ainda hoje guarda no seu arquivo diversas escrituras públicas relativas à compra e venda de terras situadas no território de Campina Grande e Cariri Velho, cuja jurisdição ainda estava na dependência da comarca da capital..

### **2.3 - A mão de obra escrava**

A escravidão é um tema importante e abrangente pela multiplicidade de aspectos que apresenta. A historiadora Galiza, em *O declínio da escravidão na Paraíba, (1850- 1888)*, enfoca a participação da mão de obra escrava nos vários ciclos da economia paraibana inclusive, inserindo a mão de obra do Sertão. A autora afirma que “a colonização da Paraíba nos seus primórdios constituiu uma expansão da agroindústria do açúcar de Pernambuco”. João Tavares, Martim Leitão, Ambrósio Fernandes Brandão, Duarte Gomes da Silveira, os incentivadores e financiadores da colonização da Paraíba, fundaram engenhos na Capitania e recorreram à mão-de-obra escrava. A escravidão tornou-se o sustentáculo da economia açucareira, principalmente, com a contribuição da mão de obra indígena no primeiro momento da colonização.

Em relação ao escravo índio, é importante comentar sobre sua trajetória no processo de colonização no que se refere ao trabalho escravo desses nativos já que os historiadores vêm afirmando sua forte presença também como cativos pela própria escassez da mão de obra no alto período colonial quando eles deram contribuição importante em trabalhos diversificados, em especial nos engenhos, na agricultura e na pecuária como vaqueiros e, principalmente, na comunicação da época, dando também grande contribuição no trabalho dos correios, conduzindo malas e fazendo um sistema de revezamento a pé ou a cavalo, percorrendo pequenas, médias e longas distâncias desde que se criou o correio regular na Província em 1829 (MACHADO, 1977).

Percebemos nos documentos eclesiásticos da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri, um número pequeno de registros dos nativos, e nos inventários a partir da segunda metade do século XVIII, onde foram encontrados poucos nativos escravos, nas fazendas pelo Cariri afora, com exceção do escravinho mameluco Antônio, de idade de 12 anos e da escrava mameluca Maria, a quem, pelos “bons serviços prestados” ao capitão - mor Antônio de Oliveira Ledo como ele afirma no seu leito de morte em Olinda e por amor a Deus a forrou e libertou sem pensão alguma (SEIXAS, 2004).

O que teria acontecido numa região de muitos rios temporários, mas que fornecia condições pela sua rica fauna e eles viviam da caça, da pesca que era abundante juntamente com os poços d’água que ficavam nos leitos dos rios após as grandes enchentes irregulares que aconteciam periodicamente pela região que daria condições de permanência a esses nativos por muito tempo juntamente com plantios de culturas de subsistências?

Gorender (1978, p. 473) afirma que:

Com a retirada dos jesuítas e outras ordens religiosas muitos nativos voltaram ao seu habitat natural. Outros fugiram ao serem explorados pelas autoridades civis. Capitães–mores e diretores de índios, passando a serem chamados de (vagabundos) de que estava cheio o Sertão. Este fato levou a se criar a lei do apenamento para forçar o índio a trabalhar em 1798.

Muitos índios do Sertão também foram transferidos para o litoral, esvaziando as aldeias cuja legislação da época determinava atingir números de casais em 1780 ordenados pelo Governador de Pernambuco (ao qual o Capitão-mor da Paraíba se subordinava (MACHADO, 1977, p.492). Segundo o autor, não admira que, no começo do século XIX, fosse tão desproporcional a população indígena, na Paraíba, entre as regiões.

Medeiros (ano???, p. 48) afirma que o índio começa a desaparecer de cena, no mundo do trabalho, a partir da segunda metade do século XIX. Em 1845 é feita uma regulamentação, proibindo a repartição dos índios entre os moradores, cujas autoridades estão de olho agora voltados para suas terras. O ano de 1850 foi o momento em que o país estava sendo preparado para lidar com as medidas agrárias, motivadas pela extinção do tráfico negreiro.

A escravidão negra foi imprescindível à atividade açucareira. Gilberto Freire e Padre Antônio Vieira enfatizaram que a cultura da cana de açúcar só se tornou possível graças à utilização da mão-de-obra africana. Na medida em que os engenhos proliferavam, na Paraíba, o tráfico negreiro aumentava. Entre os proprietários de engenhos e detentores de escravos, citamos as ordens religiosas aqui estabelecidas: os Jesuítas<sup>28</sup>, onde há indícios que estes deram contribuição no Cariri. Na imensa propriedade do sítio Mucuitu, pertencente àqueles religiosos, cuja área, encontramos muitos escravos nos inventários.

Galiza afirma que “podemos acompanhar a formação do patrimônio rural dos beneditinos e de sua escravaria através de Irineu Ferreira Pinto em ‘Datas e notas para a História’ da Paraíba”. Aliás, estes religiosos têm chamado atenção dos historiadores que estudam a escravidão no Brasil, pela sua capacidade de manter ou de aumentar o número de crioulos em suas propriedades, incentivando a reprodução natural.

No Cariri, os jesuítas habitavam um lugar chamado Sítio Mucuitu e Timbaúba, pela grande quantidade de famílias escravas localizada nestas áreas, nos inventários, assim como também, constatamos em um documento, um edital de citação feito pelo juiz de direito da comarca de São João do Cariri, que data de 1917, José Gaudêncio de Queiroz, convidando todos os herdeiros reclamantes de direitos naquela dita propriedade que nos deixou a impressão de ser um vasto território se limitando com o rio Espinharas e o município que hoje é Soledade. Segundo os populares, a própria Igreja de Nossa Senhora dos Milagres foi fundada por eles no começo do século XVIII, assim como outras construções antigas espalhadas pela Villa.

Daí, percebe-se a importância do investimento, na família escrava, para formar seus próprios plantéis, contribuindo para o processo de crioulização, como veremos mais adiante, nos quadros de escravos, nos quais se percebem os fortes laços de famílias, nos cativeiros do Sertão do Cariri.

Abreu (2011, p. 72) afirma que:

No Sertão do Rio de Peixe os escravos estavam a trabalhar em todos os setores produtivos daquela região. Eles figuravam como importante

---

<sup>28</sup> - Ver documento encontrado no Fórum Municipal de São João do Cariri datado do ano de 1917, onde o juiz manda carta a todos os moradores da propriedade Mucuitu para fazer inventário e partilhas da mesma que estava habitada desde a época dos jesuítas e tinham seus limites no Rio Espinharas e com o município de Soledade sendo ao todo mais de trinta posseiros que haviam invadido estas terras após a expulsão dos jesuítas do Cariri e que foram convidados pela justiça naquele ano para fazerem as partilhas daquelas terras.

parcela entre a riqueza dos senhores, estando presentes nos trabalhos domésticos, na construção e conservação de benfeitorias das mais diversas além de conduzir boiadas e da sua contribuição na criação de animais domésticos.

Isso acontecia também no sertão do Cariri, a partir das próprias condições geradas na economia de subsistência a qual o cativo dava grande contribuição e por mais árduo que fosse a forma de trabalho no Sertão, jamais se compararia a dos engenhos até pelo próprio ritmo da produção para exportação que exigia mais do trabalhador escravo do amanhecer ao anoitecer. Claro que tinha escravos que sabiam ofícios diversos, mas ao chegarem ao Sertão, o sistema de produção diferente dos engenhos ou do trabalho, nas cidades, era necessário fazer de tudo um pouco. Isto era condição importante para o senhor e para sobrevivência do sistema agropastoril e do próprio escravo.

Depois da penetração de Teodósio de Oliveira Ledo pelo Sertão paraibano, fundamentado na atividade criatória, os sertanistas começaram a requerer datas de terras e implantar currais nas suas propriedades, nas quais os nativos e os escravos negros deram grande contribuição como autores nesta história, com sua mão de obra. As pesquisas feitas por Galiza, nos cartórios, em Pombal, foram constatadas, que nos primórdios do século XVIII, quando a pecuária iniciava a sua expansão pelo Sertão já era expressiva a participação do escravo negro, na economia sertaneja<sup>29</sup>. A afirmação de Galiza vai ao encontro do inventário do Capitão-mor Domingos de Farias Castro no ano de 1742. Quando da morte de sua esposa Izabel Rodrigues de Oliveira em 1739, pelo fato de que os inventariantes do casal nos levantamentos dos bens declaram que:

O Capitão-Mor herdou de sua viúva Izabel Rodrigues Oliveira a metade do cítio da Cabaceira no Certam do Carery de cujo o cítio lhe fora dado em dote assim declarado para pôr preso de duzentos e cinquenta mil reis que ambas as parcelas fazem a importância de sete centos e cinquenta mil reis a que se ajunta mais as bem feitorias no mesmo cítio de caza de vivendas, caza de senzala dos pretos de hospedar como também hua caza de olaria coberta de telhas e 22 escravos etc.

---

<sup>29</sup> - Ver inventário de Izabel Rodrigues de Oliveira de 1742, casada que foi com o Capitão-mor Domingos de Farias Castro. Documento do arquivo do Museu Histórico de Campina Grande caixa nº 2 transcrito por pesquisas feitas por Tarcísio Dinoá Medeiros.

Reverendo os demais bens de raiz do viúvo, Domingos de Farias Castro encontramos uma grande quantidade de terras, inclusive, no brejo de Alagoa Nova com engrenagem de engenho de açúcar, e uma senzala. Isso aumenta a possibilidade de um só plantel de escravos estarem trabalhando divididos pelos dois lugares e que os escravos do capitão Domingos estavam no Sertão do Cariri, em Cabaceiras, e era um número de vinte e dois ao todo incluindo os três fugidos e os doentes, um dos peitos, e outro quebrado de uma perna e aleijado de um braço, o que constava também no brejo de Alagoa Nova.

Mas, por outro lado, o mesmo Domingos de Farias Castro afirma ter uma casa de senzala dos pretos de hospedar no sítio do brejo de Alagoa Nova. Isto significa que esta senzala no lugar dos brejos poderia não ser permanente, e que os mesmos cativos iam para lá passar temporadas, provavelmente para trabalhar no plantio e na colheita, já que o inverno do Cariri antecede o dos brejos.

Contudo, alguns historiadores enfocaram que na economia do criatório, era quase que desprezado o desempenho do cativo negro ou lhe atribuíram pouca importância. JOFFILY em *Notas sobre a Parahyba* afirma que Capistrano de Abreu percorreu o Sertão do Ceará e da Paraíba e foi testemunha ocular da escravidão negra na área sertaneja, afirmou no seu livro *Capítulos da História Colonial*, “que a criação do escravo negro no sertão, representava magnificência e fausto. Conferia, pois, *status* aos fazendeiros”.

Se os escravos não tivessem contribuído com a mão de obra na região, por que constavam plantéis tão significantes e por que encontramos escravos e escravas quebrados ou doentes de moléstias diversas, e escravos fugidos se eles fossem apenas por magnificência? Irineu Jóffily, estudando o Sertão da zona criatória, presenciou a escravidão. Mas não reconheceu sua importância para a economia da região. Observou que na atividade criatória, a raça americana, ou seja, o nativo, se prestou melhor do que o africano. O autor não explica os argumentos que o faz atinente a esta afirmação e não fala sobre a contribuição do escravo africano neste meio.

José Américo de Almeida também se admirava com a numerosa escravaria de Piancó e São João. Em relação ao primeiro, asseverou que “é o município sertanejo onde o melanismo é mais acentuado”. Quanto ao segundo, a São João, na época, tentou explicar o elevado número de escravos pela transferência temporária dos engenhos do Brejo para as fazendas criatórias do sertão do Cariri. Acrescentou que

muitos senhores de engenhos residentes nos brejos tinham propriedades em São João do Cariri. Eles deslocavam os cativos das unidades açucareiras para suas fazendas no Sertão a fim de trabalharem durante o verão.

Galiza (1979), mesmo fazendo seus estudos, sobre a segunda metade do século XIX, também confirma a assertiva de Almeida, afirma que há evidência de que senhores rurais tinham propriedades nas duas zonas e as pesquisas que realizou nos cartórios de São João do Cariri, confirmaram essa simultaneidade de propriedades no sertão dos cariris e do brejo.

Este relacionamento dos senhores dos brejos com as terras, no cariri, envolvia uma relação de trabalho escravo muito ativa, sendo que era necessário esta relação, pois era dos brejos que saiam os alimentos indispensáveis à sustentação da vida cotidiana nos Cariris Velhos; sendo que o processo de penetração e povoamento partiu desses lugares dos brejos para expansão da criação do gado, desafogando este ambiente de produção de alimentos para intensificação da agricultura, para abastecimento de outras regiões da Paraíba, incluindo o Cariri.

Fizemos o levantamento nos inventários encontrados ainda possíveis de serem estudados em São João do Cariri e encontramos em 42 destes, pessoas que tinham terras no Cariri, e ao mesmo tempo em Alagoa Nova ou em seus arredores, nos brejos. Isto nos faz perceber e comprovar as assertivas de José Américo de Almeida e endossadas por Diana Soares Galiza.

Estes mesmos donos de terras, no Cariri, tinham muitos roçados de plantar leguminosas e tubérculos na zona brejeira cuja farinha era um dos principais produtos de sustentação para a população do Cariri; as engenhocas de fazer rapadura e os plantios da cana de açúcar também se faziam presentes nos inventários destes senhores que utilizavam-se intensamente da mão de obra dos escravos.

Percorrendo pela região do Cariri, percebemos que há indícios de que a partir da segunda metade do século XIX, muitos produtos agrícolas passaram a ser cultivados nesta região, e engenhocas foram transformadas em casas de farinha que encontramos, assim como engenhocas de fabricação da rapadura e para produção de outras culturas que amenizaram a dependência que tinham dos brejos mas que percebemos a continuação deste comércio com outros produtos como a rapadura, aguardente e especiarias fabricadas pelos brejeiros como candeeiros, ralos para ralar milho verde, calçados de couro, cuias para medir o milho, o feijão, a farinha, o açúcar e outros produtos de uso doméstico.



**Figura - 7** - A prensa. Objeto feito para espremer a mandioca na fazenda Araras, termo de São João do Cariri.  
**Fonte:** Arquivo do autor.



**Figura - 8** – Roldana triturador de mandioca na casa de farinha da fazenda Araras no município de São João do Cariri.  
**Fonte:** Arquivo do autor.

Segundo o senhor Nivaldo Maracajá (Nivaldinho), a construção que cobria esta engenhoca era de taipa, depois foi reforçada com paredes de tijolos para dar melhor proteção à madeira da prensa. Ele afirma ainda que a produção de farinha nesta fazenda era satisfatória, mas que assim como as demais casas de farinha, espelhadas pela região, as dificuldades eram constantes com as estiagens que minimizava a produção da farinha e a dependência dos brejos era constante.

Fazendo um estudo mais apurado sobre esta temática, chegamos à conclusão de que o trajeto envolvendo a Villa Real de São João do Cariri e seus arredores com os brejos e Alagoa Nova era bastante movimentado no período pesquisado e que os senhores relacionados entre estes dois espaços territoriais, tinham um número de escravos considerável como mostra o quadro:

## QUADRO 2: Proprietários de terras e escravos no Cariri e em Alagoa Nova de 1783 a 1843

Total de escravos:	Nº de escravos dos donos de terras no Cariri	Nº de escravos dos donos de terras no Cariri, em Alagoa Nova e outras regiões do brejo
<b>707 cativos</b>	366 cativos	341 cativos

**Fonte:** Dados levantados dos inventários localizados no Fórum Municipal de São João do Cariri do período de 1783 a 1843.

Portanto, deste total de 699 cativos, 366, ou seja, 52,3% tinham escravos só no Cariri, enquanto que 341 cativos estavam entre estes dois termos, perfazendo um total de 48,23%. Era um número bastante equilibrado entre os escravos que estavam apenas no Cariri se comparado com os outros da região dos brejos, no mesmo período e que estavam registrados em São João do Cariri.

Percebemos, que estes mesmos senhores também tinham os maiores e melhores rebanhos de gados vacum, cavalari, cabrum e ovelhum, assim como aparelhagens de transformar a matéria prima como a mandioca, cana de açúcar e algodão, e muitos objetos ligados à cultura material. Chegamos à conclusão de que o Cariri servia mesmo como lugar de expansão agropecuária para abrir mais espaços pelos brejos e agreste para a agricultura. Assim sendo, a Villa Nova da Rainha, passou a ser um ponto estratégico, a “porta de entrada”, servindo como ponto de ligação entre o Cariri e os brejos.

E isto deu certo, pois foram estes mesmos senhores que contribuíram para influência da criação da “Villa Nova da Rainha”, que tinham terras nos brejos que traziam também para o cariri, produtos agrícolas para manter a população local. Os cativos tinham muito trabalho para fazer o trajeto, nestes dois espaços territoriais, porque, dependendo do lugar, no Cariri, poderia ser próximo ou bastante distante dos brejos da Província da Paraíba.

É possível observarmos que os escravos do Sertão do Cariri estavam, no verão, ocupados com as cercas, com as cacimbas para o gado que era feita a manutenção diariamente, no trato das terras, na lida com o gado no campo, na construção de casas e barragens etc. O trabalho era árduo e a mão de obra indígena não apareceu em nenhum momento mesmo sabendo que estes estavam presentes e

até poderia, mas não nos registros como escravos e até mesmo nos registros paroquiais, eles aparecem em número insignificante, estranhamente.

Portanto, encontramos nos inventários todos os escravos como se fossem de São João e os proprietários não eram necessariamente deste município, porém, afirmam terem sítios de terras ou pedaços de terras, roçados de plantar milho e feijão, bolandeiras na Alagoa Nova e em outras regiões dos brejos e se quer moravam na região; muitos residiam na Cidade da Parahyba, em Goiânia, Olinda, Recife, e resolviam as coisas por meio dos seus procuradores, alguns deles, parece nunca terem pisado seus pés no Sertão do Cariri. Galiza<sup>30</sup> afirma que teve em mãos um documento muito esclarecedor – o mapa da população escrava do Piancó, do ano de 1876, com um total de 1079 escravos dos quais 912 tinham profissão definida. A maior parte dos cativos eram cavouqueiros (agricultores).

Em relação à população escrava de São João do Cariri, não encontramos o mapa, mas, o escravo, ao chegar à zona criatória, ou era vaqueiro ou era cavouqueiro e mesmo assim, o vaqueiro também se envolvia na agricultura e no trato dos animais. Mas, nos grandes plantéis de escravos, encontramos alguns de profissão que lidavam com ferramentas como ferreiro, que pela própria necessidade de afiar as ferramentas, era necessário numa grande propriedade com muitos trabalhadores, assim como o alfaiate para fazer vestimentas, como o tirador de leite, etc. cuja função não é para qualquer um.

Os vaqueiros desempenhavam um ofício que ocupava muita mão de obra, pelo fato de que, à época ainda não havia grandes cercamentos. O que nos chamou atenção é a quantidade de escravos com profissão definida, encontrada por GALIZA no Sertão de Pombal, cujo tema merece especial atenção, lembrando que sua pesquisa é da segunda metade do século XIX e que deu grande contribuição para o conhecimento da historiografia paraibana, no Sertão.

No Sertão, um escravo agricultor fazia vários tipos de trabalhos não qualificados. Portanto, realizavam funções que possibilitavam a agricultura de subsistência e serviam de sustentáculos à atividade criatória. Construíram cercas de pedras, cujos remanescentes estão dispersos pelo sertão, cavavam poços, faziam açudes, trabalhavam na agricultura e na pecuária. No texto mencionado, a autora

---

<sup>30</sup> - GALIZA, nas págs. 92-93 chama atenção para as dúvidas que tem quanto ao auto número de escravos na Vila de São João e quanto aos registros de matrículas nessa vila, afirmando que mesmo muitos senhores tendo terras nos dois espaços territoriais isto não explica o número tão grande de escravos em São João. A não ser que os escravos tivessem duas matrículas.

ainda afirma ter encontrado escravos como: *“vaqueiro, sapateiro, alfaiate, ferreiro, cozinheiro, fiandeiro e executando serviços que visavam à auto sustentação das fazendas”*.

Ainda segundo a autora, o isolamento em que o Sertão vivia, as propriedades tinham que se auto sustentar. Isto, no sertão do Cariri era diferente, não havia auto sustentação e tinha os brejos como ponto de apoio estratégico. Ver fotografias das cercas de pedras, que eram feitas por toda a região no período colonial devido a abundância deste produto mineral, cujo trabalho tinha seus mestres para conduzir as cercas pelo Sertão.



**Figura - 9** – Cerca de pedras do curral sítio Bom Sucesso localizado na divisa dos municípios de Gurjão e Soledade, no Cariri da Paraíba.

**Fonte:** Arquivo do autor.

O número tão expressivo de profissões encontradas pela autora entre os escravos do Piancó é interessante, sendo que, no Cariri, as características da escravidão são semelhantes às práticas escravistas do alto sertão do Piancó e não constatamos tantas profissões de escravos no período estudado apesar de vir encontrando um número considerável de cativos nos documentos pertinentes ao município de São João.

Talvez, a partir da segunda metade do século dezenove comecem a aparecer os dados a que a autora se refere ao alto Sertão, por sua pesquisa ser posterior aos anos de 1840, mas não acredito e deixo aqui em aberto esta discussão para um estudo mais acurado sobre a temática. (O que era ter profissão no Sertão, no período da escravidão?). Assim também é sabido que as propriedades com seus senhores e

escravos não tinham condições de auto sustentação, devido às características climáticas inconstantes e da falta de mão de obra especializada e os próprios problemas enfrentados pelo homem do campo, naqueles espaços tão distantes dos centros maiores, estavam centrados, nas áreas litorâneas.

Um número considerável de negociantes (agenciadores), percorriam todas as regiões do Estado, interligando ao comércio fronteiro com Pernambuco, feito pelos chamados almocreves que ajudavam a suprir as necessidades básicas daqueles habitantes dos Sertões. Este assunto ainda é pouco conhecido pela historiografia paraibana e merece um estudo mais detalhado, pois sabemos do quanto estes almocreves e agenciadores eram importantes para a economia naquele período.

Constatamos também as dívidas nos autos de contas, em testamentos e nas partilhas feitas por comerciantes e fazendeiros, devendo em outras praças principalmente em negócios feitos na “Vila Nova da Rainha”, Goiana, Brejo da Madre de Deus, Limoeiro, lugares do Pajeú, Recife, Olinda, Cidade de Parahyba etc., o que nos dá a noção de que, a pesar dos gigantescos espaços territoriais, ainda pouco habitados, com exceção dos nativos, que ainda viviam naquelas áreas e das distâncias, o comércio estava bastante ativado para a época e que muitos praticavam negócios diversificados, (agenciavam) por todos os lugares onde estavam aos seus alcances, como percebemos nos inventários quando das prestações de contas, em que haviam muitos débitos com estes agenciadores por toda a região.

A função mais interessante e que dava melhores rendas para o escravo, era a de vaqueiro. O fazendeiro entregava seu rebanho aos vaqueiros nos quais depositava confiança. Para prendê-los à fazenda e evitar sua evasão concedia-lhes alguns benefícios. Por exemplo, há evidências de que tinha estendido ao vaqueiro o sistema de quarta, tão peculiar à pecuária no período colonial e no século passado. Esse sistema consistia em o vaqueiro receber um novilho em cada quatro que nascessem após cinco anos de trabalho na fazenda. Alguns destes vaqueiros eram escravos. Galiza afirma que “nas pesquisas nos acervos cartoriais, em Pombal, Piancó, São João do Cariri, encontrou alforrias compradas pelo escravo com cabeças de gado”.

Quando o novo dono da fazenda Serra Branca, João Gonçalves Domingos e sua mulher Teodósia da Cruz<sup>31</sup> faleceram na Villa de Santo Antônio no Recife, Seu

---

<sup>31</sup> - Ver inventário de João Gonçalves Domingos, inventariado e Ana Rita do Rosário, inventariante ano de 1809 com uma carta precatória vinda da repartição da cidade de Olinda termo de Santo Antônio do Recife no ano de 1810 passada para o juízo do termo da Vila Nova de São João.

Genro José Gonçalves Domingos e a provável irmã Ana Rita do Rozário mandaram passar carta precatória para o juiz da Vila de São João, no ano de 1809, mandando fazer o levantamento dos seus bens os quais foram feitos pelo seu vaqueiro Francisco Gomes de Sousa<sup>32</sup>, o mesmo avisou que ia retirar sua quartação e prestou contas dos serviços que fazia pelas terras da mesma fazenda.

Assim como na fazenda da Serra Branca, também aconteceram cobranças feitas pelos vaqueiros em outros inventários e nas prestações de contas feitas pelos tutores dos órfãos, que acontecia dos mesmos fazerem as partições nos gados para retirar a parte que tocava aos vaqueiros. Mas, o vaqueiro Francisco Gomes de Sousa não comenta se seus parceiros vaqueiros eram escravos ou não, talvez sim, tendo ele como o Vaqueiro chefe e até tivesse cativos, pelo grande território que abarcava esta fazenda à época, mas não encontramos escravos definidos como vaqueiros, mesmo nos maiores plantéis de cativos, pois, isso não era necessário porque quase todos os sertanejos, que lidam no campo com o trabalho da pecuária sabiam montar bem nos cavalos e os escravos faziam este trabalho nas fazendas sem a necessidade de identifica-los como tal assim como os indígenas também.

Galiza afirma não concordar com José Américo de Almeida ao explicar o elevado número de escravos de São João do Cariri: a transferência provisória da mão de obra dos engenhos do brejo para as fazendas sertanejas. Os documentos cartoriais confirmam que donos de unidades açucareiras, no Brejo bem como na Zona da mata, tinham fazendas, no Sertão, nos séculos XVIII e XIX. Porém, consta que os escravos residiam nos municípios criatórios, mas constatamos presença de escravos da Vila de São João espalhados por várias partes dos brejos como em Campina Grande, Fagundes, Lagoa Seca, Areias, e grande número em Alagoa Nova; assim como nos brejos pernambucanos. Isto demonstra que o cativo estava muito presente por todos os recantos da Paraíba e suas fronteiras.

Entre suas tantas terras, segundo declarações do vaqueiro Francisco Gomes de Sousa, o mesmo senhor tinha escravos, mas não citou a quantidade, nem os nomes, e mais 167 cabeças de gado vacum e 33 cabeças de gado cavalariço. Pela grande quantidade de terras deste criador, era muito importante que se tivesse um bom número de animais de carga, e era isso que acontecia com os donos de terras

---

<sup>32</sup> - Francisco Gomes de Sousa estava como vaqueiro da fazenda mas nas descrições dos bens, ele aparece como morador criador e administrador também. Daí o mesmo afirmou que cuidava das despesas da fazenda, assim como o soldo dos outros vaqueiros mas não cita se havia escravos.

nos brejos, possuir esses animais para o transporte de alimentos e produtos básicos do brejo para o Cariri, que, apesar de não conseguir detalhes sobre como isso era feito, mas, provavelmente, os cativos eram os que trilhavam pelas veredas escaldantes do sertão do Cariri, naquela época, guiando as cargas, tangendo as mulas etc.

No ano de 1834, partes de um inventário nos chamou atenção pela sua localização e por ser o primeiro desde 1783, no qual, encontramos algumas sacas de algodão<sup>33</sup>, que por estar incompleto não foi possível saber se esse senhor era possuidor de escravos, pois o mesmo se chamava Antônio Bezerra da Cunha que estava no momento da sua morte, nas suas terras no Sertão do Cariri, no lugar da Barra, local onde faleceu. Daí, a sua viúva dona Francisca Paula Brito, deixou como curador dos órfãos o senhor Dionizio José Tavares onde os mesmos residiam em morada fixa na serra da Gameleira no sertão, termo do Piancó e seu defunto marido deve ter sido sepultado no lugar da Barra mesmo, uma provável pequena povoação hoje a cidade de Barra de São Miguel ou no máximo trouxeram seu corpo para ser enterrado na Villa de São João.

Das poucas páginas do inventário desgastadas pelo tempo e em estado de conservação precário, retiramos delas as primeiras arrobas de algodão, mesmo não sendo do Cariri. Declarou o procurador dos bens José Bezerra da Cunha haverem do casal nove sacas de algodão em prima, a saber:

... uma com três arrobas e meia e deis libras, outra saca com três arrobas e dezoito libras, outra saca com três arrobas e nove libras, outra com três arrobas e vinte e oito libras, outra saca com três arrobas e quatorze libras, outra saca com três arrobas e meia, outra saca com três arrobas e deis libras que faz um total de trinta e uma arroba e onze libras que foi vista e avaliada no valor de 172\$435 reis.

O trabalho da cultura algodoeira contou com a colaboração da mão de obra escrava, mas no Cariri, os inventários não afirmam isto, quase não encontramos nada referente que possamos afirmar que o Cariri era produtor de algodão até o período

---

<sup>33</sup> - Ver inventário de Antônio Bezerra da Cunha no Fórum Municipal Nivaldo de Farias Brito em São João do Cariri caixa Nº 7.

desta pesquisa. Irineu Joffily asseverou que os escravos nas fazendas de algodão chegaram a rivalizar em número, com os engenhos de açúcar. Mas segundo Galiza, a partir de 1850, quando cessou o tráfico negreiro, os inventários evidenciam o declínio dessa mão de obra, nas fazendas algodozeiras do Agreste.

MEDEIRO (1999), afirma que os resultados demográficos do algodão puxando escravos para o interior, aparece na Estatística da População da Província em 1851. Os municípios de maior produção pertencentes à Segunda Comarca da província (Areia), mas São João do Cariri não se encontra nesta estatística comprovando que até este período aquele município ainda não se destacava como produtor de algodão. (p. 66)

Os cativos também se beneficiavam com a cultura do algodão, nas catagens, onde geralmente, nos fins de safra, os últimos capulhos do produto eram dados para os trabalhadores negros livres e escravos para comprarem suas roupas de festas e mais bugigangas que necessitavam. Podiam até juntar algum dinheiro, como também nas suas pequenas roças nos quintais das fazendas dos seus senhores, cujo algodão ou outros produtos agrícolas eram vendidos e os pequenos lucros ficavam nas mãos dos negros, o que podia render soldos em reis e serem empregados até mesmo em compras de pequenos animais, levando alguns escravos a acumular pecúlios que lhes serviam na compra de suas liberdades ou para seus usos pessoais, mas a produção ainda era muito acanhada à época, pois, praticamente, não encontramos este produto e sim, alguns objetos de uso para tecer e fazer fios, provavelmente, para uso cotidiano das pessoas até então, como estes objetos de fiar conhecidos como fusos:



**Figura - 10** – Fusos usados na fabricação de linhas.  
**Fonte:** Museu histórico de São João do Cariri.

## 2.4 Da cultura material

No decorrer do período estudado, percebemos na partilha dos bens materiais em especial de móveis, vestimentas e objetos de uso doméstico, o pouco valor que era dado a estes bens tão importantes nos dias de hoje, para o bem estar no interior da família. Naquele período, as coisas eram difíceis, havia poucos profissionais para produzir objetos de usos domésticos; conseguir uma cama de couro, uma rede, roupas e demais bens materiais não era tarefa fácil, o *status* das pessoas estava mais arraigado nos bens de raiz, terras, casas e semoventes como os escravos e gados; o acúmulo de riquezas era guardado nos bens de ouro e prata, onde encontramos em quase todos os inventários, e não eram fortunas, mas estavam voltados para objetos de uso rotineiro como joias e objetos de cozinha como garfos, colheres, facas e panelas, frascos, almofariz etc

Estes bens materiais, só encontramos nos inventários daqueles senhores de melhores posses. Pois, o couro utilizado na cama era para aqueles que tinham gados e condições de preparar o produto no estique para armação da cama. Segundo alguns depoimentos de pessoas descendentes nestas fazendas, como o senhor Elias, 74 anos, afirma que “era preciso fazer a armação de madeira de lei e apregoar o couro ainda verde com pregos deixando bem esticados até secar na cama que era levada ao sol até se completar o tempo de poder ser usada”.

Segundo ainda seu Elias, as pessoas de melhores posses mandavam curtir o couro mas a maioria utilizava o mesmo produto cru, onde podemos ver com uma imagem mais aproximada que muitos pelos do couro ainda se mantém no lugar assim como os sinais de ferro do dono.

Estes bens materiais, só encontramos nos inventários daqueles senhores de melhores posses. Pois, o couro utilizado na cama era para aqueles que tinham gados e condições de preparar o produto no estique para armação da cama. Segundo alguns depoimentos de pessoas descendentes nestas fazendas, como o senhor Elias, 74 anos, afirma que “era preciso fazer a armação de madeira de lei e apregoar o couro ainda verde com pregos deixando bem esticados até secar na cama que era levada ao sol até se completar o tempo de poder ser usada”.

Segundo ainda seu Elias, as pessoas de melhores posses mandavam curtir o couro mas a maioria utilizava o mesmo produto cru, onde podemos ver com uma imagem mais aproximada que muitos pelos do couro ainda se mantêm no lugar assim como os sinais de ferro do dono.



**Figura -11-** Cama de couro do século XIX, na fazenda Veloso, no município de Serra Branca.  
**Fonte:** Arquivo do autor.

Quanto aos escravos, estes, geralmente eram os bens mais caros naquela sociedade, conforme veremos nos quadros que mostram esta informação. Nos bens declarados por Carlos Bezerra do Valle<sup>34</sup>, pela morte de sua mulher Ângela Abreu, no ano de 1783, entre seus bens, aparecem algumas roupas como:

Uma calça de pano azul avaliada em 12\$000 reis, uma coberta de cama azul forrada de bata bastante usada no valor de 3\$600 reis e mais uma roupa de cor branca no valor de 3\$000 reis, quatro pentes e cinco colheres de prata.

---

<sup>34</sup> - Ver inventário caixa nº 01, 1783 de Carlos Bezerra do Vale, inventariante e sua mulher Ângela Abreu inventariada. Fórum Nivaldo de Farias Brito em São João do Cariri.

No ano de 1784, quando da morte do capitão-mor Mateus Antônio Brandão<sup>35</sup>, a sua viúva dona Maria José da Conceição declarou: *“Um vestido inteiro de cambraia azul e um chapéu de galão ouro que foi avaliado em 25\$000 reis, um vestido de oraguete preto com vestia de cetim e calção de veludo avaliado por 19\$000 reis e uma sela bastarda.”*

Quando da morte do Sargento mor Francisco Alves Pequeno<sup>36</sup>, irmão de José Francisco Alves Pequeno, sua viúva Maria Izidora, no ano de 1796, declarou haver do casal um oratório, uma espingarda, aliás, em quase todos os inventários encontramos armas de fogo, em especial a espingarda por ser uma arma mais simples e barata, era uma necessidade possuí-la àquela época. Encontramos também um taxo velho, canetas e tinteiros, nos quais não constavam preço de avaliação, um ferro de engomar de aço e um estojo de navalhas, uma chocolateira dentre outros bens.



**Figura -12** - Tinteiro, penas e bicos de penas do Museu Histórico de São João do Cariri.  
**Fonte:** Arquivo do autor.

<sup>35</sup> - Ver Inventário caixa nº 01, 1785 de Mateus Antônio Brandão inventariante e Dona Maria José da Conceição Inventariada. Fórum Nivaldo de Farias Brito em São João do Cariri.

<sup>36</sup> - Ver caixa – 02 do ano de 1796 de Maria Izidora, inventariante e Francisco Alves Pequeno inventariado da Fazenda Barro Vermelho, termo da povoação de Milagres, por sua morte no dito ano, deixando muitos filhos órfão e uma criança de três meses que havia falecido junta no mesmo dia que seu pai e foram sepultados juntos acima das grades na Igreja de Nossa Senhora dos Milagres o qual fazia parte da irmandade dos brancos da povoação.

A Dona Luciana Pereira dos Santos<sup>37</sup>, quando da morte do seu marido José Rodrigues Pereira dos Santos, declarou não ter escravos mas que era possuidora de um par de cadeados de ouro, uns objetos de prata, um taxo velho, uma espingarda, um martelo e uma turquês, uma saia preta e um espelho. Tinha também uma dívida para receber de um escravo de nome Alexandre no valor de 10\$000 reis, provavelmente da venda de sua liberdade e tinha terras no sítio Pau Ferro e em Alagoa Nova perfazendo um quinhão de 1:017\$180 reis onde seus tutores falaram da perda dos animais com a grande seca de 1807.

Do casal Bento Fernandes Barboza<sup>38</sup> e Anna da Silva falecidos no ano de 1802, seus filhos herdeiros declararam **quatorze livros de cobre**, que foram avaliados cada um a 400 reis; declarou os inventariantes haver ficado um almofariz velho, uma folha de serra, um compasso e uma imagem de santo.

A Dona Maria do Ó<sup>39</sup>, declarou como mulher e herdeira do finado Zacarias em seus poucos bens, no ano de 1802, “uma enxada, um machado, uma foice, uma lima velha, uma espingarda, uma canastra e uma caneta tinteiro, duas redes, uma calça de algodão e um chapéu, uma mala, um banco e uma sela, uma frasqueira velha com seis frascos e dez escravos”.

O que nos chama atenção neste inventário é a quantidade de escravos para os poucos bens declarados, já que suas terras eram poucas, provavelmente uma pequena proprietária e que exercia outra forma de trabalho como almocrevar, utilizando o serviço dos cativos para este fim.

Do inventário de José da Costa Romeu<sup>40</sup>, o seu irmão foi o inventariante herdeiro que tinham um taxo velho e mais **seis livros de cobre**, uma roda de madeira, uma frasqueira com alguns frascos, seis armadores, quatro mil rolhas e uma roda (prensa) de moer mandioca. Dentre os bens declarados aparecem com frequência os de uso para moer mandioca e de casas de farinhas e quase todos estão relacionados com roças e terras no brejo de Alagoa Nova.

---

<sup>37</sup> - O inventário deste casal se encontra no arquivo, no Fórum de Nivaldo de Farias Brito em São João do Cariri.

<sup>38</sup> - Ver caixa- 02 de Bento Fernandes Barbosa e Ana da Silva, no ano de 1802. Documento localizado no Fórum Nivaldo de Farias Brito.

<sup>39</sup> - Ver no ano de 1802 caixa 02, Dona Maria do Ó foi inventariada tendo como inventariante o seu marido Zacarias.

<sup>40</sup> - Ver inventário de José da Costa Romeu tendo como inventariado seu irmão José Félix da Costa Romeu no ano de 1803. Documento localizado no Fórum Nivaldo de Farias Brito.

Dos bens de móveis do finado Thomé Ribeiro Fernandes<sup>41</sup> que nos chamou atenção foram as duas cortinas já usadas, uma cristaleira e um caldeirão de cobre, uma sobremesa de sala de veludo com galão largo. O tutor do órfão Tome Ribeiro Neto, prestou contas dos seguintes objetos que teria comprado para o mesmo entre os anos de 1812 /1814:

A Dona Josefa Mamede do Nascimento<sup>42</sup>, com a morte do seu marido Antônio da Costa Leitão, possuía umas terras também no sítio da Serra Branca, ficando mestiça a fazenda Tapera, que valia 200\$000 reis, uma mala de pau usada, uma espingarda, uma sela, uma casa de taipa na freguesia de Tapera, etc., mas nenhum bem de uso doméstico, mesmo o casal tendo um monte mor de 2:775\$925 reis.

Dentre os materiais usados pela população daquela época, entre os mais comuns estavam os de arreios animais, a cela, as cangalhas, esporas etc.; não era de surpreender já que os principais meios de transportes eram os animais, assim como os de cargas que faziam a diferença, na época. Até os anos de 1830, os materiais são escassos. A partir deste período em diante, percebemos que o preço dos cativos começou a subir, ainda que timidamente, e os bens materiais como as camas, oratórios, copos de vidro, carros de boi e as vestimentas começaram a aparecer com mais frequência nos inventários, até mesmo roupas íntimas ou de baixo, como eram chamadas, começaram a ser declaradas nos inventários.

Os objetos utilizados na lida diária no sertão do Cariri e que no período desta pesquisa comprova-se que só possuíam aqueles mais abastados eram os carros de bois, que eram puxados por uma parelha de bois mansos com cangas feitas com madeira das mais resistentes para suportar a força dos animais e o peso da carga. A canga comum era mais usada nos arados de pau, ou para puxar arrastos feitos de couro para carregar terra nas construções dos açudes e barragens e também muito utilizada no arrasto para o transporte de pedras para construção das longas cercas e para cortar terras que foram pouco encontradas.

---

<sup>41</sup> - Ver inventário com os bens materiais de Thomé Ribeiro Fernandes, inventariado, e Rosa Maria da Conceição, inventariante no ano de 1805.

<sup>42</sup> - Inventário encontrado no Fórum Nivaldo de Farias Brito em São João do Cariri no ano de 1807 de Antônio da Costa Leitão e sua inventariante Josefa Mamede do Nascimento.



**Figura -13** - Cangas de madeira de carro de boi.  
**Fonte:** Museu histórico de são João do Cariri.



**Figura - 14** - Canga, cambito e armação de cangalha usada em animais cavalari.  
**Fonte:** Museu histórico de são João do Cariri. Obs: Não temos uma data precisa desses objetos, mas que são antigos.

Na fazenda Santa Clara<sup>43</sup> e em outras pela região ainda se preservam alguns carros de bois ou restos destes. Os carros de bois eram importantes nos carregos da madeira para a construção das casas na Vila de São João, assim como no transporte dos tijolos e telhas, de madeira e pedras. O barulho causado pelas rodas em contato

<sup>43</sup> - Ver parte de um inventário do ano de 1796 pertencente a José Francisco Alves Pequeno dono da Fazenda Santa Clara Município de São João do Cariri.

com os eixos ecoava pelas veredas do sertão do Cariri. O principal produto utilizado no alisamento dos eixos era o sebo do próprio boi, que também servia para fazer as velas, o sabão e até como remédio em alguns casos. Veja o carro de boi original usado pelo sertão afora.



**Figura - 15** - Carro de boi da fazenda Santa Clara, sem funcionamento, há muito tempo.  
**Fonte:** Arquivo do autor.

Dos bens da senhora Josefa da Conceição, por sua morte, no ano de 1796, ficou o viúvo Domingos José Pereira como herdeiro declarante do mais completo inventário, encontrado nesta pesquisa, não pela sua riqueza do monte mor, mas pelos detalhamentos dos seus bens como veremos:

Hum relógio de oiro, hum jogo de pistolas, hum oratório, **huma cadeira de viagem**, hum bacamarte, huma frasqueirinha, hum jogo de caixas encoiradas, huma gamela, **huma senzala no Curral do sítio Feijão**, **huma caixa de tabaco**, hum copo, onze colheres, sete colheres, huma de amassar, huma faca aparelhada, nove colherzinhas de metal, huma bacia de cobre, **huma escrevedeira**, duas chocolateiras, huma bacia de arame, huma bacia de água as mãos, hum par de esporas, dois ferros de engomar, três candeeiros, **hum almofariz**, huma boia, huma panela pequena, huma caçarola, duas chaleiras, hum espeto, dois ferros de engomar, huma lima, hum riscador de coxim, dois furadores, huma brida, hum milheiro de taxas ou bombas, hum carimbo, cinco húr de ferro, sete pares de armadores, dois escrupulos, quatorze argolas de cabeçadas, **duas grades**, três

vassouras, hum cepilho, formação e colher de pedreiro, três bacamartes e huma espingarda, huma pistola, **três balanças**, quatro pesos, **huma perneira de alfaiate**, **oito fuzos de mesa**, **onze ganchos**, **duas bandejas**, **hum aparelho de chá completo**, hum bule, onze xicaras, quatro cazais de xicaras e pires grandes, seis tijelas, huma bacia grande, huma bacia branca, trinta e três pratos lanciados, oito pratos pintados, huma sopeira, huma leiteira, e **três orinós (pinicos)**, **huma garrafa grande e lacrada**, mais quatro garrafas, dois cálices, hum frasco, nove garrafas e dois garrafões, hum copo de beber água, dez frasquinhos, Huma rede nova de varanda puiladas, huma puilada do Maranhão, huma rede de varanda tintada, huma rede de varandas brancas, huma rede nova ordinária, huma toalha fina circulada de lavarenito, duas toalhas de lavarenito inferiores, huma toalha a mão de algodão, três toalhas usadas, huma carteira de viagem, **huma cama em crauba**, **huma cama coberta de palha na senzala do Feijão**, **huma cama de armação com cortinado**, **huma cama coberta de sola**, **huma cama velha em Bomfim**, **hum chicote**, **huma bengala**, **huma escova**, **huma cama na casa grande da Villa**. Em fazenda na Loja a quantia em bens de 634\$396 reis, uma casa nesta villa com armação e loja por 200\$000 reis<sup>44</sup>.

Até uma cadeira de viagem tinha entre os bens declarados, isto nos leva a compreender que esta família usufruía de todos os objetos importantes de uso na época. A senzala, no curral do sítio Feijão, fica a três quilômetros da cidade de Serra Branca, às margens do rio Itamorotinga ou das Brancas, afluente do Taperoá, onde encontramos fortes evidências de que neste curral, havia também um curtume, pela grande quantidade de cinzas em forma de monte e os tanques naturais na rocha, com restos de cacos de objetos espalhados por todos os lugares no mesmo sítio, e estas cinzas ninguém pela região sabe nada sobre ela. Durante muitos anos, as mulheres da região colocavam-na na água de lavar roupas para dar embranquecimento nas mesmas e ainda servia para não cortar o sabão quando do contato com a água salobra, nas lavagens de roupas.

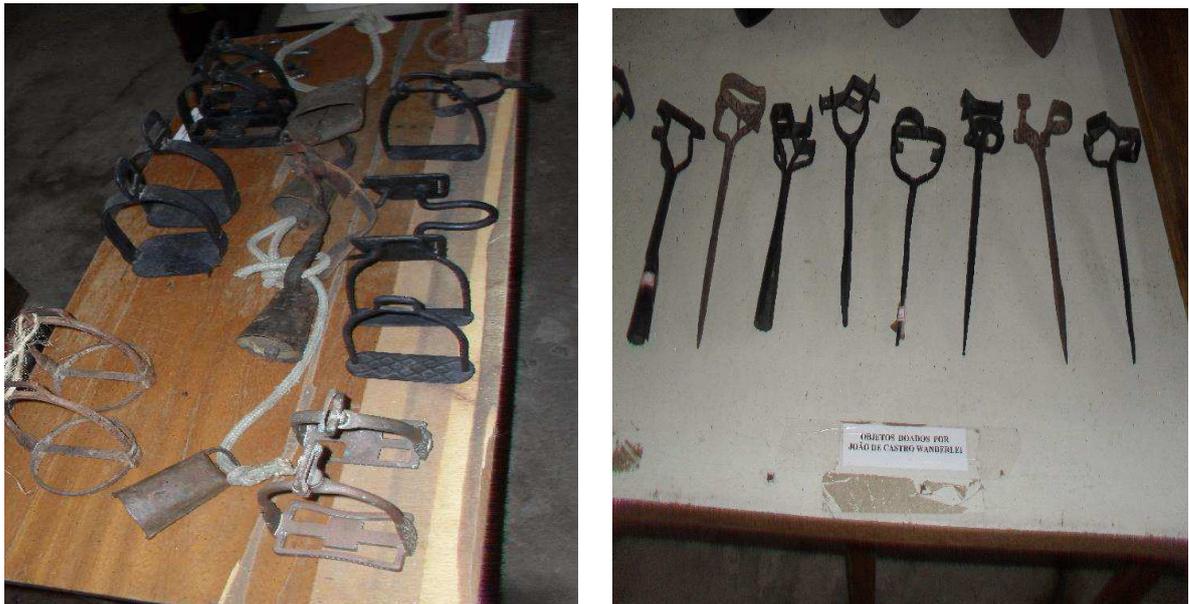
Estas cinzas também eram levadas em carros de boi para os sítios vizinhos para marcação das linhas nos campos de futebol pela região sendo que ainda resta as marcas e pouca coisa deste lugar que o conhecemos muito bem e não há uma outra explicação para aqueles montes e que muita lenha foi queimada naquele lugar.

---

<sup>44</sup> - Ver inventário de Josefa Maria da Conceição falecida no ano de 1835 deixando como herdeiro o inventariante seu marido e agenciador Domingos José Pereira que tinha uma loja na Vila de São João naquele período. O mesmo inventario se encontra no arquivo do Fórum Municipal Nivaldo de Farias Brito caixa nº 7.

Outro aspecto que deve ser elencado, diz respeito aos traços afros, identificados na pele dos membros daquela comunidade.

Outro objeto de precisão para este casal, era uma boia, pois, este curtume com o curral e a casa de senzala ficava muito próximo ao rio Serra Branca, um dos principais afluentes do rio Taperoá, como já citamos, e essa boia poderia ser muito importante em determinados períodos de grandes enchentes, pelo fato de que os negros tinham muito trabalho para atravessar as mercadorias, animais e pessoas como acontecia no rio da Travessia (Taperoá).



**Figura - 16** - Peças de ferro para trabalho com animais vacum e cavalari do Museu histórico de São João do Cariri.

**Fonte:** Arquivo do autor

Estas fotografias revelam o marco da cultura do homem do campo à época, cujos ferros de ferrar gado como vemos nesta figura, eram devidamente reconhecidos pelas autoridades e registradas em um livro que era utilizado só para este fim. Os estribos servem para que o montador, no caso, os vaqueiros possam se apoiar e dar equilíbrio ao corpo, de acordo com as manobras do animal, assim como o chocalho, que pode ser ouvido a uma boa distância e todo o gado não precisava usar este objeto irritante pelo seu barulho. Geralmente era colocado nos animais mais velhos, sendo que toda a boiada acompanhava o (telengo, o badalar) daqueles chocalhos que serviam de guia não apenas para os animais não se afastarem muito um dos outros e se perderem, como também para que os vaqueiros pudessem localizá-los.

São muitos os objetos de uso doméstico que o casal tinha naquele ano de 1835 como a escrevedeira, provavelmente uma mesa pequena preparada adequadamente para escrever com o local de colocar a caneta tinteiro, a gaveta para guardar as coisas usadas, no momento em que estava em atividade.

Muitos dos bens declarados pelo herdeiro não constam neste subcapítulo, mas fica aqui uma demonstração de como se procedia em alguns quinhões feitos pela região, onde este era de: 8: 692\$ 701 reis, em sua maioria espalhado em dívidas ativas por vários pontos do Cariri. O mesmo herdeiro era dono de uma loja na Vila de São João, uma casa grande e mais outra casa, naquele período, além da senzala, no sítio Feijão, onde ele não cita os escravos da mesma. É provável que seus escravos estivessem matriculados em outra vila e a senzala, no sítio do Feijão, fosse apenas para temporadas de trabalhos nos curtumes, mas que era uma comunidade negra, tendo descendentes até os dias atuais como já citamos, quando falamos das olarias de telhas, tijolos e panelas, naquele lugar.

Daí em diante, os objetos de bens de móveis de usos domésticos começaram a aparecer com mais frequência nos inventários, mas sempre de forma simples, não eram muitos, até mesmo os de uso higiênico como os orinós (pinicos) e toalhas eram raros constarem nos inventários, logo não havia tanta necessidade assim. Já os Almofarizes eram raros e caros, sendo que as comunidades mais próximas revezavam o mesmo objeto de preparar temperos, nas pequenas povoações.

No ano de 1841, com a morte de Damazia Rodrigues de Barros<sup>45</sup>, no Distrito de São Thomé, o seu irmão Antônio Rodrigues de Barros ficou com um monte mor de mais de quatro contos de reis, tinha em seus pertences alguns bens de móveis domésticos, objetos de uso animal como arreios e selas, cangalhas etc., bens de ouro e prata, e também caixas de pregarias, além de um oratório com as imagens de Nossa Senhora da Conceição e o outro de Nossa Senhora dos Milagres, um espelho de caixa, um jogo de navalhas, um copo de cristal, várias tábuas, uma véstia nova, uma calça nova de pano, uma sobre calça de pano fino, umas calças de pano fino, uma jaqueta, uma sobre casaca preta bordada com sarja, um toalete de sala preto, umas

---

<sup>45</sup> - Ver inventário de Demasia Rodrigues de Barros, no Fórum Nivaldo de Farias Brito em São João do Cariri, caixa nº 08, 1841, casada que foi com Antônio Rodrigues de Barros, assassinado por um escravo onde morava no lugar das Abertas, distante da povoação à época quatro léguas, como consta no mesmo documento, que trata também do trajeto do sepultamento até aquela povoação e enterrado na Capela de Nossa Senhora da Conceição acima das grades, naquele ano. Este mesmo casal também foi vítima do grande incêndio de 1839 que aconteceu na Vila de São João, naquele ano.

calças de cetim, uma jaqueta preta, uma jaqueta branca de brim traçado, uma jaqueta azul, um colete de sanja de algodão, três calças brancas bem trançadas, um recução riscado, duas gravatas, um par de suspensório de fio e outros.

Quando dos bens da partilha apareceram outros objetos como um capote escocês, e outros de menor valia que só começaram a aparecer a partir de 1830 em diante nos inventários, mas constantemente aparecem reclamações de pessoas pedindo para refazer os documentos que viraram cinzas, quando do temível incêndio que aconteceu, no Cartório do escrivão e professor Francisco Cordeiro da Cunha que funcionava em sua própria casa e devorou uma vasta documentação, como veremos nos próximos capítulos. Incêndio este que pode ter sido criminoso, havendo pessoas interessadas neste ato, há evidências de ter sido criminoso, mas não encontramos provas suficientes para estudarmos.

Percebemos que nas declarações dos bens para formar de partilhas, nos inventários, os de uso doméstico ou de casa tinham pouco valor, o que mais pesava mesmo, na hora das partilhas, eram os valores nos escravos<sup>46</sup>, nas terras e nos bens de gado, como já discutimos. Geralmente começava-se o levantamento dos bens pelo de dinheiro, que era raro encontrá-lo, em seguida, vinha o ouro, a prata e o cobre, daí por diante vinham os gados e os escravos, mas sempre os cativos estavam integrados entre os bens de animais, para em seguida vir os bens de raiz, (as terras, as vezes juntas ou separadas das casas e outros objetos e os bens de móveis. Os escravos estavam incluídos nos bens semoventes e eram os de mais valia, no monte mor, mesmo quando era um pequeno senhor.

Dos instrumentos musicais, o único encontrado foi um clarinete, cujo proprietário fora Manoel José Pereira da Costa; este ao falecer foi sepultado, na Capela de São Tomé, onde o mesmo morava, na fazenda das Abertas, termo daquele distrito.

Dos bens materiais ligados às casas de moradia, os casarões e casas de taipa, variava de acordo com as posses dos seus senhores. Na Villa, segundo José

---

<sup>46</sup> - Geralmente, logo que o gado vacum, cavalari eram avaliados, em seguida entrava nos autos de avaliação os cativos, quando os senhores tinham cabedais significantes que nem sempre isto acontecia, pois, em alguns inventários, não encontramos gados mas constantemente tinha escravos, mesmo sendo os pequenos donos de terras, as vezes não tinham quase nada de bens materiais, mas eram donos de um, dois ou mais escravos; alguns chegavam a passar fome e as vezes, era a única mão de obra da família e trabalhava alugado para sustenta-la com constatamos em um dos inventários, onde a pobreza era generalizada e atingia a todos principalmente os pequenos nos períodos de grandes estiagens

Leal Ramos, só havia de casarão a Câmara que é o atual prédio da cadeia pública, o prédio do atual Museu Histórico do Cariri e mais uma casa pertencente aos jesuítas; o resto do povoado eram taiparias muito simples.

Na fazenda das Araras, por exemplo, o professor Nivaldo Maracajá<sup>47</sup> nos concedeu uma conversa sobre as casas de taiparias da mesma e descreveu o seguinte:

...Para os agregados da fazenda, vaqueiros escravos e demais trabalhadores, os senhores escolhiam os locais mais apropriados que dessem certa distância da casa grande para melhor “proteger” o espaço territorial, mandava que cavassem os buracos com ferramentas precárias como o cavador de terras, em seguida depositavam as estacas de madeira boa e entrançava tudo com muita vara de marmeleiro e travando com barro os espaços que formavam a parede assim como no chão que era feito com barro batido. Deixava uma saída na cozinha e a porta da frente com uma janela quando muito, não deixava janelas nos quartos, e na cozinha, fazia-se um fogão com trempes de pedras no chão. A cama era feita com varas entrançadas e forradas com folhas de marmeleiros ou, quando muito, com couro esticado e pregados nas barras laterais. Tudo era muito simples; isto também valia para as moradias dos cativos pela região, etc.

Sobre a casa grande da fazenda Arara, não diferente das demais, os senhores procuravam construir suas moradias em locais privilegiados que dessem uma boa visão panorâmica para melhor ser percebido e que impressionasse o visitante. Dessa forma, o antigo dono desta fazenda, que ficou conhecido pela região e arredores como Manoel Maracajá, escolheu um local sobre uma laje plana que não deu trabalho para fazer a fundação, as paredes foram levantadas sobre a mesma rocha, com dois tijolos emparelhados, chegando à espessura de um metro e com muita altura. Em alguns locais, ainda percebemos buracos, na parede, bem acabados que, provavelmente, tenham servido como cofre, escondidos por detrás de quadros ou de móveis pesados pela grandiosidade de sua construção como mostramos abaixo.

---

<sup>47</sup> - Nivaldo Maracajá é professor no município de São João do Cariri e descendente da família do seu sobrenome e nos concedeu por escrito dados sobre as casas de taipa de acordo com o seu conhecimento sobre as mesmas.



**Figura - 17** - Ruínas da fazenda Arara, no século XIX, no município de São João do Cariri.  
Fonte: Arquivo do autor.



**Figura - 18** - Casa de taipa abandonada, no sítio Uruçu. Município de São João do Cariri.  
Fonte: Arquivo do autor.

### 3- ESCRAVIDÃO EM SÃO JOÃO DO CARIRI

Quanto ao nosso objeto de pesquisa, o escravo, conseguimos catalogar no município de São João do Cariri, de 1783 a 1843, 168 inventários, dos quais, colhemos muitas informações importantes que nos levou a conhecer melhor a vida social, econômica e política da época até mais ou menos o ano de 1843, período do recorte temporal. Cada documento foi lido e transcrito enfatizando dados que mais nos interessava sobre os escravos, seus senhores e as relações entre os mesmos, destacando também a cultura material: os grandes e pequenos cabedais.

Do período que vai de 1783 a 1843, conseguimos fazer o levantamento de todos os escravos contidos nos inventários dos grandes e pequenos senhores de terras, espalhados pela região de São João do Cariri, lembrando que foram os documentos encontrados e catalogados, na cidade de São João e alguns no Museu histórico de Campina Grande e que ainda existem muitos documentos espalhados em outras comarcas pela região do Cariri, do Sertão, do Pajeú de Pernambuco, de Olinda, Goiana, João Pessoa etc., os quais, mesmo tendo sido localizados, não houve tempo suficiente para alargamento desta pesquisa. Dos 168 inventários estudados, foram catalogados 707 cativos.

Quanto à procedência dos escravos africanos, identificados nos inventários post mortem, em São João do Cariri, constatamos, vindos de várias nações, como mostra o quadro abaixo, porém, com uma expressiva diferença em suas origens de embarque, predominando sobre os demais portos, o Angolano. O que não se pode afirmar com precisão é que todo o contingente de africanos saídos do porto de Angola seja de fato angolanos, embora os registros fiquem como o sendo, conforme vemos, no quadro abaixo:

**QUADRO 3- Origem dos escravos africanos em São João do Cariri - de 1783 - 1843. Do total de 707**

NAÇÃO	QUANTIDADE	Porcentagem
Angola	137	94,4%
Santo Thomé	01	0,6%
Congo	02	1,3%
Da Costa Mina	01	0,6%
Cassangue	01	0,6%
Cabinda	01	0,6%

Benguela	01	0,6%
Total	144	100%

**Fonte:** Inventários post-mortem - localizados no Fórum Nivaldo de farias Brito, em São João do Cariri.

Mesmo sabendo que muitos cativos ficaram fora deste quadro, que não computamos por não conseguir obter dados confiáveis, nos inventários sobre eles, mesmo assim, percebemos a superioridade da mão de obra escrava africana de origem angolana, dentro período estudado, como vemos no quadro.

O mesmo aconteceu em Campina Grande, pois, Lima (2009, p.167) computou a maioria de escravos vindos também de Angola, e que essa regra serve para ser aplicada às outras regiões do Brasil e das Américas, durante todo o período em que durou o tráfico negroiro.

Ainda o mesmo autor, em sua tese de doutorado sobre escravidão em Campina Grande, ele trabalhou com um longo período que foi de 1785 a 1888, e percebemos que este número alto de cativos angolanos, foi diminuindo a partir de 1850, assim como os escravos de outras nações diminuíram ao longo da primeira metade do século XIX. Um dos fatores que contribuiu para esta diminuição foi o processo de criouliização e a proibição em definitivo do tráfico negroiro que vinha sendo pressionado pelos ingleses.

A procedência dos cativos da vila é bem mais modesta se comparada a Campina Grande, apesar de serem lugares próximos em termos territoriais, não foi encontrado nos inventários, cativos de nações ou origens do Angicos, Camunda, Moçambique, Camundongo, Rebolo, Candeia, Quimbundo, assim também como identificamos 7 negros sem procedência de nação.

Esses termos serviam para nomear os lugares de onde os negros eram aprisionados. Afirma Lima (2009, p. 167/169) que eles eram vendidos pelos portos do litoral africano, acorrentados, jogados nos porões dos navios negroiros e embarcados rumo às Américas, se espalhando pelo Brasil e se misturando no primeiro momento aos “negros da terra<sup>48</sup>”. Daí em diante, com o seguimento do processo de colonização

---

<sup>48</sup> - Segundo LIMA 2009, essa expressão era usada para identificar os nativos funcionava em muitas situações como sinônimo de escravos.

e a chegada dos africanos, os senhores, para diferenciar os nativos, passaram a nomear estes últimos de forma genérica “negros da Guiné”, ou de outras denominações. Encontramos apenas um escravo do gentio da Guiné doente dos peitos no ano de 1742, avaliado em 50\$000 reis no período anterior a nossa pesquisa, mas que não está computado, assim como em Campina Grande foram localizados quatro cativos dessa origem.

Vejamos os dados apresentados nos inventários. Primeiramente, os plantéis de escravos presentes na documentação.

#### **Quadro nº 4: Quantificação dos plantéis de escravos em São João do Cariri, 1783-1843**

<b>Quantificação dos Plantéis</b>	<b>Inventariados</b>	<b>Percentual</b>
Plantéis de até 4 escravos	52	47,3%
Plantéis de 5 a 8 escravos	34	30,9%
Plantéis de 9 a 12 escravos	13	11,8%
Plantéis com mais de 13 escravos	11	10,0%
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Inventários do Fórum Municipal Nivaldo Farias Brito

Percebemos no quadro 5 que, em São João do Cariri, predominou os plantéis até quatro escravos, mas nem sempre estes cativos em pequenos plantéis estavam relacionados às pequenas propriedades. Dessa forma, encontramos em 52 inventários, plantéis de escravos igual ou inferiores a 4 ou seja, 47,3% dos inventários estavam divididos dessa forma; em 34 inventários ou 30,9% estavam compostos entre 4 e no máximo 8 cativos; em outros 13 inventários, estavam compostos entre 9 e 12 cativos com um percentual de 11,8% e os considerados grandes inventários estavam compostos por mais de 13 escravos.

Portanto, trabalhamos nesta pesquisa com poucos inventários de grandes plantéis, mas vale apenas, citarmos aqui alguns que vamos conhecer, como o da

---

senhora Inacia do Espirito Santo, quando da sua morte, o viúvo Manoel da Assunção declarou 20 cativos, o Capitão mor o senhor Matheus Antonio Brandão, que declarou 16 cativos que formavam uma família escrava, no final do século XVIII e início do XIX; assim como os plantéis do Sargento mor José Francisco Alves Pequeno e de Carlos Bezerra do Vale, com números significativos de escravos, como do senhor Domingos Antunes e Catarina de Abreu que só tinham um cativo de nome Antonio que era angolano e já muito velho, mas que tinha uma importância fundamental para servir ao casal.

O quadro a seguir, mostra cores dos cativos nascidos no Município de São João do Cariri:

**QUADRO 5 - Variações de cores dos cativos nascidos em São João do Cariri de 1783 a 1843**

Preto	crioulos	Mulatos	Semi-mulatos	mestiço	cabra	pardo
07	213	93	01	05	84	23
1,6%	50%	21,8%	0,2%	1,1%	19,7%	5,3%

**Fontes:** Estes dados são dos escravos, declarados a partir da cor por seus senhores. Arquivo de São João do Cariri.

Portanto, do total de escravos encontrados nos inventários, 707, deste número, 426, foram identificados pela cor sendo a metade, ou seja, 213 de cativos crioulos, enquanto que 273 não foram possíveis de serem identificados, pois, em muitos casos, provavelmente, o escrivão esquecia e às vezes também o próprio declarante não sabia ou esquecia de declarar.

Estes números de 213 escravos crioulos, 93 mulatos e 84 cabras, mostra o intenso processo de crioulização por que estava passando a população escrava no sertão do Cariri. Em relação aos pretos, há possibilidade de serem nascidos no Brasil ou até mesmo filhos de casais africanos, sendo observado também que deste total de 707, 93 africanos estavam identificados como mulatos e apenas 1 era semi-mulato. Já no caso dos mestiços, foram identificados 5 cativos declarados nos inventários, 23 escravos pardos e 84 cativos, cabras que foram declarados, quando dos levantamentos dos bens nos ditos inventários.

De acordo com os estudos feitos sobre esses cativos, conseguimos chegar aos seguintes dados como demonstra o quadro:

**Quadro 6: Evolução da população escrava de São João do Cariri de 1783 a 1843**

PERÍODO	QUANTIDADE DE ESCRAVOS	PERCENTUAL
1783 a 1805	269	38,0%
1805 a 1824	178	25,2%
1824 a 1842	260	36,8%
1783 a 1843	707	100,0%

**Fonte:** Dados colhidos em todos os inventários transcritos do Fórum Nivaldo de Farias Brito em São João do Cariri e Museu Histórico de Campina Grande no ano de 2013.

O quadro acima nos fornece dados da escravaria do período de 1783 a 1843, de acordo com os inventários, observamos uma queda acentuada de escravos nas duas últimas décadas do período colonial (1805 e 1824), motivado possivelmente pelas secas nos anos de 1807, 1813 e 1819, além de movimentos sociais como a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, que contribuíram para a queda da economia na região. Ainda percebemos, no quadro, que nos anos de 1824 e 1843 ocorre aumento na população escravizada.

Os documentos como os inventários, datam do ano de 1783, um período que ainda estava se recuperando da grande seca de 1777 que assolou a região dos Sertões e que levou algum tempo para recompor os rebanhos e a vida no criatório do Cariri, e percebemos que neste período de 1805, o gado voltava a se destacar com rebanhos razoáveis como consta nos inventários.

De 1783 a 1805, os escravos encontrados estavam distribuídos entre 37 inventários de forma muito desigual e de acordo com o quinhão da propriedade, que, nem sempre, o plantel de cativos estava ligado ao criatório e a maioria dos senhores eram de pequenas posses, não ultrapassando quatro cativos por inventário como já discutimos.

Na segunda divisão, ou seja, de 1805 a 1824, foi um período em que percebemos que diminuiu bastante o número de cativos, proporcionalmente à queda no número de inventários encontrados, contudo sobre estes não foi possível fazermos leitura por motivo da danificação em que se encontravam os documentos.

A partir de 1824, os cativos voltaram a aparecer nos documentos com mais frequência e em pequeno número por inventário, chegando até o ano de 1843, período

conturbado na vida de muitos que precisaram acertar suas vidas através dos inventários, escrituras de terras e demais documentos pela região, devido ao grande incêndio ocorrido no ano de 1839, conforme afirmou o dono do Cartório e escrivão, o professor Francisco Cordeiro da Cunha<sup>49</sup>, a respeito do abrasamento de todo o arquivo do seu cartório, levando a Vila a um provável estado de tensão, pois não sabemos o que motivou o incidente, mas que pode ter sido influenciado por sabotagem, já que há evidências para que isto tenha acontecido, como veremos mais adiante.

Dessa forma, utilizando este critério nesta pesquisa, facilita a compreensão para o leitor em diversas formas, e, aos poucos, percebemos os problemas acarretados nestes períodos, como a seca de 1807 que mais uma vez levou os sertanejos às dificuldades, perdendo grande número de cabeças de gado e vidas humanas.

Conforme as leituras nos inventários post-mortem vão se aproximando do século XIX e adentrado este, o número de escravos brasileiros vai aumentando. Neste sentido, usamos o termo “escravos nascidos no Brasil”, para distinguirmos os escravos naturais da África. Assim, o quadro mostra os dados sobre todos os escravos nascidos no Cariri, como os crioulos, mulatos, semimulatos mestiços, cabras e pardos, sobre os quais, chegamos aos seguintes números, no quadro nº 07:

**QUADRO 7 - Porcentagens de escravos africanos e crioulos de São João do Cariri - deduzido um total de 707 no período de 1783 a 1843.**

ORIGEM	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Africanos	144	21%
Escravos nascidos no Brasil	419	59%
Não declarados	141	20%
Total	707	100%

**Fonte:** Inventários post-mortem- 1783/1843 do Fórum de São João do Cariri

<sup>49</sup> - A partir de 1939, os estudos feitos nos inventários, o dono do cartório acima citado, em alguns documentos, ele é denominado de professor, pessoa que encontramos também como escrivão e que fazia trabalhos à época, além da Vila de São João, viajava e fazia os trabalhos cartoriais nos distritos de São Thomé e Congo com os Juízes, como veremos mais adiante.

Comparando com os dados dos escravos crioulos de Campina Grande, percebemos um considerável processo de criouliização. Isso já era uma realidade que vinha ocorrendo, há muito tempo, na Paraíba e em especial no sertão do Cariri, onde, de certa forma, o isolamento da população era bem maior que em qualquer outra região, em especial a canavieira.

No município de São João do Cariri, conseguimos catalogar no decorrer do período dessa pesquisa, 144 escravos africanos, ou seja, 21% da escravaria do Cariri; de escravos nascidos no Brasil ou no Cariri foram 59%; 141 ou 20% não foram declarados a procedência, perfazendo um total de 707 cativos.

#### **Quadro: 8 - Idade dos escravos em São João do Cariri, 1783 a 1843**

<b>Grupos etários</b>	<b>Quantidade de escravos</b>	<b>Percentual</b>
0 a 15 anos	187	26,5%
16 a 30 anos	150	21%
31 a 50 anos	95	13,5%
Mais de 51 anos	46	6,5%
Idade não declarada	229	32,5%
<b>Total</b>	<b>707</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Fórum Municipal Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri

No quadro 8, há uma diferença de 5 pontos entre as faixas etárias que vão de 0 a 15 anos em comparação com os escravos da faixa entre os 16 e 30 anos. Este quadro, serve-nos para demonstrarmos a idade dos cativos, não levando em conta aqui a idade produtiva deles, já que estes começavam no trabalho muito cedo, e havia muito o que fazer na idade entre 0 e 15 anos, em especial nos trabalhos domésticos e artesanal como no fabrico de tijolos, telhas e panelas, no trabalho de juntar lenha fina para fazer fogo, na casa grande, onde ao fim das tardes, essa obrigação era indispensável para os pequenos cativos.

O trabalho de pegar água nas fontes e conduzi-la à casa grande, geralmente, tombados em lombos de animais, na colheita da roça, despalar o milho e desbulhar feijão, limpar os tijolos, nas caieiras e empilhá-los; em se tratando das meninas

escravas, elas também praticavam estes trabalhos, além de aprenderem o ofício de cozinheiras, nas cozinhas das casas grandes, e ainda serviam como brinquedos para os filhos dos senhores.

Os meninos cativos também eram fundamentais para desenvolverem atividades de trabalho pastoril, como das cabras e das ovelhas, dos porcos e galinhas, cuja tarefa era, quase sempre, alimentá-los. Dessa forma, podemos considerar que a criança escrava que já nascia nesta condição, ou seja, já nascia preso ao sistema por ser filho de escravos, a hora que começava a servir ao senhor era quando começava a dar os primeiros passos, já era obrigado a começar a aprender a ser escravo, a se “submeter às ordens dos senhores, onde nem sempre isso acabava bem e eles, os cativos reagiam a esta condição, indo dar em crimes cometidos contra seus próprios senhores ou crimes motivados pelas fugas, por exemplo.

#### **Quadro:09 - Identificação da relação de gênero dos escravos em São João do Cariri, 1783-1843**

<b>Sexo</b>	<b>1783-1805</b>	<b>1806-1824</b>	<b>1825-1843</b>	<b>Total</b>
Masculino	147	95	137	379
Feminino	118	74	121	313
Não identificado	008	Zero	007	15
<b>Total</b>	<b>273</b>	<b>169</b>	<b>265</b>	<b>707</b>

**Fonte:** Fórum Municipal Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri

Percebemos neste quadro 9, que, assim como nas outras áreas sertanejas e até mesmo na região canavieira, o número de escravas era menor que o de escravos. No Cariri de São João, esta prática não foi diferente. Catalogamos aqui uma quantidade de 147 cativos, no primeiro período, estudado, de 1783 a 1805, este número tem uma queda acentuada entre 1806 a 1824, que podemos explicar a partir de estudos sobre os problemas por que estavam passando o cenário político e econômico do Brasil e pelas grandes secas que mesmo não tendo sido estudadas até o momento, foram uma realidade acontecida, nos anos de 1807, de 1813, 1819, e também influenciados pelos movimentos sociais acontecido no Nordeste como discutimos nesta pesquisa.

No final dos anos de 1820, adentrando a década de 1830, nos próprios inventários, nas partilhas, os tutores alegavam nas prestações de contas, rebanhos

de gados consideráveis, havendo uma grande queda nos anos de 1840 a 1843, mais uma vez, provocados por um longo período de estiagens que assolou a região do Cariri, contudo, predomina, se comparado, uma certa relatividade com o número da escravaria do primeiro período estudado, de 1783 a 1805.

Podemos acrescentar que no ano de 1839, o grande incêndio acontecido no cartório de Francisco Cordeiros da Cunha, que também era professor como tratado em alguns inventários, pode ter danificado muitos documentos da escravaria do Cariri e ter ocorrido este incidente de forma criminosa, e que este número de escravos pode ter sido bem diferente, ampliando para mais, do que apresentamos aqui. Como não podemos afirmar, fica a hipótese levantada sobre essa possibilidade do número de escravos ter sido bem maior, neste último período demarcado, nesta pesquisa.

### 3.1 Os escravizados nos Inventários de 1783 a 1805

Verificamos os seguintes dados sobre os plantéis de escravos entre os anos de 1783 a 1805.

#### Quadro nº:10 - Quantificação dos plantéis de escravos em São João do Cariri, 1783-1805

Quantificação dos Plantéis	Inventariados	Percentual
Plantéis de até 4 escravos	14	37,9%
Plantéis de 5 a 8 escravos	10	27,0%
Plantéis de 9 a 12 escravos	07	18,9%
Plantéis com mais de 13 escravos	06	16,2%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Inventários do Fórum Municipal Nivaldo Farias Brito, em São João do Cariri

Nos dados levantados neste quadro, como havia de se esperar, permaneceu a maioria de pequenos plantéis de cativos, como mostramos no quadro 10, com 14 inventários e um número de escravos entre 1 e 4, ou seja, do total de 37 inventários estudados nesta etapa, 37,9% estavam nesta condição apresentada, considerados pequenos plantéis. Catalogamos 10 inventários, contendo entre 5 e 8 escravos, ou

seja, 27% estavam nesta condição e que consideramos de médios plantéis, e os grandes inventários foram aqueles considerados entre 9 e 12 escravos, isso para o Cariri, perfazendo um percentual de 18,9%, geralmente, esses inventários mostram interessante vínculo com os brejos, sendo os senhores de escravos, donos de terras nos dois lugares e mostrando uma intensa relação de trabalho com a escravaria.

Fizemos uma observação quanto aos plantéis acima de 12 cativos, considerados também entre os maiores que catalogamos 6, no total, com um percentual de 16,2%, embora parte destes planteis mostram uma escravaria variada, como no do senhor capitão mor Matheus Antonio Brandão, no ano de 1783, por ter uma variedade considerável de escravos africanos, e ser nesses grandes plantéis, nos quais encontramos muitos escravos com doenças diversas, com destaque para os problemas causados pela exaustão física, de longas jornadas de viagens entre os brejos e o Cariri ou devido aos trabalhos nas cacimbas e cercas de pedras que eram difíceis e exigia muito esforço físico do cativo, assunto que discutiremos essa problemática, nesta pesquisa.

Ver no quadro seguinte, um dos maiores inventários do final do século XVIII e seus principais dados sobre os escravos:

**QUADRO 11 – Dados sobre os escravos do Capitão-Mor Mateus Antônio Brandão e Maria José da Conceição – 1783.**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Feliz	crioulo	idade	-	5\$000 reis	Doente, quebrado, velho, inútil
Luzia	negra	38 anos	Angola	50\$000 reis	Mulher de Felix
Faustina mulher de Teodozio	crioula	23 anos	-	80\$000 reis	Filha do casal acima
Theodozio filho de Feliz	crioulo	24 anos	-	100\$000 reis	Casado com Faustina
Manoel filho de Feliz	crioulo	22 anos	-	95\$000 reis	solteiro
Ana filha de Feliz	crioula	18 anos	-	80\$000 reis	solteira
Ignacia	crioula	01 ano	-	25\$000 reis	

Antonio	crioulo	18 anos	-	100\$000	solteiro
Eugenio filho de Feliz	crioulo	12 anos	-	65\$000 reis	solteiro
Luiza filha de Feliz	crioula	07 anos	-	50\$000	
Vitoriano filho de Felix	crioulo	11 anos	-	50\$000 reis	
Jacob	negro	44 anos	Santo Thomé	60\$000	Doente
Manoel Congo	negro	30 anos	Congo	55\$000 reis	Perna quebrada
Maria	negra	40 anos	Congo	30\$000 reis	Chagada do fígado
Joam	cabra	22 anos		100\$000 reis	Filho da negra Maria
<b>Pedro</b>	<b>negro</b>	<b>60 anos</b>	<b>Angola</b>	<b>20\$000 reis</b>	

**Fonte;** Fórum Municipal de São João do Cariri do ano de 1783.

Dentre estes dados, não foram encontradas profissões entre os cativos, mas a forte presença da família escrava<sup>50</sup>. O plantel de escravos africanos do capitão mor Matheus Antônio Brandão é bastante variado, porém, vamos perceber de agora em diante, nos quadros, que diminuem as origens de nações destes, aparecendo com mais frequência apenas os cativos de Angola, em seu maior número em se tratando dos africanos legítimos e os escravos nascidos no Brasil, (crioulos, cabras e mulatos mestiços e pardos).

A pedido dos herdeiros do capitão-mor Matheus Antônio Brandão, para ser feito um novo inventário dos seus bens, o que mais nos chamou atenção foram as mudanças de declarações feitas com os escravos. Veja: o mesmo escravo crioulo Félix voltou a ser avaliado, tinha sua idade aumentada para 70 anos e estava quebrado; já a escrava Luzia perdeu sua identidade de nação e sua idade caiu de 48 para 38 anos, e seu preço subiu de 35\$000 reis para 50\$000 reis, no outro inventário, ela era do gentio de Angola; a crioula Faustina já não aparece mais como filha do casal Felix com Luzia; já a crioula Anna, filha do mesmo casal aumentou de preço de 80\$000 para 90\$000 reis e não é mais declarada como filha do casal e a crioulinha de seis meses aparece com o nome de Inácia, é avaliada em 25\$000 reis; o crioulo Antônio passou de 70\$000 para 100\$000 reis; o crioulinho Eugenio, de 12 anos passa

<sup>50</sup> - Ver documentos de inventários no Fórum Nivelado de Farias Brito em São João do Cariri, caixa 1, 1785

de 50\$000 para 65 mil reis e não aparece mais como filho do cativo Felix como constava do primeiro inventário; Luzia, de sete anos, crioulinha, que também era filha do velho casal, não aparece mais nessa condição e seu preço sobe de 32\$000 para 50\$000 reis; o negro de Santo Thomé, no primeiro inventário não tinha nome e no segundo chamava-se Jacob, e sua idade caiu de 44 para 39 anos, e por ser doente de um pé só vale 60\$000 reis; o cativo Manoel, no começo, era chamado Manoel Congo, depois, passa a ser denominado do Gentio de Angola, apareceu com uma perna quebrada e depois doente de um pé, seu preço caiu de 55\$000 para 50\$000 reis.

A escrava Angola, Maria, de 40 anos, estava chagada do fígado e doente da mão; de início valia 30\$000 mil, depois passou a 50\$000 mil reis; devia ter se recuperado da doença. João, era filho da escrava angola Maria, tinha 23 anos e valia 100\$000 reis e o negro Pedro, do gentio de Angola, mas o que nos chama atenção é que ele também estava doente e o problema dele devia ser mais sério, pois o mesmo tinha quarenta anos de idade e só valia 20\$000 reis. O escrivão colocou como doença que ele, o negro estava (cepilado). Buscamos encontrar o significado deste adjetivo, mas não encontramos, provavelmente seja faltando algum membro no seu corpo ou em última hipótese castrado. No inventário não encontrei nada que esclarecesse sobre este termo.

Estes cativos estavam distribuídos pelas suas terras declaradas em vários lugares, entre os quais nos chamou atenção o termo de Alagoa Nova, onde o mesmo senhor declara muitos bens como: casa de farinha, bolandeira com todos seus acessórios, e madeiras prontas para o engenho de cana e alguns gados vacuns que ao todo eram 351 cabeças e cavalar 91 cabeças<sup>51</sup>.

Esse número de gado em uma só fazenda era raro, apenas alguns senhores declaravam e era preciso ter muitas propriedades para mantê-las, inclusive as dos brejos que também contribuía para manutenção de algumas cabeças de gado, quando

---

<sup>51</sup> - Capistrano de Abreu, em capítulos para uma história colonial, afirma que o gado cavalar não se desenvolveu de forma satisfatória, devido ao alimento inapropriado para esta espécie, mas que a mesma deu origem a uma raça mais forte e de menor porte capaz de sobreviver aos problemas causados pelas secas e que a produção destes animais era baixa, mas não é isto que vemos quando da partilha dos rebanhos, pois encontramos um número bastante razoável se comparado com o de gados vacum e o autor ainda afirma que a criação de cabras e ovelhas só passa a aumentar a partir da segunda metade do século XIX. Esta assertiva confere com a nossa pesquisa onde o número de caprinos e de ovelhas é pequeno como consta nos inventários.

a seca castigava, podendo em detrimento destores naturais, os rebanhos desaparecerem de um ano para o outro, dependendo dos invernos, pois quando este fracassava a “civilização do couro” padecia, era mais uma metáfora, assim como o negro era símbolo de fausto. A vida na região do sertão do Cariri parecia um eterno retorno entre miséria e “fartura” que após uma grande seca, os rebanhos demoravam a se recuperar e antes que isso acontecesse, outra seca voltava a castigar a região.

Para compreendermos melhor sobre este inventário, Dona Maria José da Conceição, viúva do capitão-mor, prestou contas como tutora dos seus filhos, no ano de 1801, e alegava dificuldades em mantê-los, pois o problema das secas era constante e que todos os seus gados haviam morrido e que ela não estava obrigada a responder. Assim ela repetiu incansavelmente sobre todos os seus tutelados, quando perguntado pelo juiz dos órfãos pelos seus gados, ela respondeu “que haviam sido devorados pela seca, ninguém queria arrendar suas terras nem no sítio Figueiras e até mesmo no sítio da Alagoa Nova estava enfrentando dificuldades. ”

Outra queixa feita pela viúva e que merece atenção é sobre um dos seus escravos, Manoel, que havia falecido e que com muito trabalho este havia juntado cinquenta mil reis e entregou o dinheiro para o órfão, filho do escravo defunto, um cabrinha de nome Ponciano. O equivalente ao valor foi entregue em gado ao órfão, provavelmente antes da seca alegada pela mesma.

Dos dez herdeiros do capitão-mor, Matheus Antônio Brandão, dois casamentos merecem destaque<sup>52</sup>. Veja: Dona Francisca Maria da Conceição, de idade de 11 anos, casada com Domingos José de Araújo – a mesma nasceu aos 25 de agosto de 1775 e da sua irmã, Dona Emerenciana Maria do Amor Divino, de idade de sete anos, “casada” com Amaro da Costa Romeu.

Os filhos herdeiros e suas mulheres foram os doadores para o patrimônio da capela de São Pedro de Caraúbas, hoje cidade de Caraúbas como consta na escritura

---

<sup>52</sup> - Nos chamou atenção estes casamentos, em especial, o da Dona Emerenciana Maria do Amor Divino, casada aos sete anos de idade. Não sabemos quais as formas que eram ajeitados estes matrimônios mas há hipóteses do casamento ter se realizado de forma bem arranjada desde cedo para garantir prováveis heranças na família, coisa comum naquele período enquanto que a menina aguardava na casa dos seus pais a idade aceitável para tomar conta do seu marido e formarem sua família.

passada pelos mesmos José da Costa Brandão, de 18 anos e sua mulher Thereza Ferreira de Brito juntamente com o irmão Alexandre da Costa Brandão<sup>53</sup>.

O drama maior dessa família do capitão-mor era que eles estavam vivendo dos seus bens materiais como as joias e gastando suas economias para sobreviver, enquanto cuidavam da educação dos seus filhos, conforme afirma todos já saberem a Doutrina Cristã, ler, fazer renda etc.

Sua morte aconteceu no dia 24 de maio de 1783 e sua despesa com o funeral custou a quantia de 34\$000 reis, sepultado na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres da Villa real de São João do Cariri acima das grades cujo cortejo e celebrações foram feitas pelo Pró-pároco Antônio Roiz Pires, que cobrou a conta aos 25 de agosto de 1783.

Ainda no ano de 1785 havia falecido Ângela Abreu, casada com Carlos Bezerra do Valle, este era um dos que mais contribuía com os órfãos, ficando como tutor de muitos deles, quando da morte dos senhores nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX. Dessa vez, ele era o viúvo, e entre tantos bens de ouro, prata, cobre, bronze, móveis, roupa etc., era dono apenas de 41 cabeças de gado vacum e 83 cabeças de gado cavalari. Dentre seu plantel de escravos, 19 ao todo, tinha um escravo cabra que andava fugido e havia sido avaliado em 80\$000 reis; o crioulo Faustino tinha 70 anos e só valia 10\$000 reis; já o escravo José, de idade 50 anos, estava doente com uma pústula nas nadegas; era dono também da cabra Germana de 35 anos e dos cabritos Hilário de idade doze anos e de Bernardino de idade 8 anos.

Quanto aos bens de terras além de possuí-las no Cariri também era proprietário de um sítio, na Alagoa Nova, contabilizando muitos bens, no valor de 120\$000 reis. Também declarou terras no Sertão do Rio do Peixe, num lugar denominado de (Arasais), no valor de 50\$000 reis; declarou terras também no sítio Santo Antônio em Tracunhaém.

O senhor Manoel Muniz do Rego, com a morte de sua mulher, no ano de 1791, como inventariante herdeiro, ele afirmou:

---

<sup>53</sup> - Este mesmo inventário se encontra transcrito por Tarcísio Dinoá Medeiros no Museu histórico de Campina Grande mas nem todos os dados foram tirados do original, que se encontra em São João do Cariri no Fórum Nivaldo de Farias Brito.

Um sítio de terras em Alagoa Nova, e as escravas crioulas Maria e Joanna avaliadas em 50\$000 reis cada uma e que a dita crioula Maria havia parido um mulatinho de nome Domingos e outro de nome Manoel e a mesma crioula já tinha uma cria de oito anos de nome Anna e havia também produzido outra mulatinha de nome Francisca de idade de quatro anos e outra por nome Maria de dois anos.

Neste caso, o senhor não tinha escravos homens ou talvez o pai destes era escravo e já tivesse falecido ou poderia este senhor ser envolvido com algumas destas cativas ou até com as duas, tudo era possível no sistema de escravidão, e foram avaliadas por baixo preço, provavelmente pelo motivo das secas deste período e os cativos ficavam desvalorizados, pois, pelo seu depoimento, as escravas ainda eram jovens e com crianças, mas, não foi possível identificar, onde estas escravas moravam, se na casa dos seus senhores, no Cariri, ou em Alagoa Nova.

Das doenças que atingiam os cativos, percebe-se, nos inventários<sup>54</sup>, quando os mesmos eram avaliados. Os dados pessoais eram discriminados, embora, às vezes, isso não constasse nos inventários, levando-se a crer na possibilidade de esquecimento ou desatenção por parte do escrivão. As doenças mais comuns, que constavam nos documentos, estavam ligadas ao cansaço, à estagnação física do escravo, muitas vezes provocadas pela própria comida que acabava atingindo o Fígado e outros órgãos ou, ainda, gerar entupimento do aparelho digestivo. Constavam ainda outras doenças tais como sarnas, doenças venéreas, cegueira e outras provocadas por acidentes do trabalho que envolviam pernas ou braços quebrados, estropiamento procedentes das longas viagens, tangendo animais e até mesmo carregando mercadorias, ou também por severos castigos cuja consequência, em alguns casos, eram os saldos de pernas ou braços quebrados, deixando, por vezes, o cativo inutilizado física e psicologicamente.

Na fazenda Arara, região da Vila de São João do Cariri, consta via oralidade e é de conhecimento popular, um caso de resguardo de uma escrava que foi quebrado, motivado por uma intensa surra a base de chicotes e em seguida a cativa foi salgada. Após sofrer as agruras por esse ato de violência, ela saiu a correr,

---

<sup>54</sup> - Ver Inventário Post-mortem do capitão-mor Luís da Costa Cabeceira falecido no ano de 1787 e sua viúva Maria de Lima na Caixa N<sup>o</sup> 1 de foto a partir do N<sup>o</sup> 1364- 1391, cujo mesmo documento encontra-se faltando várias partes.

totalmente cortada pelo chicote, em estado de loucura, até a Igreja Matriz, onde morreu agonizando.<sup>55</sup> Dona Helena, hoje com 74 anos de idade, transferiu das memórias orais de sua avó sobre o ocorrido com a escrava Luzia e que outras pessoas da região também têm notícias desse fato de que o senhor, no momento da prática de violência contra a cativa estava em estado de absoluta ira.

Para à época, quando fatos dessa natureza ocorriam, envolvendo senhores encolerizados contra seus servos e que motivado por tal ignorância, o castigo levava à morte, o cativo não recebia salvação. Então, por semelhante violência, Luzia estava condenada. O padre, dentro desta confusão e diante daquela cena de terror e horror, na hora dos suspiros finais da escrava, no interior da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres, condenou a família deste senhor de escravos até a quinta geração.

Veja o quadro abaixo destacando as principais doenças que atingiam os escravos de São João do Cariri no período de 1783 a 1843, num total de 34 cativos doentes, deduzidos de 699, onde percebemos problemas de saúde dos mais variados:

**QUADRO 12 - Doenças que atingiam os escravos de 1783/1805**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	DOENÇA
Felix	crioulo	70 anos	-	Doente
Jacob	negro	44 anos	Santo Thomé	Doente
Manoel Congo	negro	30 anos	Congo	Perna quebrada
Maria	negra	40 anos	Congo	Chagada do fígado
José	cabra	50 anos	-	Doente
Miguel	crioulo	-	-	Quebrado da virilha
Joaquim	-	-	-	quebrado
Matheus	-	velho	angola	quebrado

<sup>55</sup> - Fala concedida por Dona Helena, 74 anos, descendente de escravos da Família Travessa na Vila de São João do Cariri. Ela conta esta história, assim como muitos populares pela região com o espírito de muita revolta ainda nos dias de hoje, desta pisa que sofreu a escrava Luzia, que estava de resguardo recente, e o motivo da surra de chicote foi porque a negra havia dado um beliscão no filho do seu senhor Manoel Maracajá, homem de muitas posses e prestígio à época. Não há registros de que ele tenha sofrido quaisquer penas judiciais, ou que talvez tenha sido acusado, pois o incêndio de 1839, no Cartório de Francisco Cordeiro, pode ter sido criminoso propositadamente onde muitos documentos foram queimados.

Anna	-	velha	angola	Doente
Manoel	-	70 anos	angola	quebrado
Domingos	crioulo	46 anos	-	Doente
Francisco	crioulo	30 anos	-	Tramita do juízo
João	-	30 anos	Angola	Queixada e virilha quebrada

**Fonte:** Arquivo do Fórum de São João do Cariri, no período demarcado de 1783 a 1805,

Nos inventários, quase todos os cativos doentes estavam na faixa acima dos 30 anos de idade e o que nos chamou atenção foram os que estavam com pernas e braços quebrados. Estes, poderiam ter tido os ossos quebrados na lida do campo, fosse motivado por quedas de cavalos, desempenhando trabalho de vaqueiro, fosse vitimado por violência após capturado, conforme alega uma senhora de escravos que um deles havia aparecido, mas com uma perna e um braço quebrados e havia sido avaliado por pouco dinheiro: 10 mil reis. A mesma não citou a idade do cativo, mas que devido as suas fugas constantes ele, o cativo podia ter preço baixo pelo próprio risco que os seus donos corriam de perdê-lo pela fuga novamente.

Neste plantel, o cativo Francisco tramitava do juízo e era crioulo, diferente do escravo João que estava com a queixada quebrada e o escravo Felix que já tinha 70 anos também apareceu doente. Percebemos que algumas dessas doenças dos escravos podem ter surgido a partir de castigos que sofriam no cativeiro, enquanto que outras eram mesmo por estropiamentos como o caso do cativo Cosme que se achava quebrado e a escrava aleijada Joana de 77 anos. Provavelmente, o defeito de que constava, havia sido provocado por maus tratos, no cativeiro, mas que, ainda assim sua mão de obra era perfeitamente aproveitada.

### 3.1.1 Dos escravos de Thomé Ribeiro Fernandes

Percorrendo a zona rural do Cariri, e baseado nos dados do inventário do senhor Tomé, chegando no lugar do Riacho Fundo, próximo ao curral do Meio, nos deparamos com uma casa grande toda de taipa, havendo o dono da atual propriedade afirmado ser a casa de Tomé, de onde gente arrancou botija.



**Figura - 19** - Casa grande que pertencia a Thomé Ribeiro Fernandes no sítio Riacho Fundo, município de São João do Cariri feita em junho de 2014.

**Fonte:** Arquivo do autor.

Esta casa grande toda de taipa tem a porta de entrada principal e mais quatro janelas na frente; é bastante larga, constando muitas janelas nas laterais e muitos quartos. Nos quartos, há buracos, de onde, segundo o dono da terra, foi arrancado uma botija cujo buraco arredondado nos dá ideia de que tenha sido uma panela, e a pessoa que arrancou essa provável botija, danificou a estrutura da linha do quarto sendo necessário colocarem uma escora para a casa não cair.

Segundo um morador da região, estas casas de taiparias duravam muito porque, para sua construção, eram utilizadas cordas de couro, que custavam se decompor, para amarrar as varas e estacas que ficavam cobertos de barro. Era comum em toda região, com o couro fazer tiras finas para utilizarem-nas em muitas necessidades domésticas. Esta casa grande, na realidade, é um verdadeiro labirinto

pela sua grandiosidade, estando totalmente abandonada, mas que, constantemente, faz-se pequenos reparos, ação que tem evitado que caia. A madeira é muito antiga assim como as telhas e o estaqueamento que a mentem de pé.

Era “costume comum” as pessoas falarem desse fazendeiro muito rico, que tinha léguas e léguas de terras com muitos escravos e senzalas. Dessa forma, no arquivo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri, nos deparamos com o inventário que é provável ser desse personagem rico, dono de muita terra, por várias partes do Cariri e Brejo, e em Portugal; também diziam que era um senhor “generoso”. Não havia alcançado ainda a salvação, mesmo sendo irmão do padre Leonardo, vigário na Villa Nova da Rainha, porque suas riquezas materiais, principalmente, as joias, que havia deixado enterradas, estavam dificultando sua passagem para a salvação.

Fazendo uma leitura mais aguçada sobre a história da escravidão pelo Cariri afora, e visitando o livro do historiador João de Lyra Tavares<sup>56</sup>, em sua pesquisa, encontrei este personagem, Thomé Ribeiro Fernandes, no ano de 1760, alegando possuir terras no Cariry no sítio chamado São João que houve por compra, mas que:

Ainda não havia feito pedido de nenhuma terra de sesmaria e estava reivindicando umas terras abaixo de sua fazenda e que já estava ocupada com seus gados que pelo poente confrontava com terras de Luis Alves Pequeno ou de seus herdeiros e pelo nascente com terras dos Oliveiras etc., a qual concessão foi feita no Governo de Joze Henrique de Carvalho” (Tavares, 1982. p. 288).

No ano de 1787, Thomé Ribeiro voltava a pedir mais terras como sesmaria. Desta vez, ele alegava o seguinte:

... para as partes do fundo de sua fazenda no Mundo Novo, na ribeira do Cariri de Fora entre a dita fazenda e as do tambuatu, Riacho do Cunha e São Gonçalo, corre o rio denominado Ipoeira do Mato, acima com meia légua para cada banda, do dito riacho, fazendo peão onde melhor convier. Foi feita a concessão, no governo Geronymo José de Mello e Castro.

---

<sup>56</sup> - Ver TAVARES, João de Lyra. Apontamentos para a história territorial da Paraíba. Pedidos de sesmarias feitas por Thome Ribeiro Fernandes nos anos de 1760 – p. 288 nº 538 e a segunda sesmaria foi pedida no ano de 1787 com o Nº 881 – p. 426. As quais foram concedidas de acordo com o pedido com o objetivo de criar gados, mas que precisa ser feitos benefícios, pois as águas secam nos períodos de estiagens, prejudicando a criação dos seus gados cujas terras estão situadas entre o rio Ipoeira do Mato com três léguas de fundos por uma de largo, meia para cada lado do rio.

Percebe-se que, durante o período em que este senhor esteve administrando suas terras e feito os pedidos de sesmarias, ainda era muito jovem e conseguiu juntar um monte mor considerável e também por ter uma família bastante ajustada, com um irmão padre, o reverendo Leonardo José Ribeiro e uma filha de nome Rosa casada com o senhor de engenho o capitão Manoel Lobo Ferreira Barreto, morador no Engenho Boa Vista do Termo de Pilar e dono de outros engenhos pela mesma região com muitos escravos os quais não constam no seu testamento, talvez por esquecimento, mas que ele, no leito de morte lembra de mandar celebrar missas para seus cativos e dar liberdade a sua escrava Bárbara por bons serviços prestados; manda que passe carta de alforria para a mesma dentro de sua própria cerca.

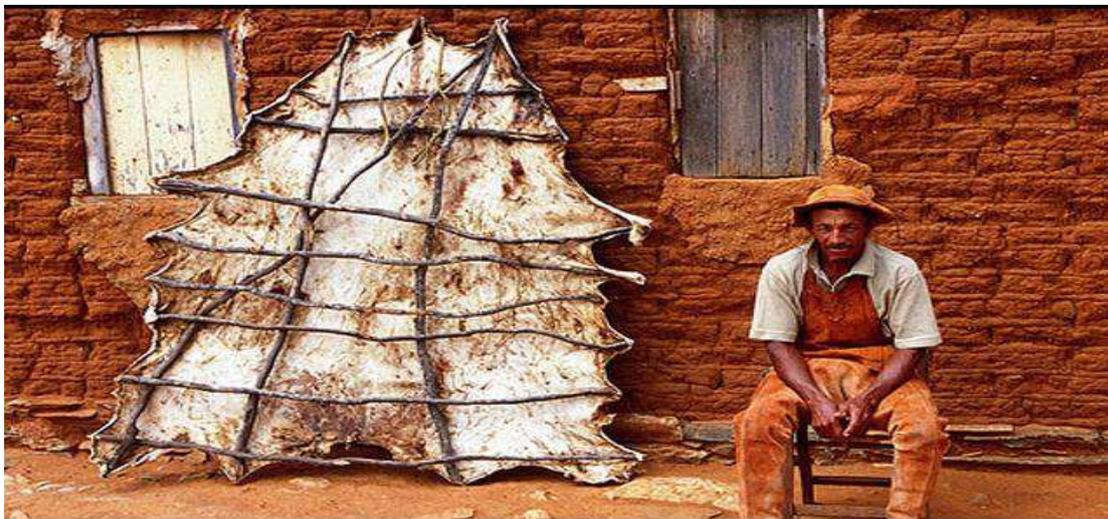
Sobre esse mesmo senhor, também encontrei em João de Lira Tavares, no ano de 1791, o pedido de uma Sesmaria de nº 962, do dia 18 de Maio, alegando o seguinte:

Capitão Manoel Lobo Barretto e Thomaz Gomes dos Santos, dizem que no sertão do Seridó descobriram terras devolutas que do poente parte com terras do Bom-Sucesso próprias do primeiro suplicante, buscando o riacho de Timbaúba por elle acima, três léguas, e quando não cheguem para inteirar-se seja na sobra que houver da parte do nascente, com terras da fazenda dos Angicos de Domingos Alexandre dos Santos, pela parte do sul com terras da fazenda das Lages que é do mesmo; da parte do norte com terras do Logradouro das Ipoeias próprias do primeiro suplicante, e porque delas necessitam pedem três léguas acima confrontadas, por sesmaria. Foi feita a concessão no governo de Jeronymo José de Mello Castro.

Fazendo leituras, nos inventários e nas Cartas de sesmarias, percebemos que era bastante comum os donos de engenhos e ou pessoas que moravam nos principais centros urbanos das capitanias de Parahyba e Pernambuco fazerem pedidos de sesmarias, nos sertões, para levarem seus gados em determinados períodos do ano, quando havia pastos pela região, mas as coisas eram sempre difíceis e os gados eram poucos, se comparado com a imensa região que forma o Cariri.

O trabalho com o couro era pesado e difícil devido à falta do sal para salgá-los, pois este mineral era raro ainda pelos sertões e o que os donos dos gados faziam era trabalho artesanal, o de esticar o couro em varas bem esticado e pregado com pregos, em seguida expunha-o ao sol por alguns dias, o gasto com varas era muito

dispendioso e exigia mão de obra de mais conhecimento e o valor do couro era muito baixo, levando muitos a apodrecerem por serem mal esticados e as coisas andavam muito lentas neste trabalho que levou este nome de “civilização do couro”. Veja imagem:



**Figura - 20** – Couro de gado vacum esticado com varas.

**Fonte:** Adquirida em um pequeno artigo na internet de José Romero de Araújo Cardoso, geógrafo e professor da UERN sobre a civilização do couro, conforme o autor Capistrano de Abreu.

Esta imagem mostra a figura do vaqueiro negro, bem característico dos sertões, vivendo mais isolados até mesmo da casa grande espalhados em casas de taiparias (choupanas ou casebres) pelas fazendas, levando vida muito simples, e em muitos casos, solitária. Poderia até parecer para alguns aventureiros que visitaram esta região com a “civilização do couro”, mas as realidades eram outras, e na verdade, os couros ficavam mesmo era nos cemitérios de animais mortos nos pastos dizimados pelas secas periódicas que quase não dava trégua para recuperação dos rebanhos que era de média e longa duração, as pessoas não saíam pelos sertões fazendo gados, era necessário a reprodução e isto era lento, regado por ganhos e perdas, daí muitos vaqueiros saberem quase tudo das fazendas.

A história de Thomé Ribeiro Fernandes<sup>57</sup>, no ano de 1804, quando São João do Cariri Já respondia oficialmente como Villa Real do Cariri de Fora aparece nos inventários que envolviam seus bens. Thomé Ribeiro Fernandes, que já havia enviuvado, e sua recente mulher Rosa Maria da Conceição viveram uma longa história de amor e sofrimento por estarem separados pela distância como veremos no

---

<sup>57</sup> - Ver Inventário post-mortem de Thomé Ribeiro Fernandes, quando de sua morte em 1804, caixa 04 encontrado no Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri.

desenrolar desta história. Falamos a respeito de sua vida, conforme consta no testamento, de quando já estava doente de uma moléstia adquirida e se encontrava em seu leito de morte em Goyana na Capitania de Itamaracá.

O juiz da Villa de São João, à época era o capitão-mor Domingos da Costa Romeu que recebeu uma carta precatória, vinda do juízo da Ouvidoria Geral de Pernambuco. A Carta precatória foi do juízo dos órfãos da Villa de Nossa Senhora do Rosário de Goyana, Capitania de Itamaracá da Comarca da Parahyba do Norte para o mesmo juízo da Villa Real de São João, passada a requerimento do Capitão Manoel Lobo Ferreira Barreto. Este se apresentou como inventariante e herdeiro dos bens do casal do seu sogro Thomé Ribeiro, pedindo avaliação de todos os pertences do casal e que estão sob a guarda do Reverendo Padre Leonardo José Ribeiro, irmão do defunto e cunhado do requerente.

O capitão Manoel Lobo Ferreira Barreto era dono e morador no Engenho Boa Vista termo da Villa de Pillar, onde o mesmo fez um requerimento pedindo avaliação das terras e outros bens como:

Sítio Mundo Novo com duas léguas de terras pelo Riacho do Padre acima e seu logradouro, o riacho do Timbaúba; uma data no riacho José Nunes para o recreio do gado e a metade de uma casa velha de taipa com o sítio Mãe D'água para mandar avaliar.

Assim foi atendido o pedido de avaliação dos gados e dos demais bens, incluindo dois escravos: João, Angola, muito velho, 35\$000 reis e Simão, Angola de vinte e cinco anos por 50\$000 reis. Uma nova carta precatória indo da Villa de Goyana da capitania de Itamaracá é passada a requerimento do mesmo Capitão Manoel Lobo Ferreira Barreto, contando que “era morador no Engenho Boa Vista termo da Villa de Pillar e sogro do Sargento mor Thomé Ribeiro”. Quando saiu para percorrer outro engenho, o (Amarelo) e gozando de boa saúde aí adoeceu de repente e tão grave que não pode se quer escrever seu testamento; mas que diante de muitas testemunhas, o fez ali mesmo, começando pela sua escrava Barbara, declarando, que “com sua morte, seus filhos mandarão passar carta de liberdade para ela, dentro da sua própria cerca”. Em seguida, pediu para enterrarem seu corpo na Santa Casa de Misericórdia e envolto ao habito de São Francisco. No dia da sua morte é para mandar celebrar missas de corpo presente e capelas para todos os santos de sua devoção etc..

Do seu testamento, ele deixou 40\$000 reis para repartir com os pobres que acompanham seu enterro; três capelas de missas pelas almas do Purgatório, mais três capelas pela sua alma, mais duas capelas pelas almas dos seus pais, mais uma capela pelas almas dos seus cativos defuntos; deixou o restante de sua herança para suas duas filhas e as escravas Caetana e Maria que estavam carregadas de obrigações; ainda devia por promessa que fez à sua neta a filha de Francisca e Tereza de Jesus para casar com Manoel Thomas, 100\$000 reis; devia a sua neta Joaquina Maria Benedita, que deveria casar-se com Manoel Mendes, 50\$000 reis e uma caixa de açúcar. Após terem lido e aprovado o dito testamento, logo em seguida, veio a falecer proveniente da grave moléstia sem ter ao menos conseguido concluir o mesmo, aos oito de julho de 1795<sup>58</sup>.

Voltando ao inventário de Thomé Ribeiro Fernandes, ele tinha um irmão que era padre, o reverendo Leonardo José Ribeiro, cunhado da viúva Rosa mulher de Thomé e morador no termo da Villa Nova da Rainha. Justificou ser depositário do sítio de terras deste termo denominado Bonsucesso, situado de gados vacuum e cavalariagem e que mais uma vez, com a ajuda de Filipe José dos Santos, cabra, provável liberto, morador na dita fazenda e vivia de criar gados, testemunha os bens com o reverendo dito padre sobre a presença do Juiz dos Órfãos, o comandante Antônio de Barros Leira. Felipe, cabra, devia ser o vaqueiro da dita fazenda, mas não foi mencionado como tal.

Na declaração dos bens feita pelo Reverendo Leonardo, encontramos muitos bens materiais e um rebanho de gados satisfatório com cento e dez vacas, sessenta novilhas, sessenta e duas garrotas, sessenta e dois garrotes, quarenta e sete bezerros, oito bois mansos, muitos animais cavalariagem, poucas cabras e muita terra no sítio Curral de Timbaúba, avaliado em 300\$000 reis e terras no sítio também chamado Timbaúba com casa de vivenda avaliada por 440\$000 reis, com metade do sítio Mundo Novo por 200\$000 reis e no sítio José Nunes 25\$000 reis, uma parte de terras em Alhandra por 33\$000 reis e no Sítio Mãe D'água. Das dívidas ativas e passivas

---

<sup>58</sup> - Encontramos a carta precatória de Manoel Ferreira Lobo Barreto, e parte do seu testamento inclusos aos autos de inventários de Thomé Ribeiro Fernandes, no qual constava Manoel ser casado com sua filha de nome Rosa filha do dito Thomé, mas não foi possível saber se Rosa era filha da Rosa mulher de Thomé, já que do primeiro casamento ele não tinha filhos. Ver Inventário na caixa de número 04 de 1805.

não foram tantas, mas uma nos chamou atenção: foi a dívida que o padre declarou dever a Bernardo, escravo do defunto Thomé Ribeiro a quantia de 140\$000 reis e mais dinheiro de um boi que custou 10\$000 reis.

Até o momento das declarações dos bens do inventário do senhor Thomé já formou um monte mor de 7:282\$ 376 reis. Agora passam a ser avaliadas as terras e benfeitorias do termo de Alagoa Nova, mas antes vamos ver o quadro dos escravos para que nos situemos melhor nessa história, já que o casal possuía um plantel de cativos muito especial pelos seus detalhes em particular como vamos ver a seguir:

**QUADRO - 13- Escravos Thomé Ribeiro Fernandes e Rosa Maria da Conceição - 1805.**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
João	-	velho	Angola	35\$000	
Simão	-	25 anos	Angola	50\$000	
Barbara	-	-	-	-	Escrava forra
João	mulato	53 anos	-	60\$000	
Pedro		50 anos	Angola	80\$000 reis	-
João	-	35 anos	Angola	100\$000 reis	-
Ignacia	crioula	40 anos	-	80\$000 reis	-
Antonia	crioula	10 anos	-	120\$000 reis	-
Thereza	crioula	90 anos	-	10\$000 reis	-
Bernardo	-	-	Angola	140\$000 reis	Liberto
Simão	-	-	Angola	-	Velho
João Fernandes	-	-	Angola	130\$000 reis	Sobrenome do seu senhor
João Ribeiro	-	-	Angola	-	Sobrenome do seu senhor
João do Brejo	-	-	Angola	-	Do brejo
João Matheus	crioulo	-	-	280\$000	perigoso
João de Melo	mulato	-	-	-	-
Joze Matheus	-	-	-	-	perigoso
Theodora	-	Velha	-	10\$000 reis	-

Andre	-	-	-	-	-
-------	---	---	---	---	---

**Fonte:** Quadro. Ver inventário de Thomé Ribeiro Fernandes, no arquivo do Fórum Nivaldo de Farias Brito em São João do Cariri do ano de 1805.

Observamos neste quadro, que há uma variedade de escravos entre forros, libertos, velhos e jovens, além do escravo José Matheus que foi mandado ser vendido por seu senhor, no Pará, por não dar jeito ao mesmo. Ainda encontramos os escravos João, que, provavelmente, para não misturar as coisas, todos receberam sobrenomes, coisa rara de acontecer, pois o escravo só tinha direito mesmo a ser chamado pelo seu nome e a denominação (Cabra, negro, pardo, mestiço ou denominação de sua origem).

Desta feita, os escravos (Joãos), pertencentes a Thomé, ficaram sendo chamados de: “João Fernandes, João do Brejo, João Matheus, João de Melo e João Ribeiro”. Alguns não tinham nenhuma identificação como o escravo André e a escrava Bárbara, porém esta última, já havia conseguido sua liberdade, concedida dentro da sua própria cerca, por bons serviços prestados como consta no testamento de Manoel Lobo Ferreira Barreto que era seu dono, e genro de Thomé, avaliador e inventariante, que falecera, antes da morte de Thomé, no ano de 1796 levando o reverendo padre Leonardo José Ribeiro, cunhado de Rosa, que era viúva, a responder como testamentário e tutor dos órfãos do casal pela partilha dos bens do seu irmão Thomé, na Fazenda Bonsucesso e nas demais.

No seio da escravidão, principalmente nos sertões, existiam alguns casos em que os escravos conseguiram juntar pecúlios em mãos dos seus senhores, adquiridos, geralmente, por bons serviços prestados, por venda de pequenos animais que esses cativos criavam, pela junta dos restos de colheitas de milho, feijão, algodão ou de sorte que tiravam para cuidar de animais, não sendo só os vaqueiros quem se beneficiavam disso.

Um personagem que teve importância fundamental neste processo de declaração de bens em todo o inventário, ajudando muito ao padre Leonardo, foi o vaqueiro cabra Felipe, provavelmente, um eis escravo, pelo conhecimento que o mesmo tinha dos bens. Foi este personagem quem deu todas as informações quando do levantamento, inclusive dos bens de móveis e dos sete escravos da fazenda Bonsucesso. Isto significa que o dono Thomé Ribeiro era ausente, devia morar na cidade de Goiana ou Olinda como tantos outros faziam, deixando todo o patrimônio

em mãos de um administrador de confiança da família que geralmente era um vaqueiro como constatado nesse e em outros casos.

O padre Leonardo mandou fazer avaliação dos bens deixados por seu irmão Thomé, no sítio da Alagoa Nova e teve como avaliadores agora os senhores Manoel Ferreira de Carvalho e Francisco de Oliveira Ledo, este já devia estar bastante velho, pois era irmão de Antônio Oliveira Ledo ou sobrinho deste, quando da morte do seu pai Teodósio, provavelmente, em 1732, Francisco era criança juntamente com sua irmã Adriana Oliveira Ledo.

Dessa forma, eles começaram avaliando os escravos João, velho Angolla, 35\$000 reis; João Fernandes, Angola por 130\$000 reis; Domingos, Angola por 130\$000 reis e Miguel, também Angola por 80\$000 reis. O monte deste inventário foi somado aos demais formando um único monte mor.

No termo de Alagoa Nova, encontramos escravos e roçados de algodão, roças, milho e feijão, assim como moradas de casas para os cativos e moradores, naquela povoação.

No ano de 1806, na Villa Real de São João do Cariri, a viúva de Thomé Ribeiro, Dona Rosa voltava a procurar o Juiz José Francisco Alves Pequeno, na Vila de São João e pediu para fazer umas retificações, no inventário, que, por esquecimento, havia deixado de constar no inventário e afirma:

...setenta e cinco bezerras, 36 bezerros machos no ano de 1806, e mais 32 bezerras fêmeas; seis poldros, cinco poldrote, seis poldrinhos, cinco poldrinhos; trinta bois e vinte novinhos, a compra de umas cabras para sustentação de alimento da fábrica, trinta e sete bois e cinquenta e quatro vacas (... depois do inventário nasceram setenta bezerros e mais...).

Percebemos que foi muita coisa que a viúva Rosa não se lembrou de repassar para os avaliadores; estes também foram cúmplices em não terem feito uma investigação mais aguçada dos bens como percebemos. Assim sendo, a viúva Rosa volta a declarar mais coisas no mesmo ano de 1806, ela afirma que:

Ainda falta declarar **os roçados de algodão do termo da Vila Nova da Rainha** e a quantia de mais de setenta mil reis de lucros que com o dinheiro comprou cabras para benefício da mesma fazenda, uma roda e uma prensa; comprou telhas e mais um forno de fazer farinha e fez mais despesas para construir a casa de farinha e vivenda.

Ela afirmou que a sua casa de farinha em Campina Grande constava do seu aviamento com nova prensa que todo o monte mor chega a 9:721\$316 reis. Desse monte, pediu ao padre Leonardo para retirarem o preço do escravo João, pois o mesmo já havia falecido.

Sobre a morte do cativo João, o reverendo padre Leonardo comunicou a viúva Rosa haver despendido com o caixão do enterramento do cadáver do seu finado irmão Thomé da quantia de 86\$000 reis para despesa e devia na forma do direito sair do monte comum da fazenda do portador.

Por outro lado, a viúva do defunto Thomé, Dona Rosa da Conceição estava preocupada com o escravo Pedro, que também havia falecido e que era para os partidores lembrarem na hora que fosse proceder as partilhas mandar que se separasse bens para pagamento de cinco mil e duzentos reis para os ditos paroquianos para pagamento do enterramento dos referidos escravos: Pedro e João, de cujo óbito já juntara nas contas dos funerais referentes aos dois escravos.

Dona Rosa pediu ao pároco da freguesia de Nossa Senhora dos Milagres que se apressasse em dar a certidão dos óbitos dos cativos defuntos. O padre reviu nos livros dos mortos da Matriz de Milagres e encontrou o termo seguinte:

Aos trinta e hum dias do mês de outubro de mil oitocentos e seis faleceu da vida presente sem sacramento pela preça o escravo Pedro de Roza Maria da Conceição senhora da fazenda Mundo Novo, o marido de Ignacia, escrava da mesma senhora e foi sepultado nesta Matriz de Nossa Senhora dos Milagres do Carery de Fora no (corpo) do mesmo que mande por mim abaixo assignado que apresenta ter cinquenta annos pouco mais ou menos e foi envolto em abito (com panos brancos) de que feita a conta assinei o vigário Antonio Jaime Bizerra - e não se continha mais nada em dito alento que mandou copiar despesas livres e cavou o seu próprio coval que toda vida para o repostio. São João, 01 de janeiro de 1807.

As despesas com o funeral dos escravos também foram avaliadas e cobradas rápido, sendo as seguintes: sepultura das grades para baixo= 800 reis, florista= 520 reis, despesa paroquial = 320 reis. Certifico mais que *“é importando o funeral do outro escravo João da mesma suplicante na quantia de 2\$600 reis.”*

Aos vinte de Março de 1811 também havia falecido o escravo Miguel, se do cativeiro de uma só vez com seus cinquenta anos. Este escravo pertencia ao padre Leonardo que foi envolto em hábitos com panos brancos e enterrado no corpo da Igreja Matriz de Milagres do Cariri, pelo seu dono o próprio

padre Leonardo que trasladou o documento de óbito para a Vila Nova da Rainha aos 24 de março de 1811. E assim, como os demais cativos, pareciam viver juntos pelas fazendas do padre e seu irmão Thomé, espalhados pela região do Cariri.

Na prestação de contas o que nos chamou atenção, é que, quando perguntado pelo Juiz dos Órfãos ao tutor Joze da Costa Brandão pela casa da Vila Nova da Rainha:

Respondeu dito homem que esta existia, mas que não fora arrendada porque havia um sujeito cativo morando nela com doença terrível e que havia lá morrido de (tizico) e que estava abandonada e que havia um escravo de nome João Fernandes da nação Angola que se achava em companhia do seu vaqueiro escravo na dita casa.

Em Cativos da “Rainha da Borborema”, LIMA 2009<sup>59</sup>, fazendo leituras sobre doenças que atingiam os escravos, o autor destaca com detalhes todas as doenças, a:

Tísica, segundo pesquisa do mesmo, não era uma doença exclusiva dos centros urbanos populosos dos países da Europa ou mesmo do Brasil escravista do século XIX, cujos mais vitimados seriam intelectuais como os poetas românticos que viviam enfiados em ambientes inóspitos pouco ventilados.

LIMA ainda chama atenção para as escravas, como afirma Mary Karasch<sup>60</sup>, a tizico era uma doença que não escolhia as pessoas, e as escravas domésticas tinham mais aproximação com as pessoas brancas europeias e no trabalho da colheita e fabrico das peças de algodão que liberava substâncias no ar que atingia os pulmões pela respiração e causava alto índice de mortandade. Este autor faz um bom estudo sobre todas as doenças da época que atingiam os cativos, em especial. (LIMA, p. 252/272).

Dentre os bens de Thomé, em relação aos escravos ele declara que:

Meu escravo Bernardo cotado na metade do seu valor que acertamos em 140\$000 reis e meus testamenteiros passarão sua Carta de Liberdade e que por fragilidade terrena, sendo casado tive uma filha com Roza Maria da Conceição chamada Quitéria; mas foi depois do falecimento da sua mulher e teve mais da mesma Roza dois filhos, um se chamava Thomé o qual denominei de (Neto) para facilitar a leitura,

<sup>59</sup> - LIMA 2009, Idem, p. 252/ 272.

<sup>60</sup> - Ver Karasch, Mary C. Op. cit. p. 209/213.

e a outra Cândida com a dita Roza mas ela também era viúva e estava no mesmo estado que eu, disse Thomé.

Segundo, ainda Thomé Ribeiro Fernandes, quando da escrita do seu testamento, fez a seguinte afirmação:

Para desencargo da minha consciência tenho determinado e resolvido receber a dita Roza Maria da Conceição por minha mulher, apesar dela se achar no Sertão do Karery e ele naquela Villa, enfermo, mandou ver procuração bastante da mesma para o fim de com ella casar-se. Mandou buscar licença do Reverendo Doutor Vigário Geral para poder fazer e sendo ahi a tempo de casar-se e por sua morte entrará a dita sua mulher na partiçã dos meos cabedais que a providência missão se partira a minha fazenda.

Thomé declarou que deu a Joaquim, sobrinho do escravo Bernardo, um escravo chamado Matheus, para mandá-lo vender no Pará do qual ele não dava conta e deixava com os testamenteiros para receber o mesmo e deixava o padre Leonardo José Ribeiro como tutor dos seus filhos. E por não poder escrever pediu ao Capitão Antônio Luís de Amaral para escrever. Goyanna, 30 de abril de 1804. Pe. Leonardo José Ribeiro.

Thomé era senhor de muita terra, entre elas, da fazenda Mundo Novo, no sertão do Cariri e tinha um caso com Roza, mãe de filhos, viúva, provavelmente, liberta e que foi por ele reconhecido a partir de um casamento em estado de urgência, a fim de assegurar-lhe a parte na herança, sobre o mesmo afirmou que possuía terras também em Portugal herdada de seus pais e afirmou não ter tido filhos com a primeira mulher, só que Manoel Ferreira Lobo Barreto era seu genro, casado com uma filha do mesmo, também de nome Roza. Apesar de ele ter feito seu testamento, pode ter esquecido de citar sua filha Rosa que poderia ser filha de um outro relacionamento que teria acontecido e ele não quis revelar, mas seu genro deixou claro que seu sogro era Thomé cuja filha Roza era sua esposa, mas não foi possível saber quem era a mãe da dita Rosa filha de Thomé, mulher de Manoel Ferreira Lobo Barreto.

Em depoimento da viúva Roza e do Padre Leonardo, o escravo Bernardo tinha em mãos de Thomé, seu senhor a importância de 140\$000 reis e o dito padre também tinha em mãos a quantia de 70\$000 reis pertencente ao mesmo escravo.

Nas terras da Villa Nova da Rainha, a Viúva Roza afirmou ser possuidora dos escravos João Ribeiro, João Fernandes, Domingos e Jordão, cativos que pertenciam ao dito casal. Também tinha escravos no brejo de Alagoa Nova, dos quais não constam os nomes, mas que estavam trabalhando na casa de farinha e nas roças de algodão.

A viúva Roza pediu para o padre dar baixa no escravo João como se segue:

Certifico que revendo os livros dos mortos, que servem nesta Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora em uma das folhas cento e oitenta e três, está o acento seguinte: Aos trinta e um dias do mês de Agosto de mil oitocentos e seis foi sepultado nesta Matriz de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, no corpo da dita Igreja, João Ribeiro, escravo da viúva Roza Maria da Conceição, moradora nesta fazenda do Mundo Novo desta freguesia e não recebeu os sacramentos por pedirem tarde e quando lá chegou o sacerdote já estava morto o dito cativo que faleceu de tizico (hazia), e foi encomendado por mim abaixo assignado e aparentava ter corenta anos, pouco mais ou menos e foi envolto em habito branco. Vigário Antônio Jaime Bezerra.

Em relação ao comércio, à época, com o lugar da Lagoa Nova, na Fazenda do Veloso, no lugar da Serra Branca no Cariri, segundo depoimento do senhor Elias Gonçalves dos Santos<sup>61</sup>, 74 anos, morador e um dos herdeiros da fazenda casado com Dona Maria Trajano de 84 anos, fizeram a seguinte afirmação:

Lagoa Nova era quem abastecia o povo da região de São João. O senhor Calixto, o doutor Trajano e seus irmãos, almocreavam e viviam viajando incansavelmente para aquelas bandas, traziam de tudo: milho, batata, farinha de mandioca, feijão, muita rapadura e até levavam suas mulheres de vez em quando para fazerem suas compras lá. Era um lugar de muita fartura e bom de se negociar, pois até o povo de Campina Grande e de toda região comprava também em Lagoa Nova. Eram muitas as tropas de mulas que atravessavam o Cariri a todo momento tangidos e guiados pelos escravos.

---

<sup>61</sup> - O senhor Elias Gonçalves dos Santos, 74 anos, e sua mulher Dona Maria Trajano, 85 anos, ambos lúcidos, é o único casal dono ainda com vida, morador da Fazenda Veloso, onde as casas ainda estão bem preservadas, mesmo tendo sido feitos alguns reparos, eram feitas de tijolos, mas que tem algumas partes de taipas. Estão erguidas sob um terreno pedregoso com a base toda feita sobre pedras, e que marca ainda da primeira metade do século XVIII.

Veja as fotografias das casas grandes da Fazenda Veloso, datada ainda da primeira metade do século XVIII. Sofreu algumas reformas, mantendo-se por isso em bom estado de conservação, e, atualmente, serve de moradia para pessoas simples descendentes dos seus senhores da Família Calixto Ribeiro.



**Figura - 21** - Casa do senhor Bidão, almocreve.

**Fonte:** Arquivo do autor.

Estas casas, mesmo sendo tão antigas, são bem preservadas pelo próprio capricho da família em se preocupar com a preservação e história. Nela, percebemos que ainda existem muitas coisas que se encontram intactas como as linhas que dão sustentação ao telhado, assim como encontramos muitas telhas ainda, algumas com data de 1806, como afirma um dos moradores e que está em perfeito estado de conservação, os batentes são de madeira de lei, assim como os baús, o moinho, ferros de ferrar o gado e as camas de couro, as mesas de gavetas e outros objetos.



**Figura - 22-** Casa do Dr. Trajano, século XVIII e do XIX.

**Fonte:** Arquivo do autor



**Figura - 23 -** Casa do senhor Calixto.

**Fonte:** Arquivo do autor.

Esta casa grande pertencia ao outro irmão, o senhor Calixto, também almocrevava e a casa passou por reformas, mas seu interior permanece o mesmo, com a madeira e paredes ainda originais de taipa, sendo a cozinha muito baixa e outros objetos da época estudada. A quarta casa grande foi totalmente destruída e só encontramos os escombros, onde a mesma ficava um pouco mais afastada e pertencia ao quarto irmão da irmandade o senhor Amaro Calixto.

A área de terras composta por esta fazenda, não era grande, mas, a qualidade do solo fez com que se tornasse uma das mais importantes da região no período

estudado, onde esta terra contém boa matéria prima para o fabrico de produtos derivados da argila que utilizava mão de obra de escravos e libertos como vemos na cerâmica da época, no subcapítulo da cultura material. E os senhores estavam vinculados ao comércio e à produção, na pecuária, pela abundância do solo que fica margeado pelo vale do rio Serra Branca que nos anos de invernos, é de boa produção agrícola.

Quando perguntado ao senhor Elias pelos documentos destes senhores, se sabia alguma coisa, ele respondeu que não, “que tudo havia sido queimado na Vila” mas não soube explicar como. Daí, levantamos a hipótese de ter sido o incêndio de 1839 ou outro posterior ao período estudado, pois não encontramos documentos diretamente ligados a esta fazenda. Todos os documentos foram refeitos e datam da segunda metade do século XIX.

### **3.1.2 Dos escravos de Francisco Alves Pequeno no ano de 1796**

No inventário de Francisco Alves Pequeno, irmão de José Francisco Alves Pequeno, doador das terras para fundação da Villa Real de São João, por sua morte, no ano de 1796, a viúva Maria Izidora convidou para serem seus avaliadores os capitães José Pereira de Castro e Antônio de Barros Leira, sobre os quais não encontraram nada em dinheiro, mas uma boa fortuna em ouro e prata, e um plantel de 14 escravos que viviam espalhados pelas suas terras começando por uma légua no sítio Capivara, avaliada em 40\$000 reis, uma herança, no sítio tanques, dos defuntos seus sogros, no valor de 11\$385 reis, declarou a inventariante Izidora as terras do sítio do Amparo, a quantia de 148\$380 reis, por pagamento de uma dívida que devia seu cunhado Luis Alves Pequeno ao defunto seu marido Francisco Alves Pequeno cuja dívida achava o dito seu marido por libelo e que se encontrava naquele cartório, em São João.

A viúva, também, dentre tantas declarações, devia à Irmandade de Nossa Senhora dos Milagres desta Matriz do Cariri e que pagou ao tesoureiro da dita irmandade a quantia de 7\$765 reis, além de dever mais ao reverendo vigário Joaquim José as missas da Irmandade a quantia de 9\$760 reis. Declara dever mais ao pároco Joaquim José, deveres do Funeral do falecido seu marido, o capitão Francisco Alves

Pequeno, ajuntamento da cova de um anjo, sepultado das grades para cima filho da dita inventariante e também de desabrigo do presente ano, quando juntando tudo deu a quantia de 30\$040 reis.

Por ser o monte mor do casal de 1:840\$ 545 reis, a viúva ficou com a metade como herdeira cujo quinhão foi tirado em grande parte nos escravos, quando à época seus preços estavam baixos e mesmo assim, eram “mercadorias” de grande valor como o mulato Pedro no valor de 110\$000 reis, o negro José Angola por 100\$000 reis, um negro velho quebrado que ela afirma (não dá mais no couro) e valer só 12\$000 reis, e os demais como mostra no quadro abaixo:

#### QUADRO 14 - Escravos de Francisco Alves Pequeno - 1796

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Pedro	mulato	28 anos	-	110\$000 reis	-
Joze	-	24 anos	Angola	100\$000 reis	-
Joam	-	70 anos	Angola	12\$000 reis	-
Domingos	cabra	07 anos	-	50\$000 reis	-
Domingos	crioulo	46 anos	-	50\$000 reis	Doente
Maria	-	32 anos	Angola	80\$000 reis	-
Caetana	mulata	29 anos	-	80\$000 reis	-
Joana	mulata	12 anos	-	100\$000 reis	-
Adriana	mulata	07 anos	-	60\$000 reis	-
Ignacia	crioula	11 anos	-	70\$000 reis	-
Thereza	crioula	10 anos	-	65\$000 reis	-
Ursula	crioula	06 anos	-	45\$000 ris	-
Izabel	crioula	03 anos	-	35\$000 reis	-
Antonia	crioula	05 anos	-	30\$000 reis	-

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Vemos, neste quadro, evidências de uma família escrava pela quantidade de cativos jovens e divididos entre mulatos e crioulos com apenas três africanos de Angola, que, a partir deste início do século XIX, aumenta a entrada desses cativos de origem angolana pelo Cariri afora como consta nos inventários, mas predomina o processo de crioulição como mostra o quadro.

Não foi possível identificar, neste quadro, o casal, mas que é composto por nove mulheres e com muitas possibilidades das mães das crianças escravas serem Maria, com 32 anos, angola que era a mais adulta da provável família, casada com o mulato Pedro de 28 anos, José com 24 anos e Caetana com 29 anos, sendo sete escravinhas abaixo dos doze anos de idade.

Quanto ao cativo João tinha 70 anos e poderia ser avô da maioria do plantel e já ter perdido sua mulher que também era provável cativa ou até liberta e o mesmo era angolano e ainda foi avaliado em 12 mil reis, dinheiro que dava para comprar um boi à época e, de certa forma ainda era mercadoria de bom valor. O escravo Domingos era novo e já estava doente, tendo sido avaliado por um bom dinheiro, 50 mil reis sendo que sua doença poderia ser mais simples e ele se encontrava em estado de trabalhar pelo valor que foi posto no mesmo.

O historiador Luciano Mendonça de Lima, afirma que os inventários ajudaram a traçar um mapa da escravaria em Campina Grande, o que possibilita acompanhar o grau de africanidade da população cativa no decorrer do tempo e que isso contribuiu para o fenômeno do processo de crioulização, causado por um complexo processo de transformação que envolve o econômico, a demografia e a cultura que contribuíram para a predominância dos crioulos sobre os africanos. (LIMA, 2009, p.176/177).

Herdeira de oito escravos e seis órfãos, contabilizando um total de 14, as coisas não estavam caminhando bem e quem estava se prejudicando mais eram os cativos que andavam ameaçados a morrer de fome por falta de alimentos. Daí, Maria Izidora estava sob a tutoria do seu cunhado José Francisco Alves Pequeno que vivia muito ocupado pelas bandas de Alagoa Nova, quando no ano de 1806, a viúva fez a seguinte petição ao presidente da Comarca da Vila de São João:

Diz dona Maria Izidora viúva que ficou do Capitão Francisco Alves Pequeno que ela está sustentando a seus filhos órfãos e se acha decadente de bens e dificulosamente o pode fazer porque os mesmos são nobres e que esta causa não deverá trabalhar e sua sustentação se lhe deve prestar (.....) alimentos requer nesses termos e que V. Sa. Se sirva em mandar que o Juiz de órfãos considere a sustentação dos herdeiros em limitados rendimentos de seus bens e pede que seja removido da tutoria o tutor que é o coronel José Francisco Alves Pequeno que está exercendo atualmente o cargo de Juiz de Órfãos pedindo para ser nomeado o herdeiro seu filho como Tutor O tenente Francisco Alves Pequeno e que foi deferido.

A petição de Dona Maria Izidora<sup>62</sup> foi revista e despachada pelo corregedor da Comarca de São João cujo escrivão faz o termo alegando que o Tutor de fato, o Juiz dos Órfãos, José Francisco Alves Pequeno, se encontrava na Lagoa Nova (da

---

<sup>62</sup> - Ver inventário de Francisco Alves Pequeno do ano de 1796 de uma de suas propriedades no lugar do Barro Vermelho que fica no município atual de São Domingos do Cariri. O inventário se encontra no arquivo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri.

Rainha da Borborema), termo da Villa Nova da Rainha, distante desta Villa vinte e tantas léguas e notificou a Francisco Alves Pequeno para assinar termo de tutoria de seus irmãos que eram treze, incluindo o próprio tutor com seus escravos aos 18 de abril de 1807.

Nesta mesma data apareceu o tutor removido, o coronel José Francisco Alves Pequeno, juiz dos órfãos e por ele foi dito ao juiz ordinário o capitão Amaro da Costa Romeu que afirmou ter feito entrega de todos os bens pertencentes aos órfãos seus sobrinhos nas mãos do novo tutor e se desobrigava de responder pelos órfãos onde foi feito o termo pelo escrivão José Felix de Andrade e assinado por eles José Francisco Alves Pequeno e seu novo tutor sobrinho, irmão dos órfãos Francisco Alves Pequeno.

Sobre os bens da família, afirma o novo tutor haver dificuldades imensas para sua administração pelos anos ruins que enfrentaram com as secas, em especial a de 1807, ficando ele com dificuldade até para sustentar os cativos e que estão em decadência, pois os seus gados vacuns e cavalar haviam sido dizimados pela seca do dito ano, como vemos o quadro dos gados abaixo:

**QUADRO 15 - Tabela com o gado de Francisco Alves Pequeno e Maria Izidora – 1796.**

VACUM	CAVALAR	CABRUM	OVELHUM	OUTROS
56 cabeças	36 cabeças	40 cabeças	10 cabeças	-

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Não foi só este tutor que fez queixa sobre a problemática das secas, a que aconteceu no ano de 1777, havia devastado todos os rebanhos da região e os criadores ainda estavam recuperando seus rebanhos, quando mais uma vez seus gados são dizimados nos anos de 1791, 1792, 1793. Essas reclamações foram feitas por quase todos os tutores que enfrentavam dificuldades para cuidar das famílias órfãs e de seus rebanhos por causa das secas.

O pouco gado que restava não estava mais no Cariri do Sertão e sim, nas terras do brejo, levados pelos seus senhores que tinham terras e agriculturas naqueles lugares onde chovia com mais frequência. O gado só voltava para o Cariri, em tempos bons de invernos. No Cariri, só restava a “civilização das carcaças” que sobrava dos gados e até as terras, os donos não tinham a quem arrendar nem como cuidá-las, as

coisas andavam a passos lentos mesmo. Os cativos passavam por momentos difíceis, nesta família e podem ter sido levados para o trabalho em Alagoa Nova também no decorrer das secas.

A metáfora criada por Capistrano de Abreu sobre “*a civilização do couro*” tinha limites, e as coisas não eram tão fáceis para os criadores por causa das secas, um dos principais obstáculos dos Sertões do Nordeste. Mesmo sendo aproveitado tudo do gado, havia períodos difíceis em que o criatório ficava quase desabitado da criação pecuária, nos anos bons de invernos (era muito pasto e pouco rasto). Na verdade, as pessoas que pediam terras, na região, quase todas alegam em suas cartas de sesmarias que é para criar, e esta criação, no Cariri da Vila de São João, “desafogava” as terras férteis dos brejos para produzir lavouras como as de necessidades básicas à sustentação da população do seu entorno.

Sobre os escravos, o tutor afirma que todos estão sob poder da família e a cativa Tereza, herdada pela órfã Maria, já havia produzido duas crias fêmeas. A dita escrava, nas partilhas, tinha 10 anos e foi a única que deu lucro nesse tempo. Se a situação da família andava precária, imagina-se a vida dos escravos nesse meio. O mesmo não fala sobre o pai das crianças cativas nem a idade das mesmas, mas percebe-se que era uma família escrava.

No inventário de Dona Thereza Maria de Jesus<sup>63</sup>, que deixou como herdeiro seu marido Francisco Fernandes de Oliveira, que havia enviuvado no ano de 1795, nas suas declarações de bens, declarou sobre os bens: “foram cinco colheres velhas de prata, oito libras de cobre velho, cinco enxadas, quatro machados e duas foices.” Dos escravos, ele declarou possuir um de nome Miguel Angola de 18 anos, no valor de 100\$000 reis, que havia sido arrematado em praça pública, também a angolana Joana, de 40 anos por 40\$000 reis; Maria de idade de 50 anos, Angola avaliada por 20\$000 reis e a crioulinha Francisca que tinha 11 anos por 60\$000 reis.

Dos bens de raiz este senhor afirma que é dono da propriedade Carahibeira, assim como um sítio de criar seus gados todos avaliados por 140\$000 reis e mais uma morada de casa, nesta povoação de São João.

Francisco Fernandes de Oliveira declara:

---

<sup>63</sup> - Ver inventário de Tereza Maria de Jesus do ano de 1795, no arquivo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri

Ser possuidor de terras em Alagoa Nova com benfeitorias e uma senzala, casa de bolandeira de farinha, forno, casa de um sítio de plantar lavouras, quatro éguas, três poldrinhas e um cavalo; quarenta cabras, vinte cabritinhos, uma sela velha, uma mesa velha e dois bancos escavacados e mais uma coxa de seda, uma frasqueira com oito frascos, três cangalhas velhas e mais uma escrava de nome Catharina ganhada por dote.

Mesmo nos grandes inventários, no campo da cultura material, aos objetos de uso domésticos não era dado muito valor. Pelo que percebemos, o que valia mesmo era ter muita terra, gados e escravos com benfeitorias. No caso deste senhor, mesmo tendo terras fora do Cariri, em Alagoa nova, os bens de maior valor eram os seus escravos.

Os moradores tinham sítios de plantar, casas de vivendas e engenhocas de farinha, algodão e até de cana de açúcar.

#### **QUADRO 16 –Thereza Maria de Jesus e Francisco Fernandes de Oliveira - 1795**

<b>VACUM</b>	<b>CABVALAR</b>	<b>CABRUM</b>	<b>OVELHUM</b>	<b>OUTROS</b>
Nada	<b>08 cabeças</b>	<b>60 cabeças</b>	<b>nada</b>	-

**Fonte:** Inventário localizado no Fórum de São João do Cariri

Dentre muitos inventários considerados pequenos, alguns nos chamam atenção pela sua riqueza de informações que podemos extrair deles. Assim aconteceu quando do falecimento da Dona Bertoleza Roza da Encarnação<sup>64</sup>, deixando o senhor Manoel Antônio dos Santos viúvo e nas declarações não tinha bens de dinheiro, nem de ouro e apenas trinta e duas oitavas de prata e dois pares de fivelas que tudo dava a quantia de 11\$800 reis.

O casal também tinha um menino crioulo, escravo no valor de 70\$000 reis, três cavalos, “um par de malas com fechaduras por 3\$200 reis; uma (ilegível) do Reino, outro livro, mais um livro intitulado astrologia, outro intitulado leitura da Cisma Lusitana (*livro de arqueologia*), umas pastilhas das ordenanças no valor de 16\$000

<sup>64</sup> - Ver inventário de Tereza Maria de Jesus do ano de 1795, no arquivo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri

*reis*”. Percebe-se, ainda, que os cativos são avaliados juntos e nas mesmas condições dos outros animais,

Ficou também, segundo o inventariante, (uma prozadia) e mais livros os quais ele, o inventariante, não entra em detalhes; assim como uma sela bastarda e uma espingarda. Declarou o inventariante ter dado em dote a sua filha Izabel casada com o capitão Manoel Fernandes da Silva, uma escrava de nome Joanna, no valor de 70\$000 reis, a escrava Severina, de idade de doze anos era uma mulatinha e foi dada à sua outra filha, Termiana, o valor de 60\$000 reis, além de um escravo de nome Antônio em preço de 100\$000 reis.

Neste inventário, não foi possível saber se o casal possuía terras ou se viviam de agenciar. Suponhamos, pelos bens declarados que eles poderiam ser professores ou videntes pelos livros que declararam possuir talvez prestassem esse tipo de serviço à comunidade da povoação e aos que ali chegavam ou residiam na própria vila. São apenas suposições, Já que o documento não está completo.

### **3.2 Inventários do período de 1806 a 1824**

Nesta parte da nossa pesquisa, começamos a analisar os inventários a partir de 1806 e vamos até 1824, trabalhando a mesma temática, explorando alguns inventários desse período delimitado, para que o leitor tenha melhor compreensão desse início da História da Fundação da Villa de São João do Cariri que quase coincide com a chegada da família real ao Brasil, que as coisas para quem estava vivendo naqueles rincões do Cariri pareciam não ter mudado em nada a vida rotineira das primeiras décadas do século XIX.

No ano de 1806, quase às vésperas da chegada da família real ao Brasil, que fugiram das terras lusitanas às pressas com medo de serem eliminados pelo exército de Napoleão, e aconselhados pelos ingleses a fugirem para o Brasil os quais tinham muito interesses nas nossas riquezas, os mesmos desembarcaram nas nossas terras no ano de 1808. Mas, para quem estava lá pelas bandas dos sertões, isso não fazia muita diferença na forma de vida que levavam pela própria dificuldade que tinham de enfrentar para sobreviverem em lugares longínquos dos principais centros e por um

imenso vazio demográfico. Além do mais, as informações que chegavam eram praticamente inexistentes.

No Cariri da Villa Real de São João, as coisas caminhavam e aconteciam de forma lenta, pior ainda ocorriam com aqueles que não morassem por perto dela. Ficavam desinformados sobre as ordens e decisões políticas, judiciais e acima de tudo, do mundo eclesiástico para toda a região denominada Cariris Velhos. Isto, para quem vivia no cativeiro, nada se alterava, talvez, ao menos, sabiam dos acontecimentos em seu entorno, diferentemente dos cativos de Salvador, capital da Bahia que se alteravam constantemente e havia neles certas esperanças de algumas mudanças que este novo cenário que estava se formando, na história daquela cidade escrava, com a chegada da família real e o sonho dos cativos que esperavam mudanças naquela província que não aconteceram como o fim dos castigos no cativeiro.

Havia em Salvador e em seu entorno, uma efervescência de negros que estavam começando a se articularem e que se viu ao grande movimento social dos Malês, deixando marcado para sempre, na nossa história, como um dos maiores movimentos pela liberdade escrava do Brasil, como já discutido. Faltou pouco para a nossa história ter trilhado por outros vieses, se aqueles cativos tivessem objetivado a liberdade escrava<sup>65</sup>.

Não diferente também, nas outras cidades brasileiras, como Recife e outras tantas, espelhadas pelo litoral nordestino, em que a vida social, as informações e os meios e formas dos cativos se comunicarem eram bem mais fáceis do que o daqueles que viviam pelo interior, quase isolados de tudo, mesmo assim, os escravos tangedores de rebanhos de gados para as principais cidades, e aqueles que vinham delas comprados, mesmo com muitas dificuldades, conseguiam vez por outra obter informações da vida deles por outros lugares e até tramarem fugas e crimes.

Era no ano de 1806, quando no Sítio Caiçara do Congo, termo da Villa real de São João do Cariri, falecia dona Maria da Conceição Maciel, deixando viúvo o velho Manoel Barbosa com seus filhos, mas o problema era maior que se esperava acontecer, pois, o funeral da mesma defunta foi realizado na Capela de Sant<sup>a</sup>. Anna

---

<sup>65</sup> - Para mais informações sobre a história social da escravidão no Brasil, ver REIS, João José. A Revolta dos Malês no ano de 1835, na Bahia.

do Congo, filial da Matriz de Nossa Senhora dos Milagres. O reverendo padre que prestava serviço a Deus, naquela localidade, estava bravo por não ter recebido ainda o pagamento dos serviços prestados para com a defunta e mais:

Certifico que o funeral de Maria da Conceição sepultada nesta Capella de Sant<sup>a</sup>. Anna do Congo, filial desta matriz, emportou de caminho, direitos parochiais, sepultura e officio parochial, trinta e três mil e seiscentos reis (33\$600); dos quais ainda não foi pago, e já estão feitos os inventários e por verdadeiro posto este de minha letra e signal. Certifico mais que o mesmo casal está devendo-me mil e setecentos e oitenta reis (1\$780) do enterro da sua filha carsula, falicida na mesma ocasião em que morreu sua molher, o que tudo emporta quinze mil trezentos e oitenta reis. Parochoa, 12 de 8b<sup>o</sup> de 1807.

Esse casal a quem o padre faz a cobrança, não era de grandes posses, mas que tinha um monte mor considerável para a época e seus escravos que ao todo eram nove, sem esclarecimento sobre eles, mas, nos pareceu ser mais uma família de escravos. Os bens materiais eram poucos: hum taxo velho de cobre, um machado, duas enxadas e mais dois cacos velhos de enxadas e um facão; uma espingarda, um timão de seda amarela, duas selas e três cangalhas.

Desta feita, os escravos vieram a ser avaliados antes do gado, e eram os seguintes de acordo com o quadro abaixo:

**QUADRO 17– Escravos de Maria da Conceição Maciel e José Antônio Barbosa  
– 1806**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Ana	crioula	30 anos	-	150\$000 reis	-
Joaquina	mulata	13 anos	-	150\$000 reis	-
Severina	cabra	11 anos	-	140\$000 reis	-
Ignacia	cabra	09 anos	-	120\$000 reis	-
Maximiano	cabra	08anos	-	100\$000 reis	-
Cassimiro	cabra	06 anos	-	80\$000 reis	-
João	cabra	03 anos	-	60\$000 reis	-
Pedro	cabra	01 ano	-	40 \$000 reis	-
Cosme	cabra	55 anos	-	101\$000 reis	-

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

O grupo de cativos estava formado por cinco homens e quatro mulheres, sendo a mais velha Anna com trinta anos de idade e os outros, todos crianças e jovens, tendo, como homem mais velho, o escravo Cosme com 55 anos que devia ser o provável pai dessa prole. No mesmo plantel de cativos não havia mais africanos, isto reafirma a forte predominância da crioulização no sertão do Cariri da província da Parahiba.

O cativo Cosme com a cativa Anna, podiam ser os pais dessas crianças cativas com exceção da mulata Joaquina de 13 anos por não ser crioula ou até podia também ser filha do casal já que não havia uma divisão precisa para definição da cor entre os escravos nascidos no Brasil que fosse de forma segura e neste plantel os cativos eram muito jovens.

Percebemos a importância dos inventários, para sabermos dados sobre diversos acontecimentos nas famílias de senhores e escravos, porém, eles não nos dizem tudo. Para isso, temos que buscar em outras fontes como nos livros de registros de casamentos e de batizados para podermos responder a esta e outras perguntas que não podemos fazer agora, mas que é possível buscarmos, numa outra oportunidade, nas fontes eclesásticas as informações sobre casamentos de famílias escravas.

Portanto, o que percebemos neste inventário, é que a partir deste ano de 1806, os preços dos escravos começam a dar uma subida ainda que meio tímida, e, aos poucos ia aumentando, porém, encontramos menos escravos neste período estudado, mesmo analisando um maior número destes documentos, assim como percebemos também a queda na criação dos rebanhos entre os anos de 1806 a 1824.

Mas isto não explica tudo. Outro fato que contribuiu também para esta pouca quantidade de escravos, neste período, foi a própria qualidade dos inventários que estavam em péssimo estado de conservação e impossíveis de fazermos leituras para encontrarmos mais dados referentes a este período como já citamos.

Em relação ao gado, o declarante tinha dez cabeças de vacum, dezenove cabeças de gado cavalariço, quinhentas telhas e 69\$000 no valor do sítio Caiçara que tudo importou em 1:281\$330 reis. Deste total, foram retiradas as despesas com os dois funerais, a metade para o herdeiro viúvo, ficando o restante para dividir entre os oito filhos, cabendo a cada um 78\$184 reis do quinhão dividido.

Em vários inventários constatamos, nos depoimentos e declarações de bens dos inventariantes, como o Tutor Juiz dos Órfãos o sargento mor Jose Francisco Alves

Pequeno afirmar a perda de todos os seus rebanhos e não ter quem queira arrendar suas terras ficando essas devolutas. O Sol quente escaldante secava tudo mesmo nos verões dos anos em que chovia. Isto levava os gados no verão a percorrerem enormes distâncias para encontrarem seus pastos, se é que encontravam, porque antes morriam de sede. Por outro lado, é provável que os escravos não usavam alpargatas, andavam descalços, constantemente estavam estropiados, quebrados, cansados pela falta de alimento mesmo e muitos morriam por inanição, nos períodos mais alongados de secas, principalmente os pertencentes aqueles senhores de pequenos cabedais.

O senhor Antônio da Costa Leitão<sup>66</sup>, casado com Dona Josefa Mamede do Nascimento, moravam na Villa Real de São João do Cariri. Quanto aos seus bens materiais, alguns nos chamaram, sobretudo pelo volume de objetos de ouro e prata e cobre: uma meia lua de oiro e um anel de pedras de topázio, um cabo de chicote de prata, provavelmente para chicotear seus cativos, uma espada aparelhada; de cobre, havia ficado um taxo velho e um caldeirão; de ferro, foram dois cacos de enxadas e uma marca de ferrar gado, mas tinha um total de 219 cabeças de gado vacuum e 17 cabeças de gado cavalari, ainda utilizavam a mão de obra de 11 cativos como o cabra, Joaquim, de idade de 25 anos, avaliado por 160\$000 reis. Percebemos aqui, o aumento no preço dos escravos bem razoável, se comparado com o ano de 1806, assim como consta o quadro, na tabela abaixo<sup>67</sup>:

#### **QUADRO 18 – Os escravos de Antônio da Costa Leitão e Josefa Mamede do Nascimento 1807**

<b>NOME</b>	<b>COR</b>	<b>IDADE</b>	<b>NAÇÃO</b>	<b>PREÇO</b>	<b>OBS</b>
Joaquim	cabra	25 anos	-	160\$000 reis	-
Antonio	-	40 anos	Mina	80\$000 reis	-

<sup>66</sup> - Ver inventário de Antônio da Costa Leitão, no Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri, no ano de 1807.

<sup>67</sup> - Ver Carta de Sesmaria Nº 1040, de 05 de junho de 1804 de Antônio da Costa Leitão, morador na Villa Real de São João do Cariry de Fora, diz que descobriu terras no mesmo sertão do Cariry no riacho da Caraibeira entre as terras de Clemente de Amorim e Souza pegando da passagem do mesmo lugar da Caraibeira indo em direção ao Brejo da Madre de Deus, pelo mesmo riacho, acima, buscando e seguindo pela parte do sul até contestar com as terras do dito Clemente de Amorim e Sousa e pela do norte com o Capitão-mor Domingos da Costa Romeu e pela do poente com terras da Congregação, e o suplicante requer por sesmaria três léguas de comprido por uma de largo. Foi feita a concessão no governo de Luiz da Motta Fêo.

Manoel	-	26 anos	-	160\$000 reis	-
Joaquim	-	25 anos	Angola	150\$000 reis	-
Ricarda	-	23 anos	-	160\$000 reis	-
Luiza	cabra	40 anos	-	120\$000 reis	-
Matheus	crioulo	05 anos	-	604000 reis	-
Aleixo	crioulo	03 anos	-	50\$000 reis	-
Benta	crioula	07 anos	-	80\$000 reis	-
Liberata	crioula	01 ano	-	35\$000 reis	-
Vicente	crioulo	15 dias	-	25\$000 reis	-
Manoel	crioulo	-	-	35\$000 reis	-

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Localizamos, neste plantel de cativo, um de origem “mina”, fato raro no cariri e em toda a região onde predomina os angolanos. Encontramos apenas o cativo Joaquim de 25 anos, sendo os outros escravos crioulos e uma cabra de nome Luzia que provavelmente era a mãe dos escravinhos e talvez fosse mulher do cativo mina Antonio. O escravinho Vicente, de apenas 15 dias, e já classificado como crioulo, foi avaliado por 25 mil reis.

LIMA, 2009, afirma com base nos dados, em sua pesquisa de doutorado, sobre os cativos da “Rainha da Borborema” que: “houve uma paulatina tendência de alta nos preços dos escravos entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX e que a partir de 1831 estes preços dos cativos aumentaram numa escala maior até 1850”. P. 232.

Os preços das escravas também se valorizaram mais no Cariri e em Campina Grande, como percebemos nos dados concluídos por LIMA, 2009, que pelo menos até os anos de 1820 quando o mesmo autor afirma ser um período importante para o processo de consolidação da crioulistização, tal qual, percebemos nos quadros, e que no Cariri não se fazia diferente.

Percebemos que apenas Joaquim e Antônio eram africanos e não havia doentes nesse plantel. Era com esses escravos que o casal cuidava dos seus sítios de terras, um no lugar denominado Coró, com meia légua de comprimento e duas de largura, terras de criar gado no lugar denominado Riacho, uma porção de terras no sítio Serra Branca, mestiça a fazenda Tapera, outro sítio no riacho das Carahybeiras, metade de outro sítio na Tapera, um sítio de terras de plantar no brejo de Alhandra no lugar denominado São Domingos com uma engenhoca e casas de telhas e plantação

de cana. É provável que este casal não morava no Cariri e sim na Cidade de Parahyba.

A viúva declarou dever o seu casal a Nossa Senhora do Rosário da Capela do Congo 4\$360 reis e a Senhora Santa Anna do Congo a quantia de 223\$600 reis e devia também na praça de Pernambuco cujo termo de encerramento foi feito junto ao Juiz dos Órfãos o coronel Jose Francisco Alves Pequeno onde foi declarado pela viúva, dona Josefa Mamede do Nascimento, que havia dado todos os bens em partilha, mas voltou atrás, e lembrou que “havia mais uns gados” para declarar que fora por “esquecimento”: “...cinco bois mansos, nove novilhos, cinco garrotes, corenta e huma vaca, vinte novilhos, três garrotes, nove bezerras, nove bezerras, vinte e três vacas, trinta cabeças de gados misturados, e mais algumas crias no período da partição”.

Após ter sido feita a segunda contagem nos bens do inventário e tudo ter se esclarecido, surgiu o escravo de nome Manoel, como disse o administrador de sua mulher Maria do Nascimento, herdeira do quinhão e filha do casal, que do inventário a que se procedeu por falecimento do comandante Antônio da Costa Leitão, consta ter se dado a descrição em um escravo crioulinho de nome Manoel, avaliado em 35\$000 reis; o qual, procedendo-se a partilha, pelo herdeiro, além de outros quinhões que foram adjudicados, aos órfãos no valor do dito escravo fora igualmente adjudicado a quantia de onze mil reis a dita sua mulher, e por que está fora a dita madrinha daquele referido cativo e o queria criar e o educar conforme as leis divinas. Requer ao senhor Juiz que o suplicante recolha ao cofre dos órfãos as quantias adjudicadas em quinhão aos mais herdeiros, ficando a suplicante com o dito molequinho.

É provável que essa senhora herdeira, a pesar das “boas intenções” que estava para com o menino, para educá-lo, nos princípios religiosos cristãos, e cuidar dele, não parecia que ela estava com o objetivo de lhe dar carta de liberdade no futuro. Talvez pretendesse fazer dele um servo bem educado e obediente e conseguisse viver numa “relação harmoniosa” já que o cativo era seu afilhado.

No ano de 1808, a viúva de Estevão da Cunha Porto, Quitéria Maria de Jesus, ficou com quatro filhos órfãos, sendo que Raimundo Ferreira Lustoza, morador na Ribeira do Espinharas aparece ao escritório na Villa de São João e manda fazer inventário dos bens que ficaram do casal o qual Raimundo se apresenta como filho do mesmo casal, e declara possuir uma morada de casa no sítio Timbaúba e terras, casa e várias lavouras no brejo de Alagoa Nova, no lugar do Jardim, uma propriedade

de terras no lugar do Gravatá de dentro, termo da Villa Nova da Rainha, e mais um sítio de terras em Alagoa Nova e outro sítio de terras na Villa Nova da Rainha entre a mesma vila e o brejo de Fagundes e Bacamarte. A viúva declarou seis escravos como consta, no quadro abaixo:

**QUADRO 19 – Dos escravos de Estevão da Cunha Porto e Quitéria Maria de Jesus – 1808**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Vicente	crioulo	20 anos	-	130\$400 reis	-
Pedro	-	50 anos	Angola		90\$000 reis
Ignacia	crioula	32 anos	-	100\$000 reis	-
Antonio	mulato	09 anos	-	110\$000 reis	-
Josefa	crioula	4 anos	-	50\$000 reis	-
Gonçalo	crioulo	1,5 anos	-	50\$000 reis	-

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Percebe-se neste plantel de cativos o quanto são jovens e que apenas o escravo Pedro é africano. Fica difícil deduzirmos se ele se tratar do pai desses outros escravos ou do avô, mas há fortes indícios de mais uma família escrava pequena se comparado com as declarações dos seus bens de terras; mas que parece que estavam voltados mesmo para o trabalho nas lavouras do brejo que o declarante afirma ser muitas e apenas 61 cabeças de gado e 31 de animais cavalariagem e um razoável patrimônio de bens de móveis de casa e todo o monte chegou a 2:311\$ 210 reis.

Buscando novas histórias em outros inventários nos deparamos com um do senhor Francisco Dias Chaves<sup>68</sup>, que faleceu no ano de 1811, deixando sua mulher viúva, a Dona Teodora de Jesus Campos, moradores na Tapera do termo da Villa Real de São João do Cariri que nas suas declarações afirmava ter:

“...de dinheiro nada, de ouro nada, de prata nada, de cobre nada, de ferro nada, de escravo nada, de cavalos nada, de cabrum nada, de móveis nada. Declara mais a inventariante haver ficado do seu casal, pela morte do seu finado marido huma marca de ferro de ferrar gados, que foi avaliada em \$500 reis”.

<sup>68</sup> - Ver inventário de Francisco Dias Chaves falecido no ano de 1811 no Fórum de São João do Cariri.

Parece estranho, mas a Dona Teodora declarou que suas dívidas ativas às pessoas da região e até de fora eram as seguintes: a Dona Josefa Mamede do Nascimento devia ao casal seis bois de lote que foram avaliados em 54\$000 reis; devia ao casal o senhor Hilário da Costa Romeu que foi dizimeiro seis cabeças de cabras machos e fêmeas por 3\$200 reis e muitas outras dívidas foram ativadas nesse inventário como no Brejo da Madre de Deus, no Pau D' alho, etc, e que devia Dona Josefa Mamede do Nascimento, irmã da viúva, ao escravo Antônio o valor de 1\$980 reis; declarou que devia a escrava cabra de Bento José Vianna ao casal a importância de 6\$380 reis, declara mais a dita inventariante que devia a parda Antônia, escrava, que foi do reverendo padre Francisco José Dias Sarmiento, a importância de 3\$240 reis e outros mais.

Das dívidas passivas, o casal tinha em mãos do senhor Manoel Francisco da Silva, por morte do seu falecido marido, 155 bois e mais depois da morte do falecido seu marido a quantia de 418\$800 reis que fez a quantia de 1:396\$000 reis e mais quatro escravos e uma légua de terras em Alagoa de Cima.

Nesse caso, os escravos citados poderiam ter contraído dívidas com o casal por compra de algum objeto de uso ou até alimento porque, devido o inventário não estar completo, não foi possível compreender de que eles, o casal do defunto com sua esposa viviam, que, provavelmente, pela quantidade de declarações das dívidas que deviam ao casal os mesmos fossem agenciadores, (negociantes), pois declararam também dívidas na praça de Pernambuco que poderia ser contraídas no comércio, principalmente, de açúcar e rapaduras como era prática comum dos almocreves que trilhavam pelas veredas tortuosas do Sertão e em especial nas do Cariri pela proximidade com a praça de Pernambuco, já que o casal também devia muito aos senhores da região, mas que seu quinhão ultrapassava os dois contos de reis, mesmo não tendo bens de moveis a serem declarados, assim como outros, mas era dono de uma razoável boiada e de terras que parecia estar tudo arrendado.

Quando do ano de 1814, aos 13 de maio, morria a senhora Dona Francisca Gomes de Paula<sup>69</sup>, seu viúvo, Gerônimo Antônio Pereira, se preocupou com a

---

<sup>69</sup> - Ver inventário de Francisca Gomes de Paula, no ano de 1814, no Arquivo do Fórum de São João do Cariri.

situação e imediatamente mandou que fizesse a leitura no seu testamento e cuidasse do inventário que mandou fazer o Juiz dos Órfãos, Jose da Costa Romeu, nesta Villa Real de São João do Cariri de Fora; pediu para que se procedesse todos os rituais que ele cita, no seu testamento, assim como havia feito sua mulher, antes da sua morte.

Diante das circunstâncias meio desfavoráveis, a sua preocupação com a morte, depois de ter perdido a companheira, aumentou, pois havia de cuidar do seu inventário, juntamente com seus herdeiros e alguns bens que eram raros serem encontrados à época:

Um casaco de pano já usado, huma capotera, huma saia nova de cetim preto por 9\$000 reis, hum capote de mulher de cazeria já uzado por 10\$000 reis, hum dito capote de botâm já usado por 4\$000 reis, huma vestimenta de mulher cambralha 4\$000 reis, huma saia de cambralha encarnada já usada por 4\$000 reis, huma vestimenta de cambralha branca por 1\$600 reis, Huma (?) aparelhada aliada de verde, dois tamboretos cobertos de sola, huma cama coberta de coiro e quatro escravos: Mariana Angolla, 'Diorena crioulinha e o moleque de nome Joze do gentio de Angolla e também a escrava Anna do gentio de Angolla.

O que nos chamou atenção, dentre os demais bens declarados pelo herdeiro viúvo, o senhor Gerônimo Antônio Pereira, diz respeito às despesas feitas para a escrava Mariana e que o mesmo chegou a gastar do montante do seu casal, depois da morte da sua mulher com o parto da dita escrava, a quantia seguinte:

...para a parteira, dois mil quinhentos e sessenta reis (2\$570 reis), mais ter gastado com a negra de compra de carne mais dois mil reis (2\$000 reis), declara mais gasto com a compra dos lençóis hum mil e seiscentos reis, (1\$600 reis), foi gasto mais no seu resguardo em compra de farinha para a dita negra comer a importância de mil e seiscentos reis (1\$600 reis) e mais, que morrendo batizado o filho da escrava Marianna, pagou a despesa ao reverendo na quantia de mil setecentos e oitenta reis (1\$780 reis).

Há possibilidades de o filho da escrava Mariana ser do seu dono pela maneira com que ele a ajudou, no período da sua cria, já que o mesmo não declarou ter filhos, no inventário, e sim um irmão com quem dividiu seus bens, cabendo uma pequena quantia para cada um. Foi um fato raro este acontecido, mas, provavelmente a cativa Adriana fosse a única esperança deste senhor de pequenas posses e tivesse ficado sozinho depois do falecimento da sua esposa e talvez a mesma tivesse recomendado e até deixado o dinheiro para a despesa do resguardo com a dita cativa, pretendendo depois obter lucro com a cria, coisa que não aconteceu. Também não foi possível saber o final desta história, mas que pelo menos, sabemos que estes casos eram possíveis de acontecer pelo Cariri afora. Depois de resolvido e prestado toda assistência à parição da cativa Mariana, restava fazer a divisão do monte-mor que era de 678\$180. Retiradas as despesas e dívidas com o funeral e outras, retirando a meação para o viúvo, ficou dividido o quinhão em duas partes iguais para os dois herdeiros, no valor do monte menor de 267\$ 190 reis.

No ano de 1816, o Juiz dos Órfãos, o sargento-mor Caetano Varjão de Sousa, levou os bens da defunta a pregão, desaparecendo no momento um escravinho de nome Jose que tinha 13 anos e valia 90\$000 reis; as escravas Marianna e Jurema foram leiloadas no pregão em praça pública na Villa de São João do Cariri e os herdeiros da finada defunta revelam que: “...os prejuízos foram totais com as secas de 1813/1814 e que devastou todos os animais da região.”

Dos bens de gados do senhor José de Sousa Lima, no ano de 1815, havia poucas cabeças como mostra o quadro abaixo<sup>70</sup>:

#### **QUADRO 20 – José de Souza Lima e Francisco José de Souza – 1815**

<b>VACUM</b>	<b>CAVALAR</b>	<b>CABRUM</b>	<b>OVELHUM</b>	<b>OUTROS</b>
06 cabeças	06 cabeças	-	-	-

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Dos bens de raiz do senhor José, ele possuía um sítio de criar gados na fazenda São José; uma fazenda de criar gados, no lugar do Rio Paraíba e outro sítio de criar gado, também, na mesma fazenda. Juntos os sítios contabilizaram a quantia

<sup>70</sup> - Ver inventário do senhor José de Sousa Lima no arquivo do Fórum de São João do Cariri.

de 118\$000 reis. As terras também estavam desvalorizadas, os preços estavam em baixas e os escravos haviam diminuído, nos inventários deste período.

Neste caso, continua devastador os efeitos das secas dos anos de 1813/1814 e parece que o ano de 1815 também não teve bom inverno e isso levava os criadores da região à imensa dificuldade para recuperar seus rebanhos, fato que nunca havia acontecido.

Seu Jose também tinha além da escrava Inácia forra, na sua morte, como veremos no próximo capítulo, um plantel de escravos equilibrado; ao todo eram sete, incluindo a liberta Inácia, conforme o quadro abaixo:

#### QUADRO 21 – José de Souza Lima e Francisco José de Souza – 1815

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Inacia	Crioula	70 anos	-	50\$000 reis	Com carta de liberdade
Francisco	Crioulo	-	-	130\$000 reis	-
Lelix	Crioulo	-	-	100\$000 reis	-
Anastácia	Crioula	-	-	80\$000 reis	-
Manoel	-	-	-	60\$000 reis	-
Luzia	-	-	Angola	90\$000 reis	-
Roza	-	-	Angola	10\$000	-

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Os escravos também enfrentavam dificuldades nos períodos de estiagens prolongadas, diminuía suas rações, muitos desertavam, tentavam fugir ou morriam por inanição, eram abandonados pelos seus senhores por não ter como sustentá-los. As terras eram abandonadas, ficando devolutas como foi o caso de 1777 que, como já comentado, havia naquele período morrido quase a metade da população no Ceará. Na Paraíba, as pessoas alegam nos inventários que muitos saíam do Cariri e iam para os brejos onde se remediavam, sendo que os gados, nunca tiveram essa mesma sorte, mas mesmo assim, muitos senhores salvavam pequenos rebanhos transferindo-os para lugares de pastos.

Alguns tutores afirmam nos inventários que aqueles criadores que tinham poços, nos rios, escapavam algum gado. Isso é verídico, pois as cacimbas eram inapropriadas para o gado nos períodos das grandes secas porque ficavam fundas e a areia descia para o fundo quando cavada, sendo que os gados entupiam

constantemente levando os trabalhadores, a maioria cativos incluindo no primeiro momento da colonização a mão de obra indígena à exaustão, obrigando-os a ficar neste serviço o dia inteiro durante muito tempo para tentar amenizar a sede do gado e nem sempre conseguiam porque as águas baixavam muito e ficava inviável qualquer tentativa de escavação das ditas cacimbas.

Até o período pesquisado, 1843, o trabalho da agricultura, no Sertão do Cariri, era quase insignificante, o processo de cercamento foi lento nesse período, assim também como a produção algodoeira que servia unicamente para o uso doméstico das rendeiras da região, onde encontramos poucos objetos de trabalhar com o algodão como os fusos e as aparelhagens de trabalhar este produto.

De certa forma, as novas estradas descobertas rumo ao alto sertão paraibano contribuíram para o declínio da Villa de São João. Durante muito tempo, os caminhos sempre eram seguidos pelas margens dos rios como o Parayba que adentrava o rio da Travessia (Taperoá) seguindo seu extremo e daí atravessava-se para o Sertão. A diminuição nas curvas seguidas por esses rios encurtou muito as distâncias e deram origem as outras povoações pelo cariri como Soledade, Juazeirinho seguindo em direção a Patos fazendo com que os mesmos viajantes do Sertão deixassem de circular pelas veredas do sudoeste do Estado e de passar naquelas paragens da Villa de São João.

Mesmo com as dificuldades que enfrentavam os habitantes, nesta região, o símbolo da fé estava ali presente na povoação como a Imagem da Santa Nossa Senhora dos Milagres, e os oratórios espalhados pelos sítios da região, que levavam os padres a celebrarem e fazerem batizados e casamentos nos mais diferentes lugares movidos pela fé, sustentados também pelas irmandades religiosas dos mais ricos e dos mais pobres; que fortaleciam aquelas almas escaldadas pelo Sol até mesmo na hora da morte, quando escreviam ou, geralmente, mandavam escrever suas últimas vontades nos testamentos e falavam seus segredos para escaparem de penas pesadas na travessia para a salvação.

No campo da cultura material, como já citado, geralmente, eram muito modestos os bens nos inventários. O filho do senhor José, por exemplo, havia declarado que eles possuíam um oratório com três imagens: uma do Senhor, outra da Conceição e outra da Santa Anna, esta última muito estimada, na região do Congo, onde havia muitos escravos no Cariri; declarou ainda possuir uma imagem da Conceição, Santa estimada e muito cultuada pelos seus devotos nos Lugares da

Cabaceira, Serra Branca e São Thomé. Declarou o inventariante também uma caixa de guardar rosas, um garrafão de vidro, uma sela ameçada, um selim velho, mil telhas, mais mil e quinhentas telhas, mais duzentas e cinquenta telhas.

Pelas prestações do inventariante, nas dívidas ativas, o defunto ficou com dívidas para receber nas praças do Cariiri, de Alagoas, da Bahia, de Pernambuco; ficou também para receber uma dívida de um moleque escravo de nome Antônio que havia vendido ao herdeiro Joaquim por 100\$000 reis.

Das dívidas passivas, o herdeiro afirmou haver ficado devendo o seu defunto pai a Nossa Senhora dos Milagres, ao Santíssimo Sacramento, ficou devendo um cavalo ao Divino, e uma vaca na fazenda Serra Branca, ficou devendo as missas às almas, e outra dívida mais. Seu monte maior foi de: 1:573\$ 522 (Um conto, quinhentos e cinquenta e dois mil e vinte e dois reis). Descontadas as dívidas de 260\$360 reis ficou o monte menor de 1: 313\$ 192 reis.

Encontramos um número razoável de pequenos produtores pobres pela região com pequenos inventários como o senhor Antônio José Ferreira, no ano de 1815 cujo quinhão foi de 200\$180reis que era um patrimônio bastante humilde, sem escravos, poucas cabeças de gado e duas éguas, uma saia de Cambrália, um capote de tergal e uma cela. Quanto as terras, não foi possível localizar qualquer indício dessa. Muita gente não tinha inventário algum nem rendas, viviam de prestar serviços pelas fazendas, no trabalho da diária, sempre incerto ou como morador nas grandes propriedades, sendo meeiros ou terceiros no que produzia na agricultura rudimentar ou nas sortes dos gados e criação de pequenos animais.

Não fizemos quadros comparativos, mostrando os bens pertencentes aos senhores e ricos e aos senhores pobres mas, consideramos os de melhores posses aqueles que tinham quinhões acima de cinco contos de reis, que não passaram de dez, os médios, aqueles que estavam entre um e cinco contos de reis, e que foram um número bem expressivo, e os mais modestos, aqueles que estavam abaixo destes patamares que eram a maioria, donos de pequenas propriedades e que criavam pequenos rebanhos ou que viviam de outros ofícios e não tinham terras. O motivo principal de não termos feito este levantamento é a falta dos dados nos documentos que sempre estão faltando páginas importantes com os números necessários para se fazer esse estudo.

O senhor Manoel Fernandes da Silva havia falecido, no ano de 1816, deixando sua esposa Izabel das Neves que fez a petição para partilha dos seus bens, como a

fazenda Ipueiras no valor de 800\$000 reis, com uma casa de vivenda no valor de 180\$000 reis, também no termo desta Villa Real de São João e demais terras no Riacho do Zabelê, por 240\$000 reis, outro sítio de terras, no lugar do Baraúnas com uma casa, uma parte de terras, no lugar da Ema e um sítio de terras, no Brejo da Madre de Deus, avaliado em 100\$000 reis com uma engenhoca.

O gado do defunto Manoel Fernandes<sup>71</sup> estava espalhado pelas suas terras num total de 800 cabeças de gado vacuum e 146 animais cavalari para vinte e cinco escravos tomarem conta de toda a fazenda com um quinhão de 9:261\$660 reis, ficando a inventariante meeira com a metade, 4:780\$830reis. A outra metade do monte foi dividida entre quinze herdeiros, cabendo a cada um a importância de 318\$722 reis. Daí, percebemos que os grandes cabedais, praticamente, desapareciam, quando da partilha entre uma grande família, conforme esse caso.

Dentre as partilhas dos bens, a herdeira viúva do casal dona Izabel ficou com 12 cativos e mais alguns bens, entre eles, os que nos chamaram atenção por serem pouco encontrados naquele período que foram quatro camas: três de couro e uma de tabua. As camas de couro avaliadas em 2\$400 reis cada uma e a de tábuas por valor de 4\$000 reis, um oratório e dois carros de bois, um velho e outro novo. A declarante não especifica o tipo do carro, mas que geralmente era de madeira, puxado por uma parrelha de bois mansos assim como de costume era por todos os lugares, em especial, nos engenhos de cana para o carregamento da própria e no sertão era para transportar madeira e matérias diversos, principalmente para carregar produtos para as povoações como materiais de construção e produtos alimentícios mais pesados como as sementes de milho e de feijão e até para transportar os defuntos nas longas viagens até o local de enterramento, transformando a última viagem em verdadeiras procissões às vezes, sendo de longas caminhadas.

Percebemos aqui, que mesmo com as secas constantes, segundo os tutores e donos de fazendas, mesmo assim, existem alguns espaços pelos Cariris, principalmente, nos pés de serras, onde a vegetação é abundante e, com este plantel de escravos, deste senhor, podia, com muito esforço, alimentar o gado com cactos, nos períodos das grandes estiagens, o xiquexique e o mandacaru tornam-se ração de bom teor nutritivo que salva gados e pessoas, mas, no caso deste senhor, o número de cativos e prováveis pessoas livres que viviam em seu entorno conseguiram

---

<sup>71</sup> - Ver inventário de Manoel Fernandes da Silva São João do Cariri no Fórum Local.

sustentar o gado, que era de especial importância para abastecer a população local. Provavelmente este senhor também deveria estar presente, vivendo no Cariri e isto ajudava na disciplina e administração das suas posses pela região.

Quanto aos escravos, no decorrer das partilhas, não constou novidades que caracterizassem doenças ou fugas assim como não havia senzalas. Veja o quadro seguir:

#### QUADRO 22 – Escravos de Manoel Fernandes e sua mulher – 1816.

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Estevão	crioulo	-	-	150\$000 reis	-
Jacó	mulato	-	-	120\$000 reis	-
Sebastião	crioulo	-	-	130\$000 reis	-
Antonio	crioulo	-	-	140\$000 reis	-
João	crioulo	-	-	140\$000 reis	-
Bento	crioulo	-	-	140\$000 reis	-
Patrício	crioulo	-	-	130\$000 reis	-
Vicente	crioulo	-	-	130\$000 reis	-
Mathias	crioulo	-	-	1304000 reis	-
Fernando	crioulo	-	-	105\$000 reis	-
Valentin	-	-	-	25\$000 reis	<b>mudo</b>
Martinho	crioulo	-	-	60\$000 reis	-
Fortunato	crioulo	-	-	60\$000 reis	-
Remígio	crioulo	-	-	40\$000 reis	-
Januário	crioulo	-	-	30\$000 reis	-
Francisco		-	Angola	140\$000 reis	-
Matheus	crioulo	velho	Angola	110\$000 reis	-
Amaro	crioulo	-	-	30\$000 reis	-
Joaquina	crioula	-	-	130\$000 reis	-
Rufina	crioula	-	-	25\$000 reis	-
Luiza	crioula	-	-	130\$000 reis	-
Archanja	crioula	-	-	110\$000 reis	-
Jacinta	crioula	-	-	50\$000 reis	-
Januária	crioula	-	-	80\$000 reis	-
Florência	crioula	-	-	75\$000 reis	-

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Percebemos, neste quadro, a maioria composta por escravos crioulos, e não diferente de outros lugares como em Campina Grande, segundo LIMA, 2009<sup>72</sup>, onde também estava acontecendo no alto sertão do Rio do Peixe, como mostra Wlises<sup>73</sup>

<sup>72</sup> - LIMA, 2009, Ídem;

<sup>73</sup> - Ver ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. Senhores e escravos no Sertão. O autor trabalhou as especialidades de resistência, e poder, na segunda metade do século XIX, na região da ribeira do Rio do Peixe com o objetivo de descortinar o ambiente social sertanejo, estudando as ações, práticas e

em sua dissertação de mestrado 2011, na UFCG sobre escravidão no Sertão, mas que podemos tirar muitas deduções dos mesmos, entre eles os escravos mais velhos, Francisco, Matheus e Amaro, mas não sabemos a idade de ambos por não constar no inventário, o escravo Valentim era mudo e não foi declarada a sua origem mas que encontramos 21 crioulos, dois angolanos, um era mulato e um escravo mudo sem a cor declarada neste plantel.

A pior situação, neste quadro de cativos, era a de Valentim, pois sua condição de ser mudo piorava ainda mais sua vida, por não poder falar para os seus condicionados o que sentia, ou talvez, também fosse surdo, e não acharam necessário colocar se quer sua cor e nacionalidade.

Esse processo estava ocorrendo por toda a província da Paraíba e não diferente em outros lugares pelo Brasil afora, conforme constatado por vários historiadores, em especial, em Campina Grande, desde a segunda metade do século XVIII e se intensificando no século XIX como afirma Luciano Mendonça de Lima sobre crioulezamento e possibilidades históricas de produção natural da população escrava na “Rainha da Borborema”

No inventário do defunto Manoel Fernandes, no decorrer dos anos de 1816 até o seu encerramento em 1831, um longo período de negociação até o encerramento deste, os tutores dos órfãos mostraram em suas prestações de contas aos juizes que enfrentavam dificuldades para administrar os bens, e que as secas vinham devastando tudo e as terras estavam quase improdutivas e vinha morrendo muito gado e que não estava havendo lucro algum com as terras, e os escravos estavam passando dificuldades, e não haviam produzido nem crias.

A Dona Emerenciana do Nascimento de Jesus<sup>74</sup> havia falecido no ano de 1817, deixando viúvo o seu marido Domingos Alves da Fonseca. Desde o ano de 1807. A dita mulher já havia escrito seu testamento, ela parecia estar mesmo muito

---

experiência cotidiana. O autor mostra em sua pesquisa as dificuldades dos senhores pelo sertão, no período do declínio da escravidão.

<sup>74</sup> - Ver inventário de Dona Emerenciana do Nascimento de Jesus no Fórum de São João do Cariri, onde a mesma fez o seu testamento dez anos antes de sua morte. A preocupação com a morte era a maior certeza, pois aquela sociedade estava sujeita a muitas doenças que não tinha recursos ainda pela medicina alopatá, estava voltada para tratamentos rudimentares, de acordo com os conhecimentos à base de chás e das rezadeiras, e a morte poderia chegar sem muitas possibilidades de cura.

preocupada com sua vida ou talvez já estivesse doente. Na verdade, ela, após ter escrito suas últimas vontades, ainda durou dez anos com vida, mas nos parece que a defunta pagou todos os seus pecados aqui mesmo em vida terrena.

A mesma afirmou que os bens que são do casal, o seu conjugue sabe muito bem deles e confia que fielmente ele haverá de declarar. Afirmou que são os seus filhos herdeiros legítimos da sua meação, exceto a sua filha Teodora que a deserda na conformidade da lei do Reino pelas causas que ela havia fugido para casar contra sua vontade e de seu pai, com Francisco Dias Chaves, pessoa muito desigual; segundo porque ela, sua filha, pretendeu matar o seu próprio pai, armando-lhe traição à sua vida, juntando na sua casa um séquito de valentões armados para que assim que o encontrassem lhe tirassem a vida paterna; terceiro porque, além disto, tinha praticado todas as ingratidões que se poderia considerar, chegando a clamar de público de que seu pai não era aquele (Domingos Alves) infamando deste modo “afrontoso”, desacreditando ainda mais as suas próprias irmãs, dizendo que já eram “perdidas”. Declarou “que se a mesma deserddada insistisse na sua herança da sua fazenda era para seus testamenteiros defenderem até a última instância etc.”

Não encontramos o inventário de Dona Emerenciana, mas pela força que expressa seu testamento, ela devia ter muitos bens, inclusive de escravos porque a Fazenda do Congo e aquela região, desde antes da chegada dos ditos homens brancos era povoada pelos nativos provavelmente os índios sucurus e foram levantadas muitas fazendas com muitos escravos como encontramos em outros inventários da região. O que parecia mesmo era que a pressa da sinhazinha era para deserddar sua filha Teodora, que aprontou no seio da sua família, tentando até mesmo assassinar o seu próprio pai e alegando não ser filha dele e difamando suas irmãs, levando a família ao desassossego.

No ano de 1818, falecia a senhora dona Maria José da Soledade<sup>75</sup>, mulher que foi do senhor Estevão Correia de Queiros que no auto do inventário declarou como inventariante os seus filhos João, de idade de 12 anos, Inocência, de idade de 11 anos, Domingos, de idade 10 anos, Thereza de 8 anos, Caetano de 7 anos, Izabel de 6 anos, Manoella de 4 anos, Vidal de 2 anos e Estevão de apenas 1 ano.

---

<sup>75</sup> - Inventário de Maria José da Soledade, no arquivado do Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri, no ano de 1818.

Observamos como essa família era grande e jovem ainda. Isso significa que à época pais e mães morriam ainda muito jovens de doenças muitas vezes simples, mas complicadas para a época. Após o seu falecimento o pai das crianças órfãs fez o inventário cuja soma foi 1:184\$400 reis. Percebe-se que o casal era bastante organizado e de tudo eles tinham um pouco, como algumas peças simples de ouro, um par de esporas de prata, três escravos, Joaquina, Angola de idade de dezesseis anos no valor de 120\$000 reis, um moleque Angola de nome Antônio de idade 14 anos por 110\$000 reis e uma negra velha Angola de nome Florência de idade 86 anos; 80 cabeças de gado vacum e 28 cabeças cavalari; não devia a ninguém e tinha umas terras no sítio Jaramataia com uma casa de telhas de vivenda no mesmo sítio, um sítio de terras em Pombas e outro no sítio denominado Bento Correia e uma casa velha de vivenda na Vila de São João. O quinhão depois de dividido tocou para cada herdeiro a quantia de 65\$800 reis.

A partilha foi muito bem feita e o tutor ao prestar contas afirmou que a escrava Lucrécia havia falecido e que havia perdido o seu valor que foi de 20\$000 reis, ficando metade da escrava para o meeiro herdeiro e inventariante pai dos órfãos e a outra metade dividida entre os nove filhos herdeiros tocando a cada um 1\$000 reis e que todos lastimavam. Provavelmente, não ficaram tão preocupados com a morte da cativa até porque ela não se encontrava no levantamento dos bens, mas eram com o dinheiro que perderam e enquanto isso a escrava Florência continuava sem ser partilhada, provavelmente, mesmo tendo sido avaliada por 20\$000 reis, já que a idade da mesma era bastante avançada para a época.

O caso de Dona Thomasia de Barros<sup>76</sup>, que ao falecer deixou como herdeiro e inventariante meeiro o seu filho Thomas de Aquino da Fonseca, no ano de 1818, mas que antes de sua morte conseguiu fazer seu testamento. A mesma defunta deixou os filhos seguintes: Luzia que já havia falecido jovem ainda e deixando seus filhos netos órfão: Manoel de 11 anos, Alexandre de 10 anos, Anna de 9 anos, Gertrudes de 6 anos e José de 5 anos.

O inventariante Thomas Aquino declarou além de outros bens mais três escravos: uma cabrinha de nome Ignez de 9 anos, a escrava Joanna Angola de 75 anos, a mesma era aleijada de um braço, um mulatinho Manoel de 11 anos também aleijado de um braço.

---

<sup>76</sup> - Ver inventário de Dona Thomasia de Barros, no Fórum de São João do Cariri.

Dos outros bens de gado vacum, o inventariante declarou duas vacas parideiras e um cavalo; e mais de terras um sítio de plantar na serra do Jabitacá e um sítio de terras de criar em Queimadas perfazendo os bens num total de 461\$000 reis que tocou para os netos herdeiros 32\$032 reis.

Entre os anos de 1818 a 1824, quase não encontramos dados deste período, foram poucos inventários e escravos também. Não sabemos o que poderia ter acontecido, talvez o movimento da Confederação do Equador de 1817 tenha levado a alguma causa que tenha influenciado no desaparecimento dos documentos deste período, ou quando do grande incêndio, ocorrido em 1839, que pode ter queimado muitos documentos referentes a este período.

### QUADRO 23 - Doenças que atingiam os escravos no período de 1805 a 1824

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	DOENÇA
Firmiano	crioulo	30 anos	-	moléstia
Cosme	cabra	50 anos	-	quebrado
Valentin	-	-	-	mudo
Catharina	crioula	19 anos	-	Doente da vista
Joana	-	77 anos	-	aleijada

Fonte: Arquivo do Fórum de São João do Cariri, no período 1805/1824

No período de 1805 a 1824, percebemos um número menor de cativos doentes, também pelo motivo de mesmo tendo encontrado muitos inventários, neste período, não foi possível fazer as leituras dos mesmos por ter se extraviado muitas páginas expressivas por trazerem dados referentes aos cativos e outros assuntos. Portanto, encontramos apenas 5 escravos doentes.

### 3.3 – Dos inventários 1824 a 1843

Os inventários também podem mostrar coisas pouco conhecidas pela sociedade atual. Foi isso que nos chamou atenção, quando da morte de Josefa Ferreira Xereta, no ano de 1824 do seu falecimento a inventariante foi Anna Filipa de Oliveira, tendo a defunta deixado seis filhos órfãos que variavam de 8 a 18 anos e, de seus bens, havia ficado um par de cadeados de ouro cortado, duas enxadas velhas e

um par de estivos de ferro, uma espingarda, uma foice velha e uma marca de ferrar gado.

O plantel de cativos que foi da defunta impressionava pela sua idade como mostra o quadro abaixo o qual podemos fazer algumas deduções sobre esse grupo de cativos.

**QUADRO 24 – Os escravos de Josefa Ferreira Xereta e Ana Felipa de Oliveira  
1824 – 1829.**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Antonio	crioulo	60 anos	-	60\$000 reis	-
Josefa	crioula	23 anos	-	150\$000 reis	-
Leandra	-	22 anos	-	150\$000 reis	-
Maria	cabra	16 anos	-	150\$000 reis	-
Narcizo	mulato	03 anos	-	150\$000 reis	-
Cândida	mulata	02 anos	-	40\$000 reis	-
Delfina	mulata	08 meses	-	30\$000 reis	-
Izabel	mulata	05 anos	-	30\$000 reis	-

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Podemos deduzir aqui que, é provável que o escravo Antônio tenha sido o pai dessa família e sua mulher ter falecido, deixando esses cativos órfãos já que diminui a possibilidade da mãe dos mesmos ter sido vendida arrancada das mãos dos filhos tão pequenos ainda. Fato é que no inventário não foi possível encontrar dados que esclarecessem este caso.

E deste quadro, podemos tirar outras deduções, envolvendo esta família, assim como a escrava Leandra podia ser também uma crioula, Josefa, que poderia ser mãe de algumas dessas crianças escravas, assim como os preços que até mesmo a recém nascida cativa Delfina de apenas oito meses estava bem valorizada e o que nos chama atenção, assim como em outros quadros, diz respeito ao preço dos escravos e escravas jovens estarem tão bem valorizados para a realidade da região, se comparados com os de mais idade, já que os preços dos cativos tendiam a ser mais baixos por conta dos problemas que aconteciam com as secas constantes.

A mesma senhora havia deixado uma boa propriedade no sítio Santa Catarina além de uma sorte de terras no sítio Conceição com uma casa de vivenda.

Quanto aos bens de móveis, ela, a inventariante declarou: “um banguê de coiro”, e não encontramos as partilhas e a mesma defunta foi enterrada na Igreja Matriz da Villa de Milagres das grades para baixo<sup>77</sup>.

No levantamento dos bens da inventariada dona Thereza Maria de Jesus<sup>78</sup>, mulher, que foi do senhor Capitão Antônio de Barros Leira, no ano de 1828, na Villa Real de São João, o Juiz dos Órfãos trienal, o capitão Antônio Pereira de Castro e o Juiz ordinário Gonçalo de Sales Gurjão mandaram fazer a descrição e avaliação de todos os bens referentes ao casal e que dinheiro não tinha, acompanhando uma tendência estudada e analisada nas demais partilhas.

Mas, entre os bens como alguns de ouro, havia um cajado de prata, uma cama encourada, peça pouco encontrada, mas que começou a aparecer nos inventários com mais frequência a partir da primeira metade do século XIX e uma prensa velha. Os demais bens eram seis vacas parideiras, seis garrotes e três bezerros; de gado cavalari restava quatro bestas, um poldrinho, um cavalo capado, um garanhão e um poldro. Em relação aos escravos, eram bastante jovens seu plantel como vemos no quadro a seguir:

**QUADRO 25 – Escravos de Tereza Maria de Jesus e Antônio de Barros Leira 1828.**

70\$000 reis		IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Luiza	-	50 anos	-	70\$000 reis	
Vicência	crioula	15 anos	-	150\$000 reis	
Francisca	crioula	09 anos	-	110\$000 reis	
Gonçalo	crioulo	11 anos	-	120\$000 reis	
Ignacia	-	12 anos	-	130\$000 reis	
Urbano	-	08 anos	-	100\$000 reis	

<sup>77</sup> - ver inventário no Fórum Nivaldo em São João do cariri em 1824. As pessoas enterradas nas capelas das grades para baixo indicava a posição social em que ela estava imbuída, mas, havia alguns casos em que as pessoas mais ricas, à época, pediam enterros simples e ser enterradas no corpo da mesma capela ou embaixo das portas como prova de humildade e em busca de encontrar um “melhor lugar no céu”.

<sup>78</sup> - Ver inventário de Thereza Maria de Jesus, no arquivo do Fórum de São João do Cariri, em 1828.

Rita	-	10 anos	-	195\$000 reis	
Felix	crioulo	06 anos		95\$000 reis	

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

O que nos chamou atenção foi o valor que avaliaram a escravinha Rita, de 10 anos pelo valor de 195 mil reis, enquanto que a cativa Vicência valia 150 mil reis. O que percebemos é o valor das jovens escravas estarem bem altos se comparados à idade das mesmas. É possível que a cativa Luzia fosse a mãe desses escravos. Quanto ao pai não foi possível, documentalmente, encontrá-lo, levando-nos a trabalhar com a hipótese de ter falecido ou numa hipótese menor, ter sido vendido.

Das terras, este senhor foi um dos poucos que não declarou ter sítios fora do Cariri como afirma ter terras no sítio do Cunha, no sítio do Açude, no sítio da Figueiras com casa de vivenda, uma casa na dita Villa de São João, uma casa com sítio no logradouro das Ipueiras etc. O monte-mor do defunto chegou ao valor de 1:311\$812 reis, tocando a cada herdeiro a importância de 563\$671reis. Do seu testamento, faço comentário no próximo capítulo.

O senhor Francisco José de Sousa, que veio a óbito em 1828, era casado com dona Francisca Maria dos Santos que passou a ser meeira dos que que somavam ao todo mais de cinco contos de reis para ser repartidos, também entre os filhos Anna Joaquina, Mariana Domingos e José, todos casados e mais os filhos órfãos: Francisco de 23 anos, emancipado, Antônio de 15 anos e Josefa de 12 anos. No ano de 1829, os herdeiros foram notificados para fazer inventario cujos bens de maior valia estavam depositados nos escravos, ao todo um plantel de dezessete, com uma escravinha sem nome por ser pagã e um escravo de nome Amaro, mulato, quebrado da virilha, de 22 anos, como vemos no quadro:

**QUADRO 26– Escravos de Francisco José de Souza Cordeiros e Francisca Maria dos Santos. – 1828.**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
João	-	70 anos	Angola	32\$000 reis	
Vicente	crioulo	05 anos	-	200\$000 reis	
Zacarias	crioulo	30 anos	-	170\$000 reis	
Francisco	crioulo	32 anos	-	170\$000 reis	

Amaro	mulato	20 anos	-	150\$000 reis	<b>Quebrado da virilha</b>
Maria	-	50 anos	Angola	100\$000 reis	
Josefa	-	40 anos	-	150\$000 reis	
Manoela	crioula	09 anos	-	1324000 reis	
Maria	mestiça	06 anos	-	100\$000 reis	
Romana	crioula	03 anos	-	50\$000 reis	
Escrava	-	02 meses	-	30\$000 reis	<b>pagã</b>
Joaquina	mulata	12 anos	-	140\$000 reis	
Joana	cabra	08 anos	-	110\$000 reis	
Manoel	crioulo	12 anos	-	112\$000 reis	
Luzia	mulata	19 anos	-	140\$000 reis	
Renovata	cabra	18 anos	-	135\$000 reis	
Thomas	crioulo	08 anos	-	110\$000 reis	

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Até o escravo João, da nação Angola, estava em condições de trabalho. E vemos que pelas declarações dos bens de raiz, esses escravos tinham muito que fazer. O gado era pouco, com 91 cabeças ao todo e de cavalariagem, 54 animais que eram criados num imenso espaço territorial, na localidade do sítio de São José (Aredecô) na língua indígena, onde hoje forma parte do município de São José dos Cordeiros; numa sorte de terras, no sítio de São José, obtido por herança; uma data e meia de terras que obteve por compras a José de Souza Lima; uma data no mesmo sítio que comprou a Amaro José de Sousa; outra data no mesmo sítio que comprou a Severino Ferreira da Costa; outra data de terras no lugar do Bomfim com uma moradia de casa, um dote de terras no sítio Retiro que comprou a João Baptista Brandão, no mesmo sítio São José; Uma parte de terras no sítio Simão Lopes que comprou a José de Alcântara; uma data de terras na Serra do Monteiro, no lugar denominado Cedro, comprada a João Ignácio dos Santos por 150\$000 reis.

Portanto, esse senhor, além de um bom plantel de escravos, tinha terras de boa qualidade como percebemos pelos preços das mesmas; tinha também uma casa

de morada na fazenda São José e outra nas mesmas terras, em Monteiro, com currais de pau a pique, edificadas, na fazenda São José, constando um cercado separado para criar, na fazenda<sup>79</sup>.

Das dívidas ativas, esse senhor tinha muito dinheiro para receber não só na circunvizinhança como também em outras praças em Pau D'algo-PE, no Pajeú de Flores, Vitória de Santo Antão, Villa de Limoeiro, Ribeira do Rio do Peixe no auto Sertão etc. Das dívidas passivas, declarou a viúva dever ainda ao ofício paroquial, e alguns dos seus próprios herdeiros moradores no sítio Algodão.

GALIZA, afirma que “a cultura do algodão expandiu-se também pelo Sertão, na zona criatória, sendo que até seu caroço e sua ramagem, tornou-se importante ração animal, na segunda metade do século XIX” (p. 45). A autora afirma que “não houve a preocupação de discriminar este bem, nos inventários”. Na nossa pesquisa, percebemos, que este produto agrícola, era pouco produzido. Foram poucos os roçados que encontramos, enquanto que os proprietários que tinham terras em Alagoa Nova e em outras partes dos brejos, encontramos roçados de algodão.

Portanto, não concordo com a autora que tenha sido por esquecimento dos escrivães até porque seria muita coincidência esquecerem de declarar este produto em todos os inventários. Até a primeira metade do século XIX, havia um vasto território formado por imensas propriedades, cedidas através de cartas de sesmarias, mas quase não havia cercamentos nem roçados de plantar a não ser os de pequenos plantios ou hortas apenas para sobrevivência para consumo da própria família.

No Cariri, encontramos lugares com a denominação de Riacho do Algodão onde, segundo Celso Mariz<sup>80</sup>, deve ter surgido mais ou menos, nos anos de 1760, mas, na região, existe uma espécie de planta cujo nome denomina-se de algodão seda e, que por alguns lugares, esta espécie de planta é bastante abundante como a do Riacho do Algodão e não esteja ligado a esta cultura, pois, por coincidência, não encontramos este produto em 168 inventários estudados no total de 169, desde o ano de 1783 a 1843, das quais, algumas coisas que encontramos não dá para falar de

---

<sup>79</sup> - Ver inventário de Francisca Maria dos Santos no arquivo do Fórum de São João do Cariri, no ano de 1828, onde começa a aparecer ainda de forma isolada nos inventários alguns indícios do algodão como nome de sítios ainda, mas, que começa a aparecer objetos para o trabalho com este produto como já citado.

<sup>80</sup> - Mariz, Celso “O surto algodoeiro”, IN JOSÉ OTÁVIO, (Org). A Paraíba das origens à, urbanização, João Pessoa, UFPB/FUNAPE, 1983 p. 105.

algodão no Cariri cuja produção, tenha marcado a sua economia, no período estudado.

A historiadora Marly Vianna, afirma que só teve acesso a um inventário anterior a 1840, mas que nesta época, Campina Grande já estava povoada por esta cultura, contudo, ela, a autora encontrou nos inventários grandes proprietários e plantações deste produto espalhados em seu entorno. É verídico a afirmação da mesma, pois estamos encontrando um grande movimento de senhores do Cariri, envolvidos com roçados em Campina Grande, Alagoa Novas e outras áreas dos brejos desde os anos anteriores a 1780, mas, para o Cariri, já não era a mesma coisa, igualmente estamos mostrando os dados nesta pesquisa. (Marly Vianna, p. 93).

Segundo a viúva, dona Francisca Maria dos Santos, não muito satisfeita com o inventário, resolveu voltar ao Juiz dos Órfãos trienal, o capitão Antônio Pereira de Castro, e a reclamante afirmou ter dito correto a declaração dos bens, mas que protestava que os dados descritos pelos avaliadores não condiziam com o quinhão e que os avaliadores utilizaram-se de “algumas malícias”; os mesmos avaliadores se defenderam, e disseram “que haviam avaliado todos os bens descritos no inventário.”

Daí, o Juiz concedeu e autorizou ser feita a complementação dos bens que faltaram e foram reclamados pela dita viúva inventariante, fazendo uma ajuntada e aparecendo os seguintes bens:

huma redoma de ouro, hum par de cadiados cortados, duas varas e meia de colheres de ouro, três colheres e três garfos de prata, **200\$000 mil reis em dinheiro**, seis escravos que são: Joaquina mulata, Joaquina cabra, Manoel, Luzia, Renovata, Thomas, sessenta e seis cabeças de gado vacum, deis cabeças de gado cavalari e mais uma parte de terras no sítio João Ferreira no valor de 286\$000 reis.

Os bens atingiram o monte mor de 5:139\$981 reis. Sobre o esquecimento dos bens, parece ter sido porque não foram incluídos os dotes dos filhos casados que receberam dos pais, no ato do contrato do casamento.

Nesse inventário, suas terras estavam localizadas num espaço do Cariri onde existem muitas várzeas e é cortado por muitos rios pequenos, afluentes do rio Taperoá e suas terras são muito produtivas nos anos bons de inverno, as quais, formam, na atualidade, o município de São José dos Cordeiros, como já havia citado antes, com exceção das terras de Monteiro, que ficavam naquele município do Cariri.

Com a morte do senhor Manoel de Souza Cordeiro<sup>81</sup>, no ano de 1828, sua viúva, dona Inácia Francisca de Jesus, enviou ao Juiz dos órfãos da Villa Real de São João do Cariri de Fora uma carta precatória, vinda do juízo dos órfãos da cidade do Recife, Pernambuco, passada a requerimento de dona Joanna Francisca de Jesus para, neste juízo, ser avaliados os bens das suas fazendas Mucuitu, Barra e Olho D'água dos Frades, como também o escravo Gonçalo, que andava fugido, nas vadiagens, mas que havia aparecido, e se achava no sítio que possuíam em cima da serra da Borborema denominado Capoeira.

No inventário desta senhora é evidente que ela não tinha conhecimento de nada das coisas das fazendas e, talvez, nunca tivesse vindo, na região, de acordo com as informações do seu provável vaqueiro que está no inventário como administrador e criador, nas terras da mesma; e que pode ser um escravo livre ou liberto, talvez essas terras estivessem arrendadas, mas que a viúva residia, no Recife, e, provavelmente, com o seu marido antes da morte deste.

Na declaração dos bens aparece, além do escravo Gonçalo, que devia ter se arrependido da fugida e ter voltado ou que pode ter sido pego pelos caçadores de escravos com recompensa que é o que não parece ter acontecido porque a viúva afirma que o dito cativo havia “aparecido”, acreditamos que ele não tenha voltado por livre e espontânea vontade, e declarou mais o escravo crioulo com uma perna e um braço quebrados. Aqui podemos deduzir o que poderia ter acontecido a esse cativo, que poderia ter sido pego à força e se machucado, mas era muito novo com apenas trinta e dois anos de idade e valendo 132\$000 reis. Talvez este cativo tenha sido pego junto com Gonçalo.

Gonçalo, foi o último encontrado, nas fazendas da viúva Joanna Francisca de Jesus, no ano de 1828. A pesar da grande quantidade de terras que eles possuíam como a fazenda com légua e meia de terras de testada com duas léguas de fundo como constava no formal de partilhas do inventário do falecido coronel José Pereira Quaresma, avaliado em 400\$000 reis, a fazenda da Barra, três léguas e meia de terras, no inventário do mesmo coronel, no valor de 800\$000 reis, na fazenda Olho d'água tinha um sítio de terras, na serra de João Ferreira, por 300\$000 reis e uma

---

<sup>81</sup> - Inventário de Manoel de Sousa Cordeiro no ano de 1928 no arquivo do Fórum de São João do Cariri. Não dar para acreditar que Gonçalo tenha voltado por livre e espontânea vontade.

data de terras subindo pelo riacho do Sinhozinho com três léguas de comprimento e uma de largo por preço de 200\$000 reis. Ao todo, o casal tinha espalhado pelas suas terras os seguintes números em gados:

**QUADRO 27 – Manoel de Souza Cordeiro e Joanna Francisca de Jesus -1828.**

vacum	cavalar	cabrum	ovelhum	outros
280 cabeças	65 cabeças	nada	nada	Gado das três fazendas

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

O inventário da viúva Joaquina estava incompleto, mas que as partes de terras e gados estavam bem legíveis, o mesmo, não podemos dizer dos escravos levados a partilhas por não haver encontrado o restante das páginas, mas pelo que aconteceu com Gonçalo, deduz-se que poderia ter acontecido e vir acontecendo naquelas fazendas como descreveu o administrador. Outro problema que encontramos, neste inventário, foi a imprecisão das terras, as quais, não foi possível sequer imaginar onde elas se localizavam no Cariri; mas pela carta precatória, ficam-se fortes evidências de que os seus donos não moravam no Cariri.

Com a morte do senhor João Francisco de Medeiros, no ano de 1832, deixando viúva a sua esposa Quitéria Maria da Conceição que foi a inventariante meeira e seus filhos maiores Roza Cândida de Medeiros com Bento José Alves Vianna Junior e os filhos órfãos do casal, Fabiana de 17 anos, Candido Junior de 16 anos, Iara de 13 anos, Antônio de 13 anos, Jovino de 9 anos, Herculano de 4 anos, Isidoro de 2 anos. Feita a descrição dos herdeiros, começou-se as declarações dos bens com um cabedal de ouro e prata simples, 223 cabeças de gado vacum, 58 animais cavalar, 100 ovelhas e 60 cabras. Observamos aqui que, a partir desse período em diante, os rebanhos de gados vêm se recuperando mais uma vez, lembrando que geralmente os criadores do Cariri que possuíam maiores rebanhos eram donos de terras nos brejos, e não foi diferente com este casal que, entre seus bens de raiz no sítio Arado, duas partes de terras e uma data no sítio de José Nunes e as terras de Alagoa Nova com casa e um plantel de 11 escravos, não havendo mesmo declarado onde estavam os escravos, se no termo da Villa de São João ou Alagoa Nova. Veja o quadro dos escravos:

**QUADRO 28- Os escravos de João Francisco de Medeiros e Quitéria Maria da Conceição – 1832**

<b>NOME</b>	<b>COR</b>	<b>IDADE</b>	<b>NAÇÃO</b>	<b>PREÇO</b>	<b>OBS</b>
Irenin	-	27 anos	Angola	240\$000 reis	
Joaquim	-	25 anos	Angola	240\$000 reis	
Manoel	-	20 anos	Angola	240\$000 reis	
Benedito	crioulo	18 anos	-	200\$000 reis	
Procópio	-	16 anos	-	200\$000 reis	
Sabino	-	10 anos	-	120\$000 reis	
Matheus	-	03 anos	-	30\$000 reis	
Antonia	crioula	50 anos	-	100\$000 reis	
Maria	-	60 anos	-	90\$000 reis	
Maria	-	35 anos	-	120\$000 reis	<b>doente</b>
Ignacio	cabra	08 anos	-	125\$000 reis	

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Os cativos Irenin e Joaquim e Manoel eram os únicos angolanos do grupo, declarados, mas que poderiam ser irmãos e ainda ter mais cativos dessa procedência. Maria e Antônia pareciam ser as matriarcas sendo que a outra Maria estava doente, mas não foi citada sobre que tipo de doença ela sofria e dos outros escravos não foram declaradas a cor, sendo provável que também fossem crioulos.

Já o senhor Antônio Pereira de Castro, também falecido, em 1832, sua inventariante declarou seus bens entre terras e cercados de criação o sítio da Cruz uma casa de vivenda no Curral de Baixo, outra casa de vivenda, e ter currais de pau a pique, um cercado, três léguas de terras no lugar Macambira com outro curral de pau a pique, um sítio de terras nas Cabaceiras, um sítio de terras em Fagundes e na Alagoa Nova tinha o sítio de nome Engenho, duas casas naquela povoação, e mais uma casa nova, com mais uma casa de vivenda no mesmo sítio, com uma casa de farinha e os escravos, como vemos, no quadro abaixo:

**QUADRO 29 – 1832- Escravos de Antônio Pereira de Castro e Antônio Pereira de Castro Filho.**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Manoel	crioulo	35 anos	-	150\$000 reis	<b>quebrado</b>
Joaquim	mulato	32 anos	-	300\$000 reis	<b>Preço alto</b>
Justiniano	mulato	10 anos	-	180\$000 reis	
João	cabra	09 anos	-	180\$000 reis	
Maurício	crioulo	06 anos	-	120\$000 reis	
Mequilina	Mulata	02 anos	-	100\$000 reis	
Leida	-	03 meses	-	50\$000 reis	
Ana	crioula	60 anos	-	50\$000 reis	
João	mulato	35 anos	-	250\$000 reis	

**Fonte:** Inventário localizado no Fórum de São João do Cariri

O escravo Manoel, com apenas 35 anos, apareceu quebrado no inventário assim como a crioula Anna cuja idade era avançada, já que se tratava de ser a escrava mais velha do plantel, mas Joaquim e João foram os escravos mais caros, encontrado até aqui, e os outros também estavam bem avaliados, fato que pode ter ocorrido em virtude da proibição do tráfico, nos anos de 1831, que estava influenciando nos preços destes cativos.

Entre suas tantas terras, o mesmo senhor tinha este plantel de escravos e mais 167 cabeças de gado vacum e 33 cabeças de gado cavalari. Pelas terras desse criador, era muito importante que se tivesse um bom número de animais de carga, e era isso que acontecia com os donos de terras nos Brejos, possuir esses animais para o transporte de alimentos e produtos básicos do Brejo para o Cariri, que, apesar de não conseguir detalhes sobre, como isso era feito, provavelmente, os cativos eram quem trilhavam pelas veredas escaldantes do sertão do Cariri, naquela época.

Daí, deduzimos que mesmo os escravos, sendo submetidos às diferenças por andar descalços, nos sertões, esta prática seria impossível, e eles tinham de fazer seus próprios calçados com couros do gado transformados em solas que fabricavam as ditas chamadas alpercatas, as quais eram muito duras e “desaconchegantes” mas amenizavam as dores dos pés, nas longas caminhadas e os livravam dos espinhos que os aleijavam.

Da morte do senhor, comandante, Francisco Correia de Queiroz<sup>82</sup>, o seu inventariante herdeiro Filipe Correia de Queiroz, afirmou o mesmo estar com seus

---

<sup>82</sup> - Ver inventário de Francisco Correia de Queiroz do ano de 1835, guardado na caixa nº 07 no Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri.

bens sequestrados, era dono de cinco escravos e de poucos bens de terras e de gados. Mas a relação dos gastos feita com o seu funeral vale a pena estudarmos veja:

### QUADRO 30 – Funeral de Francisco Correia de Queiroz. 1835.

<b>Da música</b>	<b>12\$000 reis</b>
Pano de forrar o caixão	3\$760 reis
Pano preto para coberta do caixão	4\$000 reis
Quatro pesas de fitas para o caixão	64800 reis
Hu bote de toxas douradas no acompanhamento	3\$600 reis
Hum caixão	3\$200 reis
Seis cadernos de papel	600 reis
Sinco libras de sera	3\$200 reis
Hu abito	16\$000 reis
Dinheiro que deve aos carregadores	4\$000 reis
Pregos para feixar o caixão	220 reis

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

De tudo, eles faziam despesa e nada escapava aos olhos dos padres, dos sacristãos, e dos carregadores que após a preparação do caixão, forro, pano, fitas, pregos, cera, não sabemos onde era empregado este produto, provavelmente no lacre do caixão, no hábito que envolvia, pano e algum santo como São Francisco e a própria música foi recomendada e mandado fazer uma só para a ocasião do sepultamento do defunto como consta, no próximo quadro a ser visto:

### QUADRO 31 - Contas referentes ao culto do defunto Francisco Correia de Queiroz e do seu enterramento. 1835

<b>PREPARATÓRIOS</b>	<b>DESPESAS</b>
Caminho de seis léguas	7\$000 reis
Encomendação em volho	960 reis
Capa para o defunto	1\$000 reis
Velas do corpo	1\$200 reis
Sepultura das grades asima	8\$000 reis
Ofício parochial	1\$200 reis
Dos cantores e velas	3\$200 reis
Sacristão com o acompanhamento da cruz	960 reis
Signaes	7\$680 reis
Total	40\$800 reis

Mais -----	-----
Visita da cova, capa e vela no sétimo dia	2\$000 reis
Velas	1\$280 reis
Missas de corpo presente	400 reis
Sacristão, cruz e velas oferecidas ao corpo	640 reis
Pano de sepultura	160 reis
Signaes no sétimo dia	1\$280 reis
Soma a quantia de:	45\$840 reis

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

No ano de 1838, com a morte de Antônio José da Silveira<sup>83</sup>, a viúva dona Birtes Thereza de Moura Rolim herdou um monte mor de 6:090\$428 reis, depois apareceram mais bens no valor de 728\$210 reis que perfazia a quantia de 6:818\$638 reis, onde os mesmos residiam no lugar do Amparo, termo da Villa Real de São João e estavam em questão com uma divisa de terras com Francisco Alves Pequeno Filho, por terem demolido ou arrancado uma cerca dos marcos originais e o filho do defunto, o herdeiro, o senhor Francisco Gomes da Silveira aguardava providências.

Enquanto isto, nas partilhas, os herdeiros discutiam sobre o seu inventário e liam o testamento, o qual o falecido Antônio afirmava estar lúcido e em seu perfeito juízo, desejando por sua alma em caminho da salvação fez seu testamento, pedindo todas as recomendações para sua vida espiritual e declarou ser filho natural do Recife, filho legítimo de José Gomes da Silveira e dona Aguida de Freitas e era casado com dona Águeda Maria, filha do casal Luís Alves Pequeno e de sua mulher dona Maria Correia, cujo casal teve sete filhos e pediu as missas em sua morte pela sua alma e mais quatro missas pelas almas dos seus cativos, onde entre capelas e meias, capelas de missas foram várias e que tinham uma morada de casa de sobrados na Villa do Recife, não autorizava a venda e que tudo continuava em mãos de sua cunhada Anastácia. Casou sua filha Aguida com Francisco de Moura e lhe deu de dote dois escravos, Luzia e Antônio, este último havia tomado de uma conta que lhe devia seu irmão José.

O defunto, conta no seu testamento, que havia ganhado um dote de 400\$000 reis e penhorado mais meia légua de terras para montar uma engenhoca para, quando

---

<sup>83</sup> - Ver inventário de Francisco Correia de Queiroz do ano de 1835, guardado na caixa nº 07 no Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri.

houvesse lucro, retornar às suas mãos a mesma terra sem acréscimo algum no preço, só que teve de gastar a quantia de cinquenta e cinco mil reis com um cirurgião da quitanda, pago de dividas ao negro Benedito a importância de 100\$000 reis, e declarou ter casado a outra filha dona Maria com Manoel Moura, tendo lhe dado em dote quatro cativos, dos quais já havia entregue dois, Caetano e Manoel e as outras duas se lhe darão da sua fazenda e assim mais um cavalo. Deu-lhe ainda a sua filha, dona Joanna, uma negrinha de nome Anastácia e um cavalo poldro.

Antônio ainda declarou no seu testamento haver recebido um gadinho da sua viúva cunhada e comadre que deu por seu marido finado um gadinho para os cativos, o seu irmão Filipe (.....) as suas contas desse-lhe parte para dela satisfazer aos cativos doando 24\$000 reis vinte e quatro mil reis para desembargo da sua consciência e que havia aumentado uma morada de casa na rua do Amparo e ainda devia ao cirurgião da quitanda trezentos reis e 15\$000 que havia cobrado no porto e uma obrigação do seu escravo; declarou mais dever aos Gomes do curral deis bois da compra do escravo crioulo Lourenço, devia um boi a um padre coadjutor em Goiana e mandou dar de esmolas aos pobres 10 mil reis, fez a doação de 50\$000 reis aos franciscanos e carmelitas; deixou sua terça parte ao seu filho José na condição de separar uma negrinha para sua filha dona Anna, casada a gosto dos seus parentes; declarou ser dono do engenho Costa e de um outro de nome Mussu e que os havia vendido.

O quadro abaixo mostra os escravos contidos neste testamento, com exceção da última que foi avaliada em 150\$000 reis, mas que não foi citado seu nome no inventário. O motivo desses escravos não constarem no inventário, provavelmente, tenha sido dividido antes da partilha ainda como consta no testamento, que nem sempre, as coisas aconteciam desta forma; quando um escravo ou qualquer outro bem era dado em dote, quando da morte do senhor ou senhora, tudo voltava a ser avaliado e entrava nas contas dos inventários. Como havia testamento, talvez não fosse preciso levá-los para o inventário.

**QUADRO 32 - Escravos de Antônio José da Silveira e BritesThereza de Moura Rolim – 1838.**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Luzia	-	-	-	-	<b>dote</b>
Antonio	-	-	-	-	<b>dote</b>
Caetano	-	-	-	-	<b>dote</b>
Manoel	-	-	-	-	<b>dote</b>

Anastácia	-	-	-	-	<b>dote</b>
Lourenço	-	-	-	-	<b>Em conta</b>
Escrava	-	-	-	<b>150\$000 reis</b>	-

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

O que deduzimos deste quadro é que os cativos poderiam ser ainda jovens como consta no testamento e que nos chamou atenção quanto à dívida paga pelo senhor de 100\$000 reis ao escravo Benedito, que, pode ter sido ajuntada de gados, de sorte tirada pelo cativo e da sua “bondade” em mandar seu irmão tirar alguns gados para satisfazer os seus cativos e os gados dados pela sua cunhada que era viúva e que doava em nome de seu defunto marido além de 15\$000 reis que havia cobrado no porto de obrigação do seu cativo, provavelmente tenha mandado entregar ao dito escravo porque o mesmo diz ter deixado dentro de uma canastra juntamente com outros pertences para serem entregues às pessoas que estavam citadas em uma carta que o defunto havia feito em vida, e ajuntado aos ditos objetos na dita canastra.

A pesar do inventário do senhor Antônio estar incompleto, seus bens não eram tão poucos assim; pois, seu monte mor de quase sete mil reis só foi possível compreendê-lo, quando do seu testamento que ele fez uma verdadeira prestação de contas e eram muitos os devedores que tinham contas para acertar com este senhor que por sua morte, sua mulher assumiria todas as responsabilidades para com as cobranças das mesmas, mas que não abria mão da venda da casa com sobrado na Villa do Recife cujo aluguel estava em mãos de sua cunhada.

Das suas terras afirma ter meia légua na fazenda Santa Clara avaliada em 200\$000 reis, uma sorte na fazenda de São Bento, termo de Campina Grande avaliado em 30\$000 reis, dois milheiros de telhas, no valor de 9\$600 reis; neste período, a telha estava bastante valorizada.

Há evidências de que os bens deste senhor estivessem nos seus engenhos e nos negócios que ele fazia com seus credores já que suas terras eram poucas, no Cariri, e não ficou bem claro onde morava, mas que na Villa de Recife não era, pois no seu testamento afirmava receber aluguéis de seu casarão, naquela cidade pernambucana. Pela questão que o mesmo afirma ter no lugar, Amparo, e que pedia providências contra o senhor Francisco Alves Pequeno, é provável que o mesmo residisse naquela fazenda que afirmava ter uma casa que havia sido reformada recentemente à época.

No ano de 1796, com a morte de Francisco Alves Pequeno<sup>84</sup>, havia ficado entre outros filhos, um de mesmo nome o qual havia sido nomeado tutor dos seus irmãos órfãos por sua mãe Maria Izidoro haver declarado ao Juiz ordinário da Villa de São João que estava passando necessidade e que isto não poderia acontecer com os filhos de um homem nobre cujo motivo levou José Francisco Alves Pequeno a perder a tutoria dos seus sobrinhos por desleixo o qual era Juiz de Órfão e alegava que estava presente a alguns meses em Alagoa Nova, mas que repassou todos os bens que estavam em suas mãos para seu sobrinho Francisco Alves Pequeno Filho que das prestações de contas, daí em diante não mudaram muito os problemas que o novo tutor alegava ter, dentre estes problemas, provavelmente o maior, eram as secas que haviam dizimado os rebanhos por completo, nos anos de 1806/1808.

No ano de 1841, morria Francisco Alves Pequeno Filho e o seu herdeiro era Ignácio de Farias da Silveira Caluete. O reverendo padre José Gomes Pequeno fez uma petição como tutor dos órfãos dizendo o seguinte:

que sendo tutor dos órfãos filhos do finado coronel Francisco Alves Pequeno Filho por quase doze anos, e como não podia mais que estava ficando espinhoso o cargo como tutor, finalizava sua ocupação por estar doente de moléstia chronica e que padecia como pela sua ocupação paroquial que estava o privando de exercer com o devido zelo e que a ocupação de tutor de órfãos, a Lei incumbe pesada obrigação não só a respeito dos seus bens como das pessoas donas dos mesmos e o mesmo requer sua recusa da tutela nomeando outra mais hábile desocupada e pede para ficar desobrigado de prestar contas da mesma tutela.

Começamos mostrando aqui o pequeno quadro com seu plantel de escravos e os acontecimentos que estavam ocorrendo na Villa de São João, no ano de 1841.

### **QUADRO 33 – Escravos de Francisco Alves Pequeno e Ignácio de Farias da Silveira Caluete – 1838**

<b>NOME</b>	<b>COR</b>	<b>IDADE</b>	<b>NAÇÃO</b>	<b>PREÇO</b>	<b>OBS</b>
Domingos	-	-	-	135\$000 reis	
Joze	-	-	-	50\$000 reis	

<sup>84</sup> - Ver inventário de Francisco Alves Pequeno Filho do ano de 1841 caixa 09, no arquivo do Fórum Municipal de São João do Cariri.

Fonte: Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

A partir de 1841, as coisas se complicaram, na Villa de São João, pelo fato de que as pessoas donas de terras e aquelas que tinham documentos de escrituras ou outros, foram informadas da tragédia que aconteceu no Cartório de Francisco Cordeiro da Cunha, pelo fato de o mesmo afirmar que todos os documentos contidos naquela instituição ‘foram abrasados’, os inventários pelos quais se deveriam tomar conta o novo tutor e que não havia sobrado nada de documento que pudesse suprir sua falta, sendo necessário que o tutor desse conta dos bens de toda a partilha e dar contas de tudo para que se possa fazer novos documentos.

Segundo o escrivão Francisco Cordeiro da Cunha, o incêndio aconteceu no cartório que funcionava, na sua própria casa, e que tudo foi abrasado, não sobrando nada dos fardos de escrituras e inventários e demais documentos de todo o Cariri.

Na prestação de contas do inventário de Francisco Alves Pequeno Filho<sup>85</sup>, foram feitos os levantamentos dos bens e o mesmo só apareceu com dois escravos, como vemos no quadro acima. Das declarações dos bens de terras, o inventariante, que passou a ser Ignácio de Freitas da Silva Caluete, administrador e inventariante nos bens dos órfãos do finado seu sogro Francisco Alves Pequeno (Filho); afirma ter estes bens nos seguintes lugares:

Terras do Amparo, terras no Brejo de Alagoa Nova com casa e aviamento, terras em Santa Clara e terras no Barro Vermelho,” provável local de sua moradia já que no sepultamento do seu pai, também partiu daquele lugar. Tinha um plantel de escravos muito maior do que aconteceu no ano de 1796. O cortejo para o sepultamento partiu deste lugar, Barro Vermelho, para a matriz da Villa, distante três léguas desta.

Dos bens materiais que nos chamaram atenção foram: “Um ferro de engomar de aço, uma banda de retrós para fazer rédeas, um jogo de tinteiro e um jogo de navalhas, além de um jogo de coxas de tecido”. Estes foram os bens mais raros de serem encontrados, nos inventários, até o período estudado, mas que o casal tinha muitos bens, herdados pelo finado pai, desde o final do século XVIII e que foram preservados, mesmo com as constantes secas que ocorreram, naquele período lembrando que foram declarados currais em todos os sítios e o monte mor foi de

---

<sup>85</sup> - Ver inventário no arquivo do Fórum de São João do Cariri.

826\$797 reis. Também constavam uma chocolateira de cobre que possuía o casal e o oratório. Também ficou devendo o casal, uma ao seu irmão Luís Alves Pequeno, no valor de 35\$000 reis das terras compradas ao mesmo, no lugar Amparo na segunda metade do século XVIII.

Como não havia curador geral, foi nomeado para esta função para administrar os bens dos órfãos filhos do finado Francisco Alves Pequeno (Filho) o senhor Gonçalo e por não existir documento algum dos bens por causa do incêndio no cartório ou em outro qualquer lugar requer prestação de contas por parte do tutor anterior o padre Jose Gomes Pequeno que estava doente de moléstia, mas que foi obrigado pelo juiz a fazer as ditas prestações de contas de forma fielmente para todos os órfãos que assim mesmo em estado precário de saúde prometeu cumprir e assim o fez da seguinte forma:

...que a tutelada Ana já estava emancipada e com seus bens; José estava sob os cuidados do seu cunhado Trajano Alves Pequeno, que se encarregou pela sua educação e que seus bens de gados haviam sido devorados pela grande seca de 1840 e que alguns bens que restavam estavam sob administração de Ignácio Caluete mas o resto de gado que ainda existia andava espalhado pelo motivo da grande seca que laborou a região e as dívidas não puderam ser cobradas pelas grandes distâncias que viviam os devedores e que havia feito despesas com vestuário e alfaiate e que o órfão Vicente também estava com Ignácio Caluete e já sabia concertar seda e a doutrina cristã; sobre os órfãos Baliza e Francisco fizeram mesma declaração.

No ano de 1843, o novo tutor, José da Costa Ramos, afirmou que o ano de 1840 havia devastado quase todos os bens de animais existentes daquela família, assim como de todos da região. As terras do Brejo foram arrendadas e as ovelhas e cabras morreram todas por falta de alimento e água causados pela mesma seca.

Toda esta história tem final, em 1848, quando outro Francisco Alves Pequeno (Neto) reivindica seus bens ao tutor José da Costa Ramos, alegando ser de maior e emancipado juntamente com sua mulher Francisca Alves Pequeno por serem casados e capazes de cuidar dos seus próprios negócios. O mesmo casal leva como testemunha José Luís da Costa, pardo, solteiro, morador na Alagoa Nova, tendo sido morador, neste termo, de idade de 30 anos, vivia de seu ofício de sapateiro e afirmou:

Que conheceu os pais do justificante e por isto que era morador neste termo em ocasião em que sabe por morar em Alagoa Nova onde mora igualmente o justificante de conduta regular e é capaz de reger seus bens sem dispêndio.

Testemunharam mais em favor do herdeiro Francisco Alves Pequeno (Neto) o vaqueiro do mesmo, Mariano do Nascimento e Thomé do termo de Batalhão e todos afirmaram conhecer o herdeiro e de sua capacidade de administrar, pois já estava maior de 21 anos.

Mais uma vez, os vaqueiros aparecem, neste inventário, desta feita, não estava fazendo declaração de bens da fazenda, mas prestando outra função importante dentro da história de vida do seu senhor, para afirmar o lugar deste, naquele momento, em que seu patrão estava precisando de testemunhas que comprovassem a veracidade do fato reivindicado.

Pouca coisa, encontramos sobre os escravos deste criador, no Cariri, porém, a importância deste inventário é que ele é o primeiro que nos fornece a notícia do grande incêndio que houve naquele ano de 1841, que deixou o cartório de Francisco Cordeiros da Cunha em chamas abrasadoras, como ele chegou a afirmar. Daí por diante, as coisas ficaram difíceis, na Villa, e os trabalhos judiciais pareceram se intensificar, pois aumentaram e se complicaram pela falta dos documentos.

No ano de 1841, no sítio São Thomé, falecia o senhor Damásio Rodrigues de Barros, deixando como herdeiro o seu irmão Antônio Rodrigues de Barros, ficando em monte mor 5:552\$100 reis, e cinco escravos:

#### **QUADRO 34 – Damásio Rodrigues de Barros e Antônio Rodrigues de Barros 1841 – SÃO THOMÉ:**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Felícia	crioula	-	-	400\$000 reis	
João	-	-	Angola	400\$000 reis	
Juvino	-	1 ano	-	150\$000 reis	
Francisco	crioulo	-	-	10\$000 reis	<b>doente</b>
Matheus	crioulo	-	-	-	<b>fugido</b>

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Quando o inventário tem muitos herdeiros, que moravam distante de suas heranças, na hora dos levantamentos dos bens, as coisas se complicavam porque o Juiz tinha que fazer o convite e tornar ciente a todos para estarem presentes na hora da partilha. Isso poderia levar um bom tempo e em outros casos, alguns dos herdeiros poderiam não ser encontrados, ficando seus bens sob o poder de um dos mesmos ou

poderia ser escolhido um tutor para cuidar dos bens do “desaparecido” até que o mesmo fosse encontrado, o que nem sempre acontecia.

Jovino era o escravo mais novo do grupo e o único a ser declarado o preço; com apenas um ano de idade e já valia 150 mil reis. Pode ser que este alto valor referente ao menino nesta idade é que o mesmo senhor só tinha um herdeiro, o seu irmão, e este preço não fizesse muita diferença já que todos os bens ficariam com uma única pessoa e que, provavelmente, essa criança também fosse crioula e a cativa Felícia devia ser a mãe destes, já que ela era a única mulher deste pequeno grupo de escravos.

O escravo crioulo Francisco estava muito doente, tendo sido avaliado por 10\$000 reis, dinheiro que comprava apenas um novilho do mesmo dono. Já o cativo Mateus sumiu em meio aos acontecimentos do incêndio na Vila, que pode ter sido proposital, pois tinha muita gente envolvida em problemas sérios, incluindo um padre e um comandante, e outros que trouxeram interrogações sobre como estas terras que foram doadas para fundação da Vila Real de São João, desapareceram do patrimônio público municipal, restando apenas a antiga escritura de doações e o terreno que foi doado para a Universidade Federal de Campina Grande. Muita gente tinha interesses particulares ainda hoje, reclamados pelos são-joanenses.

Dos bens materiais, os que nos chamou atenção segundo o declarante foram as vestimentas conforme consta a citação abaixo:

O oratório com as imagens de Nossa Senhora da Conceição e a outra da Senhora dos Milagres, um espelho de caixa, um copo de vidro cristal, trinta tábuas de cedro, um milheiro de tijolos de ladrilho por oito mil reis, huma véstia nova, uma carça nova de pano fino, uma sobre caça de pano fino, umas carças de pano fino já usadas, uma jaqueta, uma sobre casaca preta bordada de sarja, um tolete de sala preta, umas caças de setin, uma jaqueta de lista preta quase velha, uma jaqueta branca de brim traçado, uma jaqueta azul de caston, um colete de sanjo de algodão, três carças brancas e bem trançadas já usadas, um recucão? riscado, duas gravatas, um par de suspensório de fio.

Era uns guarda roupas consideráveis, se analisarmos as vestimentas anteriores em outros inventários, nos quais esses tipos de bens parecem ser mais íntimos e pouco valorizados pelos herdeiros, por cada um ter os seus pertences, mas

em alguns casos, nos parece que os declaradores fizeram questão de avaliar este tipo de bens, neste inventário.

O senhor Damásio era criador de gados e seu testamenteiro havia declarado:

**QUADRO 35 – Damásio Rodrigues de Barros e Antônio Rodrigues de Barros-SUMÉ OU SÃO THOMÉ - 1841.**

VACUM	CAVALAR	CABRUM	VELHUM	OUTROS
157 cabeças	13 cabeças	nada	nada	

Fonte: Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

O tutor nomeado para declaração dos bens diante do Juiz dos Órfãos declarou haver esquecido, no levantamento dos mesmos bens, um capote escocês que foi prestado contas e que o escravo João havia falecido aos trinta de janeiro de 1844 nesta povoação de São Thomé, onde estava o escrivão com o procurador geral Marcolino Antônio Xavier.

O casal Francisco de Sales Bezerra e Anastácia Maria do Livramento, no sítio Caiçarão, não tinham escravos, mas nos chamou atenção nas declarações dos bens de móveis que ficaram para a viúva Anastácia que foram: “hum jogo de caixas de pregaria, três camas de coiro, Hum thiar, hum carro já velho, quatro imagens, huma cama de coiro, outra cama de coiro, outra cama de coiro, que juntando tudo, chegou ao monte mor de 3:022\$500reis”.

Na fazenda São Paulo, atual município da Prata, no ano de 1841, também aconteceu problemas, quando os herdeiros foram fazer o inventário por morte de Joaquim Rodrigues Lima. A viúva, Dona Maria do Carmo Araújo, foi até a Vila de São João e comunicou o fato ao juiz, mandando passar carta precatória para fazer o inventário, mas os documentos haviam sido queimados, no mesmo incêndio, na Villa de São João, em 1839. Além das terras da fazenda São Paulo, no valor de 900\$000 reis, era dono de uma propriedade de nome Boi Velho<sup>86</sup>, no valor de 1:000\$000 reis, outra parte de terras, na Fazenda Santa Anna, no valor de 400\$000 reis e mais uma propriedade, na própria região, conhecida como São Paulo, por 200\$000 reis. Todas

<sup>86</sup> - Boi Velho era uma grande propriedade, onde se localiza o atual município de Ouro Velho que também pertencia ao mesmo dono da fazenda São Paulo. Ver inventário, no Fórum de São João do Cariri do ano de 1841.

estas declarações foram dadas, sem haver documento algum que comprovasse a veracidade das informações.

Dos escravos, o inventariante havia declarado serem donos de vários deles, mas que, de imediato, tudo fora anulado por embargos, e novas partilhas foram feitas, entre muita confusão, provocada pela falta de documentos que foram queimados, no incêndio do Cartório.

Da Freguesia do Cabo, província de Pernambuco, o capitão-mor, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, enviou procuração a Gonçalo de Sales Gurjão, para este cobrar uma dívida que o finado Joaquim Rodrigues Lima devia ao coronel Bento José da Costa, da praça de Pernambuco a quantia de 903\$000 reis e que havia prometido pagar até janeiro de 1829, proveniente de fazendas alfândegas e escravos, como constava num documento ao qual o próprio Joaquim Rodrigues Lima já havia pago ao dito credor Bento José da Costa e a verdade é que o pagamento foi feito pela esposa do defunto, dando-lhe em paga a propriedade que foi comprada a Francisco Gomes Barreto e outra terra do outro lado do rio, no lugar conhecido como Juazeiro do Piquete, descrito pela viúva da seguinte maneira:

[...] pegando da barra da Pitombeira pelo rio acima até a primeira cacimba velha do assude, e dahi pela estrada nova que passa no meio do pátio da fazenda do justificante, a estrada segue para o Pajeú e que essa adiante até o lugar denominado as balanças e a outra propriedade divide-se na mesma cacimba pela parede do assude no pé do juazeiro do Piqueti, rumo direito até topar e contestar com terras do sítio Caboclo, dividindo-se com este para o nascente a contestar com terras de Pedro Roiz no lugar denominado.

A pesar desta dívida ter sido paga e ter envolvido escravos, os mesmos não aparecem separados nas contas. Por falta dos papéis, testemunhas foram convidadas a deporem neste caso, que começou pelo senhor Martinho Rodrigues de Barros, pardo, casado, morador no Juá deste termo, tinha 45 anos de idade e era criador de gados, afirmou que a cobrança da dívida se procedia e que o senhor Joaquim Rodrigues Lima era devedor ao coronel Bento José da Costa da praça de Pernambuco da quantia de 903\$565 reis.

As testemunhas em seus depoimentos variavam em diferentes falas, vindas de outros lugares, como o depoente José da Roxa Ribeiro, morador em Pajeú, província de Pernambuco, afirmou saber das dívidas da viúva do defunto Joaquim

Rodrigues Lima para com o dito Bento José da Costa da praça de Pernambuco que havia passado recibo ao procurador da viúva Maria do Carmo o senhor Martinho Rodrigues de Barros e que a viúva havia pago em terras toda a dívida do seu defunto marido.

O filho do defunto e herdeiro, Antônio Rodrigues Lima também reclamou seus direitos, cobrando um cativo que seu pai havia levado em viagem a Pernambuco, fazendo seus negócios de agenciador e o vendera, e o cativo havia sido comprado a Pedro Roiz com o dinheiro do suplicante, num momento em que a sua mãe também havia falecido e que o escravo foi vendido pelo seu pai por 120\$000 reis e cobrava que fosse repostos no inventário esta quantia.

Quando os herdeiros estavam concluindo o inventário, surgiu o pedido de embargo do mesmo pelo juiz, a pedido das outras mulheres que o mesmo defunto tinha e se opuseram ao inventário dos mesmos bens por não terem sido avisadas e incluídas, nas partilhas; outros herdeiros reclamavam bens de dotes como a escrava Felipa que não estava nas partilhas, assim como gados que constavam em Boi Velho. A escrava Dionísia também estava sendo reivindicada pelos herdeiros, assim como a escrava Quitéria de 30 anos e o cabrinha Ponciano.

Mesmo em meio a tanta confusão, o Juiz da Vila Real de São João e Cabaceiras José Vitorino de Barros, foi até a povoação de São Tomé, e faz a seguinte afirmação:

Por ter sido julgado nulo o inventário procedido por falecimento de Joaquim Rodrigues Lima e sua mulher Maria do Carmo Araújo, e constatando haver herdeiros órfãos e ausentes, ordenava o escrivão sem perda de tempo a notificar a Antônio Rodrigues Lima, herdeiro mais velho para comparecer em 24 horas sobre sob penas da Lei para fazer as necessárias declarações assim como aos demais e o advogado José Tavares da Costa para responder pelos menores e ausentes assim feito pelo escrivão Francisco Cordeiro da Cunha<sup>87</sup>.”

Percebemos, que, de acordo com as leituras feitas, sobre os depoimentos das várias testemunhas, envolvidas neste inventário, que após o incêndio do cartório

---

<sup>87</sup> - Mesmo após o temido incêndio do cartório em São João do Cariri, Francisco Cordeiro da Cunha continuava como escrivão. Em alguns documentos, ele é chamado de professor Francisco Cordeiro; o juiz, José Vitorino de Barros, era filho da própria povoação de São Thomé. Percebemos que esta autoridade, em muitos casos, quando ficava distante da sede, (a Vila de São João), eles iam até o local mais próximo para atender às pessoas neste período, que era toda a região conhecida, na atualidade, como Cariri Ocidental, pela nova divisão geográfica que estava sob jurisdição da Vila de São João do Cariri.

na Villa de São João, foram passados muitos recibos como segunda via de compras de terras, de pagamentos de dívidas e acertos de contas, que distam desde 1820.

Em relação às testemunhas deste inventário, a maioria parda, crioula, ou semibrancas como o vaqueiro Francisco Vieira Júnior, semibranco, casado e morador no lugar do Chorão e era genro do casal de finados e afirma que: “o seu sogro havia lhe dado em dote a escrava crioula de nome Felipa de 22 anos `a época.” Da mesma forma foi o outro vaqueiro, João Rodrigues Lima, pardo, casado e neto do casal de finados; assim como Joaquim Monteiro Leite, branco, casado morador em fazenda São Paulo, vivia como agricultor e era casado com a sobrinha do justificante, José da Rocha Ribeiro, repetiram os depoimentos sobre a escrava Felipa pertencer por dote ao justificante.

Os termos de juramentos foram feitos na própria povoação de São Thomé, com o juiz o major José Vitorino de Barros. Tudo foi declarado pelo herdeiro, na data acertada pelo juiz, com um número de trinta herdeiros e vinte e oito escravos, declarados, tal qual consta, no quadro abaixo:

**QUADRO 36 - Escravos de Joaquim Rodrigues Lima e Maria do Carmo Araújo - 1842.**

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Aleixo	-	-	-	400\$000 reis	<b>Incêndio no cartório</b>
Luiza	-	60 anos	-	110\$000 reis	
Matheus	-	30 anos	-	350\$000 reis	
Lucia	-	-	-	200\$000 reis	
Luís	-	-	-	400\$000 reis	
Severina	-	-	-	400\$000 reis	
Simplicia	-	-	-	400\$000 reis	
Rufina	-	-	-	400\$000 reis	
Veneranda	negra	-	-	250\$000 reis	
Lilão	-	32 anos	-	400\$000 reis	
Antonio	-	60 anos	-	150\$000 reis	
Thereza	-	25 anos	-	400\$000 reis	
Antonio	-	-	-	120\$000 reis	
Dionizia	-	-	-	210\$000 reis	
Felipa	crioula	52 anos	-	-	<b>Sem preço</b>
Quitéria	-	30 anos	-	-	<b>Sem preço</b>
Pociano	cabrinha	-	-	-	<b>Sem preço</b>
Aleixo	cabra	30 anos	-	200\$000 reis	
Matheus	-	30 anos	-	350\$000 reis	
Antonio	-	40 anos	-	250\$000 reis	

Simplicia	-	30 anos	-	350\$000 reis	
Rufna	-	20 anos	-	350\$000 reis	
Veneranda	-	06 anos	-	150\$000 reis	
Severina	-	30 anos	-	350\$000 reis	
Luís	-	-	-	100\$000 reis	<b>quebrado</b>
Lisbão	-	23 anos	-	260\$000 reis	<b>doente</b>
Escravo	-	-	-	120\$000 reis	
escravo	-	-	-	350\$000 reis	
Domingos	-	18 anos	<b>Nação?</b>	-	<b>Sem preço</b>

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Percebemos neste quadro que o plantel de escravos se encontra bastante irregular, no sentido de adquirirmos dados sobre a cor, idade e nação. Provavelmente, os herdeiros se omitiram a dar informações sobre eles, motivados por algum interesse, ou talvez os próprios cativos tenham omitido informações, se aproveitando daquela confusão. Também não encontramos senzala nem algum dado que nos fornecesse informação sobre a vida desses cativos, na dita fazenda, mas, geralmente, eles viviam em casas de taipa, espalhadas por este lugar, como constatamos em outros inventários.

Neste período, os escravos estavam com seus preços em alta, assim como verificado no quadro, mas poucos chegaram ao valor de 600 mil reis. E o preço dos cativos variava de acordo com os períodos, como até os anos de 1830, os preços sempre se mantiveram baixos, após este período começou a subir, ultrapassando a cifra de 300 mil reis, incluindo também, neste patamar algumas escravas como a cativa Simplicia que foi avaliada em 350 mil reis; o escravo Mateus, com a mesma idade que a cativa, também foi avaliado neste preço e mais um cativo ou cativa não identificado já estava avaliado pelo mesmo valor.

Nos inventários, foram declarados outros escravos, porém sem os nomes. Apenas eram citados que o defunto havia vendido, quando das suas viagens para a praça de Pernambuco, como aconteceu com o escravo vaqueiro Antônio que foi levado em uma viagem e não retornou mais, tendo sido vendido por 120\$000 reis. O mesmo Antônio que era filho daquele senhor ainda afirmou que:

No ano de 1827, o seu pai, Joaquim Rodrigues quando de volta de uma viagem a praça de Pernambuco em Santo Antão vendera um escravo seu de nome Domingos, de idade mais ou menos de dezoito anos que havia viajado com o mesmo e porque tinha o suplicante de haver no escravo queria justificar o exposto com citação dos interessados e pedia seus direitos no dito escravo.

O que as anotações, nos documentos, mostram é que as dívidas do dono da fazenda São Paulo, (hoje o município de Prata), foram quase todos os seus negócios com o coronel Bento José da Costa, que vinham negociando desde o início de 1820. Em um documento de anotações, havia negócios em variados produtos como muita fazenda (tecidos), cavalos e escravos, contabilizando-se um total de três, constatados nos documentos: dois cativos e uma cativa, sem nomes nem valores definidos, a compra dos cativos estava junta a outras mercadorias do tipo fazenda de pano para os escravos.

No ano de 1823, encontramos uma escrava, no valor de 375\$800 reis, comprada, incluindo fazendas de roupas para a mesma e provavelmente para os outros cativos da dita fazenda e mais 10\$000 reis, despendido com milho e pano para mais gasto com os escravos ao mesmo senhor Bento que perfazia uma dívida de 848\$065 reis. No ano de 1829, toda a soma de sua dívida, incluindo um cavalo que havia dado de presente ao filho do seu credor de nome Bento José da Costa Júnior o valor de 56\$000 reis, que com os juros a dívida chegou ao patamar de 1:663\$640reis<sup>88</sup>.

O inventário foi reiniciado, no ano de 1842 na povoação de São Thomé com o Juiz dos Órfãos suplente que atendia naquela localidade, o major José Vitorino Barros cujo monte mor chegou a soma de 6:344\$800 reis, dividida entre trinta herdeiros e com um quinhão variado, cabendo em média a cada herdeiro 23\$444 reis.

O escravo Antônio, que também não lhe pertencia, então, por que ele teria vendido um cativo vaqueiro que andava em sua companhia e ter deixado tão longe de sua fazenda, num engenho em Pernambuco? Um dos seus herdeiros, José da Rocha Ribeiro, que havia ganhado a escrava Quitéria por dote pediu renúncia dos seus bens que fez um termo de abstenção dos mesmos.

Um caso parecido a este aconteceu em Campina Grande, quando um senhor de escravos e negociante de gados, o Coronel Alexandrino Cavalcante de Albuquerque mandou levar uns gados para Pernambuco, quando o condutor da boiada, o vaqueiro Manoel Dias Correia, estando em sua rede pernoitando para seguir viagem, no dia seguinte, foi surpreendido com a atitude dos cativos que o acompanhava. Antônio Inácio e Firmino esfaquearam o dono da casa, o senhor

---

<sup>88</sup> - Ver caixa nº 8 de 1838-1943 no Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri.

Antônio Freire de Andrade com quem os escravos iam com o mesmo vaqueiro no apoio à condução da boiada. O motivo, segundo LIMA, (2009, p.132-133), “teria sido porque os cativos, naquele dia 07 de outubro de 1872, ficaram sabendo que além da boiada eles também seriam vendidos para as “bandas do sul”. Segundo ainda o autor, o trauma da diáspora transatlântica estava vivo na memória como lembranças traumáticas e eram reavivadas diariamente pelos seus pais e avós sobreviventes p. 334.

Não foi possível sabermos sobre as condições de relacionamentos deste cativo vaqueiro de nome Antônio, vendido pelo seu senhor, mas que devia ser jovem ainda e descendente do quadro de cativos que foi declarado, no inventário, já que temos três Antônio, um com 60 anos de idade, outro com 40 anos e o outro sem nome nem cor, foi avaliado por 120 mil reis, provavelmente tenha sido o escravo que as testemunhas afirmaram ter sido vendido pelo mesmo preço do quadro e que devia ser filho e morador da dita fazenda.

O caso do vaqueiro da fazenda São Paulo poderia estar relacionado a esta prática, pois o escravo Antônio não teria sido o primeiro a ser vendido pelo seu senhor que também conduzia gados para outras fronteiras pela região e negociava com outros produtos como a rapadura e a farinha<sup>89</sup>.

O que acontecia, na realidade, era que os senhores não estavam muito preocupados com a condição humana dos seus cativos, não ligavam para o que podia acontecer, tirando de uma família um cativo querido no seu meio, o levando junto a uma boiada e negociando bois e escravos, em conjunto; os escravos eram mercadorias de uso e troca para seus senhores, assim como estes também eram vistos com maus olhos pelos cativos, que eram capazes de reagir para se defender sempre que encontravam uma oportunidade e tramar contra seus senhores, faziam redes de negociações e informações, mesmo no Cariri, e que os vaqueiros tinham um papel importante já que constantemente percorriam grandes distâncias, tangendo rebanhos e que poderiam repassar muitas informações, até mesmo notícias de escravos para escravos de lugares distantes e, por consequência, distintos.

---

<sup>89</sup> - Ver inventário de Francisca Plácida Bezerra no Fórum de São João do Cariri, nos anos de 1841. A partir deste período, meados do século XIX, começamos a encontrar indícios de que a mandioca já estava sendo cultivada no Cariri, nas “terras boas”, às margens dos rios nos lugares mais baixos, onde encontramos um bom número de antigas casas de farinha pela região.

Percebemos que um dos motivos do retardamento, nos levantamentos dos bens, no inventário deste senhor, teria sido mesmo o incêndio, no cartório de Francisco Cordeiro da Cunha e tudo ter sido reescrito pelo próprio escrivão, na povoação de São Thomé. Este mesmo problema encontramos em quase todos os inventários deste período, os quais estão incluídos nesta pesquisa, no início dos anos de 1840, na Villa Real de São João do Cariri.

No ano de 1841, no sítio Água Doce, termo da Villa de São João do Cariri, residia o casal Antônio Nogueira de Carvalho e sua senhora, dona Francisca Plácida Bezerra, deixando muitos herdeiros, mas antes, conseguiu, mesmo estando no seu leito de morte, escrever suas últimas vontades em um papel a qual afirmou que:

estando doente mas com o juízo perfeito, e por temer a hora de sua morte, fez o seu testamento recomendando a sua alma ao Senhor quem a criou, assim como recebeu seu amado filho quando espirou da Vera Cruz e que era cristã da Sancta madre Igreja Católica de Roma...Declara que é natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Jaguaribe e que foi casada duas vezes, tendo sete filhos dos quais quatro morreram ainda pequenos dois machos e uma femia do primeiro, e do segundo casamento não teve nenhum. A mesma reza e pede para o seu santo devoto, para o Frei João de Santa Delfina pelos seus testamenteiros e deixa declarado missas e enterro no altar privilegiada de Nossa Senhora dos Milagres e três bois que lhe ficara devendo Leocadio por ter havido comido com sua mãe quando viva, o outro que ele vendeu por farinha e outro que ele matou e comeu”.

Foi feito um resumo do seu testamento, mas lembrando que no ano de 1840 aconteceu uma grande seca pela região e os bois podem ter sido negociados por farinha por questão de sobrevivência. Quanto à sua preocupação com a morte, era uma coisa certa, porém, mesmo nestas horas de declarar suas últimas vontades, esta senhora estava preocupada com seus bois que havia de receber por ter sido comido e trocado por farinha

O que nos chamou atenção foram os couros de gado que a mesma declarou:

Um coiro de gado salgado por 2\$000 reis e mais sete couros por 6\$720 reis e um outro separado por 400 reis; um rodete de moer mandioca, umas calças e uma jaqueta de durarem, um colete de fustão, umas calças brancas e uma cama.

Quantos aos cativos, a defunta era possuidora do escravo Sebastião, de 50 anos, um mulato doente que não foi citado o nome, mas que tinha 20 anos, o crioulo

Manoel, de 25 anos e o cabra de nome Paulo de 18 anos. Os inventariantes declararam ficar devendo à Igreja o enterro de uma escrava que havia falecido com as dívidas de bem da alma do falecido, de ofício de uso da Igreja, do momento no dia sétimo, das despesas com que se fez, no funeral, com padres, fábrica da Igreja, sacristão e dívidas de bem da alma da falecida inventariada.

Das contas do funeral é afirmado que a mesma defunta Francisca Plácida Bezerra de idade de 70 anos, pouco mais ou menos, morreu com os sacramentos da Igreja em volta em hábitos brancos cujas despesas com o reverendo foram as seguintes<sup>90</sup>.

#### QUADRO 37 - Funeral de Francisca Plácida Bezerra 1841.

DESPESAS	VALORES
Ao reverendo vigario	900 reis
Capa	1\$000 reis
Acompanhamento da rua	640 reis
Velas do padre	640 reis
Fabrica das grades acima	8\$000 reis
Oficio parochial	10\$000 reis
Oitaveiro de missas	8\$000 reis
Sacristão e cruz, vela e acompanhamento na rua	960 reis
Signaes do sacristão	24240 reis
Momento do corpo	2\$000 reis
Vella ao padre	640reis
Vela do corpo	!\$280 reis
Sacristão: cruz. vela e pano	800 reis
Signaes	550reis
total	32\$440 reis

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

A mesma rotina aconteceu com as contas do enterro do seu marido e da escrava Anna Maria que também foi sepultada no corpo da matriz de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri. O monte mor somou a quantia de 3:046\$060 reis. O quinhão foi de 110\$996 reis.

Em outro inventário, o senhor Mathias Mendes Vianna deixou como seu herdeiro o filho mais velho, assim também para responder como testamenteiro já que

<sup>90</sup> - É importante que mostremos estes detalhes em alguns inventários para que o leitor tenha ideia de como era a vida cotidiana dessas pessoas e como as coisas procediam juntamente com as prestações de contas do funeral, quando a Igreja era implacável com as prestações de contas com os gastos que despendia como veremos neste quadro abaixo com o detalhamento deste funeral que foi possível de transcrevê-lo, no ano de 1841.

o mesmo havia deixado mais dois herdeiros filhos, deixando apenas três cabeças de gados vacum e seis cavalar e terras nas seguintes localidades: “Serra do Pico, Salgado, uma parte de terras no sítio Guritama na Serra de Teixeira, uma parte de terras no sítio Gramame termo da cidade da Parahíba e uma casa na povoação de São Pedro no Pajeú e dever a Irmandade de Nossa Senhora dos Milagres<sup>91</sup> desta Villa a quantia de 1\$600 reis.”

Segundo o declarante, seu filho Ignácio, o testamento do seu defunto pai havia sido queimado no grande incêndio do Cartório da Villa Real, mas foi encontrado uma segunda via em um livro do tabelião com o dito testamento de Mathias Mendes Vianna, na qual constam suas louvações e recomendações da sua Alma ao Divino e a todos os santos da Corte celeste. O próprio inventariante declarou que seu pai era:

Solteiro, rapaz velho com idade avançada de mais de setenta anos e nunca havia se casado mas que por fragilidade humana teve três filhos que são: Ignácio Nogueira de Carvalho e Francisco Mendes, teve com Anna Maria, mulher solteira sem impedimento algum e outra filha de nome Lucinda que igualmente a teve em forma com Germana, mulher viúva e igualmente sem nenhum impedimento para casar. Declarou que queria seu corpo enterrado nesta Igreja Matriz na porta travessa da mesma igreja, amortalhado em Abito branco<sup>92</sup> e encomendado pelo reverendo parcho e que o enterro seja sem pompa e só quer que lhe diga Missas de corpo presente por todos os sacerdotes que se acharem e que seus testamenteiros mandarão dizer por sua alma duas capelas de Missas com a esmola costumada neste bispado.

Na mesma fazenda do Salgado, aos 17 de julho de 1841, o autor do testamento não declarou escravos, mas fez a seguinte afirmação:

Ter dado alguns gados às pessoas necessitadas pela região com a marca do seu ferro e que fez isto por caridade e bondade em troca de

---

<sup>91</sup> - Muitos senhores pela região do Cariri eram membros da Irmandade dos Brancos de Nossa Senhora dos Milagres em São João do Cariri. As dívidas de dízimos, quando atrasadas, eram acertadas, nas prestações de contas, quando das partilhas dos bens, quando separava parte para pagamento das despesas com o enterramento do defunto e junto, a Igreja cobrava esta dívida da irmandade.

<sup>92</sup> - Inventário de Matias Mendes Viana do ano de 1841, no Fórum de São João do Cariri, constando que o mesmo deixou alguns gados que alegou ter dado por bondade, mas que os ganhadores deste gado havia feito favores ao doador, dessa forma, não teve nada de bondade e mesmo assim ainda recomenda que as doações em animais estão fora da partilha, mesmo ele tendo doado os gados com o seu ferro.

favores<sup>49</sup> e que seus herdeiros não terão direito algum a elas e nem se oporem por ser de sua última vontade. Declarou ter alguns gados vacuns e cavalos e muitas partes de terras por diferentes lugares e que será dividido com seus herdeiros e a sua terça parte será da sua filha Lucinda que havia prometido por lei dispor dela livremente<sup>93</sup>.

A fazenda Mundo Novo<sup>94</sup>, no ano de 1842, estava em mãos do casal Luiz José de Mello e Cândida Roza Tenório de Aragão. Neste mesmo ano, o Juiz municipal suplente, o Major José Victorino de Barros, fez o Auto do inventário de Luiz José de Mello, havendo este falecido na dita fazenda do Mundo Novo. Dona Cândida ficou como inventariante, cabeça do casal com seus doze filhos. Dentre seus objetos de uso, constavam um bacamarte francês com coronha, uma cama quebrada e outros objetos, sete escravos e muita terra, como, mostraremos abaixo:

Um sítio de terras na Fazenda Poço do município de São João, uma parte de terras no Bonsucesso da Villa de São João comprada a Tomé Ribeiro Fernandes, outra parte de terras no mesmo sítio, comprada a Anna Alexandrina Gomes dos Santos, outra parte no mesmo sítio comprada a Roza da Mota, outra parte no mesmo sítio comprada ao padre Leonardo José Ribeiro, dois currais na mesma fazenda, uma parte de terras no sítio São Bento termo de Campina Grande, uma parte de terras no sítio Timbaúba, comprada a Felix José Brandão, a metade das terras da fazenda do Paraíso, comprada ao herdeiro Thomé Ribeiro Fernandes (Neto), uma parte de terras no sítio do Jacu que herdou do padre Leonardo Ribeiro, outra herança do padre Leonardo no sítio Cardoso, etc.

A viúva declarou ter uma engenhoca de fazer rapadura<sup>95</sup> e mais outras propriedades que não foram citadas com descrição, mas avalia em 1:200\$000 reis, juntando ao monte mor que dá 11:444\$800 reis com o quinhão de 318\$705 reis. O curador foi o senhor José Tavares da Costa e o procurador foi Tomé Ribeiro Fernandes (Neto)

---

<sup>93</sup> - Diante deste caso, podemos fazer várias deduções sobre Lucinda; a primeira é que Matias Mendes afirmou ser sua filha e que havia prometido, por sua morte dispor dela "livre". Há evidências de Lucinda ser filha de escrava e ele como pai da mesma ter prometido a sua mãe e a ela própria de lhe dar liberdade. Não encontramos escravos com as mesmas descrições porque o inventário não estava completo.

<sup>94</sup> - Inventariado Luiz José de Melo, tendo como inventariante Cândida Roza Tenório de Aragão. Inventário no arquivo do Fórum de São João do Cariri em cuja fazenda passou por outros donos, no período desta pesquisa como Antônio de Barros Leira entre outros.

<sup>95</sup> - Este foi um dos maiores inventários encontrados neste período, no qual o casal também proprietário do engenho Viração, na fazenda Paraíso, leilou-o para arrendamento, juntamente com suas terras em Campina Grande, depois de vários dias de pregão, na Vila de Cabaceiras.

O inventariante herdeiro colocou o engenho Viração da fazenda Paraíso, em leilão de arrendamento, na Villa de São João, no dia primeiro de agosto de 1842 e passando os dias em luta incansável, gritando em praça pública quem dava mais pelo dito engenho e quando, no dia 29 o porteiro, apreou o engenho mais uma vez com as terras do mesmo e não houve lance algum e mandam mais uma vez que o tragam em hástia pública a quem mais der no arrendamento numa luta e gritaria incansável, anunciando o engenho Viração e suas terras em Campina Grande, pertencente aos órfãos do falecido José de Mello, avaliados em 4954000 reis.

Finalmente apareceu o capitão, José Joaquim da Costa, procurador de José da Silva Marques e disse que para poder de seu comandante dito Marques cobria o lance com cinco mil reis e tratando não apareceu outra pessoa aos 30 de agosto de 1842, na Villa de Cabaceiras, assinado por Ignácio Furtado de Mendonça e Felix Correia de Queiros com o tabelião Ignácio Joaquim de Oliveira Leite.

Em 1842, Thomé Ribeiro Fernandes (Neto)<sup>96</sup>, perde sua mulher Maria Madalena e responde como herdeiro meeiro dos bens com seus filhos Florinda de 20 anos, Getúlio de 8 anos e Antônio de 5 anos. Dentre os bens destacam-se o número de escravos, tal qual consta no quadro abaixo:

#### **QUADRO 38 – Escravos de Maria Magdalena e Thomé Ribeiro Fernandes 1841.**

<b>NOME</b>	<b>COR</b>	<b>IDADE</b>	<b>NAÇÃO</b>	<b>PREÇO</b>	<b>OBS</b>
Jozefa	crioula	50 anos	-	150\$000 reis	
Cordolina	cabra	25 anos	-	400\$000 reis	
Francisca	-	30 anos	-	400\$000 reis	
Sabino	crioulo	14 anos	-	400\$000 reis	
Antonio	crioulo	13 anos	-	380\$000 reis	
Benedito	crioulo	10 anos	-	250\$000 reis	
Raimundo	crioulo	08 anos	-	225\$000 reis	
Baltazar	crioulo	05 anos	-	150\$000 reis	
Lucio	mulato	04 anos	-	200\$000 reis	
Ignacio	mulato	02 anos	-	120\$000 reis	

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

O mesmo quadro estava composto de um escravo cabra, dois mulatos, seis crioulos e um não declarado totalizando, dez cativos, provavelmente uma família escrava sem o pai composto por sete homens meninos e três mulheres; um plantel de

<sup>96</sup> - Ver inventário, na caixa de nº 9 de 1842, no arquivo do Fórum Municipal Nivaldo de Farias Brito.

muito futuro pela idade dos mesmos ser tão baixa. Provavelmente, o pai destes cativos tenha falecido, já que as possibilidades de fuga neste caso diminuem por conta dos filhos e da família como um todo, até mesmo para seu senhor vender ficaria mais difícil, por ser este pai cativo o chefe de família.

O viúvo<sup>97</sup> declarou poucos bens materiais e de terra, apenas a fazenda do Posso, termo da Villa de São João do Cariri, no valor de 55\$000 reis. De gado, o seu rebanho era pequeno. Percebem-se as dificuldades que os criadores de gados tinham, quando as estiagens eram longas. Os gados ficavam reduzidos às margens dos principais rios onde encontravam água com mais facilidade, como o Taperoá e o Paraíba e os principais afluentes destes dois rios principais.

Dos preços dos escravos, o de maior valor foi o do mulato Marculino, de idade de 20 anos, avaliado pelo seu avaliador por 600\$000 reis<sup>98</sup>, pertencente ao finado Ignácio de Alcântara Leira Gomes que foi inventariado por sua herdeira, a viúva dona Rozaura Cândida Carolina de Almeida. A fazenda era Mundo Novo; os bens materiais eram poucos e tinha mais a escrava de nome Maria, de idade 30 anos, avaliada em 300 mil reis e uma casa alugada em Alagoa Nova, com algumas arrobas de algodão com uma parte de terras no estreito do Espinharas. Seu monte mor foi de 2: 651\$503 reis e o quinhão foi de apenas 385\$000 reis.

No último inventário da nossa pesquisa, no ano de 1843, pertencente ao casal Francisco Fernandes de Oliveira Filho<sup>99</sup>, falecido e Thereza Maria do Espírito Santo a pesar de incompleto, deixou algumas coisas, a ver no quadro dos gados, abaixo:

### **QUADRO 39 – Francisco Fernandes de Oliveira Filho e Thereza Maria do Espírito Santo 1843.**

---

<sup>97</sup> - Sobre Thomé Ribeiro (Neto), este havia herdado uma boa fortuna do seu pai pela morte deste, em 1806 como consta neste trabalho e este inventário foi dos bens do casal que chegou a um monte mor de 3: 854\$ 580 reis e o quinhão foi de 626\$095 reis.

<sup>98</sup> - Este cativo foi o de maior valor encontrado nesta pesquisa, que, comparado aos cativos da região dos brejos e de Campina grande, o preço estava bem inferior pela própria idade do escravo com apenas 20 anos de idade. O problema dos preços estarem um pouco mais baixos que os de outras regiões podem estar ligados aos problemas das estiagens pela região do Cariri. Ver LIMA, 2009. p. 228/236. Onde o autor traça um perfil dos preços dos cativos em todo o período de sua pesquisa que vai de 1785 a 1888, em especial o quadro de número 25 que trata das variações dos preços.

<sup>99</sup> - Ver inventário de Francisco Fernandes de Oliveira Filho, do ano de 1843, no arquivo do Fórum de São João do Cariri.

VACUM	CAVALAR	CABRUM	OVELHUM	OUTROS
319 cabeças	31 cabeças	-	-	Seca de 1843

Fonte: Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Para possuir estas cabeças de gados, a viúva herdeira e inventariante declarou possuir “as terras do sítio São Domingos de Cabaceiras, o sítio Cacimbas na Ribeira do Paraíba, parte das terras do sítio Figueiras, parte de terras, no sítio Caraibeiras, uma parte de terras, no sítio da Timbaúba, terras no sítio Algodão, umas terras no sítio Paraíso, Uma parte de terras no sítio Engenho no brejo de Alagoa Nova, terras no sítio Cachoeiras, termo de Cabaceiras, terras no sítio Gravatá, uma casa no sítio de Alagoa Nova, no sítio Engenho, uma casa de taiparia nesta Villa de São João.

Eram muitos proprietários de terras do Sertão do Cariri com terras em Alagoa Nova, como já foi comentado, que possuíam rebanhos de gados mais avantajados. A mesma inventariante herdeira declarou:

Estar em dívida com a Fazenda pública com as terras do sítio São Domingos no valor de 150\$000 reis assim como devia também a Irmandade do Santíssimo Sacramento desta Matriz<sup>100</sup> a quantia de 166\$000 reis. Do aviamento de farinha no sítio de Alagoa Nova a inventariante declarou valer 25\$000 reis.

O senhor Francisco, quando em vida, morava no sítio Alagamar, termo da Villa Real de São João e da declaração dos bens materiais, o mesmo tinha: “uma caixa de pregarias, uma cama de armação feita na terra<sup>101</sup>, alguns objetos de ouro e prata e umas casas de taiparias espalhadas pelas suas terras.” Quanto aos escravos, este senhor possuía um plantel muito bom, como veremos, no quadro abaixo:

<sup>100</sup> - Outra irmandade aparece com frequência nos inventários e desta vez, a dívida do casal para com a mesma era bastante alta, como vimos acima na prestação de contas da viúva do falecido Dona Tereza Maria do Espírito Santo.

<sup>101</sup> - A cama de armação feita na terra, na realidade é aquela em que cava-se quatro buracos no chão, e enterra as barras de madeiras bem batidas e socadas, completando os mesmos buracos com terra ou areia e em seguida se estica o couro ou o colchão de palha que pode ser capim ou folhas de bananeiras, dentro de um grande saco de pano de forma retangular, conforme o tamanho da armação da cama, que também podia ser de varas sendo posto folhas de marmeleiro sobre a mesma ou já no período da segunda metade do século XIX, fazia-se camas de tijolos também forradas com couro ou folhas de plantas, de preferência as de bananeira ou capim.

**QUADRO 40 – Escravos de Francisco Fernandes de Oliveira Filho e Thereza Maria do Espírito Santo 1843.**

<b>NOME</b>	<b>COR</b>	<b>IDADE</b>	<b>NAÇÃO</b>	<b>PREÇO</b>	<b>OBS</b>
Domingas	cabra	50 anos	-	280\$000 reis	
Thereza	cabra	40 anos	-	250\$000 reis	
Bernarda	cabra	22 anos	-	480\$000 reis	
Mariana	mulata	23 anos	-	500\$000 reis	
Barbara	cabra	16 anos	-	350\$000 reis	
Inocência	cabra	05 anos	-	80\$000 reis	
escravo	-	22 dias	-	50\$000 reis	<b>22 dias</b>
Joaquim	-	35 anos	-	400\$000 reis	
Felix	mulato	18 anos	-	400\$000 reis	
Raimundo	cabra	11 anos	-	250\$000 reis	
Candido	-	07 anos	-	200\$000 reis	
Antonio	-	36 anos	Angola	350\$000 reis	
Antonio	-	31 anos	Angola	300\$000 reis	
Maria	-	-	-	200\$000 reis	
Eloi	-	-	-	100\$000 reis	
Veronica	mulata	-	-	500\$000 reis	
Ignacio	crioulo	10 anos	-	300\$000 reis	
Rozaria	cabra	04 anos	-	200\$000 reis	
Ana	-	-	-	-	<b>licitada</b>

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Percebemos, neste quadro, que a escrava cabra Domingas, mesmo estando com idade de 50 anos, estava bem valorizada por 280\$000 reis, Tereza, também cabra, por estar doente, sendo 10 anos mais nova que Domingas, estava valendo 250\$000 reis; já a cativa cabra Bernarda, tinha apenas 22 anos e o valor de 480\$000 reis e daí por diante. Percebemos também, que os escravos estavam com seus preços menos valorizados que as escravas, neste período, e que o plantel desta fazenda estava bem equilibrado entre os sexos com 10 mulheres e oito homens, dos quais um não foi possível identificar, mas que, provavelmente, fosse também mulher pelo seu preço bastante alto além do plantel ser formado por cativos jovens e a Cativa Anna Havia sido licitada.

Não foi possível localizarmos estes cativos nos lugares onde eles trabalhavam, mas, há evidências de que sejam os mesmos que se revezavam pelas terras deste senhor em especial no sítio de Alagoa Nova, onde trabalhavam na produção da farinha. A tutora estava preocupada com a seca que aconteceu mais

uma vez no ano de 1843 e que havia perdido todo o rebanho de gados que seria partido com seus herdeiros órfãos.

#### QUADRO 41 - Doenças que atingiram os escravos de 1824/1842

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	DOENÇA
Amaro	mulato	20 anos	-	<b>Quebrado da virilha</b>
Manoel	crioulo	35 anos	-	<b>quebrado</b>
Francisco	-	30 anos	Angola	<b>chocado</b>
Joze	-	35 anos	Angola	<b>Quebrado</b>
Domingos	-	60 anos	Angola	<b>doente</b>
Thereza	cabra	40 anos	-	<b>doente</b>
Francisco	crioulo	-	-	<b>doente</b>
Matheus	crioulo	-	-	<b>Doente do fígado.</b>
Luis	-	-	-	<b>Doente da vista</b>
Lisbão	-	23 anos	-	<b>doente</b>
Felix	mulato	25 anos	-	<b>doente</b>
Marcelina	-	30 anos	-	<b>míope</b>
João	crioulo	11 anos	-	<b>doente</b>
João	-	-	Angola	<b>quebrado</b>
Nazari	-	03 anos	-	<b>doente</b>

Fonte: Arquivo do Fórum de São João do Cariri no período de 1824/1842.

Nesta terceira parte, de 1824 a 1842, o número de cativos doentes é bem maior e a falta de dados sobre as idades e tipo de doenças de todos, dificulta fazermos uma análise mais adequada dos mesmos e até mesmo o tipo da doença, onde, em muitos casos, não foram informadas, mas que as doenças que mais afetavam a população eram aquelas causadas por exaustão física do corpo, diferente dos centros urbanos litorâneos, nos quais os invernos eram mais rigorosos e outros tipos de doenças atingiam os cativos, tais como a tuberculose e relacionadas sendo que esta também atacava os cativos do sertão do cariri só que em menor proporção.

Esses dados nos dão certa compreensão sobre a vida destes cativos e nos leva a perceber que a principal doença era causada mesmo pelo esforço físico humano de sua mão de obra; mesmo não sendo nos grandes engenhos, a vida era dura, as longas viagens feitas, tangendo os rebanhos de um lugar para outro, o trabalho pesado da limpeza diária das cacimbas com águas fundas, nos leitos dos rios, com ferramentas precárias, causavam muitas doenças dos peitos (peitos abertos) como chamavam, devido ao esforço dos movimentos com as pás de areia

que retiravam para abrirem as ditas cacimbas, quando dos períodos de grandes estiagens. O trabalho para construção das cercas de pau a pique ou de pedras exigia técnicas mais apuradas dos cativos. O transporte dessas pedras até seus destinos eram feitos puxados em couros por juntas de bois mansos ou pelas próprias mãos negras.

Em Campina Grande, segundo LIMA, 2009, afirma que:

Os escravos campinenses eram acometidos das mais diversas doenças, entre as quais, aquelas resultantes de causas infecto-parasitárias, da gravidez e primeira infância, nutricionais, dos sistemas nervoso e mental, respiratório, digestivo, circulatório e outras.” Ver Lima, 2009. p. 255.

Há diferenças nas doenças encontradas pelo autor, em sua pesquisa, em Campina Grande, se compararmos com os casos relacionados à saúde que estava imbuído o Cariri da Vila de São João. Mesmo sabendo que as doenças respiratórias era o grande problema, que atingia principalmente as crianças, a tuberculose matava e muito e não escolhia as vítimas, entre senhores e escravos, mas, no sertão do Cariri tinha outra agravante, a estagnação acompanhada pela fome.

Percebemos também que a falta de alimentos e o próprio cativeiro prejudicava o sistema nervoso de muitos cativos, e a loucura tornava-se uma constante no Cariri, em especial no Lugar do Badalo, um sítio que foi cuidado pelos jesuítas e a população negra marcava forte presença na região, onde encontramos um alto índice de crimes cometidos pelos escravos e pretos livres e libertos como mostra os documentos de processos criminais e nos próprios inventários.

A qualidade da comida dos escravos no cariri era bem inferior, principalmente, entre os pequenos donos de terra porque as secas constantes dificultavam a produção de alimentos, levando os cativos e a população pobre a cozinham folhas, couros e cactos como o xiquexique assado, as raízes de umbuzeiro que são formadas por uma batata, assim como a maniçoba, e pequenos animais como a tacaca, o gambá, o camaleão verde, o teju e outras caças silvestres da fauna e flora dos sertões para sobreviverem. Retiravam os couros das caças silvestres e faziam produtos de usos artesanais ou vendiam nas pequenas feiras espalhadas pela região da caatinga. Os cativos utilizavam-se muito desta prática de

sobrevivência para vender também e comprarem suas bugigangas de primeira necessidade como o tabaco, o sal, fósforo, e munição, cachaça, café em grão, etc.

Tendo uma má alimentação, os escravos não podiam dar bons rendimentos no trabalho por estarem exaustos pelo trabalho árduo que praticavam; por exemplo, as cercas de pedras que encontramos nos dias atuais por todos os lugares do Cariri:



**Figura 24** - Cerca de pedras no sítio Jaramataia localizada no atual município de Parari

**Fonte:** Arquivo do autor

Não encontramos registros que tratem da maneira como estas cercas eram construídas, mas, as pessoas do campo com mais experiências afirmam que, nas fazendas, espalhadas pela região, havia pessoas especialistas, neste ofício, que envolvia muitos trabalhadores escravos, para encostar as pedras nos locais por onde as cercas iam sendo levantadas. Muitas dessas pedras eram transportadas em arrastos com couros de bois e puxados por estes em trabalhos árdios e cansativos que podia durar muito tempo, dependendo do tamanho das cercas e da quantidade de pedras encontradas.

O trabalho da construção dos barreiros e açudes exigia grande esforço humano, e o negro estava lá, não como símbolo de fausto para seus senhores, mas para o chicote e a chibata que assoviavam constantemente nos lombos dos cativos por todos os lugares, levando muitos a reagirem fugindo do cativeiro, principalmente aqueles que viviam nas senzalas. Não são poucos os casos de outros que assassinavam seus senhores em tocaias ou lutavam de outras formas como juntando

suas migalhas de dinheiros para libertarem a si mesmos, seus filhos e esposas, enquanto outros desfilavam em praça pública, acorrentados pelo pescoço, puxado como animais aos gritos do porteiro Longinho, puxador, para ver quem dava mais no “lance pelo produto”, circulando, na praça, incansavelmente, às vezes até durante dias para vender uma vida ou uma família inteira, tornando aquelas cenas verdadeiros espetáculos de maldades contra a vida humana, bastando tão somente ser escravo para estar submetido a qualquer tipo de negócio feito pelos seus donos.

Um exemplo da venda de cativos aconteceu quando, no ano de 1835, em praça pública, em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres, na Villa Real de São João do Cariri, o Juiz Municipal dos Órfãos, “a bem da Lei”, fez o autuamento do auto de arrematação de uma família, começando pelo escravo José, crioulo de idade 50 anos, com sua mulher Anna, crioula de idade 50 anos; juntamente com seus filhos José, um crioulinho de dez anos, e seu irmão, um crioulinho de nome Manoel de apenas 8 anos, juntamente com o escravo Inácio, quebrado das pernas.

Estes escravos foram mandados a leilão como se arremata galinha em festa de padroeira em pavilhão, quando de um por um, entra na bandeja e é gritado por quem dar mais por cada “peça” só que esses escravos entravam acorrentados, sendo puxados pelo porteiro do auditório de arrematação cujos cativos eram pertencentes aos herdeiros do finado Francisco Correia de Queiroz, sendo neste caso “menos doloroso para a família escrava já que a mesma foi arrematada por um único senhor e levada para os brejos da cidade de Areia”.

#### **4- LEILÕES, CRIMES E RESISTÊNCIA DE ESCRAVOS EM SÃO JOÃO DO CARIRI.**

Como é percebido, na história social da escravidão, que este sistema de imposição de trabalho forçado, no cativo, provocou resistências e muitos crimes, torturas, lutas e negociações, aconteceram das mais variadas formas, envolvendo os cativos para se verem livres dos seus senhores. Desta feita, lembramos a luta silenciosa, organizada, constantemente, onde quer que tenha havido este sistema, em especial, e que mais nos chamou atenção, foram os eventos de resistência planejados e praticados pelos escravos malês que atormentaram a vida da cidade de Salvador, na primeira metade do século XIX. O que venho observando nas atentas leituras sobre esta temática, são alguns pontos em comum, que facilitava a organização de constantes levantes, começando pela a origem mulçumana que facilitava a comunicação, a grande quantidade desses personagens espalhados pelas ruas de Salvador e a facilidade para espalharem suas ideias entre aqueles cativos, fazendo rebeliões espontâneas ou planejadas.

Em Rebelião escrava no Brasil, Reis faz um estudo sobre a causa acontecida em Salvador e em seu entorno, quando a mesma se achava cercada por quilombos e que o autor chama de comunidades móveis, destruídas e reerguidas, alimentadas o tempo inteiro por novos personagens fugidos que ajudavam a engrossar as fileiras de rebeldes que tinham práticas em conviver, na cidade, para se beneficiar e se esconder dos seus senhores, criando inimizades e arrumando inimigos também, mas que estava germinando de forma silenciosa e em constantes embates, insurgindo como uma das mais importantes forças de resistência a escravidão no Brasil. (REIS, 1986).

Desta forma, as coisas relacionadas à luta pela liberdade, e aos crimes, mesmo que de forma individuais, estavam presentes também, no Campo, nos mais diferentes lugares, no interior do Brasil, e não diferente, no Sertão do Cariri da Paraíba, onde a Villa Real de São João do Cariri, era o palco das decisões e julgamentos de crimes que envolviam senhores e escravos, iam parar nas barbas da justiça, assim também como os leilões de cativos, de famílias escravas em praça pública, as cartas de liberdade, a luta contra tentativa de reescravização.

Neste capítulo, pretendemos mostrar os embates que aconteciam mais explicitamente no que diz respeito à luta pela liberdade e à resistência, que ocorriam de forma quase silenciosa pelo Cariri, no sistema escravista, que envolvia senhores e escravos, direta ou indiretamente, levando os mesmos aos tribunais, por terem

praticado coisas condizentes com a vida que viviam, se envolvendo em crimes, roubos e negociações de liberdade.

#### **4.1- LEILÃO DE ESRAVOS NA PRAÇA DA VILLA DE SÃO JOÃO DO CARIRI**

Sobre leilões de escravos, era de costume comum, os senhores, em qualquer lugar onde houve escravidão, se desfazerem de seus cativos por essa forma. Geralmente, os escravos que iam a leilão, eram aqueles que “davam muito trabalho” aos senhores, praticando atos de rebeldias que prejudicavam o plantel ou até que servia de “mal exemplo”, podendo ampliar essa dita rebeldia dentro do grupo de cativos. Também, essa forma de arrematação em praça pública, se dava em muitos casos, quando o escravo ou os escravos eram condôminos, ou seja, pertenciam a mais de um senhor e dificultava para lidar com essa forma de mão de obra dos mesmos.

Daí, os senhores os levavam até a Vila, ou a cidade e comunicavam o fato ao juiz que, imediatamente, cuidava de marcar as datas das arrematações, que envolvia um porteiro e um auditório, para depositar os cativos a serem leiloados, e, diariamente, levava os escravos à praça pública, armando e desarmando mesas para os trabalhos, no leilão, com os anúncios do porteiro com o cativo puxado por uma corrente passado ao pescoço e lançando suas propostas para o público que se encontrava ali presente, naquele espetáculo destinado a torturar escravos.

Dessa forma, acontecia casos em que senhores de outras vilas da Parahyba e até de províncias vizinhas eram avisados com antecedência e iam participar das arrematações. Dessa forma, aconteceu com senhores de cidade de Areia, na parahyba, que iam até aquela vila, em São João do Cariri, apenas em busca de comercializar escravos por essas vias, arrematando escravos e levando-os para a região dos brejos, em especial, nos períodos de longas estiagens, onde os senhores se apressavam em vender os cativos para se livrarem da obrigação de alimentá-los em tempos de seca, conforme neste tópico.

No ano de 1817, a senhora Egipcianna Maria de Jesus, ficou viúva do senhor Caetano Martins Pontes, juntamente com os filhos herdeiros Manoel Alves de 25 anos, Anna e Faustina ambas casadas e os órfãos Francisco, Antônio, João, Manoel, Joaquina e Maria. Ficou sem testamento, também não tinha bens nem dinheiro, nem ouro, nem prata, nem cobre, nem ferro; de moveis não tinha nada, de gado vacum

nada. Constavam de patrimônio apenas duas bestas e um cavalo. Declarou a inventariante ter os seguintes escravos como consta no quadro abaixo:

**QUADRO 42 – Escravos de Caetano Martins Pontes e Maria Egipciana de Jesus 1817**

<b>NOME</b>	<b>COR</b>	<b>IDADE</b>	<b>NAÇÃO</b>	<b>PREÇO</b>	<b>OBS</b>
Joze	-	35 anos	angola	120\$000 reis	
Vicente	crioulo	06 anos	-	80\$000 reis	
Catharina	Angola	40 anos	-	120\$000 reis	
Jordiana	crioula	-	-	150\$000 reis	Leiloada
Perpetua	crioula	-	-	40\$000 reis	
Manoel	cabra	-	-	150\$000 reis	Leiloado

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Dona Maria Egipsianna de Jesus, tinha uma terrinha no lugar do Badalo, valendo 5\$000 reis e outra parte de terras no Brejo de Alagoa Nova, termo da Villa Nova da Rainha, no valor de 16\$000 reis.

Em relação aos escravos, dizia o senhor João Martins Pontes, irmão do defunto Caetano, que na partilha que se procedeu, foi lanceada a escrava crioula Jordianna a seis herdeiros, compreendendo a meeira e como a dita escrava produziu uma cria cabra, o cativinho Manoel que deve por esta tocar a todos os interessados e o suplicante pretende tirar o que lhe tocava nesta escrava da cria e requeria que responda a avaliação na dita escrava a cria e depois seria arrematada a hasta pública para dos seus produtos ser indenizados os interessados.

Aos três de setembro de 1831, o Juiz, capitão Damásio Joaquim José de Carvalho, convocou os avaliadores para avaliarem a escrava Jordianna crioula, e o cabrinha, Manoel filho da dita escrava que se acharam presentes, dando-lhes os seus valores conforme entendidos em sua consciência, havendo pelos ditos avaliadores recebido os juramentos e assim o prometeram cumprir suas tarefas de obrigações, sendo a cativa Jordianna avaliada em 280\$000 reis, e o escravo Manoel por preço de 180\$000 reis.

De acordo com o nosso entendimento, as arrematações em praça pública poderiam acontecer a qualquer tempo em que os senhores dos cativos achassem que deviam realizá-lo. Sendo em maior número de arrematações, aqueles escravos condôminos, ou seja, que pertenciam a mais de um dono por ter sido partido e cada

herdeiro ter parte no mesmo cativo ou que este não interessasse mais ao seu dono por algum motivo, ou ainda poderia ser mandado levar o escravo para ser vendido em outra praça, ou, os herdeiros levavam o cativo para arrematação, ou leilão, onde tinha um lugar para “guardar o escravo”, enquanto este diariamente era levado à hástia pública e o porteiro fazia a gritaria, desfilando com o escravo pela praça, falando de suas qualidades e oferecendo a quem dava mais.

Em alguns casos, uma arrematação poderia levar 15 dias ou até mais, onde todos os dias com exceção dos fins de semana, dias santos e feriados, o cativo era levado ao palco de arrematação e o juiz mandava armar as mesas para a possível venda do cativo, na qual havia várias formas de negociação como até mesmo parcelar o pagamento.

O primeiro pregão foi num dia de Sábado, onde não houve lanço algum, no Domingo o escrivão deixou claro não ter havido pregão; no dia 5 de setembro de 1831 o juiz manda que o porteiro do Auditório Manoel de Souza, gastando toda sua fé na rotina do arremate não houve lanço algum; no dia 6 de setembro a coisa se repetiu e nada foi resolvido sem nenhum lanço; quando do dia 7 de setembro o juiz manda que pregue a arrematação como do costume de três dias da Lei Fazendo o porteiro desfilando pela praça pública com a cativa Jordiana e seu filho, o cabrinha Manoel, que ainda no dia nove estava se procedendo pregão sem resultados positivos de vendas, enquanto que o porteiro se desdobrava para gritar em vozes “inteligíveis”, segundo o escrivão, que os cativos estavam sendo vendidos, em leilão, quando se chegou a mesa o dito porteiro e disse que Francisco de Farias, que se achava presente oferecia na avaliação do cabrinha Manoel a quantia de 20\$000 reis a mais, enquanto que o tenente Caetano Correia cobriu o lanço do cabrinha Manoel com mais 10\$000 reis, momento em que o porteiro canta a ocorrência do leilão para 210\$000 mil reis, no cabrinha, levando o cativo a um preço de 241\$000 reis e foi arrematado pelo senhor José Mateus Pontes e a sua mãe, a escrava Jordianna, saiu em arrematação para o senhor Francisco Pereira pelo preço de 280\$000 reis.

Percebe-se que desde o ano de 1817, a escrava Jordianna e seu filho estavam sob o poder dos herdeiros como escravos condôminos. Mãe e filho ficaram sob o poder de senhores separados, um dos grandes problemas enfrentados pelas famílias escravas neste regime era a separação dos filhos ou da família como um todo, além da dor da submissão em que se encontrava o sujeito escravo, tinha de enfrentar a separação do grupo que se formava, mas nem sempre as coisas eram

assim; um exemplo, veremos a seguir, de uma família escrava que foi leiloadada na Villa de São João e que foi arrematada por um só senhor onde a dor era menor, quando estas famílias permaneciam juntas.

Era uma prática comum, no período da escravidão, a arrematação de cativos e, em muitos casos, até de famílias completas que eram postas em leilões em praças públicas. Na Villa de São João, as coisas aconteciam não menos diferente do que em outros lugares por onde a escravidão aconteceu e que uma arrematação poderia levar dias, sem que aparecessem lançadores para pôr preço na “mercadoria”.

O escravo podia ser arrematado em praça pública ou dentro da própria partilha, ficando o mesmo dividido entre vários donos ou era comprada as partes por um deles e o escravo ficando pertencente a um só herdeiro. Esta prática nos pareceu ser mais frequente a partir da década de 1820 e ampliou-se nos anos seguintes, como aconteceu, em 1835, quando dos autos de arrematação do escravo José, crioulo, e sua mulher Anna, crioula, Manoel crioulo, e Ignácio crioulo, a requerimento do curador da (demente) Leonor Maria de Queiroz e herdeiros do falecido Francisco Correia de Queiroz.

Quando aos 13 de Maio de 1835, na Villa Real de São João do Cariri de Fora, da Comarca da Villa do Brejo d’Areia, província da Paraíba do Norte, por este juízo se procedeu dos escravos acima citados a requerimento do curador da (demente) Leonor Maria de Queiroz, o senhor Antônio da Costa Salgado, e mais herdeiros que manda se proceder o seguinte:

Que o Porteiro do juízo Manoel de Souza Colaça traga a pregão em hástia pública, os dias da Lei a quem mais der nos escravos José, crioulo de idade 50 anos, avaliado em 350\$4000 reis; Anna, Crioula, de idade 50 anos, avaliada em 300\$000 reis; Manuel, escravinho crioulo, de idade 8 anos, avaliado em 200\$000 reis; Ignácio, crioulo, (quebrado das pernas), avaliado em 150\$000 reis e devem se arrematar a moeda de prata no valor de 5\$600 reis”.

No dia 9 de abril de 1835, houve o primeiro pregão com todo o ritual em praça pública com armação da mesa, passeio em praça pública, gritos e gritos, alegando o tipo de mercadoria que estava à venda e apelações, mas apesar de toda propaganda não apareceu comprador. A família escrava continuou depositada e no dia 29 de abril de 1835, o porteiro do auditório Manoel de Souza foi chamado pelo Juiz a abrir outro

pregão em Asta pública que mais uma vez se repetiu todo o ritual de costume com a família escrava dando volta entorno da praça, sob correntes, num verdadeiro “espetáculo teatral ao ar livre”, em meio às gritarias do público presente e do porteiro até ao entardecer e nada aconteceu, sendo adiada mais uma vez o drama dos cativos.

No pregão do dia 30 de abril, assim como o do dia 1º de maio, dia 2 de maio, dia três, nada foi resolvido; os cativos sofriam e suas angustias só aumentavam, as humilhações, as gritarias se reforçavam com a chegada de mais pessoas que queriam ver o final daquela peleja angustiante, as mesas eram armadas e desarmadas todos os dias, o Juiz mandava o porteiro apertar os gritos de quem dá mais e nada acontecia.

No quarto e quinto dia, também só aconteceu o espetáculo da propaganda para conseguir vender aqueles cativos, quando no sexto dia, tudo havia sido recolhido por ser Domingo, dia sagrado, e a família escrava estava guardada no Auditório pelo porteiro e todos participaram da Missa, rezaram, se divertiram, enquanto que aquela família estava lá, trancada naquele espaço, o pai, a mãe, o filho e o outro cativo, pensando no dia seguinte, na segunda feira, o que iria acontecer com os mesmos. Na Segunda seguinte, o sétimo dia foi a mesma coisa, nada aconteceu além da teatralização em praça pública, nos oitavo e nono pregões, tudo permanecia como antes e a agonia da família escrava continuava, talvez fosse menos mal por ainda estarem juntos por algum tempo e aquilo poderia ser tudo na vida deles em pelo menos estarem próximos, sabendo que a qualquer momento tudo iria desabar e poderia acontecer de jamais eles se verem, novamente.

Auto de arrematação do escravo José, crioulo, de idade de 10 anos, filho mais velho do casal. Quando aos nove dias do mês de Maio de 1835, nesta Villa Real de São João, em casa do Juiz municipal Amaro da Costa Romeu, com o porteiro interino Manoel de Souza, foi mandado pelo dito Juiz armar a mesa, e trouxeram a pregão de venda e arrematação o escravinho crioulo de nome José, de idade de 10 anos para no seu “produto” se proceder a arrematação que por este Juízo se procedeu. A mesa foi armada na forma do costume, começado o “espetáculo”, rodeando e caminhando em praça pública, gritando bem alto em vozes “inteligíveis e propagando a peça”: “há quem queira lançar neste escravinho de nome José, crioulo, de idade 10 anos, avaliado em 225\$000 mil reis”? Chegando assim a receber o justo lance, após passear acorrentado, circulando a praça, até que apareceu Reinaldo Antônio Alves, morador nos Pilões do termo do Brejo de Areia e lançou sobre o mesmo escravinho José a quantia de 75\$000 mil reis, que logo pelo dito porteiro, foi dito em alta e inteligível voz:

“Trezentos mil reis me dão pelo escravo José e se há quem dê mais se achegue e como não apareceu quem desse mais, foi mandado pelo juiz ao dito porteiro que “afrontasse” o pregão, o que logo foi feito pelo porteiro e as vozes aumentaram agitando o preço de trezentos mil reis e quem mais dava e o juiz pedia que afrontasse mais até que o porteiro não aguentando mais começou a gritar dando uma, duas e três. E se havia quem mais desse lanço aparecesse, se não arrematava, e mais voltas foram dadas na praça afrontadas a mando do Juiz que passeava de um lado para o outro, a as pessoas que passavam paravam para ver o drama da família escrava e José estava por um fio para ser vendido até que o juiz mandou que arrematasse.

O porteiro ainda insistiu e rodeou a praça e mais uma, duas, e três e mais um pouquinho, “está se acabando o prazo, e vai acabar” e tudo se concretizou. O destino de escravinho José estava selado. Ele estava em mãos do seu novo senhor. Houve desejo de muito bom proveito ao novo dono, o senhor Reinaldo Alves, quando o dito porteiro entregou um galho de ramo verde ao comprador em sinal de sua arrematação do que para constar mandou o dito Juiz municipal fazer este auto que assinou com os arrematadores e arrematante.

Dar para imaginarmos o que se passava pela cabeça daquela família cativa, quando ouviu pela última vez a voz do porteiro e do Juiz afirmando o leilão daquele menino negro tão jovem e talvez não soubesse bem o que estariam fazendo com ele, mas que seus pais já deviam ter comentado com o mesmo sobre a vida em que levavam e da tristeza que tudo aquilo causava naquela família.

O escravinho Manoel, crioulo, de 8 anos de idade, foi o próximo. Aos dois dias de maio de 1835, nesta Villa de São João do Cariri de Fora, com a presença do Juiz e do porteiro fora, mandado armar a mesa e metesse a pregão em Asta pública de venda e arrematação e a quem mais desse por deis moedas de prata pelo valor de 1600 reis e o dito cativo Manoel, crioulo, de idade 8 anos avaliado em 200\$000 reis, no inventário, que se procedeu nos bens do defunto Francisco Correia de Queiroz a requerimento dos herdeiros cuja partilha foi feita.

O dito porteiro armou a mesa na forma de estilo e começou em altas e “inteligíveis vozes” a gritar em redor da praça pública, fazendo o mesmo ritual feito no escravinho José e pedindo para os arrematadores que se achegassem à mesa e mandassem seus lanços e por muitas vezes sua voz estremeceu na praça e as voltas seguiam cantando o preço do cativinho e das moedas, passeando de um lado para o outro da praça, acossado pelo juiz que o apressava onde mais uma vez o dito

comprador do escravinho Manoel, o senhor Reinaldo, apareceu sobre a avaliação e cobriu com 50\$000 reis, mostrando mesmo que queria ficar com aquele crioulinho que logo o porteiro gritou 250\$000mil reis lhe davam pelo escravo Manoel e logo apareceu o senhor Francisco Cardoso de Mello e lançou sobre o negrinho 10\$000 mil reis a mais, cobrindo o primeiro lanço, passando ao valor de 260\$000 mil reis e o porteiro apertava os lançadores e gritava, e mais uma vez entra em sena o dito Reinaldo e acrescenta mais 500 reis, e o porteiro se agita, o juiz anda de um lado para o outro, e as vozes procedem, voltas e mais voltas, acompanhadas de uma verdadeira ladainha de repetições e o Juiz mandou encerrar e entregar o escravinho pelo preço de 160\$ 500 reis, o pregão foi batido, o dinheiro foi posto à mesa, assim como as moedas e tudo conferido para fechar-se o negócio.

O escravo Ignácio, crioulo, das pernas tortas, de idade de 35 anos, foi a praça pública para arrematação aos 9 de maio de 1835 na dita Villa onde o Juiz mandou armar a mesa. Parecia tudo já está cansado de tanta apelação e de tantos dias de trabalhos cansativos, quando percebemos que a falta de compradores era o problema para este tipo de negócios, mas mesmo assim, o Juiz mandou que mantivessem o cativo no pregão, em Asta pública, de venda e arrematação a quem mais oferecesse pelo cativo, avaliado em 150\$000 reis e nas moedas de prata, avaliadas em 1\$600 reis, o crioulo cativo tinha as pernas tortas, e logo o porteiro armou a mesa na forma do estilo e de modo “inteligível”, vozes fortes, gritarias ininterruptas, chamando os compradores, rodeando a Praça, de um lado para o outro, indo e voltando a mesa, puxando o crioulo e dando uns quarenta passos apareceu Ignácio da Costa Freire, morador no termo desta Villa e lançou 10\$000mil reis sobre a avaliação do referido escravo que logo pelo porteiro foi anunciado o novo valor do cativo, 160\$000 reis lhe dão e o Juiz manda que afrontasse a voz e apertasse os passos o que fez o dito porteiro: “se há quem mais dê chegue-se a mim receber seu lanço, afronta faço porque mais não acho e dou-lhe uma, dou-lhe duas,. e três...., e uma mais dê, chegue-se”.

Como não havia aparecido mais lançadores, foi arrematado o cativo Ignácio das pernas tortas, sendo entregue ao seu novo dono e agradecido, desejando ao comprador bom proveito no crioulo que sorte teve de permanecer na vila onde provavelmente não era família dos outros cativos arrematados ou talvez fosse, embora nenhum documento foi encontrado sobre esse fato.

Após a arrematação do cativo Ignácio, a tensão aumentou, as crianças cativas Manoel e José, ainda estavam depositados e já arrematados aguardando a hora da

viagem para o novo lugar de Pilões, termo da cidade d'Areia pelo senhor Reinaldo, mas, restava ainda o casal de cativos, José, crioulo e pai das crianças, de 50 anos e Anna, crioula, mãe dos cativinhos, também de 50 anos. Até aquele momento, todos estavam ainda juntos no depósito, as crianças iam continuar juntas, mas, e os seus pais, o que poderia acontecer nas suas arrematações, será que o senhor Reinaldo do termo de Pilões os compraria?

A partir daquele momento, parecia que as coisas começaram a andar e serem resolvidas mais rápido; desta feita, foram postos logo o casal de cativos em leilão, os escravos José e Ana estavam juntos, começava o auto das arrematações. Aos onze dias do mês Maio, nesta Villa Real de São João do Cariri de Fora, quando o Juiz municipal Hilário da Costa Romeu mandou armar a mesa, e metesse a pregão em Asta pública, assim como os demais, para venda e arrematação. Parecia que havia outros escravos a serem arrematados, e todos tinham pressa naquele momento, o escravo José de 50 anos estava avaliado em 350\$000 reis, a escrava de nome Anna tinha a mesma idade que seu marido e valia 300\$100 reis.

Tudo se repetia, as voltas em torno da praça, as idas e vindas do porteiro, que de forma “inteligível” gritava sem parar e afirmava não esperar muito tempo. Quem desse mais, no casal, levava, o Juiz mandava que ele, o porteiro andasse mais, puxasse os crioulos, voltas e mais voltas, chegou-se à mesa, levantou-se alguém do público presente ao “espetáculo da arrematação”, levantou a mão e se chegou à dita Mesa, ficou aguardando, era o senhor Reinaldo, o mesmo que havia arrematado os molequinhos, o senhor Reinaldo falou disposto a comprar o casal, lançou 650\$000 reis nos mesmos, o porteiro gritou quem dava mais, não apareceu e o pregão foi batido dois galhos de ramos entregues ao dito comprador, que pôs sobre a mesa o dinheiro e mais sem reis, negociando também as moedas e pagou a Fazenda Nacional com estas e tudo estava liquidado.

Pelo menos esta família escrava continuou junta, diminuindo suas angústias, o senhor Reinaldo parece ter vindo para este fim, de levar todos, com exceção do pobre cativo Ignácio que tinha as pernas tortas, mas que ficou na própria Villa, foi arrematado por alguém que necessitava dos seus serviços mesmo com o “defeito” acima citado.

Foram muitos os documentos encontrados com vendas de escravos, em arrematações, nas últimas décadas do período pesquisado. Parecia ser uma prática bastante comum este “espetáculo humilhante” que parecia divertir muita gente, menos

os cativos, ou talvez, estes, se sentissem até aliviados, ao serem vendidos para lugares como os brejos, saindo daquele lugar de secas terríveis e constantes, onde parecia que as coisas não andavam e as pessoas de posse dos brejos saíam para o Cariri para comprar escravos talvez por serem mais baratos, num espaço em que cativos passavam fome, morriam por inanição, muitos eram abandonados, ou fugiam à procura de suas próprias sobrevivências. Estas são as deduções que tivemos, quando da apropriação dos documentos.

A dona Sebastiana Ferreira da Silva<sup>102</sup>, quando de sua morte, no ano de 1837, seu marido e herdeiro inventariante, Joaquim Ferreira da Silva, em seu pequeno quinhão, declarou haver ficado duas bestas novas, uma besta velha, duas poldras, dois poldros, um cavalo pai de bestas, uma garrota e uma parte de terras na Cacimba, termo da Villa de São João, e um escravo, importando tudo em monte mor de 426\$000 reis.

O escravo era crioulo de nome Luís, sobre qual declarou o inventariante ter nele duas partes e seu irmão Severino Ferreira da Silva uma parte, que foi avaliado pelos avaliadores em 400\$000 reis, que tirada a parte do herdeiro Severino, a quantia de 133\$333 reis, fica ao meeiro a quantia de 266\$666 reis; as duas partes do dito escravo fora licitada pelo inventariante meeiro na quantia de 110\$000 reis que somou a quantia de 376\$666 reis e assim foi feita a licitação.

Esta forma de arrematação era a mais simples e menos dolorosa para o cativo, diferente do que aconteceu, em 1841 com os escravos de Antônio Nogueira de Carvalho<sup>103</sup>, que com sua morte, sua viúva herdeira meeira e testamenteira que naquele momento também havia falecido, deixando e sendo inventariante Rodrigo Soares de Brito, declarou os seguintes escravos:

Sebastião, Angola de 50 anos avaliado em 180\$000 reis, o escravo mulato Felix, 25 anos, doente, avaliado em 400\$000 reis, o cativo crioulo Manoel, vinte e cinco anos avaliado em 450\$000 reis e o

---

<sup>102</sup> - Ver inventário de Sebastiana Ferreira da Silva do ano de 1837, na Villa Real de São João caixa nº 7 do arquivo do Fórum Municipal Nivaldo de Farias Brito.

<sup>103</sup> - Ver documento encontrado no Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri do ano de 1835, guardado nas caixas amarelas, sem mais nenhuma identificação. São nestas caixas que se encontram os processos crimes e outros documentos de grande valia para a História e como patrimônio histórico que se encontram em péssimo estado de conservação e de difícil localização por não estarem catalogados.

escravo cabra, 18 anos, avaliado em 450\$000 reis e mais uma escrava já falecida de nome Anna Maria, enterrada na Matriz de Nossa Senhora dos Milagres e estava sendo cobrado o seu enterramento pelo pároco coadjutor João de Santa Delfina.

O monte mor feito pelos avaliadores foi de 3:046\$060 reis. Após a partilha, o porteiro interino do auditório desta Villa de São João, de nome Benedicto Longuinho, da Costa, foi chamado a trazer a pregão de venda e arrematação na Praça pública desta Villa, nos dias da Lei, o escravo de nome Manoel, avaliado em sua avaliação de 400\$000 reis, mais outro de nome Paollo, também por 450\$000 reis, e outro chamado Sebastião, em sua avaliação de 180\$000 reis; todos eram mercadorias de propriedade do falecido Antônio Nogueira de Carvalho e Francisca Plácida Bezerra, e estavam pertencentes aos seus herdeiros, parentes e órfãos.

As coisas foram providenciadas e acertadas pelos juiz, porteiro e herdeiros e os cativos foram postos à arrematação. Aos 13 de abril de 1841, nesta Villa de São João do Cariri, em casa de residência do atual Juiz de Órfãos, Leonardo de Faria Oliveira, cabendo-lhe mandar armar a primeira mesa para serem arrematados os escravos constantes e descritos que o porteiro do Auditório Benedito Longuinho da Costa apregoe estes ditos escravos praça pública desta dita Villa, dando voltas umas vinte vezes e se chegou a mesa, mas não houve lanço algum, sendo mandado fazer o termo de abertura pelo juiz.

Aos 14 de outubro do mesmo ano, na mesma Vila, praça e lugar, o Juiz mandou armar a segunda mesa, mandando que os cativos fossem apregoados, havendo o porteiro por uma e muitas vezes dado voltas, na praça pública, e foi se chegando à mesa, deu sua fé e não houve lanço, sendo feito termo de encerramento pelo Juiz.

Aos 15 de outubro de 1841, o juiz mandou armar a terceira mesa e mandou que o porteiro Benedito Longuinho apregoa-se os escravos descritos. O porteiro fez a mesma trajetória pela Praça, provavelmente, em frente à Igreja matriz por muitas vezes gritando e dizendo: “há quem queira lançar neste escravo de nome Manoel avaliado na quantia de quatrocentos mil reis? E o outro de nome Paollo pelo mesmo preço? E o outro de nome Sebastião avaliado em cento e oitenta mil reis? Continuou rodeando a praça expondo as “mercadorias”, um por um, até chegar à mesa sem haver lanço algum gritou o porteiro Longuinho dando uma, duas e três e mais um

pouquinho, quem dava o lanço? Aí, aparecendo, no momento, e se achegando à mesa Euzébio Joaquim da Silva apresentou a petição em que oferecia a quantia de 180\$100 reis pelo escravo Sebastião que visto não haver lançado pediu prazo de seis meses que foi consultado e aceito o lanço com o preço requerido quando o porteiro deu mais alguns gritos “quem dar Mais”? Não apareceu quem mais oferecesse e logo o cativo Sebastião foi entregue pelo porteiro que lançando mão de um ramo verde entregou o escravo ao arrematante e desejou-lhe bom proveito e sendo aí encerrado pelo “Meritíssimo” Juiz. Nesse caso, o escravo foi arrematado em forma de prestação.

Mais uma arrematação foi feita, desta vez, com a presença do vigário, o padre José Gomes Pequeno, no ano de 1843, após todos os herdeiros concordarem em fazer uma nova arrematação que passaria o escravo no valor de 400\$000 reis a fim de se conseguir a dita venda já que foi a praça e não houve compradores dos mesmos cativos, pelo preço alto da avaliação, pois, na qualidade de bens semoventes, seria infalível o prejuízo dos ausentes, mandando o escrivão notificar os interessados no escravo Paulo. A ação foi cumprida por parte a partir do juramento e o juramento feito pelos louvadores nomeados: “José Maria da Silva Vianna e Euzébio Joaquim Vianna aos 20 de junho de 1843”, todos os apetrechos foram preparados e cuidados com a formação da mesa e o “passeio” em praça pública, expondo a “mercadoria” e nada de lanço, ninguém apareceu para comprar o dito cativo Paulo.

Nos dias 22 e 23 foram repetidos todos os rituais para vender o cativo com o espetáculo do porteiro ,sendo mandado pelo Juiz para dar mais voltas sobre a praça pública, puxando sobre uma corrente o cativo e gritando: “quem dar mais”? E nada de lanço, sendo desarmada a dita mesa e mais uma vez o destino do negro cativo seria adiado.

Nos dias 23 e 24, enquanto o porteiro e a (cidade) Villa se preparavam para as comemorações e joaninas, o escravo Paulo continuava recolhido, em sua mais terrível agonia, trancafiado no auditório de guarda, esperando a decisão do seu destino, pois o mesmo estava aguardando um novo dono que não aparecia, enquanto o escrivão deixou escrito nestes dois dias estarem em festa de São João e no dia 25 era Domingo, permanecendo as coisas sem solução para aquele escravo.

Nos dias 26 e 27, os pregões foram adiados e no dia 28, o porteiro do Auditório Longuinho começou seu ritual pela praça e a mesa foi armada, mas não apareceu comprador. No dia 29, todos os envolvidos na arrematação foram comemorar a festa de São Pedro e no dia 30 não houve lanço algum. Percebemos a agonia que estava

vivendo aquele cativo, e as coisas se complicavam, alguns herdeiros reclamavam da dificuldade dos negócios e outros estavam com medo de perderem espaço no cativo, ficando o mesmo em mãos de algum deles como escravo condômino e não era isto que eles estavam querendo.

No dia primeiro de julho de 1843, o escrivão afirmou não ter leilão porque era Domingo, na Segunda feira também não houve e na Terça, dia 3 de julho, o porteiro interino do Auditório Benedito Longuinho é autorizado pelo Juiz a levar a pregão de venda e arrematação o escravo Paulo. A primeira mesa foi armada e o porteiro Longuinho apregoou dito escravo em praça pública da Villa de São João, onde logo começaram em altas vozes, que em seguida, se chegou à mesa e deu sua fé, “de não haver quem lançar quisesse” a quem ouvido pelo dito Juiz mandou lavrar o termo e todos assinaram.

Em 1843, as coisas estavam difíceis, a região ainda não havia se recuperado da grande seca de 1840 como mostram os próprios inventários, os rebanhos de gados estavam reduzidos e muitos haviam perdido todo o plantel de animais e o dinheiro estava mais nos bens do que nos bolsos da população. Estava acumulado em joias e outros objetos de usos como já foi discutido. A maior quantia em dinheiro que encontramos nas declarações dos bens foi apenas uma de 200\$000 reis e dos outros inventários quase não existia em moeda corrente; daí, não era fácil arrematar um cativo, neste valor de 400\$000 reis.

Aos quatro de julho de 1843, o Juiz mandou o porteiro Longuinho armar a segunda mesa, com o objetivo de arrematar o escravo Paulo que continuava guardado no Auditório e saiu para ser apregoada pela praça pública da Villa aos gritos do porteiro por muitas e incansáveis vezes e em altas vozes e com “inteligência” até se chegar à mesa dando sua fé de não haver quem lançar quisesse, sendo lavrado o termo pelo Juiz.

Naquele mesmo momento, foi mandado armar a terceira mesa, pelo dito Juiz para efeito de arrematação do escravo Paulo, pertencente que foi dos falecidos citados. Ele foi levado pelo porteiro Longuinho à praça pública desta Villa, obedecendo às ordens do Juiz apregoou o cativo, dizendo em altas e inteligíveis vozes: “cheguem-se assim que receberei seu lanço”! E logo se chegou Francisco de Sales Correia de Queiroz, ofereceu sobre a avaliação mais quantia de quinhentos reis que assistido o lanço pelo Juiz, este mandou que o porteiro continuasse na arrematação. O porteiro continuou mais voltas pela praça puxando o negro e gritando “quatrocentos mil e

quinhentos reis me dão pelo cativo Paulo, cheguem-se à mesa e receberei seu lanço”, e isto repetindo, incansavelmente, mas não apareceu outro comprador.

Após o Juiz perceber que não havia mais lanço algum, mandou que aprontasse a arrematação que, de imediato, o porteiro Longuinho gritou: *“Aprontar faço, porque mais não acho, se mais achar, mais tomará, (dou-lhe uma, dou-lhe duas e três, e mais uma pequena encima. Chegou que estou arrematando; está arrematado.”*

Lançando mão de um ramo verde, entregou por ordem do Juiz ao arrematante Francisco de Sales Correia de Queiroz; dizendo-lhe bom proveito e sendo levada a arrematação ao conhecimento da mesa que recebeu do comprador 20\$025 reis correspondente à mesa que será deduzido da quantia de 400\$500 reis porque o cativo foi arrematado em praça pública, sendo 20\$000 reis em cédulas e 25 reis em cobre. Villa Real de São João, 5 de julho de 1843, acompanhado pelo Coletor Domingos da Costa Ramos, o escrivão Gonçalo de Sales Gurjão que logo contou o sobredito arrematante a quantia correspondente à mesma arrematação feita presente às testemunhas: João Saraiva de Araújo Junior, Jacinto Pedro Ferreira e o escrivão Francisco Cordeiro de Queiroz.

Mas as coisas ainda não estavam resolvidas, restava o escravo Manoel, que assim como o escravo Paulo foram partilhados no inventário dos finados Antônio Nogueira de Carvalho e sua mulher Francisca Plácida Bezerra<sup>104</sup>. Este escravo, o Manoel, em sua avaliação, de quatrocentos e cinquenta mil reis sem desconto. O dinheiro do escravo Paulo foi disputado centavo a centavo pelos gananciosos herdeiros da forma seguinte:

#### **QUADRO Nº 43 – Divisão do dinheiro do escravo Paulo – 1843.**

<b>LISTA DA DESPESA</b>	<b>VALORES</b>
Para pagamento da dívida de Leocádia P. Bezerra	18\$000 reis
Do legado de Leocádia Plácida Bezerra	96\$ 279 reis
Pago a José Maria da Silva Vianna	4\$000 reis
Para pagamento de Ignácio Joaquim	15\$310 reis
Para pagamento de meias	56\$000 reis
Para pagamento do funeral	274720 reis
Para pagamento de Jozefa Maria do Céu	72 956 reis
Na legitima de Manoel Antonio	71\$95 reis

<sup>104</sup> - Ver inventário de Francisca Plácida Bezerra no Fórum Nivaldo de Farias Brito.

De Manoel Soares Brito	29\$876 reis
Na importância de Francisca	26\$890 reis
Petronília Ferreira	26\$890 reis

Devido ao preço do escravo Paulo ter baixado de 450\$000 reis para 400\$500 reis, na divisão do dinheiro do mesmo, teve que ser feito um abatimento nas partes que tocavam a cada um dos herdeiros da forma seguinte:

#### **QUADRO Nº 44 – Abatimentos nas partilhas do escravo Paulo**

<b>ABATIMENTOS NO ESCRAVO</b>	<b>VALORES</b>
Leocadia Placida Bezerra	1\$980 reis
Da mesma Leocadia Plácida Bezerra	19\$610 reis
Abatimento do funeral	3\$049 reis
Josefa Maria do Céu	8\$918 reis
Manoel Antonio	7\$915 reis
Manoel Soares de Brito	3\$286 reis
Abatimento de Francisca	2\$957 reis
Petronília Ferreira	2\$957 reis

Fonte: Fórum Municipal Nivaldo de Farias Brito

Disse Ignácio da Costa Freire, que:

Havendo ele suplicante comprado a Hilário José de Gouveia a parte em que o escravo Paulo coube à sua mulher Jozefa Maria do Céu, no inventário do Falecido Antônio Nogueira de Carvalho, e sua mulher Francisca Plácida Bezerra, e assim mais a Maria José da Silva Vianna, procurador de José dos Santos Neves, a parte que cube o escravo a legítima materna a Manoel Antônio Carvalho comprado ao dito Neves como havia sido o escravo arrematado nesta Villa.

Nas prestações de contas, feitas pelos tutores dos herdeiros ausentes, eles alegaram não haver lucro algum, pois as partes dos escravos arrematados, Sebastião e Paulo, ficaram retidas pelo juiz, e as terras, nada deram de lucros, pois eram inapropriadas para arrendamentos por serem localizadas no Sertão.

Pelos indícios que temos, presenciado, nos inventários, nesta região do Cariri, era uma prática comum o arrendamento de terras, constado em documentos que nos foram fornecidos, mas, constantemente, nos deparamos com os tutores e herdeiros falando desta prática do arrendamento em que as terras ou estavam arrendadas ou que os seus donos não encontravam a quem as arrendar.

Gonçalo de Sales Gurjão, curador da órfã Joanna, filha do falecido Antônio Nogueira de Carvalho, procedendo-se o inventario, pede que tragam do depósito o escravo Manoel, avaliado em 450\$000 reis, o qual, sendo partilhado, este cativo, caberia a dita órfã Joanna a quantia de 80\$000 reis.

Começando o preparativo para o pregão do cativo Manoel, que se encontrava depositado no Auditório, foi levado à Praça pública, para ser arrematado e divididas as quantias; mas não apareceu comprador. Como o dito escravo estava o tempo todo em poder de outros herdeiros, foi proposto uma redução do preço sob proporção como havia sido feito com o escravo Paulo. Todos os outros herdeiros concordaram e mandaram correr o cativo em praça pública e arrematá-lo pelo justo valor que pudesse chegar em Asta pública.

Segundo o reverendo João de Santa Delfina, vice do padre José Gomes Pequeno, que já se achava em seu leito de morte, lembrando aqui que este padre havia entregue a tutoria dos seus sobrinhos filhos de Francisco Alves pequeno, no ano de 1842, por se achar enfermo de moléstia e preferia cuidar do seu rebanho na Igreja de Milagres, afirma que se achava um escravo de nome Sebastião, que havia ferido a um outro cativo pertencente a Antônio da Costa Romeu, tendo como consequência a prisão do agressor que de pronto recebeu pena pelo crime.

Segundo o reverendo padre, este cativo não devia sofrer tão insanável prejuízo pela já conhecida desigualdade que tem de aparecer nos escravos. Por isso, que os réus de crime só pertencem à justiça e só a ela cabe determinar-lhes a pena, porque as leis são desiguais e pedem que não seja outro superior que o julgue senão a justiça oficial. Os herdeiros decidem que o cativo, se condenado, pedem que seja reformada a partilha, ficando por indevido o escravo Sebastião, o qual, depois de avaliado ou ter cumprido a pena, em que for acusado, que se proceda a sequela com os interessados aos 10 de setembro de 1843.

O escrivão certificou que as decisões tomadas pelos herdeiros sobre o cativo Sebastião foi a de lançá-lo nos quinhões hereditários dos herdeiros ausentes, filhos e netos da falecida inventariada. Por último, foi pedido para trazer o cativo Manoel e o mesmo foi arrematado com os mesmos apetrechos do escravo Paulo, momento em que todo o ritual se repetiu, sendo o mesmo negro avaliado em 400\$000 reis.

São claras as possibilidades de o escravo Sebastião ter feito o ferimento de morte num outro cativo para poder se livrar dos castigos cruéis que poderia estar enfrentando em mãos do seu novo dono, e esta seria a forma mais apropriada para

ele provocar tal crime e embora ficando, na cadeia, estaria “livre” da dureza do trabalho do cativo, já que o mesmo era muito velho, ou talvez fosse até pai dos cativos Paulo e Manoel e tudo tivesse desabado com a separação dos mesmos pela venda, quando da morte dos seus legítimos donos. O que podemos deduzir é que no sistema de escravidão, tudo era possível em termos de barbaridade por parte dos senhores, não esquecendo que os cativos também reagiam, respondendo em muitos casos com a mesma violência aplicada pelos seus senhores.

#### **4.2 Dos crimes praticados e sofridos por escravos**

Nos processos criminais, passamos a encontrar um número bem maior a partir da década de 1830. Como nossa pesquisa só chegou até ao ano de 1843, poucos foram os processos que encontramos em bom estado de conservação, sendo muito difícil a recuperação dos mesmos por não estarem catalogados e seus volumes já desfeitos pelo efeito do tempo, da traça e do incêndio; na verdade nenhum processo foi encontrado com todas as suas páginas, isso dificultou em muito nosso trabalho, mas nem por isso, deixamos de citar alguns acontecimentos importantes, neste capítulo.

Da mesma forma como ocorreu por tantas outras regiões pelo Brasil a fora, a escravidão foi o mais impactante e cruel sistema de trabalho forçado já existente. Ser escravo nos sertões, de certa forma, era diferente de ser escravo nos engenhos. Talvez se tornasse mais difícil a comunicação entre estes, devido ao imenso espaço territorial e das distâncias das fazendas e povoados pela região. Isto é percebido, ao fazermos umas visitas adentrando este mesmo território nos dias de hoje, onde percebemos a dimensão das distâncias a serem percorridas pelos cativos que eram longas e cansativas, levando alguns senhores que habitavam em suas fazendas e seus escravos a certo isolamento, na comunicação, se dedicando mais ao criatório e se organizando nos seus espaços para dar continuidade às criações e à vida no sertão do Cariri.

Os escravos do Sertão do Cariri, cotidianamente tinham suas tarefas a serem cumpridas e isto não era coisa fácil, a vida era dura. Os conflitos aconteciam mesmo dentro do grupo de cativos, em meio a um certo clima de tensão, tanto que em alguns casos, eram capazes de reagir a qualquer pedido de mando, mesmo entre eles, que,

por vezes o conflito era inevitável. Eram submissos aos seus senhores porque o próprio sistema os obrigava a isto, mas as reações quando das ordens, ultrapassavam os limites, os conflitos vinham à tona, e os crimes aconteciam, sendo que nem mesmo seus senhores, em alguns casos, eram poupados, como veremos casos que ocorreram de assassinatos pelo sertão do Cariri.

Dos processos criminais, em termos de estruturas formais, de acordo com a pesquisa realizada por LIMA, 2009<sup>105</sup>,

Um processo crime obedecia a diferentes etapas e era composto de várias peças. Apesar de algumas variações ao longo do século, seguiu um ritual mais ou menos uniforme. Geralmente ele começava com um inquérito policial, dirigido por um delegado ou subdelegado de polícia a partir da queixa ou denúncia do crime, feita pelo queixoso, o promotor de justiça ou mesmo alguém da comunidade para ser instaurado o inquérito.

Nesta pesquisa, um dos processos que nos chamou atenção e que tivemos a sorte de transcrevê-lo foi este, como veremos abaixo nos crimes da fazenda Carneiro do Distrito de Pombas (Parari), cujos réus de um desses crimes, foi o escravo Manoel e um tal de José Rodrigues Chaves, pessoa livre e que era provável morador e vaqueiro da dita fazenda<sup>106</sup>. O inquérito só foi iniciado cinco anos após o acontecido, quando veio à tona a denúncia dos assassinos.

Na devassa sumária da morte feita a Manoel Martins, que almocrevava pelo sertão do Cariri, em 1839, aos quatro de Maio, nesta Villa de São João, o Juiz Antônio da Costa Vilar, mandou o escrivão Antônio José Vitorino Borges autuar o processo sobre o que aconteceu no Distrito da Capela de São José das Pombas em 1834, tendo como resultado a morte feita a tiros de pistola e espingarda em Manoel Martins no lugar da fazenda do Carneiro deste distrito.

---

<sup>105</sup> - Segundo o autor, quando da Independência e da Promulgação da nova Constituição, foram criados o Código criminal do Império e o Código do processo Criminal entre os anos de 1830 e 1832; este último passou por mais duas reformas no decorrer do Segundo Império que foram as do ano de 1841 e a de 1871. Ver Código Philippino...; Pierangelli, José Enrique. Códigos penais do Brasil. Evolução histórica. Bauru, Jalovi, 1980, pp. 167/265; Código do processo criminal de primeira instância do Império do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Thyphographia Franceza, 1842.

<sup>106</sup> - Para o que se segue ver sumário de culpa por crime de morte-1839. Autora, a justiça pública, Réu. Manoel, escravo do comandante Florêncio. Arquivo do Fórum Municipal de São João do Cariri, documento ainda não catalogado.

O Juiz mandou que fosse feito o exame do corpo do delito, mandando intimar todos os envolvidos no crime logo em seguida, assegurando punir os culpados, na forma da Lei.

O escravo Manoel, pertencente ao comandante Florêncio, residente no lugar da fazenda do Carneiro, deste município, vivia em suas obrigações pela fazenda, cuidando do gado do seu senhor. O cativo Manoel era casado nesta Capela em Pombas (Parari) e vivia com sua mulher e filhos em uma das casas de taipa da fazenda, assim como seu parceiro e vaqueiro José Rodrigues, amigo do comandante e provável morador livre, mas que morava na fazenda do sítio do Carneiro<sup>107</sup>.

O dito cativo morava nos recantos daquela fazenda e constantemente, estava ao lado do seu parceiro José Rodrigues em sua casa, assim como outros cativos que viviam levando e trazendo coisas da casa grande e prestando serviços de vaqueiro, principalmente, cuidando dos cavalos do seu senhor, como foi o caso de José Rodrigues que ao chegar de uma viagem foi deixar o cavalo na casa (choupana) do cativo Joaquim para que este cuidasse do animal.

É a partir deste ponto que se inicia a história que está envolvendo o vaqueiro José Rodrigues e o escravo Manoel, quando da chegada do primeiro com um cavalo na casa do escravo Joaquim, encontrou um indivíduo de nome Manoel Martins, que parecia ser bastante conhecido pela região, de acordo com os depoimentos das testemunhas, a vítima era uma pessoa má, que exigia cuidado por ter praticado outros crimes e que a própria justiça havia sido omissa nos casos deixando-o sem punição e continuando a praticar delitos pela região.

Segundo a testemunha, Honório Gonçalves de Moura, disse ter o ofício de ourives, (acredito que ele negociava com ouro ou trabalhava com este produto talvez); o outro vivia de viajar, mas não é citado o que fazia nestas ditas andanças, a outra testemunha, Cosme Barbosa dos Santos, pardo vivia de viagem também. Ao todo, foram seis depoimentos tomados, cujas testemunhas fizeram afirmações que variavam, como Cosme Barbosa dos Santos, pardo, solteiro e morador na dita fazenda vivia de viajar e tinha 24 anos, afirmou que: “Manoel Martins foi morto na porta da

---

<sup>107</sup> - O lugar do sítio Carneiro, é um grande espaço territorial que se limita entre os municípios de Taperoá e Livramento, e fica a oeste de São João do Cariri, distante 60 km aproximadamente de estrada de chão. É um lugar bastante favorável à criação de gados que deu origem ao nome do mesmo sítio.

casa de José Rodrigues às oito horas do dia 5 de agosto com um tiro encima do peito esquerdo e outro tiro mais ao lado de sua cabeça pela parte de trás”.

A segunda testemunha, Joaquim José da Silva, branco, casado, vivia de vaqueiro e afirmou ter visto o morto às 5 horas da tarde com as mesmas descrições do primeiro depoente. O Juiz resolveu chamar mais gente para depor, aparecendo um tal José Mendes de Queirós, pardo e casado, que afirmou haver acontecido aquele acidente às 8 horas da manhã, sendo praticado o delito por José Rodrigues Chaves e o cativo Manoel, escravo do comandante Florêncio Alves da Silva, não mudando os detalhes do crime, exceto quanto ao horário, sendo o crime ocorrido por dois tiros: uma bala e 11 caroços de chumbo.

Percebemos a preocupação da justiça, quanto aos detalhes, nos depoimentos que pareciam não ter fim; muitas perguntas eram feitas debaixo de juramentos e outras testemunhas foram convidadas a depor e repetiram os mesmos depoimentos do ato do delito, mas o comandante Florêncio estava inconformado com o acontecido e fez um requerimento da seguinte forma:

Denuncia como administrador do seu escravo Manoel queixando-se de Manoel Martins, pardo, morador que foi na ribeira do Paraíba no lugar Porteira, no brejo de Taquaritinga e acharam de sua denúncia e a que se possa a proceder que em dias do mês de agosto, aparecera Manoel Martins, pardo, casado, morador para as partes da ribeira do Paraíba no lugar da Porteira no brejo de Taquaritinga, pois que se não conhece se arranchou em uma casinha de um escravo dele denunciante em sua dita fazenda do Carneiro indo José Rodrigues Chaves a casa do dito escravo Joaquim, e ali o dito Manoel Martins em presença de outros entrara na casa do cativo onde se encontrava José Rodrigues Chaves já o apelidando por (PITO), e outras muitas (mofas) que dele fazia e que José Rodrigues vendo que poderia insultar alguém, deu-se em retirada indo embora para sua casa sem provocação alguma. Não satisfeito, o dito Manoel Martins saiu da dita casa do cativo onde estava arranchado, e foi até a casa do dito apelidado José Rodrigues vulgo (PITO), entrando pela sala sem pedir permissão perguntou se ele estava mal satisfeito com o apelido de (PITO); daí, respondeu o agredido que sim, que tinha seu nome de batismo que era José Rodrigues e assim era conhecido e querido por todos na região e era de boas maneiras.

Daí por diante, o agressor ficou furioso e passou a repetir o apelido de Pito por muitas vezes e ainda armado com uma faca de ponta e uma espada que quando lançou mão dessa, o escravo se apresentou e partiu para cima do agressor tomando-lhe a faca o qual puxou a espada que trazia coladinha no corpo e ficou passeando de

um lado para o outro na sala da dita casa do agredido, trincando os dentes e rangendo que estalava, e o pegando com a ponta da espada por um lenço que este tinha amarrado na cintura e puxando-o para fora da sua própria casa, tocando seu corpo com a ponta afiada da dita espada, o fez “deitar sob a terra” e deitou-se encima apertando suas goelas que de fato o afogaria (sufocaria), se não o acudisse.

Neste instante da luta, entrou em cena, o jovem escravo Manoel que vendo aquela situação em que seu parceiro estava, assistindo a tudo, vendo aquela confusão os separou, sempre com “boas maneiras” arrastando o agressor e fazendo com que o dito Manoel Martins se retirasse para seu lugar onde estava arranchado no rancho do negro Joaquim, cativo do comandante Florêncio e o escravo Manoel que tinha salvo o senhor José Rodrigues, depois das coisas se acalmarem, foi até o rancho do seu comparsa entregar as armas que havia tomado do agressor ao mesmo com “boas maneiras.”

Passado este acontecimento, ficou o dito José Rodrigues “pacífico” em sua casa, e no dia seguinte, ao amanhecer, o dito agressor Manoel Martins botou adiante o seu comboio, saindo a cavalo rumo à fazenda São Gonçalo, no dia 5 de agosto do corrente ano, quando já bem adiantado, na estrada, seguindo seu rumo, resolveu voltar e seguir para a casa do apelidado Pito<sup>108</sup>, José Rodrigues, onde estava este, que logo de chegada foi pronunciando as mais impróprias palavras em alta voz que se ouvia da sala da casa do dito José Rodrigues em silêncio.

Travado de uma faca de ponta numa mão e com sua espada, na cintura, vendo o dito José Rodrigues, levou o escravo do Comandante Florêncio de nome Manoel, com quem o dito “Manoel Martins havia concebido rixa”, levando os mesmos agredidos a lançarem mão de uma espingarda e o outro de uma pistola, num primeiro momento, apelaram para que o mesmo desistisse da agressão, que ele fosse embora e, não sendo atendidos, dispararam ditas armas com as quais mataram Manoel Martins pelos. Os fatos apontados se acham compelidos nos Artigos 207 e 208 do Código Criminal e do Artigo 210 do mesmo Código.(TINOCO, 2003).

---

<sup>108</sup> - Percebe-se que é provável que os autores deste crime podem ter praticado o dito delito numa tocaia, onde talvez, a noite anterior ao crime, a vítima tenha falado que ia embora no outro dia, pela manhã e o negro Joaquim tenha avisado aos ditos agressores que o tocaram no caminho, o mataram e o levaram para o terreiro para mostrar que foram agredidos e sua casa invadida, adquirindo aqui um álibi de legítima defesa.

Percebemos aqui na fala do comandante Florêncio uma agravante neste crime. O mesmo afirma que o Manoel Martins havia adquirido rixas<sup>109</sup> com o seu escravo Manoel que com certeza este cativo deve ter dado uma surra no mesmo. Pode ser que isto tenha acontecido, mas o problema da rixa ia além e estava centrado no apelido que a vítima havia dado ao dito José Rodrigues. O vaqueiro tinha uma pistola e a espingarda seria do cativo mesmo?

É possível em alguns relacionamentos entre senhores e escravos haver possibilidade desses ditos senhores facilitarem o manuseio de armas como a espingarda para os cativos, quando a relação era bem mais familiar e estes cativos usavam as armas para a caça; sendo que os perigos eram constantes, em se tratando de rixas que poderiam levar a crimes como este, praticado contra o almocreve Manoel mendes. Segundo o seu senhor Florêncio, o cativo havia saído para caçar com sua espingarda e foi agredido verbalmente, no caminho ao se encontrarem.

Segundo testemunhas, e outras falas pelas ribeiras, o dito Manoel Martins, em sua vida, era acusado de outros crimes que havia cometido em outros lugares e era igualmente criminoso o juízo ordinário extinto deste termo pelo ferimento feito com tiro de Bacamarte em José Martins e facadas que escapou de morrer.

Percebemos que o comandante Florêncio estava tentando justificar o crime, jogando a culpa para a vítima e a partir dos crimes que a mesma já havia cometido, mas estava deixando seu cativo numa posição complicada, quanto ao crime, porque o mesmo já havia defendido José Rodrigues várias vezes de agressões.

Após o pedido e as declarações dadas pelo comandante, novas testemunhas foram notificadas e que juraram dizer a verdade, levando tudo a repetição com exceção das mudanças de denominações da casa do negro cativo Joaquim, também chamado de casebre, choupana e rancho e dos muitos mofos que era apelidado o José Rodrigues Chaves.

---

<sup>109</sup> - Era uma prática muito comum no interior, de pessoas adquirirem rixas por vários motivos, em especial nas disputas por terras, gados e cavalos, deficiências físicas e tratarem-se utilizando de apelidos, (mofos) como era conhecido e que geralmente acabava em grandes intrigas, e até em mortes como foi o caso de Manoel Martins; só não foi possível saber o motivo desse apelido, pois no processo, não conseguimos identificar o verdadeiro motivo de o morto haver tratado a José Rodrigues com este mofo. É sabido que este tipo de agressão era comum e muito perigoso, pois as pessoas não admitiam certas circunstâncias como a acontecida neste caso. Pode ser que esta rixa tenha sido por motivo de dívidas, mas o caso nos deixa a impressão que o José Rodrigues era bem mais calmo que o agressor, porém, pelos depoimentos, as armas do crime e o crime foi planejado e executado pelo mesmo, cabendo a responsabilidade ao cativo, como veremos neste processo.

Joaquim era cativo do senhor Florêncio, assim como Manoel. Porém, nada se falou no decorrer do processo sobre este, que havia dado hospedagem ao almocreve e que seu rancho era provável se localizar à margem da estrada e já ser de costume da vítima se arrancar naquele lugar. O mesmo Joaquim presenciou em outros momentos desta confusão sem se manifestar e ao menos foi intimado a depor como testemunha pelo Juiz. É provável que este cativo soubesse de todos os motivos do almocreve ter insistido tanto no apelido de José Rodrigues e do seu envolvimento como principal suspeito no crime que nos leva a perceber que havia algo errado nesta história

Uma testemunha que nos chamou atenção foi Justino Ferreira, pardo, casado, também da fazenda do Carneiro, de 20 anos e que vivia de plantar, afirmou ter se hospedado o morto, quando em vida, no rancho do negro Joaquim pertencente ao comandante Florêncio, e contou que José Rodrigues havia ido até a casa do escravo Joaquim entregar-lhe um cavalo e ao chegar à residência do negro começou a ser agredido verbalmente pelo apelido de pito e que o apelidado não queria ser tratado desta forma, levando o mesmo a se retirar sem mais problemas e foi para sua casa, sendo que outras duas vezes o agredido foi desafiado em sua própria casa, juntamente com o escravo Manoel que provavelmente vivia com José Rodrigues, prestando-lhe serviços<sup>110</sup>.

O senhor tinha preocupação com o escravo como uma figura que ele devia proteger, por ser sua propriedade de grande valor, era jovem de preço bem alto à época, necessitando, portanto, da sua mão de obra e, evitando, a todo custo que ele fosse preso para não gerar prejuízo.

Estando com a dita faca, o agressor tratou puxá-la para enfiar em José Rodrigues e que não o fez porque o agredido foi socorrido pelo escravo Manoel, que tomou a faca do agressor com “boas maneiras”, e foi porque antes de se ver sem a faca já havia encostado a espada na parede, e pegando o dito José Rodrigues por um lenço o fez ir ao chão o machucando.

---

<sup>110</sup> - O escravo Manoel era casado, tinha sua família, mas trabalhava com o morador também nas terras do Comandante na fazenda do Carneiro e estava sempre acompanhando este morador. Os documentos não falam onde o cativo Manoel morava, mas que devia ser próximo ao morador José Rodrigues por este estar sempre no seu encalço.

Mas, quanto à segunda visita do agressor à casa do agredido, segundo a mesma testemunha, o senhor José Rodrigues, que era morador do Comandante, - o mesmo já estava esperando a vítima, pronto e junto com o cativo Manoel e as duas armas bem carregadas para fazer o delito – afirmou que “o mesmo agressor já era criminoso de morte e facimero”, segundo populares, até recentemente, esta palavra (facimero), afirmava o lugar de classificação de pessoas que levantavam falso, era uma forma de fofoqueiro que era muito prejudicial e, por muitas vezes perigoso, causando muita confusão, nas comunidades por onde passava.

Desta feita, estando o Juiz em sua residência, na sua casa no sítio da Carnaúba, distrito da Capela de São José das Pombas, termo da Villa Real de São João, foi feito o termo de prisão ao Reo Manoel escravo do Comandante Florêncio Alves da Silva como abaixo se declara: “Aos quatro dias do mês de maio de 1835, nesta Villa de São João, na cadeia pública, onde foi chegando o escrivão, e sendo ali recolhido e solto naquela prisão, debaixo da guarda o Reo Manoel escravo do Comandante Florêncio e fazendo-lhes as perguntas do estilo”.

O cativo Manoel respondeu que era o próprio do que se trata e escravo do comandante Florêncio e que era casado nesta freguesia, e que fora preso pelo Juiz de paz desta Villa por ser culpado na morte feita contra Manoel Martins, e que tinha idade pouco mais ou menos de trinta anos e nada mais respondeu. O escrivão, dando continuidade, escreveu que o negro Manoel tinha as seguintes características:

... de estatura proporcionada, rosto comprido, olhos pardos, pouca barba, lábios em proporção, nariz afilados, com todos os dentes, com camisa e siloura de algodãozinho, etc., e desta sorte o entregou ao carcereiro da mesma cadeia, encomendando-lhe que não o soltasse sem ordem daquele juízo o que assim prometeu cumprir presente às testemunhas.

O Comandante pediu para adiar o julgamento, alegando que precisava organizar a defesa do seu escravo, sendo aceito pelo juiz e adiado para o mês de novembro daquele ano que afirmaram a defesa inclusa no artigo 255 do Código do Processo. Contrariando o libelo, o comandante ainda insiste em afirmar que: “a morte feita pelo seu escravo em Manoel Martins foi uma coisa casual, sem intensão alguma por parte do Réu, não havia entre um e outra intriga alguma<sup>111</sup>. ”

---

<sup>111</sup> - O senhor Florêncio havia falado anteriormente, que a vítima Manoel Martins havia adquirido rixas com seu cativo Manoel, logo no próximo pronunciamento, faz esta afirmação de que o cativo não tinha inimidade com a dita

O comandante estava disposto a defender seu cativo e criou nova versão, criando um novo discurso, em defesa do cativo Manoel o qual ele diz ser o administrador do mesmo e que:

Saindo de casa com uma espingarda para caçar encontrou a poucos passos ao dito Manoel Martins, que logo puxando por uma faca tratou de querer assassinar o escravo e por mais que este tratar-se de evadir-se jamais o pode quando conheceu que parecia nas mãos daquele monstro, valendo-se da espingarda que usava para caçar que “apresentou-a ao dito Martins implorando” que o deixasse quando casualmente deparando-se da arma empregou no assassinio. Depois deste mal, logo, rapidamente, chegou José Rodrigues e dera no Manoel Martins outro tiro de que morrera, isto tudo quando do réu estava tratando de evadir-se. Porque, no Artigo 14 & 20 do Código Penal, nenhuma culpa tem o réu. Porque o réu é manso, humilde e aos mais sem que ofendesse a pessoa alguma<sup>112</sup>.

No Sertão, como constatamos, nos crimes de tocaias, feitas pelas veredas, quando a maioria dos crimes eram praticadas por armas de fogo e envolviam escravos ou podia haver facilidades dos senhores que deixavam que seus cativos manuseassem armas, levou-nos a constatar a presença de muitas armas de fogo nos inventários. Os cativos também utilizavam para caçar, como afirma o comandante Florêncio, nesta nova versão dada em depoimento, no julgamento do seu cativo na tentativa de livra-lo da prisão. Uma das coisas que prejudicou ao cativo Manoel foi a do ato de sua prisão, quando ele confessou o delito, enquanto o vaqueiro José Rodrigues negou e afirmou sequer saber do acontecido.

Da cessão dos jurados, no interrogatório ao réu sobre o Artigo do Libelo respondeu que “conheceu Manoel Martins” e sendo perguntado se ele era escravo Manoel, réu tinha sido o autor do crime em Manoel Martins, “respondeu que ele não

---

vítima. As coisas estavam ficando complicadas, nos parecendo que o comandante estava mesmo era atraindo o julgamento para acusação e responsabilidade no crime para o seu cativo, apagando assim a participação de Manoel Rodrigues, ficando como culpado só o seu escravo.

<sup>112</sup> - Percebemos que o senhor comandante Florêncio se diz administrador do seu cativo Manoel e tenta fazer uma defesa do mesmo afirmando que seu escravo não tinha culpa no crime porque o morto o havia insultado ao se encontrarem no caminho onde o escravo passava quando ia caçar e só disparou a espingarda para se defender do agressor que estava de faca em punho e o ameaçava enquanto que Joze Rodrigues, a partir de agora desaparece de sena mesmo sendo cúmplice do crime por ter disparado um tiro no morto na porta da sua casa. Ou eles o mataram e arrastaram até a porta de casa. Bem, o que ocorreu nunca iremos saber mas por que Joze Rodrigues saiu de sena neste processo também nunca saberemos pois não encontramos pistas para esta causa e o documento é limitado.

o matara a Manoel Martins e que menos ainda sabia quem o matara e que ele, réu, nunca tivera intriga alguma com aquele falecido Manoel Martins.”

Aqui, o próprio José Rodrigues foi ausente no depoimento do cativo, se defendendo ao dizer não ter sido ele o autor do delito e nem sabia que o tinha feito, mas não havia mais tempo para nada e o cativo mesmo tentando uma última chance de escapar da punição não foi conseguiu convencer os jurados. Desta feita, o destino de Manoel escravo já estava traçado, e o mesmo teria que cumpri-lo e a justiça foi feita, como sempre, caindo sobre os ombros do mais fraco, onde o juiz:

Condenou o Réu aos 9 de maio de 1835 na pena de doze anos de prisão com trabalho imposto aos que infringiram o Artigo 193 do Código criminal, o qual, segundo o artigo 60 do mesmo Código, por ser o Réu escravo, a pena seria substituída pelo castigo de mil açoites, levando o réu cinquenta por dia, e depois de sofrer estes açoites, fora entregue ao seu senhor, que ficou obrigado a trazê-lo com um ferro ao pescoço pelo tempo de dois anos e pagou o mesmo réu as custas.

A conta do processo ficou também sobre a responsabilidade do cativo, que com certeza deve ter se desdobrado no trabalho como escravo, para manter sua família e pagar esta, ao seu senhor; ou, quem sabe o senhor teria perdoado esta dívida para com seu cativo ou negociado com o seu vaqueiro Manoel Rodrigues por este ter se livrado do crime ou ainda, o escravo já poderia ter algum pecúlio que desse para pagar as despesas.

É provável que os cativos desta fazenda tivessem algum pecúlio pelo fato do plantel do comandante Florêncio ser pequeno se comparado com sua grande propriedade que é cortado por um médio afluente do rio Taperoá e que tem muitos riachos e está localizado nas nascentes que caem no referido rio e que tem muitas terras propícias às práticas agrícolas e a pecuária e, que, naquele período estudado já tinha muita gente parda pela região como confirmado diante dos depoimentos das testemunhas, sendo em sua maioria vaqueiros e agenciadores.

Os vaqueiros, provavelmente, podiam ser escravos, mas, não eram declaradas suas condições, apenas a função que exercia, isso dificulta fazermos deduções se eram ou não escravos, ou se tinham pecúlios. Acredito que sim, ou então libretos que continuavam morando na mesma fazenda por ser formada por um grande espaço territorial, que parecia ser bem habitada à época, com muitos casarões antigos, desabitados, mas ainda de pé.

Quanto à questão do apelido de pito, não se sabe o motivo, mas no Sertão do Cariri acontecia estas práticas que culminavam como uma forma de atingir a pessoa, indiretamente, com agressão verbal; as pessoas odeiam ser apelidadas ainda nos dias de hoje e parece que este mesmo apelido não era o motivo direto do praticado com o Manoel Martins, e sim a própria agressividade da vítima para com os acusados que culminou com a vitimação ao cativo Manoel.

Pesquisando pelo sertão do Cariri, na região do atual município de Monteiro, na primeira metade do século XX, a Tese de Doutorado de Francisco de Assis Batista<sup>113</sup>, faz um estudo sobre estes “costumes comuns” entre a população rural de utilizar-se de apelidos para ridicularizar a elite meio que de forma silenciosa, mas que circulava no meio da população camponesa, que usava termos cabíveis aos seus pontos de vista sobre determinadas pessoas que acabavam dando fama a alguém que se tornava “especialista”, nesta prática de apelidar. Dessa forma, os populares do Cariri faziam fofocas, utilizando-se de apelidos que entre eles, “queimava igual fogo de monturo”

Desta forma, o autor chama atenção para o medo de determinados membros da elite de sofrer algum tipo de mofo e que este medo levou o coronel Cícero Glicerina de Oliveira a passar com o seu ajudante por longe daquela cidade de Monteiro, com medo de (uma negra velha chamada de Castorina e que tinha 115 anos de idade à época).

Neste caso, apelidar alguém da elite poderia trazer consequências inimagináveis, como a que ocorreu com Manuel Martins que não era um homem rico, mas que não gostava de ser chamado de pito, que parecia ser um apelido que não foi botado pela vítima e sim, que ele o Manoel Rodrigues já o tinha. São práticas corriqueiras, apelidar as pessoas, mas nem sempre o apelido agrada, embora a massa popular, em especial os camponeses, utiliza-se como uma prática de resistência, para ridicularizar alguns membros elitizados avarentos que criavam

---

<sup>113</sup> - Este autor fez uma brilhante tese de doutorado no campo das ciências sociais na Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades do Programa de Pós- Graduação em Sociologia, percorrendo o sertão do Cariri mais a parte ocidental, cujo tema “Nas trilhas da resistência cotidiana”: o protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri paraibano (1900 – 1950). O autor fez sua pesquisa a partir de registros de doações de sesmarias, e como este espaço foi sendo ocupado a partir do início do século XVIII e que trata da ocupação da região que foi feita por protagonistas de diversas posições sociais, onde o mesmo analisa as práticas de resistência cotidiana, exercitada por este campesinato, frente às práticas de dominação da elite rural no Cariri Ocidental da Paraíba de 1900- 1950. Ver Batista, Francisco de Assis. p. 181- 187.

constantes problemas, porque sempre aparecia um ou outro mais saliente pronto para azucrinar a vida de um indivíduo ou era cantado de forma discreta nas cantorias como afirma o autor.

Desta feita, ainda na região de Monteiro, sertão do Cariri, Batista (2011) ainda encontrou, baseado nos relatos orais, concedidos ao autor pela camponesa Eva Maria de Jesus<sup>114</sup>, sobre a qual a mesma conhecia outro saliente, muito bom em apelidos conhecido como José Tioli, sentindo o mesmo tão importante para aqueles que o apreciavam pelos apelidos que colocava em alguns membros da elite, que sentiam a sua falta, quando o mesmo demorava a aparecer. Daí, um avarento senhor da região havia proibido a retirada d'água em uma represa de açude cuja água represava em sua própria terra e o mesmo, sendo dono da terra, não pode se aproveitar da água. Daí recebeu o apelido de “Urubu de curtume<sup>115</sup>”.

Voltando ao lugar do sítio Carneiro, quando o senhor e comandante Florêncio pensava que tudo estava resolvido, mesmo sem sabermos o que aconteceu com José Rodrigues, nem mesmo o porquê de ele ter desaparecido do processo e não ter sido julgado e sequer falado mais no seu nome, no decorrer do processo, nem ter entendido porque o cativo afirmou não ser ele o autor do crime, por que só condenaram ao cativo?

Aqui foram dois pesos com duas medidas: “no ato da prisão do cativo Manoel, ele afirma ser o responsável pela morte feita contra Manoel Martins, quando do julgamento, ele nega tudo e diz não ser culpado no caso, enquanto que seu parceiro afirma nem conhecer a vítima, onde na verdade, o senhor defendia o seu escravo pensando em proteger sua mão de obra como já citado.

Percebemos que nesta fazenda não havia senzala, como não consta nas partilhas dos bens, no inventário do comandante Florêncio e os escravos moravam nas suas próprias casas, choupanas ou ranchos como o do negro Joaquim que era um provável cuidador dos cavalos do seu senhor, porque sempre que Manoel Rodrigues chegava de viagem ia até o rancho do negro Joaquim, que era escravo do dito comandante, deixar o animal em mãos do dito cativo. Manoel Rodrigues, assim

---

<sup>114</sup> - Ver referência do autor à senhora camponesa Eva Maria de Jesus em entrevista concedida ao mesmo sobre os apelidos em 2007 p. 183.

<sup>115</sup> - Segundo BATISTA, “Urubu de curtume” é um apelido procedido porque o mesmo vive catando migalhas, pedaços que sobram dos couros para comerem, pegam tudo aquilo que é jogado fora.

como outros era morador, na mesma fazenda, prática comum de articulações que faziam os senhores com as pessoas livres e pobres que precisavam de terras para trabalhar e de uma casa para cuidar de suas proles. Na verdade, o senhor protegia seu cativo diante da justiça porque dependia da sua mão de obra e do seu próprio valor que era um bem acumulado, e, por isso, bastante valorizado nesta época, no Cariri.



**Figura - 25-** Casas de taipa do Sítio São Gonçalo.

**Fonte:** Arquivo do autor. 17/06/2014.

Era em um desses ranchos, conhecidos também por choupanas ou cabanas, que o escravo Joaquim morava, nas terras do Comandante Florêncio,<sup>116</sup> não constando o mesmo na lista dos escravos do mesmo comandante. Provavelmente, fosse um negro livre ou liberto, ou que já estivesse morando ali há muito tempo e prestar serviços ao dito Florêncio. Destes ranchos, era raro encontrar algum coberto com telhas à época, geralmente era capim, palhas de coqueiros e tapumes de argila com estrume de gados, que dar certa consistência nas paredes dificultando a penetração da água.

As perdas, na fazenda Carneiro continuavam. No ano de 1837, o comandante havia perdido sua esposa, Maria Perpétua do Livramento<sup>117</sup>, como consta no

---

<sup>116</sup> - Quando da última viagem da vítima Manoel Martins, o mesmo ia para o sítio São Gonçalo, onde resolveu voltar e provocar a Manoel Rodrigues pela última vez. No sítio São Gonçalo, em seus pés de serras, encontramos muitos casebres de taiparias que segundo os populares, muitos destes ranchos eram moradias dos negros e também eram ocupados pelos viajantes para pernoitarem.

<sup>117</sup> - Ver inventário de Maria Magdalena Perpétua do Livramento que faleceu no ano de 1837 que era mulher do comandante Florência que se encontra no arquivo do Fórum de São João do Cariri.

inventário da mesma que não encontramos as páginas iniciais, mas pelas declarações dos bens o casal tinha 394\$000 reis em dinheiro de prata, algumas peças de ouro e escravos.

No quadro dos cativos do comandante, como consta, no inventário feito pela morte de sua esposa, não consta na lista os nomes dos cativos Joaquim, que morava num rancho da fazenda Carneiro, nem do escravo Manoel e este quadro foi o de escravos mais idosos encontrados nesta pesquisa, com destaque para o cativo mais jovem que era o cativo Damião, acusado de haver assassinado seu parceiro José na própria fazenda do Carneiro.

O que percebemos, no seu inventário e no próprio processo do escravo Manoel, é que aquele lugar do Carneiro era bem habitado por vários moradores, a fazenda foi avaliada em 400\$000 reis e mais outras partes de terras por outros lugares no Cariri, onde se criavam gado.

O comandante criava gados vacum, cavalariço, cabrum e ovelhum avaliados, quando da partilha pela morte de Maria Perpetua do Livramento, mulher que foi do comandante Florêncio, no ano de 1837, como consta no inventário, somando um monte mor de 8: 071 \$ 360 reis.

Três anos depois da morte da mulher do comandante Florêncio, a fazenda Carneiro voltou a ser manchete na Villa de São João. Desta feita, aos nove dias do mês de Novembro de 1840, o Juiz municipal Crisostono Correia de Queiros, mandou o escrivão inquirir as testemunhas Antônio José de Gouveia, pardo, solteiro, morador no sítio deste termo e que vivia de negociar de idade de 44 anos, foi o primeiro da lista de testemunhas e ouviu dizer que:

Tendo o comandante Florêncio Alves da Silva determinado aos seus escravos José e Damião para que naquele dia fossem pegar uma reis (boi) para matar na dita fazenda quando aconteceu que o escravo José tendo perguntado ao escravo Damião se tinha pegado um cavalo para ir buscar a dita matriz de hoje; respondeu-lhe o escravo Damião para José que não era seu moço e que o mesmo fosse pegar o cavalo e a esta resposta lançou o escravo José mão de um pau para espancar o dito Damião na ação de levantar a pancada, o dito Damião lhe dera uma facada por baixo do sovaco da qual morreu o dito escravo José.

Os crimes ocorridos entre os cativos também estavam sujeitos a acontecer, e naquela fazenda as coisas não estavam andando bem, e parece que os cativos

também sentiam os castigos que seu parceiro estava sofrendo até que, de forma injusta, pois não teria sido ele Manoel escravo o culpado pela morte de Manoel Martins, diretamente, e sim o José Rodrigues, que por não ser cativo teria sido mais fácil transferir responsabilidades criminais para o escravo, talvez combinado com o comandante, pois este seria mais aproximado do morador José Rodrigues e assim tendo transferido a pena para o mais fraco, pela sua condição de escravo.

No caso da morte feita pelo escravo Damião, ao parceiro e escravo José, percebe-se o ódio que os mesmos tinham quando eram mandados fazer algo, quando o mandante não era seus senhores. Daí aumentavam as mortes dos cativos com seus senhores sendo mandatários. Nesses casos o escravo poderia reagir de outras formas como negando o ato mesmo sendo concluído, como por exemplo, ao pegar um animal no pasto onde o cativo ou vaqueiro mesmo o encontrando negava ao seu senhor, alegando não ter encontrado ou até matando o tempo sem produzir etc.

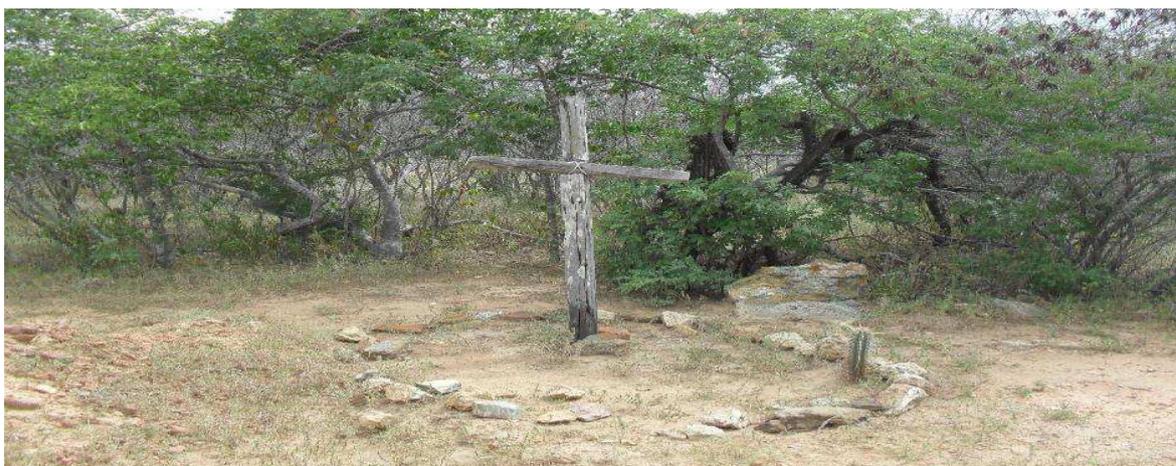
Daí percebemos que os negros não eram submissos nem mesmo aos seus próprios parceiros, quando se tratava de mandar, significando dizer que estes cativos não aceitavam o lugar de submissão, mesmo eles sendo escravos da fazenda da casa grande. Não sabemos o resultado deste assassinato feito contra o escravo José, mas será que o escravo Damião foi punido como foi o escravo Manoel ou o comandante Florêncio conseguiu fazer mais um discurso perante o corpo de jurados, alegando legítima defesa do escravo Damião por ter matado a José com uma facada debaixo do sovaco? Ficaremos sem esta resposta, pois o processo estava incompleto, provavelmente perdido no meio a outros tantos localizados no arquivo do Fórum da Vila de São João do Cariri.

Um outro caso que nos chamou atenção foi quando da transcrição do inventário de José Manoel Rodrigues de Barros com oito herdeiros, tendo como inventariante sua esposa dona Antônia Rodrigues Barros, donos de quatro cativos, sendo mais caro avaliado em 400\$000 reis, com o monte mor de 3:385\$940 reis, alguns bens nos chamaram a atenção pela raridade como “uma corona nova de pano fino, um clarinete, quatro cativos, e suas terras estavam localizadas nas Abertas do termo de São Thomé. Provavelmente, este senhor era músico, por ser muito conhecido, na Freguesia de São Tomé, mesmo sendo morador num lugar distante daquele termo.

É curioso as práticas empregadas nos crimes que aconteceram no período estudado, não só entre os escravos, como foi o caso do cativo Damião, que tinha

apenas 16 anos e sua vítima e parceiro José de 40 anos e foi um caso em que nos chamou atenção pela violência entre ambas as partes, já que os mais velhos sempre foram respeitados mesmo entre os cativos; parecia haver já alguma rixa entre os dois. Os crimes sempre aconteciam através de várias maneiras dentre elas as tocaias, pelas veredas, onde suas vítimas costumavam passar e ainda nos dias de hoje, percorrendo a região, encontramos as cruzes de madeiras de lei, muito antigas e que são preservadas pelos moradores como um símbolo de fé, respeito ao morto e religiosidade, Quando passam próximo a um marco deste, fazem orações, preservam e limpam o lugar da cruz, como encontrei uma senhora que estava se benzendo ao pé desta cruz, no lugar do sítio Carneiro município de Livramento no Cariri.

Teria a viúva dona Antônia Rodrigues Barros mandado fazer uma para seu marido? Como ele havia morrido? Tudo que sabemos é que esta região é um marco de vidas passadas que estão enterradas pelo mato por motivos de doenças “perigosas”, como a bexiga, o cola ou por assassinatos, como mostramos nesta figura, de alguém que foi morto e enterrado neste lugar, e que, assim como tantas outras cruzes com suas covas que está no mesmo sítio, local dos crimes que foram praticados e que a cruz continua preservada até os dias de hoje, como tantas outras à beira do caminho, simbolizando, em parte, aquela sociedade passada, sempre marcada pela violência causada pelo sistema injusto da escravidão.



**Figura - 26** - Cruz da beira da estrada no sítio do Carneiro, atual município de Livramento. Fonte: Arquivo do autor.

O senhor agricultor e finado Manoel José Pereira da Costa, casado que foi com a dona Antônia Rodrigues de Barros e que eram moradores, na Fazenda das Abertas, desta Freguesia de São Tome, e havia falecido aos 14 de junho de 1841 sem

os sacramentos da Santa Madre Igreja, pelo motivo de ele ter sido assassinado por um seu escravo cabra e não tinha testamento, com idade de 40 anos, em seguida foi o seu cadáver sepultado na Capela de São Tomé, filial desta Matriz de grades acima, envolto em habito branco encomendado pela viúva, ao reverendo pároco José Gomes Pequeno, de seus direitos.

As coisas não paravam por aí e em mais algumas localidades pelo Cariri afora, outros crimes foram cometidos envolvendo escravos como Pedro, que no ano de 1841, no lugar de Várzea termo da Vila de São João, houve uma denúncia feita por Roque Ferreira de Veras, pedindo que o Juiz apurasse a causa acontecida no Lugar das Abertas da povoação de São Tomé, deste termo, tendo como denunciado o cativo cabra de nome Pedro<sup>118</sup>, que fez uma emboscada e com muita ira do seu senhor, Manoel José Pereira da Costa, que o tocaiou com um bacamarte muito bem carregado, e, quando da passagem por aquela vereda do seu senhor, o mesmo puxou o gatilho sem dó, e de um único tiro, feriu gravemente seu senhor, o levando ao óbito imediato.

O senhor Roque Ferreira de Veras, morador na Várzea, termo da Freguesia de Sumé, responsável pela denúncia do caso do assassinato do escravo Pedro, de forma violenta, afirmou que “o escravo Pedro havia sido pego e Sacrificado inocentemente no local onde havia morto o seu senhor no dia 24 de junho de 1841.” A denúncia, segundo o senhor Veras, era por ódio, malícia e intriga, sendo que na hora das testemunhas falarem, o primeiro, José Feliz, pardo, viúvo, afirmou que:

morava no lugar da Carnaúba, e que conhecia ao cativo Pedro e o mesmo havia contado que o escravo confidenciou a ele, depoente, que quem havia atirado no seu senhor tinha sido a sua própria mulher, e que o cativo Pedro, estando escondido no mato, com medo do fato acontecido, e depois foi pego pelo comissário Joaquim Cavalcante e uma tropa composta por Manoel Teixeira, Luís de tal, o filho de José Duarte, o filho de Antônio Leal e outros cujos nomes não sabe e que a denunciada pediu para que não fosse morto o dito escravo e mesmo assim o Comissário com sua tropa o matou.

Percebemos aqui que é possível que o comissário talvez soubesse alguma coisa sobre o que estava acontecendo, sobre o envolvimento da mulher do próprio

---

<sup>118</sup> - Este lugar, provavelmente nos dias de hoje, é parte do bairro da Várzea na cidade de Sumé. No mesmo espaço territorial que pertencia o Sítio das Abertas, onde ocorreu o crime cometido ao senhor Manoel José Pereira da Costa, no ano de 1841.

senhor estar envolvida, no assassinato do marido e de não ter mandado ninguém matar ao seu escravo de forma tão bárbara. Pior é que o cativo ao ser capturado não teve chance de se defender, levando o senhor Veras a pedir justiça para apurar o fato ocorrido com este assassinato em que o senhor foi vingado com a morte de um inocente, como afirma a testemunha<sup>119</sup> que:

Estava na casa da mesma denunciada, a mulher do senhor que havia sido morto na hora em que aconteceu o mesmo delito e que três dias depois do cativo Pedro haver fugido foi preso e morto também nada mais dizendo e assinado seu depoimento a rogo por Francisco Aprígio de Vasconcelos Brandão e o escrivão Antônio Saraiva de Farias.

Mais uma testemunha afirma que a morte do dito senhor havia sido feita pelo escravo Pedro a mando de sua mulher, segundo os boatos que corriam pelas ribeiras, mas que o mesmo não havia visto nada e que sabe por ouvir dizer que a denunciada não havia mandado matar ao dito cativo levando a complicar as coisas mais ainda, levando desta vez a testemunha que estava agenciando pela região, o agenciador Joaquim Gomes Franca Vilar, que afirma “não ter visto nada mas ouviu certas falas sobre o caso do cativo Pedro”, defendendo que a senhora não havia mandado matar o cativo e que além dos citados culpados pela morte do mesmo havia mais um conhecido e apelidado por “Taveira”.

Desta forma, foram sendo ouvidas todas as testemunhas, como o senhor Manoel Bezerra de Vasconcelos, que afirmou outra conversa em que o mesmo se encontrava na casa da denunciada quando o cativo foi preso e ela não mandou matar o cativo e até pediu a ele testemunha para tentar conter a tropa e não deixar que praticassem aquele ato, mas não teve como o mesmo defender o escravo que se encontrava na casa com a denunciante mas já preso.

O Juiz julgou procedente a denúncia e intimou a todos do bando que participou do crime cometido ao cativo Pedro, tendo como cabeça do grupo o comissário Joaquim Cavalcante e também um irmão do finado marido da denunciada de nome Antônio Joaquim que foram inclusos no Art. 192. Matar alguém com qualquer das

---

<sup>119</sup> - Ver processo crime localizado no arquivo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, em São João do Cariri, da morte feita no escravo Pedro, no ano de 1841 sendo o cativo citado suspeito no crime do seu senhor Manoel José Pereira da Costa tendo sua mulher dona Antônia Rodrigues de Barros moradores no lugar das Abertas, termo da Freguesia de Sumé da Vila de São João.

circunstâncias agravantes mencionadas no art. 16, ns. 2, 7, 10, 11, 12, 13, 14, e 17. (p. 372) do Código criminal do Império.

Daí, os caçadores do cativo Pedro viraram caça com ordem de prisão dos mesmos naquela povoação de São Tomé, pelo juiz suplente e escrito pelo escrivão Inácio Joaquim de Oliveira Leite, que fizeram a remessa do dito processo para a vila de São João recebido pelo escrivão Francisco Cordeiro da Cunha e entregue ao Juiz, o major Antônio da Costa Salgado, que mandou notificar ao denunciante para apresentar o seu libelo em 24 horas e mandando intimar todas as testemunhas do referido processo para o dia 22 de abril de 1843, onde o mesmo escrivão afirma “não ter notificado ao denunciante por não encontrá-lo e nem os réus porque já estavam presos.” Não sendo encontrado a testemunha denunciante Roque Ferreira de Veras, segundo o escrivão, o juiz de direito Antônio Joaquim de Albuquerque e Melo, afirmou que:

De conformidade com o Artigo 337 do regulamento Nº 120 e lançado o oferecimento do libelo visto não ter apresentado no prazo marcado pelo dito artigo onde mandou o escrivão dar visto nos autos ao promotor público para haver o seu libelo no termo da lei.

O processo foi encerrado e não sabemos o que aconteceu com os presos que sacrificaram o cativo Pedro, mas pode ter acontecido um acordo entre as partes, a mulher que era suspeita de haver mandado matar ao seu próprio marido ou dela própria ter feito o delito e acusado o cativo pelo ato criminoso e ter causado tão grande ódio nas pessoas que viviam naquele lugar; a ponto de caçá-lo durante três dias e da mesma suspeita ter um cunhado irmão do seu marido envolvido também no crime do cativo Pedro. O cativo ainda teve tempo de contar a uma das testemunhas um seu provável conhecido, quando estava escondido, provavelmente em sua casa, que era inocente e quem havia matado seu senhor fora sua própria mulher. Por outro lado, o processo foi transferido para São João e parece que não era muito de interesse das autoridades apurarem os fatos até porque havia pessoas envolvidas que talvez tinha certa influência naquele meio, como constam entre os nomes dos culpados.

Há também a possibilidade de a mulher do senhor José Manoel Rodrigues de Barros, a dona Antônia Rodrigues de Barros ter mandado matar o cativo para apagar a principal testemunha do caso, e percebendo no escravo Pedro o risco que estava

correndo de ser acusado por este crime e sabendo como poderia ser tratado resolveu fugir, mas não foi muito longe, acabou sendo capturado e sacrificado.

Crimes bárbaros continuavam acontecendo contra os escravos pela região do Cariri. Desta feita, no ano de 1839, na Villa Real de São João do Cariri, na sala de cessão dos jurados, foi feito o autuamento sumário em Josefa, escrava de Gaspar de Barros Brandão, no dia 28 de novembro, na fazenda do Tatu, termo da Villa Real de São João, que havia falecido, vitimada por um ferimento terrível, debaixo do suvaco, causado por um tiro e que ela a cativa ficou por muito tempo ainda viva, mesmo ferida, mas não resistiu e veio a óbito.

Quando das testemunhas, a primeira, Carlos Antônio dos Prazeres, pardo, casado, que vivia de cultura na cidade<sup>120</sup>, disse ter de idade 49 anos, testemunha que João, filho de Antônio, deu um tiro em Josefa escrava de Gaspar de Barros Brandão sendo morador na Serra Branca da Engabelada deste termo. Daí por diante o Juiz começou a ouvir todas as testemunhas imbuídas neste caso e muita coisa ia, aos poucos se esclarecendo, sendo julgadas procedentes as acusações feitas, tendo como réu o João de tal, que era filho de Antônio Miguel, sendo que a justiça ao menos sabia o sobrenome do acusado.

José Martins dos Santos, pardo, casado, morador no Congo, que vive de plantar de idade que disse ser de 20 anos, testemunha que sabe dar notícias de que João filho de Antônio havia dado um tiro de espingarda na cativa de Gaspar e que a dita negra ainda permaneceu viva por um bom tempo, mas que não resistiu ao buraco profundo feito pelo tiro e veio a falecer.

A terceira testemunha, o senhor João Tavares Feitosa disse que sabia por ser muito público que João, filho de Antônio Miguel, morador em Serra Branca deste município, havia dado um tiro em Josefa de tal, escrava de Gaspar Barros Brandão do tiro pegaram dez caroços de chumbo. Diante destes depoimentos, o Juiz municipal Dionizio José de Sousa julgou procedente o sumário contra João de Tal filho de Antônio Miguel, no lugar da Engabelada deste termo pelo crime feito na escrava Josefa e incluso no rol dos culpados, podendo pegar pena máxima – Galés perpétua com todos os sinais características, tendo o Juiz mandado que guardasse bem aquele

---

<sup>120</sup> - Esta provável profissão do pardo Carlos Antônio dos Prazeres, pode ser de animador de festas ou trabalhava com cânticos ou coisa parecida, ou então o mesmo também podia ser palhaço animador de pequenos eventos, procissões etc.

processo<sup>121</sup> para ser levado e apresentado na próxima sessão do Júri naquela Vila de São João com dia e hora marcado para o julgamento.

A vista da decisão do Juiz, o réu João de tal, filho de Antônio Miguel, morador na Engabelada, deste termo, foi acusado do dito crime e o Juiz mandou passar as ordens necessárias para capturarem o acusado, e o prenderem em tempo de vista dos autos ao promotor público para apresentar o libelo acusatório nos termos da lei, mas o acusado havia fugido e nada foi resolvido naquela sessão.

Devido à complexidade do documento, não foi possível saber quando o réu fora capturado, mas ele foi preso e condenado, pois quando no ano de 1843, no dia 28 de março estava havendo mais uma sessão do júri com a finalidade de condenar ou absolver o réu, mas, que este fora julgado, o tempo de cadeia não foi possível saber, mas que a justiça foi feita, quanto a morte cruel cometida à cativa Josefa, porém não foi possível saber o motivo de seu assassinato.

Das poucas linhas que conseguimos transcrever, tudo aponta para um crime passional. Nos pareceu que a cativa Josefa tinha um caso com o João de tal e que a mesma morava no distrito do Congo, e que foi cedida pelo seu dono para prestar serviços de aluguel na casa de um amigo do seu senhor no lugar da Engabelada de Serra Branca e por motivos de ciúmes a mesma foi atingida por um tiro proposital numa tocaia, a qual escondeu durante muito tempo, passando muita agonia tentando se curar daquele ferimento como é citado, no documento, chegando a viver uns três meses, mas não resistiu aos ferimentos e morreu.

Segundo LIMA 2009<sup>122</sup>, afirma que,

A criminalidade estava presente na província como um todo, ela era especialmente sentida nos municípios pertencentes às comarcas do sertão, devido ao “estado de pouca civilização em que se acha o povo (...) e a pouca penetração aí das luzes e da razão, que sucumbem as paixões e satisfação de vontades”, segundo um diagnóstico seletivo do presidente em exercício no ano de 1853 (LIMA, 2209, p. 116).

---

<sup>121</sup> - Parece que havia muita desconfiança por parte das autoridades judiciais da Vila, naquele momento, quando o júri e o Juiz pedem “uma boa guarda” para aquele inquérito que está sendo feito para apurarem os fatos da morte bárbara feito na cativa de nome Josefa que era muito jovem à época. Seria pelo motivo do grande incêndio que aconteceu no cartório do escrivão Francisco Cordeiro? É possível, pois tudo foi queimado no incêndio que o dono afirmou ter sido abrasador e poderia ter muita gente com más intenções a fim de pôr fogo naquela instituição.

<sup>122</sup> - LIMA, 2009. Idem, p. 116

Ao fazermos as leituras nos inventários, em alguns processos criminais e testamentos, percebemos as tensões que viviam aquela sociedade escravista que habitava o Sertão do Cariri paraibano. Daí, é preciso levarem consideração as próprias contradições que opunham os variados segmentos sociais, tendo como foco os senhores e escravos neste espaço em que estavam envolvidos grandes, médios e pequenos donos de terras, se fazendo presente aí as atrocidades que envolviam este meio e as reações escravas que de certa forma contribuía para um sertão em que a vida dos cativos era dura, afirmando aqui que “não há escravidão ‘suave’ ou ‘cruel’, ela dispensa adjetivos” (MATOS, 1998: 143).

Sobre os castigos e penas que os cativos da Vila de São João cumpriam após serem condenados pela justiça, o provável local utilizado para que os cativos fossem açoitados com chibatadas em cumprimento às penalidades impostas pela justiça, podem ter sido cumpridas neste local como mostramos a fotografia abaixo, sobre o qual consta um pequeno espaço de pouco mais de um metro de largura por dois e meio de comprimento no centro da Vila, na rua da Igreja Matriz que servia de palco para “grandes eventos arrematações de humanos”, que podiam levar dias e até semanas para serem concluídos. Muitas pessoas, famílias inteiras foram submetidas aquele espaço. Elas tiveram destinos às vezes distintos, por vezes foram vendidas para um mesmo endereço, restando-nos os documentos empíricos, e alguns indícios de materiais desta época que marcou a nossa história.

Os locais onde os cativos eram castigados variavam, podiam ser troncos grossos na vertical bem seguros onde os negros eram muito bem amarrados para serem chicoteados ou para ficarem de castigo ou pendurados pelas argolas. De uma forma ou de outra o objetivo era fazer sofrerem as mesmas penas por torturas, às vezes, por motivos banais e o mais cruel era que em muitos casos eram chicoteados pelos seus próprios parceiros escravos, como o caso de Miguel, escravo que foi chicoteado e castigado pelo seu parceiro e sua senhora até a última instância de dor que um ser humano é capaz de suportar<sup>123</sup>.

---

<sup>123</sup> - Ver ABREU, Senhores e escravos do Sertão idem



**Figura - 27-** Símbolo do cativoiro e dos castigos, com as argolas cravadas no teto de madeira em um quarto apertado e escuro, onde o cativo ficava pendurado em uma posição agonizante onde hoje fica o atual Museu Histórico do Cariri.

Fonte: Arquivo do acervo.

Desta feita, no Distrito da Capela de Nossa Senhora das Dores, termo da Lagoa do Monteiro, o senhor José Domingos da Costa Agra, era um grande proprietário de terras e escravos. No dia 19 de maio de 1936, o Juiz manda fazer exame de corpo de delito no corpo de Manoel Mendes da Silva, que teria sido assassinado de forma misteriosa com um tiro de espingarda numa estrada que ligava aquele lugar de Alagoa do Monteiro ao lugar do Zabelê.

O Juiz inqueriu todas as testemunhas do presente corpo de delito, sendo a primeira, Francisco Felix da Silva que disse que sabe porque viu José Mendes da Silva morto com dezesseis caroços de munição de chumbo nas costelas da parte esquerda, havendo o tiro saído de uma arma de nome lazarina e disse ainda que além do tiro o assassino havia dado mais algumas pancadas na cabeça da vítima, cometidas com a própria arma do crime, causando dois ferimentos na cabeça, por trás, e três na face furando o crânio da vítima; e disse mais que achara no lugar onde estava o morto um pedaço de chita a qual era da mesma qualidade que estava um pedaço na espingarda do matador que tinha com o dito pano carregado a espingarda e mais não disse nem falou quem tinha sido o autor do disparo que ocasionou no crime. Outra testemunha acrescentou que o mesmo autor do assassinato havia deixado no local um pedaço de pano de chita da mesma qualidade que se achava na arma do matador.



**Figura - 28** - Armas de espingardas muito apreciadas e bastante perigosas quando bem carregadas. Museu do Homem do Cariri no sítio do Carneiro, Livramento PB.  
Fonte: Cedidas pelo senhor Rômulo proprietário do mesmo.

A primeira testemunha a depor na segunda convocação foi Antônio Almeida Brás, morador no Zabelê deste distrito, que afirmou que não era parente do morto nem do matador e que não tinha inimizade ou particularidade com qualquer um deles e afirmou ser notório que a vítima foi morta por um tiro e de cacetadas, no lugar do rio Santana deste Distrito e quem o matara foi um escravo de nome Manoel, pertencente ao Major Domingos e que no tiro empregara dezesseis caroços de chumbo na costela e cinco cacetadas, duas na cabeça pela parte de trás, chegando a perfurar o casco e três na face com pancadas profundas, fazendo grande estrago na vítima.

Damásio Rodrigues Limeira, pardo casado, morador neste termo distrito, de idade 33 anos e vivia de plantar, afirmou que conhecia o morto e o matador, mas que não tinha qualquer relação com eles disse ter visto a José Mendes da Silva morto com o dito tiro e afirmou as mesmas características já testemunhadas que o autor fora um escravo do Major Domingos de nome Manoel. Assim também afirmou o Pardo Francisco Antônio da Costa morador no Zabelê deste distrito e que vivia de plantar e que sabe por ouvir dizer que fora o cativo do Major Domingos e que a espingarda havia sido carregada com a bucha feita com um pedaço de pano de chita<sup>124</sup> e que deste mesmo pano estava um pedaço no corpo e outro na espingarda do cativo.

<sup>124</sup> - No sertão, do Cariri, o homem do campo tem muita experiência em armadilhas e tocaias e também de manusear armas de fogo de pequeno calibre, utilizando-se para fazer a bucha para separar a pólvora do chumbo, qualquer coisa, seja de capim, pequenos pedaços de pano ou bucha de uso doméstico, cordas etc. É que para carregar uma espingarda, coloca primeiro a pólvora, e forra com a dita bucha para separar do chumbo, em seguida coloca-se o chumbo, a gosto do atirador, podendo variar de 20 a 50 ou mais caroços, em seguida coloca-se outra bucha e bate até o tiro ficar compacto, em seguida, arma o gatilho e bota a espoleta, baixando o mesmo de forma cuidadosa. Pronto, para disparar é só armar o gatilho e puxar com o dedo que o tiro estremece.

Martinho José da Costa, pardo, casado, morador no Zabelê deste distrito, vivia de plantar e tinha 20 anos de idade, que sendo perguntado pelo conteúdo no auto de devassa e corpo de delito, disse saber por ouvir dizer que o crime tinha acontecido no dia dezanove de Março, contando a mesma história dos outros e que o crime havia acontecido no rio de Santana e outras testemunhas seguiram dando os mesmos depoimentos.

Logo após concluir a parte dos depoimentos das testemunhas, o Juiz decretou a prisão de Manoel cabra, escravo do Major Domingos José da Costa Agra, morador na Laje do Canhoto província de Alagoa o escravo fábrica<sup>125</sup>, na fazenda Santana deste distrito e que o escrivão o lançasse no rol dos culpados e passasse as ordens necessárias para ser prezo com sequestro de bens para pagamento das custas do dito processo na povoação da Capela daquele lugar, no dia 21 de março de 1836.

Aos dezessete de maio de 1836, nesta Villa Real de São, em casa de cessão dos jurados, onde se achava presente o Juiz de direito Antônio Joaquim de Albuquerque Mello, o escrivão e o promotor, sendo aí aberta a cessão onde estava presente quarenta e nove jurados e escolhido os vinte e três jurados para fazerem parte naquela cessão.

Dessa forma, o acusado foi incluso no Artigo 253<sup>126</sup> do Código<sup>\*\*\*</sup> idem p. 449 do processo criminal, e sendo por eles recebido, prometeram cumprir fielmente, e por não aparecer a parte acusadora, mandou o mesmo juiz que o promotor fizesse a acusação na forma da Lei, sendo o advogado Bernardo Eugênio Peixoto confirmado para a defesa do dito réu.

É possível que este senhor, José Domingos da Costa Agra, dono do cativo criminoso fosse parente da Família Agra em Campina Grande, pois estes senhores tinham terras por lugares variados, e os mais ricos desta família estavam centrados em Campina Grande e eram donos de fortunas, naquela região da Borborema; segundo (LIMA, 2009).

---

<sup>125</sup> - O cativo Manoel era um fábrica ou seja, tinha uma profissão definida, mas não foi possível saber qual, provavelmente poderia ser, se um marceneiro ou ferreiro ou artesão, o fato é que o Juiz mandou sequestrar alguns bens do cativo para ressarcir as custas do processo na povoação daquela capela. Este foi o único caso encontrado nesta pesquisa, na qual, encontramos um cativo com pecúlios, mas não foi possível sabermos o que realmente ele tinha, mas, pela maneira como o Juiz faz a petição do sequestro dos seus bens, não deveria ser tão pouco já que o mesmo exercia uma função.

<sup>126</sup> No Art. 253 do Código Criminal consta que a acusação por adultério deverá ser intentada conjuntamente contra a mulher e o homem com quem ela tiver cometido crime, se for vivo, e um não poderá ser condenado sem o outro. (TINOCO, 2003, p. 449)

Sobre a criminalidade no seio da escravidão, no período de cem anos pesquisado pelo mesmo autor, ele percebeu um índice baixo dos crimes, envolvendo senhores e escravos. O mesmo autor afirma em sua pesquisa que: “detectamos um total de 59 ocorrência de delitos das mais diversas naturezas, onde foram envolvidos um total de 79 escravos. Sendo que 30 apareceram na condição de vítimas e 49 foram acusados como réus.” O autor acredita ser índices baixos para um século inteiro, marcados por várias transformações e conflitos sociais.

No interrogatório feito ao réu Manoel sobre o crime do libelo, aos vinte e um de Maio de 1836, nesta Villa Real de São João do Cariri, foi interrogado o Réu Manuel escravo, o qual respondeu que: “seu nome era Manoel escravo fábrica do senhor Domingos da Costa Agra e morava na fazenda Santa Anna deste termo e que conhecia a José Mendes da Silva o morto por ser morador no mesmo lugar.”

Sobre a segunda pergunta se fora ele o autor da morte feita em José Mendes da Silva, respondeu que:

Não fora ele o autor do crime e sim, que estava vindo ele, réu, do lugar do Zabelê, e vindo também o falecido, ele réu mais adiante e a vítima mais atrás quando chegaram ao rio, o dito falecido mandou o réu tirar um ramo de folhas que estava no caminho e quando o réu estava tirando o ramo ouviu o tiro que deram no dito falecido o qual gritou para ele o acusado que corresse mas o réu socorreu o mesmo por alguns passes quando o mesmo não aguentou mais mandou que o cativo fosse chamar socorro para ajuda-lo, que fosse chamar a sua mulher mas ao chegar na sua casa não a encontrou pois a mesma estava numa casa vizinha e vendo a mulher e o vizinho Manoel Fernandes e mais Francisco Fernandes ao retornarem com o dito réu o encontraram já morto com umas cacetadas além do tiro, cujas cacetadas afirmou o réu que não os vira porém, vira que parecia ser de cacete e que ele réu, não tinha nenhuma intriga com a vítima e sim, sabia que estava preso por causa desta morte e que ele réu nesta ocasião levava uma espingarda e que a mesma estava inflada desde o dia antecedente ao crime. Ou seja, ele o réu não havia atirado com ela desde o dia anterior.

Pelas afirmações e estratégias do réu, o crime havia sido praticado por uma terceira pessoa, que estava escondida, na tocaia, e que ele havia se abaixado para retirar o ramo do caminho e que não viu quem deu o tiro no seu parceiro, em seguida o mesmo réu caminha com o amigo já ferido por alguns passos e corre para pedir socorro, e ao voltar com a mulher da vítima já o encontra morto e com marcas de algumas pauladas, na cabeça.

Visto a decisão do Juiz, o Réu foi condenado a pena de galés perpétuas, ao grau máximo da pena imposta aos que infringirem o Artigo 193 do Código Criminal\*\*\* idem p. 373 e para cumprir a sentença, o Réu foi remetido a prisão na Cadeia da capital da Província, ficando a disposição do Governo conforme o Artigo 44 do mesmo Código\*\*\* Idem P. 68 e ainda ficou por conta do réu as custas das despesas feitas com os jurados. Aos 21 de Maio de 1836.

O que nos chamou atenção foi a condenação dura que sofreu o réu. Teria sido tão cruel assim este crime a ponto dele ser condenado e transferido para a capital, tendo que pagar as despesas do processo e da viagem? Ficamos na imaginação de como este julgamento foi conduzido e se o cativo teve direito de se defender. Nos parece que o seu depoimento não foi suficiente para sua defesa, mas que pelo menos não foi assassinado como aconteceu com o cativo Pedro.

No sertão do Rio do Peixe, aconteceu um caso com um escravo de nome Miguel que nos chamou atenção pela crueldade dos seus senhores para com o mesmo e com outros cativos daquela fazenda do Livramento, onde os castigos podiam ser desde palmadas nas mãos com palmatorias cravadas com pregos que deixava a mão do cativo toda chagada como pancadas pelo corpo sem escolher o lugar, levando o escravo a ficar ferido por dentro, levando-o a morte, vagarosamente.

Nos crimes praticados contra escravos e pelos escravos no cariri, sempre com armas de fogo como a espingarda ou bacamarte ou ainda por pauladas também tinham as suas atrocidades e barbáries como foi a do cativo Pedro, culpado ou inocente da morte cometida ao seu senhor, no lugar das abertas, termo de São Tomé. O que se sabe é que o dito escravo foi barbaramente assassinado por um bando de enlouquecidos que queriam vingança e ainda com um olhar alheio por parte dos descasos das autoridades que pareceu não ter muito interesse no caso, provavelmente, influenciados por alguns dos culpados que tinham certos sobrenomes que foram preservados de possíveis escândalos caso o fato tivesse sido apurado.

O que percebemos é que até mesmo o denunciante, que chamou atenção das autoridades, o senhor Roque Ferreira de Veras, saiu de sena após ter feito a denúncia e não apareceu, quando do julgamento dos acusados tornando o processo sem efeito algum, ficando um clima de insegurança que nos leva a desconfiar daquelas autoridades.

Na fazenda do Livramento no Sertão do Rio do Peixe, o escravo Miguel esmo debaixo de tanto castigo, não abriu mão de dar suas fugidas. O autor não explica

sobre a trajetória deste cativo que desaparecia constantemente e era solteiro. Pode ser que o mesmo tivesse alguma mulher escrava em outro lugar e até filhos e não contava aos seus parceiros na dita fazenda e saía para visitar, sempre que tinha oportunidade, e sempre voltava para seus senhores para ser castigado a cada retorno àquela fazenda.

Quando da sua morte, a autópsia feita no seu corpo, foi um verdadeiro massacre feito num ser humano e ainda tinha o seu parceiro cativo que era o causador daquela coisa feita por obrigação. Como estava difícil imaginar a vida cotidiana dentro de um plantel de escravos comandado por uma senhora terrivelmente agressiva, com um coração cheio de ódio e rancor que fica difícil acreditar nesta sena.

Na fazenda do carneiro o senhor Florêncio não parecia ser tão agressivo assim, mas os escravos José e Damião de idades diferentes pareciam estarem fazendo um acerto de contas. Talvez o cativo Damião, por ser bem jovem, tivesse alguma queixa do cativo José ou até apanhado deste para se vingar, cometeu homicídio, levando-o a óbito com uma facada mortal.

Nesta pesquisa sobre os escravos, na Vila Real de São João do Cariri, sempre encontramos escravos nos inventários de nome Miguel que de imediato me faz lembrar este terrível drama que viveu este personagem negro do autor e historiador Ulisses, 2011.

Segundo ainda o autor, após a autópsia e os depoimentos das desgraças que aconteciam, na fazenda Livramento do Sertão do Rio do Peixe, travou-se uma verdadeira batalha judicial para encontrar as provas do crime e punir os culpados na morte do cativo Miguel. Os seus senhores e o escravo Francisco que o chicoteava também foi conivente com este caso.

Caso interessante e que nos chamou atenção, também, aconteceu em Campina Grande, com o escravo Vicente<sup>127</sup>, jovem e farrista, tendo sido criado no terreiro da casa grande aos olhos de sua senhora e viúva Maria de Sousa Campos, moradora e dona do sítio Caboclo termo da “Rainha da Borborema” e que era de confiança de sua senhora, mas que como ninguém é de ferro, resolveram aproveitar a oportunidade da mesma senhora sair para uma viagem e, como era véspera de São João, fizeram a festa com uma grande fogueira na dita fazenda, numa boa farra, naquele ano de 1883. Ao amanhecer, aproveitaram o dia santo e junto, o cativo levou

---

<sup>127</sup> - Ver LIMA 2009, pág. 21-28, idem

seu pai e irmão e desabaram na vadiagem daquele 24 de junho com a rapaziada na Maribeca, onde as coisas se passaram muito rápido.

A viúva, sua senhora, parece não ter gostado do passeio e resolveu antecipar a viagem. De volta ou talvez tivesse mentido para os negros para testar seus comportamentos, encontrou a fazenda abandonada. Os cativos ao voltarem e percebendo o problema a que iam se submeter, resolveram ir chegando aos poucos, um de cada vez, na manhã do dia 25, sendo o filho da mesma, encarregado de castigá-los, os mesmos foram surrados um por um, mas, o mesmo Vicente não gostou da surra que havia levado e da humilhação que vira seu pai e irmão sofrerem além dele próprio.

Desta feita, quando das tarefas distribuídas e Vicente indo a mata em busca de lenha, montou uma tocaia e quando seu sinhozinho passou foi atacado com uma foice e várias facadas, levando o mesmo à morte imediata. Vicente fugiu, sua descrição de fisionomia fora feita e publicada nos jornais da época, o mesmo foi pego um mês depois numa outra fazenda muito distante, mas mostrou que este lugar de submissão tinha limites e que a sociabilidade entre os grupos, nas fazendas vizinhas, era muito forte e que as coisas aconteciam no meio deste sistema injusto sempre e de maneiras mais diversificadas.

Sendo trazido à fazenda do Carneiro, o jovem cativo Manoel não negou sua participação naquele crime feito em Manoel Martins, nem fugiu, preferiu enfrentar todas as atrocidades e conchavos que percebemos ter acontecido, no decorrer do processo, envolvendo o senhor Florêncio como seu dono, e seu parceiro Manoel Rodrigues. Daí por diante, depois das partes formalizadas pelo Juiz, o cativo foi recolhido à cadeia pública da Vila de São João e sua fisionomia descrita em um papel que o levou ao castigo de mil chibatadas e dois longos anos com uma argola no pescoço se apresentando constantemente à justiça daquela Vila. Não sabemos seu paradeiro mas, quem sabe ainda possamos encontrar este cativo após este ano de 1843?

#### **4.3 Das fugas de escravos no Cariri e o rapto do escravo Severino**

No seio da escravidão, as fugas aconteciam, constantemente, desde que o cativo tivesse oportunidade e se encontrasse em condições favoráveis para fazê-la.

Desta feita, o que percebemos, em alguns casos que ocorreram pelo Cariri ou que estavam sendo planejados para acontecer, eram fugas sobretudo de crioulos ou pardos.

Lima, 2009, encontrou entre os cativos da “Rainha da Borborema”, algumas formas de fugas e de anúncios em jornais para capturas dos escravos fugidos, levando alguns caçadores de negros a se darem bem neste trabalho de captura quando conseguia e que a maior parte dos fugidos estavam entre a faixa de idade de 15 a 40 anos e fala do papel que a mulher escrava tem no apoio, quando da fuga de alguém dos seus membros.

Sobre as fugas de escravos, encontramos no Cariri da Paraíba, um de nome Matheus que era crioulo do distrito de São Tomé, pertencente à senhora Damasia Rodrigues de Barros, no ano de 1842; que parece ter aproveitado o momento da confusão do incêndio nos documentos do Cartório da Vila de São João para fugir, já perambulando, há dois anos, “desaparecido” e escapou de ser avaliado no inventário. Uma coisa era certa, Matheus não estaria por perto da região de onde fugira, até porque as informações entre os donos de terras o descobririam. Pode ter formado sua família longe do cativeiro em um local distante; num pequeno quilombo, já que esta região tem muitos espaços convidativos com esconderijos mais ou menos seguros, nos pés de serra e nas matas. Tudo que se sabe é que os documentos desta senhora também estavam no arquivo da Vila de São João no Grande incêndio, no qual constavam cinco cativos sendo um, Francisco que estava doente e foi avaliado por 10 mil reis.

Gonçalo era escravo de Manoel de Sousa Cordeiro e Joana Francisca de Jesus em 1828, como cativo estava fugido e “tinha aparecido”, estava com uma perna e um braço quebrados e mais não sabemos sobre ele, isso talvez nos poupe de presenciarmos mais um terrível caso de crueldade por parte dos seus senhores como o ocorrido no cativeiro com o escravo Miguel, no sertão, ou da vingança feita pelo cativo Vicente contra seu senhor, durante aquele São João, no termo da Vila Nova da Rainha. Mas teria o cativo Gonçalo sido pego no mato pelos caçadores de escravos? Por que ele apareceu com fraturas nos membros e isto já é suficiente para deduzirmos o que pode ter acontecido ao mesmo.

Maria da Vitória Barbosa Lima, em sua tese de doutorado, fez a seguinte afirmação sobre liberdade, no seio da escravidão:

A liberdade é um processo de conquistas, que pode ou não ser alcançada durante o decorrer de uma vida (...) Não se restringe ao [conceito] da ideologia burguesa ocidental, a liberdade individual ligada à autonomia individual: direito de ir e vir, de falar o que deseja, de comprar e vender, mas também a liberdade na concepção da população negra, que consiste em pertencer a uma comunidade: a liberdade social”.<sup>128</sup>

Na região do Cariri, no caso da fuga do escravo Mateus pertencente a senhora Demasia, provavelmente este e outros casos de fugas de cativos não tenham se aquilombado mas isto não quer dizer que estes não tenham também se juntado em pequenos grupos para viverem longe dos seus senhores e que podem ter encontrado apoio em fazendas distantes e negociado formas de sobrevivências diferenciadas do cativo. João José Reis e Flavio Gomes, afirmam isto, que nem sempre os negros fugidos se aquilombavam ou formavam quilombos. Os cativos que arriscavam esta forma de fugir do cativo, “limite extremo de resistência”, contra os seus senhores, procuravam “se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres. Quando destes casos, a cidade era mais atraente pela quantidade de cativos livres e libertos que se misturavam formando uma massa homogênea bem mais difícil de ser identificada”<sup>129</sup>

O escravo que fugia no sertão, não podia ser inexperiente, nesta tática, pois, as distâncias das povoações são imensas, e o maior perigo era a sede e a fome, isto se ele tivesse fugindo sozinho. O cativo do sertão do Cariri, podia manusear armas principalmente para caçar, daí os perigos de crimes feitos neste meio eram constantes e envolviam senhores e escravos nas tocaias pelo sertão.

Quando da fuga, o cativo não podia sair assim com as mãos vazias, ele levava pequenos objetos como uma faca, uma foice, um machado, um copo e um prato se tivesse, a espingarda com o máximo possível de munição que este adquiria juntando às escondidas o chapéu e o cabaço com água, o acendedor de fogo e algum alimento que desse para alguns dias, tudo era planejado, e sempre havia alguém dando coberturas nestas fugas. Daí por diante, sua viagem poderia levar dias, e este sempre

---

<sup>128</sup> - LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Recife: UFPE, 2010. p. 36. Tese de doutorado, p. 99-122.

<sup>129</sup> - REIS, João José e GOMES, Flavio dos Santos. OP. Cit. p. 09.

tinha que seguir pelo mato e driblar, constantemente, uma possível perseguição dos caçadores de escravos da região com os cachorros farejadores. Quem se aventurava a fazer uma loucura desta estava disposto a tudo, matar ou morrer ou construir uma vida em algum lugar como contou dona Maria José em vida, uma senhora de uma comunidade negra do município de Serra Branca que afirmou:

A gente chegou aqui há muito tempo, morava naqueles pés de serra do Jatobá, meus parentes avós chegaram antes dos fazendeiros ali tinha um olho d'água doce, tinha cacimba, e eles viviam bem, até a chegada dos "donos da terra", que nem eles diziam ter carta do rei e meus avós se afastavam para outro lugar, até o homem branco aparecer e mais uma vez se afastar de novo, até chegar aqui neste lugar (a comunidade negra do sítio "Cotó", que com o tempo eles mudaram o nome para Cantinho de São João).<sup>130</sup>

Em relação à resistência ao cativo, desde o início do trabalho escravo no Brasil, há notícias de fugas de cativos por onde quer que tenha havido trabalho no cativo. A resistência a partir das fugas, já existia bem antes da destruição do Quilombo de Palmares e da invasão holandesa à Paraíba. Os escravos não esperaram estes acontecimentos para poderem fugir, a resistência pela fuga foi a mais imediata e era uma forma do escravo poder aliviar suas angústias e tentar sair do cativo e ser acobertado por alguns senhores que precisavam desta mão de obra pelos sertões ou se juntando formando novos quilombos, os quais, até dias de hoje, ainda não foram identificados, mas que é possível de percebermos estas características por muitos lugares, no Cariri.

Medeiros afirma que as fugas de escravos deram muito trabalho à polícia e aos capitães do mato que se punham a serviço dos senhores nos engenhos e que esses tinham uma forte tendência a fugirem para o sertão. Muitos deles chegavam a um ou outro curral e os vaqueiros ou administradores, longe de seus senhores, ficavam com eles. Ela cita que "esses vaqueiros se omitiam de procurar seus legítimos donos". Se isso acontecia, era porque os vaqueiros, provavelmente, eram mandados a fazer essa omissão e geralmente longe de seus senhores, esses fugidos

---

<sup>130</sup> - Ver depoimento da senhora Dona Maria José, 82 anos que já faleceu e era residente na comunidade do atual sítio Cantinho. Ela concedeu-nos uma pequena entrevista, comentando sobre a vida de sua família como uma das primeiras que chegou a esta região.

conseguiam novas relações “menos rigorosas” do que a mão-de-obra nos engenhos (MEDEIROS, p. 54).

Levantemos aqui, a possibilidade desses vaqueiros que administravam as fazendas pela região, ou até alguns senhores, no período desta pesquisa, acoitarem muitos escravos fugidos vindos da zona açucareira e de outros lugares, pois, seria bem interessante para os senhores e ficaria mais barato manter estes fugidos sob suas posses e bem mais barato do que comprar o escravo, sendo que estes poderiam também adquirir “laços de amizades” que tiravam vantagens, prestando serviços, nas fazendas, pela região e constituindo famílias. É que, nos sertões, poderia acontecer de tudo, inclusive os acoitamentos aos cativos fugidos.

Não sabemos quantos redutos de escravos fugitivos surgiram nem onde se localizavam. Há notícias, segundo Galiza, que após a expulsão dos batavos, havia três quilombos na Paraíba: Craúnas e Cumbe provocavam desordens e, segundo Irineu Pinto e Irineu Jófilly, os negros, que os integravam, invadiam e queimavam as casas, aliciavam escravos para seu valhacouto.

Segundo Medeiros “Na Paraíba, não foi só a Guerra holandesa que a deixou desfalcada de escravos. Ela nunca contou com um número suficiente de escravos para atender às necessidades de senhores, arrendatários e lavradores”.

Com a morte, em 1787, do capitão-mor Luís da Costa Cabeceira, sobre o qual, encontramos as Cartas de sesmarias de Nº 313, de 27 de abril de 1743 e a de Nº 440, de 04 de janeiro de 1755<sup>131</sup>. Desta última, em vida, ele alegava “ser senhor há doze anos de umas terras que lhes venderam ambas juntas no Cariry no riacho Natuba do lado da Parahyba pelo rio acima, as quais tem povoado com foreiros e lavradores em um brejo no dito riacho e com gados”.

Desta feita, a viúva do capitão, Rosa Maria de Lima, foi a inventariante que declarou poucos bens, mas tinha um engenho em Natuba e escolheu como tutor dos seus filhos e curador do seu defunto marido, o ajudante Matheus Vidal de Negreiro. Este mesmo curador compareceu ao juízo na povoação de Natuba do Novo Julgado do Cariri de Fora e, na ocasião, alegou suplicante, estar obrigado a alimentar aos ditos seus curados. Mas, como esses não tinham roças, nem milho nem outro qualquer

---

<sup>131</sup> - Ver TAVARES, João de Lyra. Apontamentos para a história territorial da Parahyba. Coleções Mossoroenses. Vol. CCXLV, 1982. P. 177 Cartas Nº 313 em 27 de abril de 1743- e p. 242, Carta Nº 440 de 4 de janeiro de 1755.

legume, e só tinham dois escravos de serviço, visto que esses também necessitam de alimentos, são os únicos termos para recorrer e a bem por eles obter o alimento, trabalhando de ganho por 4 patacas por semana cada um para eles se alimentar e suprir o sustento cotidiano. Os seus ditos curados só tinham uma cama para o descanso de todos. Daí, o Capitão Antônio Pereira afirmou que:

A mulher Vitoria de Souza Padilha era a única herdeira do senhor Luís da Costa Cabeceira, moradora no lugar Natuba, disse que sabendo a sogra do suplicante estar morando no termo Igarassu, onde o sogro do suplicante se ausentara fugindo com os bens para aquele lugar, assim como Dona Rosa viúva estava com o dito curador e sobrevivendo. Porém, não estava bem da cabeça e andava extraviando todos os bens do seu casal vendendo por qualquer quantia a menos do que valia e a pessoas estranhas; pior, andava libertando os escravos, de sorte que duas vezes ela só libertou os seus próprios escravos, uma mulata chamada Quitéria com todos os seus filhos que são mais de seis e igualmente a um irmão da dita mulata chamado Joaquim além de outros que pela sua parte tem libertado a sogra do suplicante.

Segundo o curador tutor,

Ela fazia isso por pouco ou nada. Segundo os vizinhos a sogra estava causando um imenso prejuízo à única herdeira que tinha e afirmavam que a velha estava com uma doença de (excepez)?, com mais de setenta anos e há quatro vivia prostrada eu uma cama sendo a mesma sem poder mais se levantar, sem (animação) de entendimento, há falta de memória e representava mais (engravecida) e de moléstia, de sorte que se acha em mais de tempo em um estado de letargia, e a sua prodigalidade e descrição de bens que tem destruído mesmo por pessoas estranhas e por suas próprias domésticas quando lhes delapidam e usurpam; e entra e sai dias e ela faz de tudo para manter o sogro dela quem a cura, e a Dona Rosa se acha na mesma idade que ela pouco mais ou menos enfraquecidos das potencias e é a que mais exercita a prodigalidade e decepções dos bens do mesmo casal com alforrias e eventos fraudulentos e pede a Vossa majestade que ponha os bens do casal em segurança baseado na Lei mandar passar alvará para que ninguém mais venda escambo nem troço algum.

É provável que os escravos desta senhora, percebendo a oportunidade que tinham de se verem livres do cativo, devem ter pressionado de alguma forma a senhora, já caducando, e não foi muito difícil fazer os conchavos necessários com a mesma. Parecia que o plantel de cativos era bem maior, ficando apenas dois para

cuidar dos órfãos que haviam ficado, segundo o tutor, que foi obrigado a entrar com pedido de ajuda às autoridades, para impedir o extravio dos restos dos bens que ainda restavam do capitão-mor. Os cativos que foram libertos neste meio termo, devem ter levado alguma coisa de bens juntos, ou talvez não, tendo encontrado a hora certa para darem o bote e conseguirem suas liberdades em grupo e pareceu não poder ser feito mais nada para a recuperação do plantel de cativos.

Este tema é um velho conhecido da historiografia da escravidão no Brasil e na Paraíba, mas nos chamou atenção porque o rapto de cativos também aconteceu na “Rainha da Borborema<sup>132</sup>” e LIMA chama atenção para esta prática que por ser uma sociedade escravista, cuja mercadoria de mais valia era o escravo não podia ser diferente: “este era alvo de cobiça e das investidas de muitos indivíduos e grupos, especialmente em conjuntura de alta de preço e expansão da produção agrícola, momentos em que se acirrava a disputa entre os proprietários por esta mão de obra.”

O autor ainda trata deste caso, comparando o cativo como se fosse um objeto de desejo, e esta vontade que havia no escravo poderia ajudar em seu próprio roubo ou causar problemas na hora da tentativa deste. Para o cativo, poderia conseguir um novo senhor aceitável ou poderia a coisa se complicar ainda mais, após negociações de formas não compatíveis com a vontade do escravo ou do seu novo dono.

Sendo assim, o autor nos chama atenção para o historiador Marcus Carvalho<sup>133</sup>, esse tipo de prática delituosa pode ser visto como uma forma peculiar de resistência escrava, pois ao se deixar “seduzir” pelo ladrão o escravo poderia estar buscando a liberdade ou mesmo se livrar de um senhor particularmente rígido e cruel.

Será que o cativo raptado de nome Severino havia passado por este estágio, saindo do lugar de Assú com o filho do seu senhor e tendo sido vendido se arrependeu e voltou para o seu lugar de origem, pegando carona num comboio de almocreves que vinha dos brejos de Pernambuco para São João do Cariri e estava mesmo disposto a voltar para seu dono? Para LIMA 2009, mesmo que o cálculo do cativo se mostrasse errado com o tempo, e se deparasse com um senhor “sádico”, havia sempre a possibilidade de retorno ao local de origem. No Cariri, encontramos apenas

---

<sup>132</sup> - Ver LIMA 2009. p. 355-*idem*.

<sup>133</sup> - Ver CARVALHO, Marcus J. M. de. “Quem furta mais e esconde: o roubo de escravos em Pernambuco, 1832 – 1855”. In, Estudos Econômicos. São Paulo: VOL. 17, Nº especial, 1987, pp. 89/110.

um fato deste tipo e que nos chamou atenção, o rapto de um cativo feito de forma diferente acontecido no ano de 1838 como está descrito abaixo:

disse Vicente Ferreira de Siqueira Júnior natural e morador no termo da Villa Nova da Princesa, freguesia do Assú, que sendo casado, que vivia de seus negócios pelas vilas e povoações, veio até a esta vila Real de São João onde achava-se recolhido na cadeia desta Comarca um escravo crioulo de nome Severino pertencente a Manoel Pegado morador na Província do Rio Grande do Norte e que o lugar de residência do cativo era na Fazenda Santa Clara onde é morador o Capitão João Pegado irmão do (ilegível) e que dito escravo foi capitado... no lugar de sua moradia e pretendia conduzir dito escravo para entrega-lo ao irmão do seu irmão para este remeter ao irmão onde o juiz de paz da Villa de São João mandou levar o detido a sua presença para ser interrogado quando fazendo as perguntas necessárias, concordando as respostas com o alegado se mandou entregar dito escravo ao suplicante o que para isto assinasse por fiador Domingos José de Araújo e Gonçalo de Sales Gurjão moradores no termo desta Villa de São João, ficando o suplicante obrigado a assinar este recibo da entrega do mesmo escravo<sup>134</sup>.

Aos 25 de Maio de 1833, nesta Villa Real de São João, a pedido do Juiz, o escravo Severino foi levado para ser interrogado. O que nos pareceu estranho à causa, é a facilidade com que este filho do Manoel Pegado que foi dito pelo próprio almocreve o senhor Vicente Serqueira, conseguiu levar tal escravo para tão longe sem nenhuma reação por parte do cativo.

O senhor Vicente almocreve parecia ser experiente e acostumado a negociar pela região, e nos parece que já era acostumado a fazer este tipo de trabalho como se fosse um “olheiro” sempre que passava pelas vilas e povoações da região, fazia visitas às cadeias, talvez em busca de pistas de algum cativo fugitivo ou ladrão de animais e desta forma, com a visita a cadeia da Vila de São João, reconheceu o cativo como o próprio desaparecido da fazenda daquele senhor desde o ano de 1833. Daí, diante do Juiz foram feitas as seguintes perguntas ao cativo Severino: “onde morava, quem era seu senhor, qual seu nome, se andava fugido do seu senhor, a que tempo havia saído da companhia do seu senhor”, respondeu dito escravo que:

o seu senhor era Manoel Pegado e era morador no lugar do Fadurmo? província do Rio Grande do Norte e que ele, escravo, fora raptado por

---

<sup>134</sup> - ver inquérito por rapto do escravo Severino pertencente ao senhor Manoel Pegado em 1838 no Fórum Nivaldo de Farias Brito em São João do Cariri.

João Pegado, filho bastardo do seu senhor que o embarcou para a Praça de Pernambuco e que lá tentou vendê-lo cujo cativo tentou fugir da companhia do dito raptante e que conseguiu e tentou ir em “procura da casa do seu senhor”, onde sua fuga fora introduzida em um comboio de Jeronimo Antônio Pereira que vinha da Praça de Pernambuco para esta Vila de São João e que seu senhor tinha criação de gados na fazenda Santa Clara na Villa do Asú, administrados pelo seu irmão de nome João Pegado onde ele escravo estava por ordem do seu senhor, ajudando na lida do gado e que não sabia o tempo em que o dito raptante o havia raptado onde o Juiz de paz mandou fazer concluso os autos de perguntas<sup>135</sup>.

O Juiz de paz mandou fazer entrega do cativo Severino a Vicente Ferreira Siqueira Júnior; o qual foi obrigado apresentar recibo do senhor do referido escravo Manoel Pegado ou do seu irmão João Pegado na forma especificado no requerimento o qual, o Juiz mandou fazer o termo e assim, acabou o sonho de uma possível liberdade daquela vez.

Vicente Ferreira era agenciador e fazia negócios por muitos lugares como afirmava, a ponto de chegar a Villa de São João, visitar a cadeia pública e conhecer o escravo Severino por intermédio de suas características descritas pelo seu senhor e o mesmo já andasse com os recibos de registro do mesmo que quando a pedido do juiz foi de imediato apresentado, ou talvez o escravo o conhecesse e imediatamente mandasse avisar ao seu dono o senhor Manoel Pegado, cujo seu filho bastardo ele afirma ser vadio e peralta, e por isso não vivia na companhia de seu pai.

Daí o senhor Manoel Pegado mandou que o Juiz da Villa de São João o interrogasse para saber detalhes de sua vida, sendo que o dito juiz já sabia do acontecido e que deveria apenas confirmar o depoimento do cativo que desta forma talvez tenha sido menos doloroso para o dito escravo mas não nos convencemos de que o mesmo quisesse voltar para o seu senhor, apenas que esta prática também acontecia no Sertão do Cariri.

Não foi citado o lugar exato onde o cativo foi parar; mas que foram cinco longos anos que o mesmo passou longe do seu próprio cativo e que nos leva a

---

<sup>135</sup>- O depoimento do cativo foi muito convincente, mas se ele acompanhou um comboio do agenciador Gerônimo até a Villa de São João por que ele foi preso e como foi descoberto se na chegada à Villa ninguém sabia que ele era fugitivo ou raptado? Pode ser que o agenciador o tenha entregado a justiça mas não acreditamos; há evidências de que este negro pode ter combinado uma coisa com o filho bastardo do seu senhor e ter sido outra lá pela Praça de Pernambuco, o obrigando a fugir e tentar uma nova vida longe do seu senhor, pois não sabemos se o cativo era solteiro ou casado. Os raptos ou agenciadores de escravos existiam por todos os lugares, mas esta prática era muito usada nas Minas Gerais e em Pernambuco e outras partes por onde havia escravidão onde o roubo de escravos era constante levando seus senhores a grandes prejuízos.

perceber que o trabalho que o cativo praticava na fazenda do seu legítimo dono era de pastorear e cuidar dos gados do mesmo.

No Sertão do Cariri, a alforria, do nosso ponto de vista, dava ao cativo, de alguma forma, certa “liberdade” fosse no ofício de vaqueiro ou em outra função, e até mesmo nas formas de moradias, onde muitos viviam espalhados pelo interior das fazendas, longe dos olhos dos seus senhores, mas que não deixavam de ser controlados, porque precisavam da moradia e se apegavam à estas, porque delas dependiam para criar suas famílias; e ali, podia acontecer muitas coisas que os cativos se beneficiavam de forma diferente das grandes senzalas onde as formas de convivências eram mais restritas.

O cativo que morava no interior das fazendas, tinham melhores condições de convivência com sua família, porque ficava mais tempo próximo a ela, e, a maioria dos cativos, moravam afastados da casa grande e não habitavam as senzalas; tinha mais tempo para conversar no seu meio, de planejar, algumas possibilidades de libertação de alguns dos seus membros, a partir da manumissão, do acúmulo de pecúlios conseguidos de pequenos ganhos da criação de animais ditos miúdos, ou das sortes retiradas do gado da fazenda. Mesmo ficando longe desta, o vaqueiro mais aproximado do seu senhor sempre ficava morando mais próximo do curral, que, geralmente era pegado à fazenda, já que o mesmo era responsável pela função de controlar os rebanhos.

ABREU<sup>136</sup>, p. 152, faz algumas indagações merecedoras de ser observadas no Sertão, onde o autor revendo documentos da justiça criminal, observa a forma de como foram construídas as relações entre os indivíduos e outros seguimentos sociais envolvendo pobres livres e libertos. Dessa forma, é, segundo o autor, “possível observar como estes sujeitos sociais elaboraram as estratégias de resistência e acomodação, a fim de criarem espaços de mobilidade e certa autonomia.”

Assim sendo, ao observarmos os movimentos na história social da escravidão no Cariri, é possível percebermos, mesmo que de forma tímida, movimentos que se estabeleciam e iam além do interior da casa grande, ou da fazenda, sendo instituído relações com outros seguimentos, estando infiltrado neste

---

<sup>136</sup> - Ver ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. Senhores e escravos no Sertão: espacialidades de poder, Violência e resistência, 1850 – 1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande 2011. Nesta importante pesquisa, o autor avalia as relações estabelecidas entre os senhores e escravos no sertão da Paraíba na segunda metade do século XIX, na região do Rio do Peixe.

meio, indivíduos como: pobres moradores nas mesmas fazendas, dependentes, vaqueiros pardos, pretos e libertos por serem homens que andavam no trabalho da lida com o gado e que poderiam fazer articulações se formando assim uma rede de solidariedade que os influenciavam e os mantinham informados dos acontecimentos de suas vidas escravas pela região.

Segundo ainda ABREU,

Os espaços em que se constituíam tais experiências são variados, como as casas grandes, casas de taipas, roçados, currais, bolandeiras, às margens de rios, nas estradas ou caminhos e também nas ruas da Vila. É preciso conhecer e entender os lugares em que se desenrolaram conflitos para analisar outros aspectos que se relacionam com a mobilidade, as relações que se construía nas vizinhanças, a dinâmica econômica e cultural.

Desta feita, havia naquela fazenda muitos pardos que provavelmente fossem parentes destes cativos velhos e que tenham comprado ou conquistado suas liberdades de outras formas como a manumissão ou na pia batismal onde só podemos comprovar mais detalhes nos livros de registros de batismos numa outra oportunidade.

Os roubos de animais, em especial de cavalos, era uma prática muito apreciável em vários lugares e não diferente no sertão do Cariri que também acontecia roubos de gados vacum em rebanhos ou individuais, especialmente nos períodos de grandes estiagens. LIMA, 2009<sup>137</sup>, também encontrou em sua pesquisa sobre os Cativos da “Rainha da Borborema”, este fato delituoso naquele município, especialmente do roubo de cavalos e que preocupava as autoridades e que só fazia aumentar os casos a medida que avançava o século XIX.

Sobre esta temática, temos muito o que falar, quando tratamos da história dos sertões nos mais diferentes lugares, até porque, em se tratando de animais cavalares,

---

<sup>137</sup> - O autor dar exemplos de roubos de animais, afirmando duas maneiras diferentes empregadas neste tipo de roubo: a dos homens livres pertencentes a diferentes extratos sociais e a dos escravos que também se envolveram neste tipo de atividade delituosa, agindo por conta própria ou se associando aos quadrilheiros. O autor trata de como as gangues funcionavam e que envolviam uma vaste região e cita entre tantos, um personagem que pode ter relação com os roubos de animais no cariri, o tal Trajano e mais um seu filho que pode ser o mesmo que foi preso em Patos no mesmo período estudado pelo autor.

era mais forte ainda pois, era o principal meio de transporte daquela época e por muito tempo, permaneceu sendo utilizado para todos os serviços e viagens, que poderiam ser de grandes distâncias, e estes animais eram muito valorizados. Ter um cavalo com os seus arreios, um burro de carga para viajar e um jumento para fazer os serviços domésticos do dia-a-dia, significava muito no seio de uma família e representava status, pois nem todos possuíam animais porque era caro.

Desta feita, os animais vacum e cavalos no sertão do Cariri, tanto poderia se perder quando em busca de água e postos e sair em outras paragens distantes da fazenda do seu dono, como podiam ser roubados e nunca mais aparecer. O motivo principal da perda dos animais era a falta de cercas no período colonial, cujo gado era solto no campo, quase sem delimitação dos espaços, podendo uma mesma res percorrer muitos quilômetros e se perder do rebanho ou dar muito trabalho aos vaqueiros podendo levar dias para capturar animais que se separavam do rebanho.

Nos documentos que pesquisamos, é comum encontrarmos processos envolvendo roubos de animais, difícil mesmo é conseguirmos algum em condições de leituras com conclusões, daí as dificuldades de trabalharmos com estas fontes. Dos processos envolvendo roubos de animais até o período limite da nossa pesquisa foram poucos os encontrados com condições de fazermos uma análise mais detalhada, porém, por coincidência, encontramos um que nos chamou atenção porque envolvia escravos, não eram escravos fugidos, mas que viviam com seus senhores em suas fazendas e saíam para longe para praticarem este tipo de delito, como veremos neste tópico.

No ano de 1839, na Vila de São João do Cariri, o senhor Francisco de Oliveira Correia, administrador de seu escravo de nome Gonçalo afirmou que este injustamente sofria de opressão, por um falso crime por ter furtado huns cavalos de várias pessoas, sendo o boato professado exatamente quando o escravo do suplicante não foi cúmplice, e sim, aqueles que se achavam compelidos em dito furto para deles se ausentarem; tanto assim que quando aconteceu aquele furto o escravo do suplicante se achava bastante enfermo de um pé que o privava de caminhar livremente, ainda mesmo dentro de casa<sup>138</sup>. E isto requer o suplicante em

---

<sup>138</sup> - Vemos mais uma vez um senhor de escravos defendendo a causa de um dos seus cativos, onde o mesmo se encontrava impossibilitado até de andar dentro de casa e estava sendo acusado de roubo de cavalos e por isto se encontrava detido na cadeia pública da Vila naquele ano de 1839.

conformidade ao Artigo 340 do Código penal, ou do processo para que comprovado com testemunhas jurídicas e acreditar haja de conformidade com o artigo 342 etc., ao escravo suplicante da opressão em que se achava sendo o carcereiro ou detentor trazê-lo à sua presença para na forma da Lei ser interrogado para a vista desta interrogação e respostas e das provas das testemunhas proceder com justiça<sup>139</sup>.

Aos 28 de outubro de 1839, nesta Villa de São João, o Juiz mandou intimar as testemunhas que se seguem, começando pelo senhor Euzébio José Ferreira, branco, casado, morador na Serra Branca deste termo de idade que disse ter 24 anos, quando perguntado pelo Juiz se sabia se o escravo Gonçalo concorrera ou não para furtar os cavalos. Disse que “sabe por ver que o escravo de Francisco Xavier, de nome Gonçalo, estava na ocasião dos furtos bastante enfermo de um pé e era impossível furtar cavalos e mais não disse.

O local onde os cativos praticaram o roubo era conhecido como Angicos, termo da fazenda da Serra Branca numa área de serras e de mata fechada com suas veredas por onde trilhavam os escravos e moradores daquele lugar. Neste ano de 1839, a fazenda da Serra Branca pertencia a Antônio José Alves Pequeno (vulgo Coronel Pequeno) e o pároco da Matriz da Vila de São João era José Gomes Pequeno parente deste e dono de um dos cavalos que o mesmo tinha no lugar da Serra Verde vizinho ao sítio do Angico.

Os cativos envolvidos na trama eram Leonardo, escravo da senhora Maria Correia e Claudino, escravo da órfã Maria, filha do senhor Manoel Abreu. O interrogatório foi feito nesta subprefeitura da Vila Real de São João onde os escravos foram presos em flagrante de delito roubando animais no Quinto Distrito (Serra Branca) para ouvi-los sobre a história que os ditos cativos estavam guardando uns cavalos que lhes dera o cabra escravo de Francisco Xavier e os animais pertenciam ao vigário José Gomes Pequeno, Antônio Luís e outros.

Diante das perguntas no interrogatório, o subprefeito Domingos da Costa Romeu tendo perguntado qual a razão daquele ato delituoso, responderem o seguinte:

... que estando eles no lugar da Serra Verde termo desta quinta subprefeitura, e ahí lhes fora entregue quatro animais pelo mesmo

---

<sup>139</sup> - Ver documento localizado no Fórum Municipal Nivaldo de Farias Brito nas caixas amarelas ainda não catalogados os seus documentos.

cabra Gonçalo, e eles interrogados, recebedores, trataram de os ocultar e isto fora o acontecido no dia 18 do corrente mês cujos animais dizia o dito Gonçalo que eram para ele fugir com os mesmos para baixo, e que os ditos cavalos foram furtados para o dito Gonçalo.

As testemunhas José de Andrade Lima e Manoel Alves, os quais eram vaqueiros, pardos e andavam por aqueles dias em grupo, a procura de animais que estavam faltando no rebanho da fazenda do Quinto distrito, (Serra Branca), fizeram o flagrante, afirmaram que:

Eles foram os próprios que na noite do dia 20 do corrente mês no lugar do Angico da Serra Branca, prenderam aos escravos Leonardo e Claudino por terem em si quatro cavalos furtados pertencentes ao Vigário José Gomes Pequeno, José Joaquim de Brito, José Maria da Silva Vianna e Antônio Luís, os quais foram furtados pelo escravo cabra Gonçalo, escravo de Francisco Xavier por assim confessarem os interrogados.

Uma das testemunhas do caso era José de Andrade Lima que não morava na região mas que estava naquele momento do delito afirmando que havia achado no mato dois cavalos piados dos citados donos e os levaram com eles trancando-os num curral e foram ao lugar do Angico onde encontraram os ditos réus escravos Claudino e Leonardo que quando os ameaçaram sobre o caso, os mesmos descobriram mais dois cavalos que tinha piados no mato em outro lugar e os trouxeram que eram os cavalos do padre e o outro de José Joaquim, mas que os quatro animais haviam sido entregues a eles cativos pelo seu parceiro, o escravo Gonçalo que os tinha avisado que ia vende-los.

Os outros vaqueiros eram pertencentes a fazenda Serra Branca como o pardo Manoel Alves de Medeiros, o outro pardo era Francisco Ribeiro e também era vaqueiro, e afirmou que os ditos escravos estavam combinados para fugirem juntos e que naquele dia tinha saído em tropa, com vários homens em busca dos cavalos que haviam sido furtados da fazenda Serra Branca que também estava tendo prejuízos com o os roubos constantes de animais.

Percebemos aqui, quanto os escravos envolvidos nos furtos estavam em contatos espalhados pela região, e estavam prontos para fugir. Parece que o que empancou a fuga foi a doença nos pés do cativo Gonçalo, que estava envolvido com alguma gangue de roubos de

cavalos e feito algum trato para entregar os mesmos longe dali, assim com a fuga tão sonhada dos mesmos cativos.

Desta forma, os cativos estavam todos presos pelo delito praticado naquele lugar dos Angicos: o pardo Gonçalo, escravo de Francisco Xavier, o cativo e pardo Leonardo, escravo de Maria Correia e o pardo Claudino, escravo doas órfãos netos da mesma Maria Correia, todos moradores na Vila Real de São João, distante do Angicos mais de 30 quilômetros. Isto significa dizer que os cativos conheciam uma vasta área territorial e o cativo Gonçalo, da maneira em que se encontrava, devia ter feito uma longa viagem a pé para estar impossibilitado de andar mas todos foram enquadrados como culpados no delito e ficaram presos até o dia 26 de maio de 1843.

Nesta data, os autos do crime foram conclusos e o subdelegado da freguesia da Vila Domingos da Costa Romeu com o Juiz Francisco Rodrigues Ramalho Franca Leite se pronunciaram culpando os réus pelo crime praticado aos dias de junho de 1843<sup>140</sup>.

LIMA 2010<sup>141</sup>, em seus estudos sobre escravidão, fala na possibilidade de que os fugitivos escolhiam as cidades como refúgio, devido ao atrativo de terem, em sua população um alto índice de gente negra, livre, liberta e escrava, que se deslocava de um lado para o outro de forma que os fugitivos poderiam passar por forros, e que a figura do capitão do campo sempre esteve presente na cidade, e na zona rural, em busca de fugitivos. Contudo, os deslocamentos e as estratégias elaboradas pelos escravos para permanecerem fugitivos, dependeram das sociabilidades.

No caso do escravo Gonçalo, não teve a mesma sorte de conseguir fugir com os quatro cavalos que provavelmente também levaria com ele os seus parceiros e que deveriam ir para muito longe da região, porque, caso ficassem pelas redondezas próximas seriam descobertos ou até pode ser que fizessem parte de um grupo de ladrões de animais e se fosse realmente fugir, seria para muito longe da região.

---

<sup>140</sup> - Teria o escravo Gonçalo programado este roubo sozinho e peado quatro cavalos e entregue a outros parceiros seus também escravos e os mesmos afirmarem que não os tinham roubado os cavalos e sim só Gonçalo? É provável que seria uma fuga em massa dos cativos, se não fosse não teria motivo algum para os escravos ficarem na vigia de quatro animais como acontecera. Percebemos também que a folga em que alguns cativos tinham dos seus senhores lhes proporcionavam certa "liberdade" de ir e vir principalmente para o mato e lá poderiam aprontarem longe de seus senhores já que as terras eram muitas e um imenso vazio demográfico lhes proporcionava a isto.

<sup>141</sup> - LIMA, Maria da Vitória Barbosa de. Liberdade interdita liberdade reavida: Escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX) / UFPE, Recife. 2010.

#### **4. 4 Disputas em torno da liberdade: tentativa de ré-escravização de Maria, liberta no ano de 1839.**

Tentar reduzir pessoas livres ao cativeiro também era uma prática que acontecia na Vila de São João mesmo os senhores sabendo que era contra a lei, uma prática condenável e que podia dar cadeia, mesmo assim acontecia por todos os recantos onde havia escravos.

Nestes termos, sobre reescravização, encontramos apenas um caso, mas, pode ter acontecido outros que ainda não tivemos acesso porque paramos esta pesquisa em 1843. Desta feita, lendo os Cativos da “Rainha da Borborema”, LIMA 2009<sup>142</sup> afirma ter encontrado seis referências de casos de tentativas de redução ao cativeiro. No autuamento de uma denúncia dada pelo promotor público Antonio da Costa Salgado contra Manoel da Penha Oliveira, Geraldo Gomes, José da Cunha, Antônio Gonçalves e José Rodrigues, aquela autoridade alegava que todos os denunciados eram pardos e moradores neste termo, cujo motivo da denúncia é o seguinte:

que estando a liberta Maria gozando de sua liberdade que lhe conferiu sua senhora que foi Roza Maria, sucedeu que os denunciados debaixo de privados pretextos obtiveram mandado de visto contra a dita liberta e que se acha em deposito a título de escrava onde tudo se coliga das peças juntas afirmando mais a validade do caso o título de liberdade que junto foi porque um tal procedimento dos denunciados há verdadeiramente tentativas de reduzir a escravidão e como tais inclusos no Artigo 179 do Código penal\*\*\* quer o denunciante provar a denúncia com as testemunhas Francisco Pereira e (.... ) de Albuquerque e Antônio José Ferreira Castro a todos os denunciados para assistirem a formação da culpa julgando-se procedentes a denúncia se recomenda ao subprefeito respectivo a prisão dos denunciados descritos. LIMA, 2009.  
ART. 179 Ídem p. 308

O promotor público fez a denúncia e afirmou se achar na obrigação e pela honra de sua função, de solicitar informações na Comarca de Simbres e em Pesqueira Pernambuco, sobre a situação em que se encontrava aquela escrava, se havia algum

---

<sup>142</sup> - Ver LIMA, 2009, pág. 360, idem.

registro dela, onde o tabelião da dita Comarca deu visto nos livros de notas e afirmou haver encontrado o documento de liberdade da cabrinha Maria descrito da seguinte forma<sup>143</sup>.

Carta de Liberdade da cabrinha Maria filha da escrava Joanna (por autonomia máxima), que lanço nesta nota. Digo eu abaixo assignado que entre os bens que possuo livre é huma cabrinha de nome Maria filha da minha escrava Joanna por autonomia máxima a qual cabrinha (forro), como com efeito forrado tenho pelo valor de 35\$000 reis por assim haver contratado desde mais tenra idade da referida cabrinha, a qual quantia recebi em moeda corrente do senhor José Thomas da Silva de cujo relacionamento lhe comprara na gestação da paga para em tempo algum lhes é dita quantia pedida por mim e meus devedores por quanto pode de hoje em diante, mencionada cabrinha, gozar de sua liberdade como se livre nascera do ventre materno, pois que de todo o domínio e direito que a ela tinha, me desaforo pelo presente contrato, contra o qual proponho em me ir ao juízo, por ser feito de minha livre vontade e para inteiro vigor deste papel faltar alguma clausura em direito exigida aqui e ahi por expressa como se dela fosse, faço menção para forma do que pediu a Jacinto Barboza dos santos este por ela revesse e assignasse a rogo, com as testemunhas abaixo: Catolé, 28 de Fevereiro de 1835= arrego de Anna Roza de Santa Ana, Jacinto Barboza dos Santos como testemunha, Joaquim Narciso de Siqueira Mello, Francisco Luis de Siqueira Mello. Reconheceu próprias e verdadeiras letras e forma retro: Povoação de Pesqueira, 01 de março de 1835.

O senhor José Tomás da Silva, havia tido um relacionamento com a cativa Joana e a mesma, ficando grávida dele, o mesmo resolveu comprá-la ainda no ventre de sua mãe, pagando pelo embrião à senhora dona da escrava Anna Roza de Santana a quantia de 35 mil reis, sendo assistido e assinado a dita carta de liberdade por várias testemunhas, no lugar do Catolé, povoação de Pesqueira em Pernambuco.

As cartas de alforrias concedidas podiam ser de dois tipos: gratuita condicionada, requerendo (a) escravo (a) o cumprimento da imposição do (a) senhor (a); e gratuita sem ônus, permitindo ao escravo usufruir imediatamente da liberdade. As cartas obtidas pela compra também podiam ter restrições ou não, pois alforriar foi, por séculos, uma prerrogativa exclusiva do senhor<sup>144</sup>. A carta de alforria, era o

---

<sup>143</sup> - Ver processo crime por tentativa de reduzir Maria, pessoa liberta no ventre de sua mãe ao cativo em 1839. Documento localizado no Fórum Nivaldo de Farias Brito em São João do Cariri.

<sup>144</sup> - Ver GALIZA, 1979, p.139; 1995, p. 109, idem.

instrumento de maior importância na vida de um ex-escravo, sendo também, ao mesmo tempo, indicativo de estreiteza desta condição social. Sem a carta em mãos, o liberto poderia ser facilmente captado e reescravizado, sendo necessário criar uma certa autonomia de vida estruturada para garantir seu posicionamento naquela sociedade.

No Sertão do Cariri, um escravo liberto com a carta de liberdade<sup>170</sup> em mãos, significava estar desligado de qualquer vínculo com o seu senhor como em qualquer lugar. No Cariri, também, as coisas não eram fáceis para os libertos, era num espaço rural em que estes não tinham muita opção de uma vida mais amena que o cativo, mas estavam livres e já era o primeiro passo para uma vida com mais dignidade. Há notícias no seio de famílias tradicionais pela região estudada de que, muitos escravos quando das suas liberdades com o fim da escravidão foram embora desta região; não esquecendo do processo de criouliização que era constante, desde a segunda metade do século XVIII.

A escravidão em Minas Gerais, por exemplo, para muitos escravos e forros, importou mais em resistir ao sistema escravista adaptando-se aos seus padrões de dominação do que confrontá-lo por meio de levantes e/ou fugas. É sabido que a escravidão e outros tipos de trabalhos forçados, são formas de trabalhos seculares, e é uma característica da sociedade humana, embora imbuídas de significados diferentes em cada região e em cada período histórico<sup>145</sup>.

Segundo ainda Eduardo Paiva, “adaptar-se ao sistema escravista colonial significou, também, transformá-lo e moldá-lo de acordo com as expectativas dos escravos, libertos e livres. Aos grupos dominantes coube entender o perigo da inflexibilidade para a manutenção da ordem vigente; preferiam as concessões e provocavam conflitos sociais de grande alcance e perderam o comando do processo. Aos “dominados” coube, concomitantemente, buscar minorar e superar as barreiras impostas e a discriminação generalizada. Evidentemente, esses acordos avançaram, retrocederam, ou nem mesmo chegaram a existir em alguns casos, e durante todo o período escravista sofreram alterações, incorporaram peculiaridades influenciadas especial e

---

<sup>145</sup> - PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos; São Paulo: Annablume, 1995. O autor faz um importante estudo sobre os testamentos e as cartas de liberdade colhendo evidências empíricas até então pouco utilizadas fazendo um trabalho minucioso nos documentos que trouxeram para a nossa história aspectos da escravidão colonial mineira.

temporalmente e jamais aniquilaram, completamente, visões e anseios antagônicos entre os envolvidos.

As cartas de alforria, na Paraíba, fornecem as seguintes informações: a) dados como nome, cor ou origem, idade, (eventualmente) filiação, proprietário; b) o motivo pelo qual se alforriava o indivíduo; o tipo de alforria: se onerosa ou gratuita ou a combinação e ambas, com ou sem ônus; c) como a carta foi obtida pelo cativo, se por compra, doação, herança ou outras formas; d) data em que se concedeu a alforria e a do seu registro em cartório no Livro de Notas, e nomes das testemunhas (Rocha, 2009)<sup>146</sup>

Como os reclamantes haviam pedido ao promotor público para fazer o embargo na cativa Maria, os ditos reclamantes alegavam que outros familiares ausentes como até mesmo os netos da finada Violeta da Costa, esta havia deixado como herança pelo seu falecimento a escrava Joana, e que esta havia produzido três crias, mas que a dita negra andava (ausente); desta forma, o inventário não foi feito porque esta cativa estava ausente.

Como os reclamantes tiveram notícias de que a dita cativa se encontrava em território da Vila de São João, e o inventário tinha que ser feito, eles só queriam pôr em segurança a mencionada escrava com as suas crias isto sendo na forma da Lei, para o bem dos herdeiros ausentes sendo feito pelos procedimentos legais mandando que o promotor firmasse embargo nos quatro cativos que estão sobre o poder do senhor Antônio Gonçalves Pereira na fazenda da Barrada Jurema. O Juiz manda fazer embargo nos escravos citados na fazenda da Barra deste termo da Villa de São João e que os mesmos cativos se encontram em mãos de Antônio Gonçalves Pereira que são os seguintes:

huma crioula moça de nome Joana, hum cabra pequeno de idade sete anos de nome Eufrazio e outra de nome Maria de idade de seis anos crioula e outra cabra de nome Anna de idade de dois anos que logo notificou ao senhor Manoel Gomes D'Assunção para fiel deposição entregar sem ordem da justiça e assim prometeu fazer executar a lei de fiel depositário.

---

<sup>172</sup> - Embora sendo estes termos válidos para as cartas de alforria na Paraíba, como na carta de liberdade descrita acima, percebemos algumas diferenças se compararmos as cartas citadas pela autora, porém a carta de liberdade descrita pertencia a Província de Pernambuco tendo a autora Solange Pereira Rocha razão em suas afirmativas contidas na página 265/266 em sua tese de doutorado.

Logo o Juiz municipal Dionizio José de Souza mandou os oficiais intimar para apresentar-se a justiça os acusados citados pelo crime de tentativa de reduzir a escravidão pelo promotor público cujo termo correrá depois que citados forem os acusados. No depoimento de Venceslau Cavalcante de Albuquerque foi o primeiro a receber a intimação do Juiz assim como todos os demais onde o juiz achou procedentes as acusações feitas em Manoel da Penha Oliveira, Geraldo Gomes, José da Cunha, Antônio Gonçalves pardos casados moradores neste termo, foram inclusos no Artigo 179 do Código criminal, ou seja, no crime de reduzir à escravidão pessoa livre (TINOCO, 2003, p. 309), e foi feito o pedido ao subprefeito para executar a prisão dos mesmos aos 3 de novembro de 1838.

Segundo o promotor público, sendo o processo instaurado aos suplicantes e outros pelo crime de reduzir a escravidão pessoa livre os incluíram no grau máximo das penas do Artigo 199 combinando com o Artigo 34 do código criminal, ou seja, a pena destinada ao criminoso seria de 5 anos de prisão com trabalho menos um terço desta pena (TINOCO, 2003, p. 67-379). E mais, certificou que do mesmo processo, consta que a pronúncia de que fez menção a petição supra ser do teor seguinte: *“Julgo procedente a presente denúncia e obrigam a prisão e livramento aos culpados citados e inclusos no Artigo 179 do Código criminal e pediu que o escrivão remetesse a guia desta pronúncia ao subprefeito respectivo para fazer os mesmos pronunciados”*.

No decorrer do processo, o mesmo não cita detalhes de como a cativa Joana havia fugido do sertão do Cariri e ido parar naquela jurisdição de Pernambuco com três filhos como eles os requerentes alegam serem donos se a menina escrava Maria tinha ganhado carta de liberdade ainda no ventre de sua mãe e tinha mais uma criança de 2 anos de nome Anna e que a senhora Anna Roza Santana alega ser a escrava Joana pertencente a ela e confirmado pelo velho Oliveira escrivão da Vila de Simbres.

Sobre cartas de liberdade, a única que encontramos completa neste período estudado foi a da escravinha Maria, que foi vítima de tentativa de ré escravização. Mesmo assim, com muito esforço, é possível fazermos este subcapítulo que seria bem mais completo se houvesse mais fontes, mas como já citado, ‘o historiador trabalha com aquilo que tem em mãos’, encontramos a escrava Inácia, de idade que dizem ter mais ou menos 70 anos. A senhora cativa, prestava serviço aos seus senhores que também lutavam pelas suas sobrevivências. Pois sem estes as coisas ficariam ainda mais difíceis. No ano de 1815, o senhor Jose de Souza Lima veio a falecer deixando

como herdeiro e testamenteiro seu filho Francisco Jose de Souza, donos da mesma cativa que prestava serviço a estes desde sua juventude; aliás, criaram-se juntos a qual esperança da escrava estava em mãos do seu senhor para passar a sua carta de liberdade.

Cotada em 50\$000 reis e percebendo a oportunidade que tinha de se ver livre daquela situação de submissão, a velha escrava encaminhou-se para a Villa para dar contas nos bens do inventário e a mesma cativa apresentava a dita sua quantia de cinquenta mil reis para ser descontado na sua alforria requerendo ao suplicante e demais herdeiros a sua Carta de Liberdade. Afirmou a escrava, que a sua liberdade era vontade prometida pelo seu senhor, que afirmou em sua presença, quando tinha saúde e lucidez, à ela cativa que repetiu a mesma fala do seu senhor diante do juiz e herdeiros, onde o mesmo deixou recomendado em seu testamento.

O mesmo senhor, segundo a cativa, deixou pouca coisa para os preparatórios do seu enterramento e pediu pelo amor de Deus que seus filhos herdeiros paguem suas dívidas e que deixou bem claro e pediu missas para sua alma, seu Anjo da Guarda e o santo do seu nome.

A escrava Inácia parecia ter muita experiência e já ter visto outros exemplos de alforrias desta forma, a qual ela reivindica, se deslocando para a Vila na hora do inventário e exigir que recebam o dinheiro do seu valor, que a pesar de sua idade, pela sua fala, aparenta muita lucidez, e sabendo muito bem o que quer que era comprar a si própria, a sua liberdade, depois de tantos anos de servidão.

A mesma Inácia alega no ato do inventário as recomendações do seu senhor, que mesmo ela tendo tanta idade não lhe concedeu a carta de liberdade, parecia que a mesma cativa era a única que ainda lhe restava e que cuidava dele, já que era um senhor de vida modesta e de poucos recursos como vemos abaixo neste inventário.

No inventário, declarou o inventariante seu filho Francisco José de Souza também herdeiro, haver ficado por falecimento de seus pais cinquenta mil reis em dinheiro descontado para a dita escrava Inácia, que por ele inventariante e mais herdeiros e por ordem da justiça se forrou a cativa.

Percebe-se o peso que foi a escravidão nessa escrava que mesmo de idade avançada, só esperou a morte do seu dono para de imediato se dirigir a Villa e diante da justiça reivindicar o que havia sido prometido pelo seu senhor. A escrava Inácia queria viver seus últimos dias em paz, livre do cativo e provavelmente com algum familiar ou sozinha até, pois o importante mesmo era se ver livre daquela coisa que

parece que por mais que ela tivesse apreço pelo seu senhor e filhos o que ela queria mesmo era sentir o gosto da Liberdade. Talvez tenha até ficado no convívio da casa grande até com os filhos do senhor José seu eis dono, mas livre, pois é provável que ela tenha escolhido ficar nessa outra condição.

A resistência escrava era uma constante possível de leituras diversas e divergentes por parte de senhores e cativos. Desta feita, para os cativos, as alforrias eram, acima de tudo, o meio mais direto e “descomplicado” de abandonar o cativeiro em definitivo. Para Eduardo Paiva, “adaptar-se ao sistema escravista colonial significou, também, transformá-lo e moldá-lo de acordo com as expectativas dos escravos, libertos e livres.” Desta forma, dentre os caminhos para a libertação e as dificuldades posteriores de sobrevivência, em meio a esta massa de submetidos, estão as mulheres que desfrutaram de condições ‘menos rígidas’, muitas vezes resultantes do esforço empreendido por elas no dia-a-dia da relação possuidor possuído.

Uma das estratégias de muito costume e que contribuiu para muitas alforrias, foram os “intercursos” sexuais mantidos com seus senhores ou com outros proprietários. Estratégia quase exclusiva das mulheres, as intimidades amorosas sofreram variações resultando em situações bastantes diversas nas Minas Gerais.

No Cariri, numa região pouco habitada, onde chegavam homens vindos de outras regiões do Brasil em especial de Pernambuco e dos brejos paraibano, geralmente sozinhos, era um cenário perfeito para acontecerem casos amorosos entre estes e as cativas que deram contribuição para o processo de crioulização.

Os contatos foram efêmeros, ocorreram periodicamente ou transformaram-se em uniões duradouras; foram mantidas em segredos ou assumidas pelos parceiros; caracterizaram-se pela presença de filhos, que contribuíram para algumas alforrias, “uma vivência menos penosa” no período do cativeiro e condições materiais básicas para a vida após a manumissão.

Podemos dar o exemplo do Capitão mor Thomé Ribeiro Fernandes<sup>147</sup>, que mesmo “bem casado” nos moldes cristãos, quando das suas últimas vontades e tendo ficado viúvo ainda Jovem, mesmo casado, tinha um caso com uma parda de nome Rosa, na Vila Real de São João do qual tinha dois filhos e quando se achava doente

---

<sup>147</sup> - Ver testamento de Thomé Ribeiro Fernandes em anexo nº 08 e sobre sua história como já discutido no segundo capítulo.

e de consciência pesada, mandou às pressas chamar e dita Rosa a qual não titubeou em ir até aquela cidade de Olinda a sacralizar o matrimônio que provavelmente já havia prometido onde ali mesmo, após selar o segundo casamento, deixou em testamento tudo para sua amada Rosa, o seu filho Thomé Ribeiro Neto e duas filhas também da dita Rosa.

Não conseguimos saber se a dita mulher Rosa era escrava, mas as evidências apontam para este caminho, e provavelmente este senhor tenha a forrado e concebido a mesma pela própria forma como ele a trata no testamento; era um homem que deixava a cidade de Olinda constantemente, muito rico e que passava parte de sua vida no Sertão do Cariri. Rosa, com certeza, era a sua predileta neste lugar, o qual, por ser dono de muitas terras e gados, ainda encontramos rastros de uma de suas casas grandes como mostramos no capítulo anterior.

Os relacionamentos dos senhores para com suas escravas, segundo ainda Eduardo Paiva, foi muito mais comum do que o reconhecimento, por aqueles, dos seus filhos ilegítimos. O autor dar o exemplo de João Gonçalves da Costa, português, casado e pai de oito filhos, morador em Sabará onde fez seu testamento em 1748, que ajuda a avaliar a intensidade alcançada por este hábito na sociedade mineira. Dizia o testador:

(...) Forrei e a minha mulher um mulato por nome Manoel dando-lhe carta de alforria há anos com a condição de me servir a mim e a minha mulher enquanto formos vivos em todas as obras que forem do ofício de carapina a que eu o mandei ensinar, e ler, e escrever, mas declaro que não é meu filho e só o forrei por lhe fazer esmola e a rogos da minha mulher<sup>148</sup>”

Aqui, o testador segundo FRANCA, fez uma diferenciação para que ninguém o acusasse de estar negando a paternidade. Para conceder-lhe variedades não teve dúvidas em valer-se da aprovação de sua mulher. Desta forma, ele apenas o admirava como um bom rapaz, deu-lhe uma profissão e saber pela leitura, incluindo-o na sua família sem questionamento algum e a rogos de sua esposa; “homem branco Inteligente”.

Segundo a autora Solange Pereira Rocha,

---

<sup>148</sup> - FRANCA, idem p. 109- 110

Não há como negar que os “libertadores” oitocentistas, ao escreverem ou pronunciarem aos escreventes o conteúdo da carta, deixaram testemunhos reveladores de seus valores e representações da época em que viveram, bem como histórias de mulheres e homens escravizados e de seus donos, que expressaram um modo de viver coletivo, comportamentos e atitudes individuais. Assim, os “títulos de liberdade” se configuram como um dos registros históricos que permitem recuperar tanto as estratégias das mulheres e homens escravos para a conquista da liberdade quanto algumas das atitudes da elite que viveu no Brasil no oitocentos. (ROCHA, 2009. 264)

Tomé Ribeiro tinha uma filha de nome Rosa que era casada com Manoel Lobo Ferreira Barreto, senhor e morador no engenho Boa Vista, termo da Vila de Pilar e dono também do engenho Pau Amarelo o qual teve uma morte repentina de moléstia repentina, fazendo seu testamento no dito último engenho citado por não dá tempo do mesmo voltar para sua residência nem mesmo pedir ajuda. O testamenteiro afirma muitos bens no seu testamento e que é genro do senhor Tomé por ter casado com sua filha Rosa. O que temos percebido, é que em nenhum momento Tomé Ribeiro faz referência a esta filha nem mesmo no seu testamento.

O que percebemos é que o relacionamento deste senhor com a parda Rosa, pode ter sido desde o tempo em que a sua legítima mulher ainda estava viva e o seu caso com Rosa tornar-se um escândalo, preferindo o dito Tomé manter segredo do caso já que a sua filha rosa havia herdado uma fortuna do seu marido Lobo Barreto e este segredo ficar guardado para sempre; lembrando que a mulher Rosa a qual ele casou já no seu leito de morte era viúva também de um provável escravo e o caso desta filha de mesmo nome Rosa ter silenciado a relação entre eles para sempre.



**Figura – 29** - Fazenda Mundo Novo já reformada.  
Fonte: Arquivo do autor



**Figura - 30** – Ruínas da casa grande da mesma fazenda Mundo Novo – século XVIII  
Fonte: Arquivo do autor

No ano de 1811, na Villa Real de São João, o dono de escravos chamado pelo nome de Antônio de Farias Castro, dentre seus escravos, possuía uma cativa de nome Florência, isto é tudo que sabemos dela, o seu nome e nada mais, e sua liberdade seria dada pelos herdeiros, mas as coisas estavam muito difíceis de serem resolvidas pois a mesma infeliz era escrava de empenho. A escrava estava empenhada em mãos do capitão Filipe de Farias Castro há quatorze anos. Algumas testemunhas afirmaram em depoimento que Florência tivera liberdade concedida em seu favor pelo reconhecimento da sua “bondade” e também que seu dono recebera da cativa umas cabeças de gado. O próprio Felipe de Faria Castro apareceu para depor e afirmou haver empenhado a escrava mulata Florência de seu irmão Antônio de Faria Castro pela quantia de 120\$000 reis.

O capitão Felipe queixou-se ao seu irmão Jeronimo de que o defunto seu irmão havia ficado devendo-lhe a quantia de 4\$400 reis do seu enterro como também da sua mortalha que custou 6\$400 reis assim como despendeu de uma oitaveira de missas como constava na certidão. É que segundo Felipe, no inventário fora para este, encarregado de administrar os bens do defunto para que o preserve e seu irmão Luís Pereira o fizera gastar a quantia de 640 reis como ele mostrava o recibo junto ao advogado Manoel Pereira da Costa onde o precatório e citatório dispendeu de 566 reis que todos faziam a quantia de 15\$560 reis. Que a escrava do empenho suspirava

a sua liberdade e como feito, os herdeiros a libertaram e que achava o justificante no dever de reembolsar o seu valor gasto com as despesas do enterro e outras.

Sobre este caso, o capitão José Pereira da Castro fez a seguinte declaração:

Disse ser sobrinho em terceiro grau do justificante (Fhelipe de Farias Castro que lido o teor da questão pelo juiz respondeu que sabe por lhe constar que a mulata Florência era escrava do falecido capitão Antônio de Farias Castro fora empenhada pelo mesmo Fhelipe de Faria Castro e mais não disse. Quanto à segunda pergunta sobre as dívidas respondeu que viu o recibo com a letra do capitão Jeronimo Coelho de Oliveira ter pagado a Fhelipe pelo defunto seu irmão a quantia de 4\$400 reis e afirma a compra da mortalha pelo justificante de mais 6\$400 reis por ter sido elle testemunha que conduzio a entrega ao capitão-mor Domingos da Costa Romeu incluindo as missas e uma certidão do padre José Antônio Caitano de Mesquita e alegou a delinquência dos irmãos como Luís pela demora na conclusão do inventário.

Segundo o mesmo depoente, afirma saber que:

A escrava mulata Florência, que estava empenhada ao justificante se passara a sua liberdade e com o feito fora liberta pelos herdeiros em atenção a ter o justificado, o defunto, quando em vida, recebido da mesma cativa Florência, mais do que o valor, e que acha o justificante Fhelipe, no desembolso do empenho da predicta mulata e mais despesas por ter morrido o justificado (Antônio), além das missas, e mais não disse.

Um segundo depoente no caso da escrava Florência, afirmou que conhecia a história, falou dos mesmos recibos e de suas quantias, e mais que: “sabe que a dita escrava do empenho, se opusera à sua liberdade” em razão de ter seu falecido senhor vendido-a por mais que o seu valor e com efeito fora forra pelos seus herdeiros.

Mais testemunhas entram na história assegurando que a dita cativa Florência estava empenhada há muitos anos e que opusera à sua liberdade, mas, que os herdeiros a deram por atenção ao justificado defunto quando em vida ter dado o (nobido) da mesma mais seu valor; que a escrava Florência estava no empenho porque se opusera à sua liberdade a qual foi dada pelos herdeiros pela atenção que a mesma tinha recebido do justificado o defunto quando em vida e que a mulata não

queria sua liberdade e uma das testemunhas afirmou que foi pelo motivo do defunto haver recebido pecúlios em gado da mesma escrava<sup>149</sup>.

Nos parece ter havido um acordo neste caso mas a escrava, ao se ver livre do seu dono legítimo não esperou e começou a reclamar sua liberdade já que havia cumprido sua obrigação e a família do seu dono parecia não estar satisfeita com a sua liberdade alegando as despesas feitas no enterro do defunto e segurando a escrava Florência como empenho de dívidas antigas. No final prevaleceu a vontade de Florência que ganhou carta de liberdade como há muito tempo já poderia estar livre por ter pecúlio em mãos do seu senhor.

#### QUADRO 45 - Antônio de Farias Castro e Fillipe de Farias – 1811

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Florência	Mulata	?	?	?	Não queria a liberdade?

**Fonte:** Inventário localizado do Fórum de São João do Cariri

Por que a Escrava Florência não queria a liberdade? Podemos, diante desse caso, fazer deduções do que realmente se passava na cabeça daquela cativa. Os laços de afetividade poderiam ter levando-a a tomar a decisão de rejeitar a sua liberdade ou seria por ela ter pecúlios em gados maior que seu valor e foi enganada ficando o seu senhor com os ditos gados e oferecendo-lhe em troca apenas a liberdade e ela se recusava por haver recebido pelo seu senhor e estava sendo explorada pelo irmão do mesmo, que alegava segurá-la porque havia dívidas do enterramento a serem acertadas e que o mesmo justificante havia pago.

Ela, a cativa talvez, tivesse parentes na fazenda e já fosse velha o bastante, preferindo ficar sem a liberdade já que essa tal não faria diferença mais na sua vida. Ela também poderia, após sua liberdade ter que sair da casa grande que estava já por uma vida e por não ter para onde ir preferir terminar seus últimos dias de vida ali mesmo. Esta parte fica para o leitor fazer a dedução que achar mais apropriada, pois jamais vamos descobrir o que teria acontecido a escrava Florência nem é o nosso papel nesta pesquisa; pois o historiador não é um detetive mas os métodos se aproximam, buscamos respostas para perguntas que levem às determinadas

<sup>149</sup> - Ver inventário que está incompleto de Antônio de Faria Castro no Fórum Nivaldo de Farias Brito em São João do Cariri caixa Nº 04 de 1811.

hipóteses dos acontecimentos dos fatos. Neste caso, pelo menos Florência ganhou a liberdade mesmo tendo de continuar na casa grande, estava a partir daquele momento numa outra posição, livre na forma da lei.

Sobre os escravos envolvidos de várias formas nesta dissertação, podemos fazer algumas observações de fundamental importância sobre os mesmos como algumas liberdades, dadas dentro da própria cerca como deixaram seus senhores nos testamentos ou nos inventários.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão é um tema que deve ser tratado com muita seriedade por se estar falando de seres humanos submetidos às agruras do cativo, trabalhando de maneira forçada impostos às mais diversas formas de castigos. Este sistema imperou por todo o período da nossa história, em especial nos períodos colonial e imperial e que é um tema palpitante para o historiador da causa, e abrangente pela sua multiplicidade de aspectos que apresenta. Embora a nossa pesquisa tenha partido das duas últimas décadas do século XVIII, foi preciso em alguns momentos flexibilizar e termos que recuar para buscarmos informações importantes sobre a história da escravidão no Cariri, anterior a este período, para dar sustentação à nossa pesquisa.

Foi começando pela agricultura açucareira que o trabalho escravo se expandiu para a zona do criatório, segundo historiadores desta causa; mas, no período de 1783 a 1843, nas leituras feitas nos inventários, a força da mão de obra era quase que completamente negra da África ou de descendentes destes, de livres e libertos, vaqueiros escravos ou não pelo Cariri, seus senhores ficavam de longe nos seus casarões, moravam longe de suas fazendas, na Villa Nova da Rainha, na Capital, na Villa de Goiana, em Olinda e nos bairros de Recife, etc.

Durante todo o período estudado, nas leituras dos inventários e nos testamentos, percebemos que a economia da região girava a partir das relações de trabalho com os brejos, em especial de Alagoa Nova. Os trabalhadores livres, libertos e escravos faziam este percurso que dava sustentação ao Cariri, em especial, nos anos de secas, que daquela povoação vinha os alimentos, os quais encontramos a partir do ano de 1735, no testamento de Izabel Oliveira Ledo, aquele lugar já estava sendo interligado ao Cariri, inclusive com uma senzala e roças de plantar cereis diversos, e até mesmo nos levantamentos dos bens, quando dos escravos, onde encontramos alguns destes com problemas de saúde porque estavam estropiados, com os pés doentes, derrengados com indícios de que faziam duplicidade dos trabalhos.

Mesmo São João tendo um bom número de escravos, se comparado com o tamanho da região, este número era insignificante e ainda tinha de servir nos brejos. É comum encontrarmos escravos doentes dos pés ou quebrados devido ao árduo serviço que tinham que enfrentar nestas duas frentes de trabalho, (brejo e Cariri),

como vemos nos inventários, onde os trabalhos no Cariri eram tão pesados quanto nos engenhos; construir um balde (parede de pedras e cal) para reter a água, formando um açude, como encontramos com mais de 200 metros de comprimento como foi na Fazenda Mundo Novo, não era tarefa fácil, assim como as cercas de pedras, as matas e o trabalho na madeira etc., como já discutimos nesta pesquisa, eram trabalhos exaustivos que dispensa comentários.

Com as acuradas leituras feitas na historiografia paraibana, em especial Wilson Seixas, percebemos que, mesmo o Cariri já estando ocupado pelos nativos, pessoas pobres e negras que já viviam pela região, os Oliveira Ledo, em seus primeiros grupos que aqui penetraram, um dos primeiros lugares a fazer casa e curral, pode ter sido o sítio da Serra Branca, vindos pelo rio Sucuru e, em seguida descendo pelo mesmo rio Paraíba indo de encontro ao lugar do Boqueirão de Cornoió, no Cariri de dentro, isto ainda no final do século XVII.

O que nos levou a esta possibilidade foi a carta do traslado de Antônio de Oliveira Ledo, filho de Teodósio com Izabel Paz, que quando de sua carta testamentária, afirmou ser dono desta fazenda no ano de 1752, e que havia herdado da sua legítima mãe, os quais haviam residido neste lugar da Serra Branca logo quando da sua chegada ao Cariri, de acordo com a pesquisa feita pelo historiador do Sertão Wilson Nobrega Seixas, cujos documentos se acham no arquivo do Fórum em Pombal.

Daí o sítio da Serra Branca continuar apenas como uma grande fazenda, formado por uma grande área territorial, onde seus donos nunca apareciam, ficando sobre administração dos vaqueiros e escravos como citou o próprio Antônio de Oliveira Ledo, filho do velho Teodósio, no seu leito de morte em Olinda, e que o próximo dono voltou a aparecer no ano de 1804, mais uma vez com uma carta precatória vinda do bairro e jurisdição de Santo Antônio no Recife, cujo dono era João Gonçalves Domingos, casado com uma provável filha do mesmo Antônio Oliveira Ledo de nome Teodósia da Cruz, com gados e escravos, e muita desorganização de acordo com os vaqueiros da dita fazenda, que por estar endividada por não pagar o dizimo da Província, foi cedida a membros da Família Pequeno, que até o final desta pesquisa no ano de 1843, era chamada pelo mesmo nome, Serra Branca e denominada de Quinto Distrito da Villa Real de São João, momento difícil enfrentado pela jurisdição daquela Vila, motivada pelo grande incêndio no Cartório de Francisco Cordeiro da Cunha no ano de 1839. E muita coisa foi queimada, em especial documentos relacionados à escravidão como já citado.

Irineu Joffily, conhecido como o historiador do sertão, por ter realizado estudos sobre esta região, parece não ter tido acesso aos inventários da Villa de São João e Cabaceiras, por não ter presenciado o cativo como principal reforço de mão de obra para a região, e sim, que os nativos deram maior contribuição e quando dos dados estatísticos se surpreendeu pela quantidade de negros escravos na Villa de São João do Cariri. No período estudado de 1783 a 1843, só encontramos dois nativos escravos: uma de nome Maria, que ganhou alforria do dito capitão Mor Antônio Oliveira Ledo na dita fazenda Serra Branca antes de sua morte em 1751 quando a deixou liberta no testamento e nada mais de indígenas foi encontrado nos cento e sessenta e oito inventários estudados, não negando que muitos desses documentos, pelo estado precário que encontramos não foram lidos mas percebemos um certo distanciamento da afirmativa do autor Irineu Joffily quanto a forte participação indígena no Cariri.

Capistrano de Abreu, mesmo tendo percorrido os sertões do Ceará e da Paraíba e ter chegado à conclusão de que o escravo nesta região teria sido por fausto dos senhores em seu livro *Capítulos de história colonial*, sua conclusão nos chama atenção, porque no trabalho do criatório, em especial no período colonial, nas imensas propriedades o trabalho do vaqueiro era árduo, como já discutido e exigia um grande número deles espalhados pelas propriedades. O trabalho dos escravos nas cacimbas eram duros, as secas constantes faziam com que os gados necessitassem de transferências de lugares; no Sertão, quando num ano de seca, as águas desaparecem das cacimbas naturais, fazendo com que a mão de obra do cativo aumentasse, o trabalho era diversificado desde construções de casas de moradias aos currais, que também necessitavam de reparos, e as secas não deixavam o homem do campo grandes e pequenos tomarem um fôlego devido às frequências das estiagens.

O homem do Sertão apenas sobrevive, ele não consegue adquirir grandes pecúlios, os inventários provam que nenhum deles em suas avaliações de bens, ultrapassavam os dez contos de reis. Era muita terra, e pouca riqueza. O homem do campo do Cariri, sempre espera incansavelmente por ajuda Divina mas o clima da região nunca colaborou com os donos da terra. Mas não era apenas estes os problemas, os grandes latifúndios, sempre prejudicaram aqueles que não tinham terras e que viviam de favores agregados às propriedades e formavam a maior parte da população de sem terras juntamente com a falta de infraestruturas que

desenvolvesse a região e os próprios senhores de melhores posses não viviam nem investiam nos seus lugares de origem.

De acordo com nossas conclusões, a assertiva que mais se aproxima desta discussão é a de José Américo, que afirma da transferência temporária dos escravos dos engenhos nos brejos para as fazendas de gado no Sertão, incluindo aqui o sertão do Cariri. Esta hipótese é possível, porque as secas constantes faziam com que diminuíssem os trabalhos dos cativos e até mesmo a alimentação destes, as mortes dos rebanhos eram a principal desgraça do homem do campo como sempre foi e muitos cativos foram encontrados com problemas de estropiamentos que eram causados pelas grandes jornadas de viagens tangendo rebanhos em buscas de água e pastos, isto desde as primeiras décadas do século XVIII.

Os dados estudados nesta pesquisa, anda na contramão das afirmativas feitas pelo historiador Clovis Moura de termos a pouca participação do negro na região e que o mesmo havia sido um elemento perturbador da ordem. No ano de 1785, o senhor Manoel Rodrigues Mares e seu herdeiro, Gerônimo Rodrigues de Oliveira, em seu inventário, consta que não houve porque suas terras já haviam sido invadidas pelos negros seus escravos, cativos e libertos por não haver herdeiros no lugar denominado Detrás da Serra.

Sabemos da existência de muitas comunidades negras espalhadas pela região do Sertão, mas exercendo suas funções e integradas na sociedade mesmo com as diferenças, discriminações e vida miserável que as mesmas sofrem, mas não era só a comunidade negra, os problemas eram muitos na região do Cariri até os dias de hoje, mas essas comunidades negras, ainda mantêm sua cultura em parte, como as paneleiras que tem uma tradição exemplar e secular da preservação de sua cultura.

A cidade de São João do Cariri, para quem passeia por ela, nos dias de hoje, não tem ideia do que ela representa para esta microrregião do Cariri e para a história da Paraíba. O Sítio São João, que no decorrer da sua história recebeu várias denominações, a pesar das poucas casas no início do século XVIII, serviu durante muito tempo de apoio para os primeiros invasores e atravessadores que por ali passavam e que deram o codinome de “Travessia”, que logo em seguida vieram os primeiros religiosos, os jesuítas com a imagem de Nossa Senhora dos Milagres, onde se ergueu a Capela, com o trabalho exercido por mãos negras da terra e africanas, de senhores de mais posses e de menos posses, de pessoas comuns, pobres que andavam em busca de um lugar para se firmar, estes construíram mais taiparias e

casarões de tijolos ou de pau a pique, foi denominada também de Capela de Cima, depois se autodenominou Povoação de Milagres; quando das enchentes os cativos faziam o papel de atravessarem os comboios para o outro lado do rio e a construir este lugar que a cada dia trazia mais personagens vindos, em especial dos brejos, em busca de terras, de negócios ou estavam de passagem para o alto sertão.

Este lugar, que foi inaugurado ainda cedo com os cultos religiosos pregados pelos jesuítas, foi aos poucos se tornando importante para atender às necessidades da população em geral se tornando Freguesia, e abrangendo um vasto território incluindo também Campina Grande no campo eclesiástico apenas. Mas a sua importância para a região não era no campo da religião mas também na economia, em especial na pecuária.

A agricultura era mais forte nos brejos, os quais abasteciam este lugar, os gados foram levados para o Cariri ainda muito cedo, nas últimas décadas do século XVII e se expandiu aos poucos pela jurisdição da Freguesia e a partir de 1803 Villa Real de São João, mas este lugar era utilizado sempre como uma forma de desafogar as áreas agrícolas da Província da Paraíba.

São João do Cariri enfrentou problemas que a impediram de se tornar Villa na segunda metade do século XVIII; e um deles, o mais importante, foi a questão econômica, mais de um terço da sua economia estava nos brejos em especial de Alagoa Nova, termo de Campina Grande, à época e isto pesou quando da hora da decisão de sua criação, tendo este mérito ficado com razão para a fundação da vila de Campina Grande ou “Vila Nova da Rainha”, mesmo os senhores que “lutaram politicamente” para conseguirem trazer para São João o status de Villa Real, naquele ano de 1776, também possuíam terras e benfeitorias nos brejos que era bem mais seguro para eles terem Campina Grande como Vila, até mesmo para deslocarem seus recursos, tanto de gados que iam do Cariri para aquela localidade quanto de produtos agrícolas que eram transportados dos brejos pelos cativos para venda que poderiam ficar naquela localidade que serviu de espaço de transição entre os brejos e o sertão do Cariri. Daí a superioridade econômica e política da Villa Nova da Rainha.

Daí por diante, mesmo São João se tornando vila em 1803, devido a influência que muitos dos donos de terras no Cariri também tinham, não só naquela vila da Borborema para fazer seus negócios com os almocreves e seus cativos, mas pela facilidade que encontravam tendo a Villa Nova da Rainha tão perto dos brejos.

Daí, os motivos de Campina Grande ter sido bem sucedida como zona de transição entre o Cariri e os Brejos até mesmo de Pernambuco.

Assim sendo, a Villa Real de São João passou ao encolhimento econômico, prevalecendo os trabalhos pelas fazendas sobre sua jurisdição, mas aos poucos perdeu seu vasto território dando origem às muitas povoações e vilas que se tornaram cidades e ela se estagnou no tempo e no espaço cada vez mais reduzido, mas que marcou a História do Cariri, com seus poderes jurídicos e políticos, em especial eclesiástico, que até os dias de hoje permanece inabalável como a Padroeira do Cariri de Nossa Senhora dos Milagres, idolatrada pelos seus filhos fieis que renovam suas preces e esperanças a cada dia 8 de setembro de todos os anos, com as grandes procissões, atraindo devotos de todos os lugares, até mesmo de fora da sua jurisdição.

José Leal Ramos descreveu este lugar como se fosse de “ilustres”, que amavam este torrão, mas que não ficaram no mesmo, preferindo as cidades mais adiantadas, a capital, e de lá de onde quer que residisse, escrevia suas memórias positivistas daqueles tempos de “Glorias”, que estão escritos em alguns livros de memórias e que é preciso buscarmos o outro lado dessas memórias e trazê-las para a História, daqueles que realmente a construíram, dos de baixo, dos fieis excluídos, mas que ainda hoje tem seu papel importante, não para atravessar pessoas e viajantes com suas cargas pelo rio Travessia (Taperoá) mas de trabalhos prestados na comunidade, na Igreja de Milagres que continua ainda mais viva, regida pela fé como Padroeira dos caririzeiros, sempre com a presença dos nativos e negros que começaram sua história naquela vila, como não podia deixar de falar como agradecimento àquela mulher guerreira, que defende suas origens como descendente da Família Travessa com muito orgulho, a Dona Helena.

## **FONTES E REFERÊNCIAS**

### **FONTES:**

### **FONTES:**

***A) Fórum Municipal Nivaldo de Farias Brito***

Inventário ...

Testamentos

Processos criminais

Livros de notas de registros de escravos do Cartório do primeiro Ofício de São João do Cariri

### ***B) Museu Histórico de Campina Grande***

Inventários

### **C) Entrevistas**

Nome das pessoas e data.

**Dona Maria José do sítio Cantinho (Cotó), janeiro de 2010**

**Dona Helena janeiro de 2010**

LISTA DOS DONOS DOS INVENTÁRIOS

### **LISTA DOS DONOS DOS INVENTÁRIOS NO PERÍODO ESTUDADO**

#### **ARQUIVO DO FORUM DE SÃO JOÃO DO CARIRI: CAIXA Nº 01. 1783 A 1788**

OBS: Expomos aqui os nomes do casal sendo o primeiro o inventariado (defunto), e o segundo nome o do inventariante, viúvo, viúva ou herdeiro.

#### **NOMES DOS SENHORES DE TERRA NOS INVENTÁRIOS TRABALHADOS NESTA PESQUISA**

01- JOZE GOMES CHAVES E CATARINA MARIA DA CONCEIÇÃO – 1 783

02- CLARA MARIA DE JESUS- SÓ A CAPA DO DOCUMENTO – 1783

03- DOMINGOS ANTUNES DE CIRQUEIRA E CATARINA DE ABREO PEREIRA - 1783

04- ANTONIO PEDRO DOS PRAZERES E FRANCISCA XAVIER DO AMARAL – 1783

- 05- MARIA DE FARIAS CASTRO E MANOEL TAVARES DE LIRA – 1783
- 06- MANOEL RODRIGUES MARES E GERONIMO RODRIGUES DE OLIVEIRA – 1785
- 07- JOZE RODRIGUES LIMA E ANTONIO FRANCISCO LIMA – 1785
- 08- DOMINGOS DA COSTA SOUTO E THEREZA MARIA DE JESUS – 1785
- 09- JOZEFA E JOZE ALIXANDRE BARRETO – 1785
- 10- CAPITÃO MOR MATHEUS ANTONIO BRANDÃO – 1785
- 11- MARIA FLORENÇA DA COSTA E JOÃO BARBOZA PAREIRA – 1786
- 12- DOMINGOS GONÇALVES NUNES – 1786
- 13- THEREZA DE JESUS BEZERRA – 1787
- 14- LUIZ DA COSTA CABICEIRA E ROSA MARIA DE LIMA – 1787
- 15- MARIA BARBOSA E ANTONIO FERNANDES DA SILVA – 1787
- 16- FRANCISCO LUIS DE GOUVEIA E ERMOGENA VIEIRA DE MATTOS – 1788
- 17- ANNA FRANCISCA DE FIGUEIREDO – 1788
- 18- MANOEL BARBOSA COELHO – 1788
- 19- FRANCIACO DE ANDRADE BATISTA E AMARA DA FELICIDADE ANDRADE - 1788.

**FORUM DE SÃO JOÃO DO CARIRI CAIXA Nº 02. 1789/1802**

- 20- JOÃO BARBOSA PEREIRA E – 1789

- 21- FRANCISCO LUIS DE GOUVEIA, ERMOGENA VIEIRA DE MATTOS TENDO COMO INVENTARIANTE GABRIEL JOSÉ ALIXANDRE – 1790
- 22- PADRE ANTONIO RODRIGUES PIRES – 1790
- 23- JOSEFA GOMES DA CRUZ E VICENTE FERREIRA DA SILVA – 1790
- 24 – JOÃO MENDES BRANCO E MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO – 1790
- 25 – ANNA MARIA DO REGO E MANOEL MUNIZ DO REGO – 1791
- 26 – JOZE DE VIVEIROS SILVA E ROZA MARIA DE JESUS – 1791
- 27 – JOAQUIM DA COSTA ROMEO E ANGELA MARIA DA CONCEIÇÃO – 1792
- 28 – MANOEL COELHO DA SILVA E ANNA MARIA ANGELICA – 1794
- 29 – CATHARINA DE ABREO PEREIRA E DOMINGOS ANTUNIZ ABREU – 1792
- 30 – MARIA DO CÉU PEREIRA E – 1795
- 31 – THEREZA MARIA DE JESUS E FRANCISCO FERNANDES DE OLIVEIRA - 1795
- 32 – JOAQUIM RODRIGUES DE FREITAS E ANTONIO ESTEVES VILLA NOVA - 1796
- 33 – FRANCISCO ALVES PEQUENO E MARIA ISIDORO – 1796
- 34 – DOMINGOS NETO NOGUEIRA – 1797
- 35 – PAULLA FERNANDES DA COSTA E JOZE RODRIGUES DA COSTA – 1797
- 36 – APOLONIA PEREIRA DE JESUS E JOZE DA COSTA OLIVEIRA – 1798
- 37 – MANOEL MORAES DO REGO E JOZE MORAES DO REGO – 1798
- 38 – ANNA MARIA BEZERRA LEITE E FRANCISCO XAVIER DO AMARAL – 1789
- 39 – DOMINGOS DA COSTA SOUTO – 1799
- 40 – BENTO FERNANDES BARBOZA – 1799
- 41 – JOÃO DA COSTA RAMOS E MARIANA DE CAMPOS DE JESUS – 1798

42 – CLEMENTE DE ABREO FRANCA E IZABEL ANTONIA TAVORA – 1800

43 – JOZE MARTINS DOS SANTOS ROCHA – 1801

44 – JOANNA BATISTA DO SACRAMENTO E JOÃO BATISTA CORREIA DE QUEIROZ – 1801

45 – JOZE FERREIRA E LUIZA MARIA DE JESUS – 1801

46 – JOZE RODRIGUES PEREIRA E LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS – 1802

47 – BENTO FERNANDES BARBOSA E ANNA DA SILVA – 1802

#### **FORUM DE SÃO JOÃO DO CARIRI CAIXA Nº 03. 1794/1802**

48- ZACARIAS FERREIRA E MARIA CORREIA DE SAMPAIO – 1794

49 – ANNA JOZE DA CONCEIÇÃO E JOZE DE SOUZA LIMA – 1802

50 – JOZE DA COSTA ROMEO – 1802

51 – JOÃO BATISTA CORREIA DE QUEIROZ E CAETANO CORREIA DE QUEIROZ – 1802

52 – JOZE DA COSTA ROMEO E JOZE FELIS DA COSTA ROMEO – 1803

53 – IGNACIA DO ESPIRITO SANTO E MANOEL DA ASSUNÇÃO XAVIER – 1803

54 – JOZE MAURICIO DE BRITO E FRANCISCA PLACIDA BEZERRA – 1803

55 – JOZE RODRIGUES LIMA E DOMNGAS FERREIRA DA ROCHA – 1803

56 – FLORENCIA DAS VIRGENS E JOZE VENTURA MENDES – 1804

57 – MANOEL DA FONSECA REGO – 1805

58 – JOANNA BATISTA E ANTONIO DOS SANTOS CAVALCANTE – 1805

59 – THEREZA DE JESUS E GERONIMO RODRIGUES LIMA – 1805

60 – THOME RIBEIRO FERNANDES E ROZA MARIA DA CONCEIÇÃO – 1805

**FORUM DE SÃO JOÃO DO CARIRI CAIXA Nº 04. 1806/1815**

61- ANTONIO DE FARIA CRASTO E FILIPE DE FARIA CRASTO – 1806

61 – MARIA DA CONCEIÇÃO E JACINTO DE LIRA FERREIRA – 1806

62 – JOZE GOMES DOS SANTOS E MANOEL GOMES DOS SANTOS – 1806

63- MARIA DA CONCEIÇÃO MACIEL E JOZE ANTONIO BORBOZA – 1807

64- FRANCISCO XAVIER DO AMARAL E LEONARDO BEZERRA LEITE – 1807

65 – ANNA MARIA DE ABREU E MANOEL MARQUES DE SOUSA – 1807

66- ANTONIO DA COSTA LEITÃO E JOSEFA MAMEDE DO NASCIMENTO – 1807

67 – JOZE DUARTE DOS SANTOS E ANNA MARIA BARBOZA – 1807

68 – ESTEVÃO DA CUNHA PORTO E QUITÉRIA MARIA DE JESUS – 1808

69 – JOZE MARIA DE ALBUQUERQUE – 1810

70 – MANOEL CORREIA PESTANA – 1811

71- MANOEL MARQUES DE SOUZA – 1811

72 – ANTONIO DE FARIA CRASTRO – 1811

73 – FRANCISCO DIAS CHAVES E THEODORA DE JESUS CAMPOS – 1811

74 – CLEMENTE DA SILVA E MARIA DA CONCEIÇÃO – 1811

75 – ANNA JOAQUINA FERREIRA E ALEXANDRE JOZE DE SOUZA – 1813

76 – JOÃO FERNANDES VIEIRA E IZABEL RODRIGUES BEZERRA – 1813

77 – JOANNA EVANGELISTA DE JESUS- INVENTARIANTE – 1814

78 – JOZE DA CRUZ – 1814

79 – FRANCISCO GOMES DE PAULO E GERONIMO ANTOIO PEREIRA – 1814

80 – ANTONIO JOZE FERREIRA – INVENTARIANTE – 1815

81 – JOZE DE SOUZA LIMA E FRANCISCO JOZE DE SOUZA – 1815

**FORUM DE SÃO JOÃO DO CARIRI – CAIXA Nº 05. 1816/1824**

82- MANOEL FERNANDES DA SILVA – 1816

83 – ANTONIO DA SILVA VASCONCELOS – 1816

84 – THEREZA MARIA DE JESUS E DOMINGOS DA COSTA COUTO – 1816

85 – MANOEL CARDOSO DE MELLO E THEREZA DE JESUS MARIA – 1816

86 – EMERECIANNA DO NASCIMENTO DE JESUS E CAPT. DOMINGOS ALVES  
DA FONSECA – 1817

87 – ANNA DELFINA PERPETUA RIBEIRO – 1817

88 – MARIA DE OLIVEIRA E JOZE FERREIRA XERETA – 1817

89 – CAETANO MARTINS PONTES E MARIA E. DE JESUS – 1817

90 – MARIA JOZE DA SOLIDADE E ESTEVÃO CORREIA DE QUEIROZ – 1818

91 – CATHARINA FERREIRA DE JESUS E JOAQUIM RODRIGUES DE FREITAS -  
1818

92 – THOMASIA DE BARROS E THOMAS DE AQUINO DA FONSECA – 1818

93 – SEVERA MARIA – 1819

94 – JOAQUINA MARIA DE JESUS E MANOEL VALERIO DE ALMEIDA – 1819

95 – MANOELA BARBOSA E JOZE DO NASCIMENTO DE VASCONCELOS – 1820

96 – GERONIMA VIDAL DE NEGREIROS E CAETANO PEREIRA DE CASTRO -  
1820

97 – DOMINGOS ALVES DA FONSECA E BALTAZAR DOS SANTOS BARROS -  
1821

98 – LUZIA MARIA E FRANCISCO JOZE DE SALES – 1823

99 – JOSEFA MARIA DOS SANTOS – 1824

100 – FLORENCIA MARIA DA CONCEIÇÃO – 1826

**FORUM DE SÃO JOÃO DO CARIRI – CAIXA Nº 06. 1824/1829**

101 – JOSEFA FERREIRA XERETA E ANNA FELIPA DE OLIVEIRA – 1824

102 – ANNA JOAQUINA E JOAQUIM JOZE DA SILVA – 1824

103 – JOZE DOS SANTOS NOGUEIRA E ANNA JOZE DE BRITO – 1825

104 – VICENTE CORREIA DE SÁ E MARIA RIBEIRO LEITE – 1827

105 – GUILHERME ANTONIO DE MATTOS- INVENTARIANTE – 1827

106 – FRANCISC MARTINS DA TRINDADE E ANNA ALVES DOS SANTOS – 1828

107 – THEREZA MARIA DE JESUS E ANTONIO BARROS LEIRA – 1828

108 – FRANCISCO JOZE DE SOUZA E FRANCISCA MARIA DOS SANTOS – 1828

109 – MANOEL DE SOUZA CORDEIRO E JOZEFA MARIA DE JESUS – 1828

110 – MANOEL BEZERRA DE FARIAS INVENTARIADO – 1828

111 – BRAZ PEREIRA DE SOUZA E ANGELICA MARIA DO NASCIMENTO – 1828

112 – LUIZA FREIRES – 1829

113 – ALEXANDRE RODRIGUES BEZERRA E FLORENCIA ALVARES BEZERRA -  
1826

114 – VICENCIA MARIA E JOÃO SOARES DA SILVA – 1826

115 – SERAFIM LUIZ DO SACRAMENTO E CLARA DO ESPIRITO SANTO – 1827

116 – JOÃO BATISTA DE ABREU – 1826

117 – SERAFIM LUIZ DO SACRAMENTO E JACISTA ALVES DA SILVA SENDO  
INVENTARIANTE ANTONIO GUILHERME DE NATTOS – 1827

118 – ROMUALDO SOARES DE BRITO – 1827

**FORUM DE SÃO JOÃO DO CARIRI CAIXA Nº 07. 1831/1838**

119 – AGUIDA MARIA DE JESUS E JOZE VICENTE DA SILVEIRA TABORDA -  
1830

120 – IGNES FRANCISCA XAVIER E JOZE FRANCISCO DA SILVA – 1831

121 – SERAFIM SOARES DE BRITO – 183 1

122 – IZABEL FRANCISCA DE OLIVEIRA E JOZE NACISO PEREIRA DE CASTRO  
– 1832

123 – ANTONIO PEREIRA DE CASTRO E ANTONIO PEREIRA DE CASTRO  
FILHO – 1832

124 – JOÃO FRANCISCO DE MEDEIROS E QUITÉRIA MARIA DA CONCEIÇÃO -  
1832

125 – LUIZ GOMES BARBOZA E MARIA FRANCISCA DA LUZ – 1833

126 – PAULO JOZE DA SILVA E MARIA DE SOUZA DO ESPIRITO SANTO – 1833

127 – ANTONIO BEZERRA DA CUNHA – 1834

128 – DOMINGOS DA COSTA ROMEU E ANNA DE BRITO: INVENTARIANTE  
ALEXANDRE DE SOUZA BRANDÃO – 1835

129 – JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO – 1835

130 – ANTONIO DA COSTA ROMEU – 1835

131 – MANOEL CORREIA DE SÁ E ANNA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO – 1835

132 – FRANCISCO XAVIER DA CUNHA E IGNACIA FRANCISCA DO LIVRAMENTO – 1835

133 – CARLOS DE FARIA OLIVEIRA E MARIANNA DO PATROSINIO – 1836

134 – FRANCISCO FERNANDES DE OLIVEIRA – 1836

135 – JOSEFA ALVES FEITOZA E JOÃO TAVARES FEITOZA – 1837

136 – PEDRO DIAS CHAVES – 1837

137 – MANOEL DIAS CHAVES – 1837

138 – MARIA PERPETUA DO LIVRAMENTO E FLORENCIO ALVES DA SILVA - 1837

139 – SEBASTIANA GOMES DA SILVA E JOAQUINA FERREIRA DA SILVA – 1837

140 – ANTONIO JOZE DA SILVA E BRISTES THEREZA DE MOURA ROLIM – 1838

#### **FORUM DE SÃO JOÃO DO CARIRI CAIXA Nº 08. 1838/1841**

141- ANNA FELICIA DO ESPIRITO SANTO – 1838

142 – MARIA ALVES DE JESUS E JOAQUIM DE FARIAS CASTRO PALMEIRAS - 1839

143 – JOZE FRANCISCO DE SOUZA – 1839

144 – FRANCISCO ALVES PEQUENO E IGNACIO DE FREITAS DA SILVEIRA CALUETE – 1839

145 – ANNA MARIA DA PENHA E CARLOS RODRIGUES DE BARROS – 1840

146 – VICENTE FERREIRA DA MOTA – 1841

147 – CAROLINA MARIA DA CONCEIÇÃO E JOÃO DA SILVA REGO – 1841

148- DAMASIO RODRIGUES DE BARROS E ANTONIO RODRIGUES DE BARROS  
– 1841

149 – FABRICIO FERREIRA – 1841

150 – FRANCISCO DE SALES BEZERRA E ANASTACIA MARIA DO LIVRAMENTO  
- 1841

151- COSME ANTUNES DE ABREU – 1841

152 – JOZE RODRIGUES LIMA E MARGARIDA FRANCISCA MACIEL – 1841

153 – JOAQUIM RODRIGUES LIMA E MARIA DO CARMO ARAUJO COMO  
INVENTERIANTE ANTONIO RODRIGUES LIMA – 1841

154 – FRANCISCO FERNANDES DE OLIVEIRA FILHO E THEREZA MARIA DO  
ESPIRITO SANTO – 1841

#### **FORUM DE SÃO JOÃO DO CARIRI CAIXA Nº 09. 1841/1842**

155- ANTONIO NOGUEIRA DE CARVALHO E FRANCISCA PLACIDA BEZERRA –  
INVTE- RODRIGO SOARES DE BRITO – 1841

156 – JOZE DE ANDRADE LIMA E ANNA MARIA DA PENHA – 1841

157 – LUIZ JOZE DE MELO – 1841

158 – JOZE MUNIZ DO REGO E GERONIMA PEREIRA DA SILVA – 1841

159 – MARIA RIBEIRO LEITE E JOZE RODRIGUES DE SOUZA – 1841

160 – MANOEL JOZE PEREIRA DA COSTA E ANTONIA RODRIGUES DE  
BARROS – 1841

161- MATHIAS MENDES VIANNA – 1841

162 – EUZEBIO JOZE FERREIRA E ANTONIA LUZIA BEZERRA – 1842

163 – CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA E GONÇALO PEREIRA DE CASTRO  
– 1842

164 – LUIZ JOZE DE MELLE E CANDIDA ROSA TENORIA DE ARAGÃO – 1842

165 - AMARO DA COSTA ROMEU E EDVIRGES DA COSTA RAMOS – 1842

166 – THEMOTIO SOARES DE BRITO – 1842

167 – MARIA MAGDALENA E THOME RIBEIRO FERNANDES – 1842

168 – IGNACIO DE ALCANTARA LEIRA GOMES E ROZAURA CANDIDA  
CAROLINA DE ALMEIDA MELLO – 1842

## REFERÊNCIAS

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. Senhores e Escravos no Sertão: Espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888. Dissertação de Mestrado, Campina Grande PB, UFCG, 2011.

ALMEIDA. Horário de. História da Paraíba 2. Editora Universitária – UFPB. João Pessoa – 1978.

ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e seus problemas. 3ª ed. João Pessoa: A União, 1981.

BARROS. Ana Nery Corrêa dos Santos. Escravizada: a mulher, a mãe e a lenda por trás da escravidão. Monografia de especialização em História e Cultura Afro-Brasileira da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande-PB – 2011.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Escravidão Negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em arraiais (1739- 1800). 2ª ed. Goiania Kelps, 2007.

BATISTA, Francisco de Assis. Nas trilhas da resistência cotidiana: O protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri Paraibano. (1900-1950). Tese de Doutorado. UFCG - Campina Grande. 2010.

BERGAD, Laird w. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880/; tradução de Beatriz Sidou. —Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAMARA Epaminondas. Municípios e freguesias na Paraíba. Org. Antônio Soares & Moacir Germano. Núcleo Cultural Português, Edições caravela, 1997.

CAMARA, Epaminondas. Evolução do catolicismo na Paraíba. ...aos 500 anos da descoberta do Brasil. Prefeitura Municipal de Campina Grande, Secretaria de Educação, Academia de letras de Campina Grande. Núcleo cultural Português/ Edições Caravela Campina Grande 2000.

CASTRO, Maria Isabel Pimentel de. Laços de família e costumes de fé nas terras de Cabaceiras (1735- 1770). Dissertação de Mestrado, UFCG, 2009.

CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. – 1ª ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GALIZA, Diana Soares de. O declínio da escravidão na Paraíba – 1850-1888. Editora Universitária UFPB.

GONÇALVES, Regina Célia. Guerras e açúcares, Bauru: EDUSC, 2007.

JOFLLY, Irenêo. Notas sobre a Parahyba. Brasília 2ª ed. Teshaurus, 1977.

LEAL, José. Itinerário da História: Imagem da Paraíba entre 1518 e 1965. João Pessoa – Paraíba – 1965.

LEAL, José. Vale de Travessia. 2ª edição. Editora e Gráfica Santa Fé Ltda – Campina Grande – 1993.

LEAL, José. Acidentes Geográficos da Paraíba. Gráfica a Imprensa – João Pessoa-PB – 1970.

LEAL, José. Assim eram as coisas... Editora a União – João Pessoa-PB. 1971.

LIMA, Luciano Mendonça de. Cativos da “Rainha da Borborema”: uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

----- . Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande. Campina Grande: ADUFCG, 2006.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Recife: UFPE, 2010.

MACÊDO, Muirajytan Kennedy de. Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (século XVIII). Natal, RN, 2007.

MACÊDO, MUIRAKYTAN KENNEDY. Rústicos Cabedais: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII) – Natal, RN, 2007. Tese de doutorado em Ciências Sociais.

MACHADO, Maximiano Lopes. História da província da Paraíba. Volumes I e II 2ª Ed. João Pessoa: EDUFPB, 1977.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. Signos em confronto? O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

CURY, Cláudia Engler. MARIANO, Serioja. Org. Múltiplas Visões: Cultura Histórica no oitocentos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

MARIZ, Celso. Apanhados históricos da paraíba. 2ª ed. João Pessoa. EDUFPB, 1980.

MATTOS, Marcelo Badaró. Escravizados e Livres: Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Editora Vidal. Rio de Janeiro; Bom Texto, 2008.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. Freguesia do Cariri de Fora. Editora Camargo Soares Ltda. São Paulo – 1990.

MELO e Souza, Laura de. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII- Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MELO, José Otávio de Arruda. A escravidão na Paraíba: historiografia e história. João Pessoa: A União, 1988.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. Em busca da liberdade: os escravos no Sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. Dissertação de Mestrado UFCG, 2009.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo (1849 – 1910). Editora Vozes Petrópolis, Rio de Janeiro. 2012.

PAIVA, Eduardo Franca. Escravos e libertos na Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos: São Paulo, Annablume, 1995.  
PINSK, Carla Bassanezi. Org: Fontes históricas, Editora Contexto, 2010.

PINTO, Irineu Ferreira. Datas e notas para a história da Paraíba. 2ª ed. João Pessoa: EDUEPB, 1997.

PARÉS, Luís Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750 – 1800). Afro – Ásia, nº 33, p. 87 – 132, 2005.

RANGER, Terence e HOBBSMAWM, Eric. A invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835 / - Edição revista e ampliada – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROCHA, Solange Pereira da & FONSECA, Ivonildes da Silva (orgs). População negra na Paraíba: educação, história e política. Vol. I. Campina Grande. EDUEPB, 2010.  
ROCHA, Solange Pereira da, Ivonildes da Cunha Fonseca 1. População Negra na Paraíba. Ed Campina Grande: EDUEPB, 2010 vol. 1 e 2.

ROCHA, Solange Pereira da. Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 332p.

SAMARA. Eni de Mesquita; DIAS. Madalena Marques; BIVAR. Vanessa dos Santos Bodstein. Paleografia e fontes do período colonial brasileiro. Estudos Cedhal. Nova série – n. 11. São Paulo: Humanitas /FFCH/USP – 1986.

SCHWARTZ, Lilia Moritz, 1957. O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870 1930- São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. O velho arraial de Piranhas (Pombal). 2ª ed. João Pessoa: Grafse, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro Ed. Nova Fronteira, 1999 (ORG).

SILVIA, Ana Célia da. A representação social do negro no livro didático: O que mudou? Por que mudou? Salvador: ADUFBA, 2011. 182p.

SOUZA. Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro: A pobreza mineira no século XVIII. LAURA DE Mello e Souza. – Rio de Janeiro: Edições Graal. 1982.

TAVARES. João de Iyra. Apontamentos para a história Territorial da Parahyba. Empresa Oficial Parahyba. Volume II – 1911.

\_\_\_\_\_. Apontamentos para a história Territorial da Parahyba. Edição Fac-Similar – coleção Mossoroense Vol. CCXLV – 1982.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária Inglesa: A Árvore da Liberdade. Tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althtsser. Tradução de Waltensir Dutra. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.

THOMPSON, E.P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizadores: Antonio Luig Negro e Sérgio Silva. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E.P. Costumes em comum; revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THOMPSON, E.P. Senhores e caçadores: a origem da lei negra; tradução Denise Bottemann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. A estrutura de distribuição de terras no município de Campina Grande: UFPB, 1985.

VICENTINI. Paulo Fagundes. RIBEIRO. Luiz Dario Teixeira. PEREIRA. Analúcia Danilevicz. História da África e dos Africanos. Editora Vozes. Petrópolis – Rio de Janeiro. 2013.